



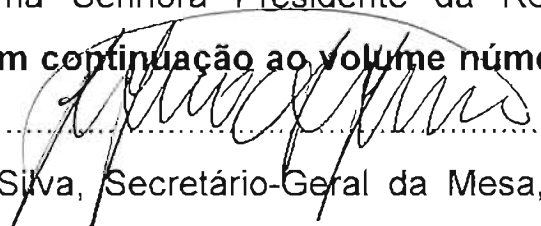
CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 2

AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 1**. E, para constar, eu, , Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

5º Bimestre de 2014

Brasília-DF

Novembro/ 2014

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria de Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

(*) *Coordenação Técnica*

Distribuição Eletrônica

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.



MENSAGEM AOS MINISTROS

Brasília, 21 de novembro de 2014.

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. O art. 51 da **Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014** estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União – MPU e à Defensoria Pública da União – DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 51 da **LDO-2014**, que determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções.
4. Importa ressaltar que as estimativas constantes deste relatório já consideram os efeitos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo (PLN nº 36/2014) ao Congresso Nacional, de alteração da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014", no sentido de ampliar a possibilidade de redução da meta de resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
5. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e a memória de cálculo das estimativas de receitas e despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções indicam a possibilidade de reduzir o nível de limitação de empenho e pagamento fixado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2014.

Respeitosamente,

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal
Assuntos Fiscais

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional



ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
1. DISPOSIÇÕES LEGAIS	7
2. HISTÓRICO	8
3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO	8
4. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)	11
5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)	12
6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e III)	14
7. DÉFICIT DO RGPS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I, III e IV)	15
8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)	17
9. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2013, art. 51, §§ 1º e 2º)	17
10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	18
11. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, caput e § 5º)	19
ANEXO MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)	21



LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1: Demonstrativo da variação das despesas discricionárias</i>	11
<i>Tabela 2: Parâmetros 2014</i>	11
<i>Tabela 3: Comparativo das receitas primárias</i>	13
<i>Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias</i>	14
<i>Tabela 5: Projeção da Receita Previdenciária</i>	16
<i>Tabela 6: Projeção dos Benefícios Previdenciários</i>	16
<i>Tabela 7: Déficit Previdenciário</i>	17
<i>Tabela 8: Comparativo da Receita Primária Líquida de Transferências Constitucionais e Legais desta Avaliação e a do PLOA 2014</i>	18
<i>Tabela 9: Demonstrativo da Base Contingenciável (art. 51, §§ 1º e 2º da LDO-2014)</i>	18
<i>Tabela 10: Distribuição da ampliação dos limites entre os Poderes</i>	19
<i>Tabela 11: Variação das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo em decorrência dos resultados da presente Avaliação</i>	20
<i>Tabela 12: Posição Atual das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo</i>	20



SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas	IRPJ:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	IRRF:	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
CDE:	Conta de Desenvolvimento Energético	ITR:	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
CIDE:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	LOA:	Lei Orçamentária Anual
CMO:	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
COPOM	Comitê de Política Monetária	LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	MF:	Ministério da Fazenda
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	MP:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
DPU:	Defensoria Pública da União	MPU:	Ministério Público da União
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	OCC	Outras Despesas de Custeio e Capital
FMI	Fundo Monetário Internacional	PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FPE:	Fundo de Participação dos Estados	PASEP:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios	PIB:	Produto Interno Bruto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PIS:	Programa de Integração Social
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual
IER:	Índice Específico de Receita	RCL:	Receita Corrente Líquida
IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	REFIS:	Programa de Recuperação Fiscal
IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo	RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
IOF:	Imposto sobre Operações Financeiras	RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados	RMV	Renda Mensal Vitalícia
IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores	RP:	Identificador de Resultado Primário
IR:	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	RPV	Requisições de Pequeno Valor
IRPF:	Imposto sobre a Renda - Pessoa Física	REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
		SELIC:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
		SIMPLES:	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
		SOF:	Secretaria de Orçamento Federal
		SPE:	Secretaria de Política Econômica
		STN:	Secretaria do Tesouro Nacional



1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO, os Poderes, o MPU e a DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados naquela lei.

2. A LDO-2014, por sua vez, estabelece em seu art. 51, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 51 determina que o Poder Executivo divulgue na internet e encaminhe ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2014;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2014, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

4. Cumpre ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.



2. HISTÓRICO

5. Em fevereiro de 2014, por ocasião do estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, por intermédio do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, conforme mandamento do art. 8º da LRF, foi também publicado Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. Os efeitos de tal avaliação, que consistiram na redução de R\$ 30,5 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira, se aplicaram apenas ao Poder Executivo, como determina o art. 9º da LRF combinado com o § 5º do art. 51 da LDO-2014.

6. Ao fim do primeiro bimestre de 2014, em cumprimento ao art. 9º LRF, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando-se dados realizados até o mês de fevereiro e parâmetros macroeconômicos atualizados. O resultado dessa avaliação consistiu na ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira estabelecida no relatório anterior no montante de R\$ 261,8 milhões, totalizando uma redução de R\$ 30,8 bilhões nas despesas passíveis de contingenciamento, para todos os Poderes, em relação aos valores autorizados na LOA 2014. Tal avaliação fora operacionalizada pelo Decreto nº 8.216, de 28 de março de 2014.

7. As reavaliações dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, dos últimos três bimestres, mostraram a possibilidade de manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira em relação àqueles estabelecidos no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2014. Em decorrência dessas avaliações, do segundo ao quarto bimestre, foram publicados os Decretos nº 8.261, de 30 de maio de 2014, nº 8.290, de 30 de julho de 2014 e nº 8.320, de 30 de setembro de 2014, respectivamente.

3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

8. No decorrer de 2014, a previsão de crescimento da economia brasileira foi revisada para baixo, quando comparada à utilizada no início de 2013, para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 – PLDO - 2014. Essa revisão tem ocorrido em diversos países, influenciando negativamente a estimativa de crescimento da economia mundial para 2014 por parte de instituições e organismos internacionais.

9. A economia mundial vem crescendo menos do que o esperado, apesar dos significativos esforços dos países em retomar o crescimento. A desaceleração global reduz os fluxos de comércio e investimentos, bem como afeta o volume das exportações. Além disso, traz uma deterioração das expectativas dos investidores, com efeitos sobre as taxas de crescimento.

10. As projeções internacionais para o resultado fiscal das economias projetam déficit primário para a maior parte dos países. Segundo dados do World Economic Outlook, FMI, de outubro de 2014, as economias avançadas deverão apresentar um déficit primário médio de 2,2% do PIB, sendo que nos Estados Unidos o número deve chegar a 3,4% e no Japão, 6,3%. Já as Economias emergentes deverão apresentar um déficit primário de 0,3% do PIB, em média.



Com relação aos BRICS, a China projeta um déficit de 0,5% do PIB, a Índia, de 2,6%, a Rússia de 0,4%, e a África do Sul de 1,6%.

11. Assim como o ocorrido com a grande parte dos países, o cenário internacional teve significativa influência sobre a economia brasileira. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias de forma que se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos. O nível das despesas também foi influenciado por eventos não-recorrentes, como o baixo nível de chuvas e secas verificadas em diversas regiões do país.

12. Nesse contexto, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 365, de 10 de Novembro de 2014, Projeto de Lei que altera a LDO-2014 (PLN nº 36/2014) no sentido de ampliar a possibilidade de redução da meta de resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao PAC. Ou seja, em caso de aprovação do referido projeto, o valor que for apurado, ao final do exercício, relativo a desonerações e a despesas com o PAC, poderá ser utilizado para abatimento da meta fiscal. O presente relatório já considera o projeto de lei em questão, indicando aumento de R\$ 70,7 bilhões na projeção do abatimento da meta fiscal. Isso posto, o abatimento previsto, neste Relatório, é de R\$ 106,0 bilhões, o que é compatível com a obtenção de um resultado primário de R\$ 10,1 bilhões.

13. A ampliação do abatimento da meta de resultado primário, ora em tramitação no Congresso Nacional, possibilitará a preservação dos investimentos prioritários, além de garantir a manutenção da competitividade da economia nacional e reduzir a desigualdade social por meio das desonerações de tributos. Sem as desonerações tributárias e os gastos públicos com investimento, poderá haver comprometimento das conquistas nos campos social e econômico alcançadas pela sociedade brasileira nos últimos anos.

14. Do ponto de vista das políticas públicas, cabe destacar as ações relacionadas às desonerações que decorrem de necessidade de apoio à economia, de forma a incrementar a competitividade de setores específicos (desoneração de folhas, setor de infraestrutura logística, produção de veículos).

15. Por outro lado, as políticas públicas ora em execução garantiram a manutenção dos menores níveis de desemprego já registrados, quando as taxas de desemprego mundiais estão elevadas, especialmente em economias desenvolvidas (Espanha, Portugal, etc.).

16. Cabe lembrar que o PLDO-2014 foi enviado ao Congresso Nacional em abril de 2013 e, a LDO-2014 aprovada em dezembro desse mesmo ano, sem alterações no que se refere à meta fiscal. Naquele momento, não foi possível antever que, no exercício seguinte, 2014, seria requerida maior atuação do Governo Federal na economia, a fim de combater sua desaceleração diante do cenário de crise da economia internacional, como já comentado.

17. Dessa forma, em cumprimento ao art. 9º da LRF, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de outubro de 2014, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.



18. Em relação aos parâmetros macroeconômicos, a previsão do crescimento real do PIB para 2014, assim como a da taxa de inflação, medida pelo IGP-DI acumulado, foram reduzidas para 0,5% e 3,0%, respectivamente. Convém ressaltar que a estimativa da taxa de inflação medida pelo IPCA acumulado sofreu pequena alteração, sendo revista para 6,45%, nível compatível com a meta estipulada para fins de política monetária. As demais projeções constam da seção “Parâmetros” deste Relatório.

19. A revisão das estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios apontaram um decréscimo de R\$ 38,4 bilhões em relação à mesma estimativa constante do Relatório anterior.

20. Quanto às projeções de despesas primárias de execução obrigatória, houve um acréscimo líquido de R\$ 22,2 bilhões, resultado do aumento verificado em algumas projeções, parcialmente compensado pela redução observada em outras. Dentre as estimativas que apresentaram majoração, destacam-se as relativas a: Abono e Seguro-Desemprego, Benefícios da Previdência, Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, Auxílio à CDE, Benefícios de Prestação Continuada – LOAS/RMV. Dentre as estimativas que mostraram redução, destacam-se as estimativas de Pessoal e Encargos Sociais e Transferências Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012).

21. Em relação ao RGPS, observou-se redução na projeção de suas receitas e incremento em suas despesas, de, respectivamente, R\$ 0,5 bilhão e R\$ 8,1 bilhão, o que redundou no aumento de R\$ 8,6 bilhões na estimativa do déficit.

22. No que se refere à meta de resultado fiscal, dado o cenário econômico já descrito, e, ainda, o disposto no PLN nº 36/2014, optou-se por considerar o abatimento da meta de resultado fiscal, para esse Relatório, em R\$ 106,0 bilhões, valor R\$ 70,7 bilhões superior ao constante da última Avaliação Bimestral.

23. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se possível a ampliação dos limites de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos limites constantes da Avaliação do 4º Bimestre, conforme demonstrado a seguir:



Tabela 1: Demonstrativo da variação das despesas discricionárias

R\$ milhões

Discriminação	Variações em relação à Avaliação do 4º Bimestre
1. Receita Primária Total	(48.383,9)
2. Transferências Constitucionais e Legais a Entes Subnacionais	(10.012,0)
3. Receita Líquida (1 - 2)	(38.371,9)
4. Despesas Obrigatórias	22.163,9
5. Abatimento da Meta	70.672,1
6. Despesas discricionárias (3 - 4 + 5)	10.136,4

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

24. Convém ressaltar que os valores dessa expansão que cabem ao Poder Executivo serão alocados nos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para aplicação nas suas políticas finalísticas.

4. PARÂMETROS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso II)

25. Nessa seção apresentamos o comparativo dos principais parâmetros macroeconômicos em relação à Avaliação anterior.

Tabela 2: Parâmetros 2014

Parâmetros	Avaliação 4º Bimestre (b)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Taxa de Variação %
PIB real (%)	0,90	0,50	-44,5%
PIB Nominal (R\$ bilhões)	5.206,3	5.185,2	-0,4%
IPCA acum (%)	6,20	6,45	4,0%
IGP-DI acum (%)	4,60	3,00	-34,8%
Taxa Over - SELIC Aum. Ano (%)	10,86	10,88	0,2%
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	2,29	2,32	1,3%
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	106,26	104,78	-1,4%

Fontes: SPE/MF.

Elaboração: SOF/MP.



26. As principais alterações observadas nas estimativas dos parâmetros macroeconômicos são a redução, tanto na taxa de crescimento real do PIB, para 0,5%, como no IGP-DI, para 3,0%. A projeção da variação acumulada do IPCA, embora tenha apresentado aumento, se mostra ainda abaixo do teto da meta de inflação, que é de 6,5%. As variações na projeção SELIC refletem decisão do COPOM, de 29 de outubro de 2014. Por fim, as alterações observadas nas estimativas de câmbio e do preço médio do Petróleo, incorporam a realização de dados recentes.

5. ANÁLISE DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

27. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

28. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências, apresentou diminuição de R\$ 38.371,9 milhões em relação à mesma estimativa constante do Relatório do quarto bimestre. Houve queda em praticamente todas projeções dos tributos que compõem esse grupo de receitas. Os decréscimos mais acentuados ocorreram nas estimativas IR, COFINS, CSLL e Outras Administradas pela RFB. O quadro abaixo demonstra essas variações:



Tabela 3: Comparativo das receitas primárias

Discriminação	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	1.293.708,4	1.245.324,5	(48.383,9)
Receita Administrada pela RFB/MF, líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS	765.628,1	747.898,2	(17.729,9)
Imposto de Importação	37.482,1	37.768,4	286,3
IPI	49.531,0	50.250,7	719,7
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	297.457,9	288.010,4	(9.447,4)
IOF	30.468,1	30.263,6	(204,6)
COFINS	199.973,2	197.474,8	(2.498,4)
PIS/PASEP	52.729,2	52.228,8	(500,4)
CSLL	67.674,7	63.916,2	(3.758,5)
CIDE - Combustíveis	24,1	23,8	(0,4)
Outras Administradas pela RFB/MF	30.287,8	27.961,5	(2.326,3)
Arrecadação Líquida para o RGPS	346.839,4	346.339,4	(500,0)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	181.240,9	151.086,9	(30.154,0)
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	209.742,8	199.730,8	(10.012,0)
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.083.965,5	1.045.593,6	(38.371,9)

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

29. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo deste relatório.

5.2. Receitas Não - Administradas pela RFB/MF

30. A variação negativa na projeção desse grupo de receitas, no valor de R\$ 30,2 bilhões, concentrou-se basicamente nas estimativas de Concessões, Cota-Parte das Compensações Financeiras, Operações com Ativos e Demais receitas. Tal variação se deve à incorporação de dados realizados até outubro e atualização de parâmetros.

5.3. Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

31. O decréscimo na projeção das transferências constitucionais e legais, no valor de R\$ 10,0 bilhões, decorreu das alterações verificadas nas projeções das receitas administradas pela RFB e da revisão do cronograma de arrecadação.



6. ANÁLISE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2014, art. 51, incisos I e III)

32. As variações observadas nas estimativas das despesas obrigatórias são as seguintes:

Tabela 4: Variações nas despesas primárias obrigatórias

R\$ milhões

Descrição	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
A) Acréscimos	519.093,3	544.551,9	25.458,6
Abono e Seguro-Desemprego	42.992,5	51.744,8	8.752,2
Benefícios da Previdência	387.440,6	395.532,0	8.091,4
Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha	11.000,0	14.586,8	3.586,8
Auxílio à CDE	9.000,0	10.540,0	1.540,0
Benefícios de Prestação Continuada - LOAS / RMV	37.008,4	38.399,2	1.390,8
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	5.208,0	5.986,2	778,2
Complementação FUNDEB	10.355,4	10.859,5	504,1
Créditos Extraordinários	3.085,2	3.534,6	449,4
Complemento do FGTS	400,0	600,0	200,0
Fabricação de Cédulas e Moedas	454,0	554,0	100,0
Demais Poderes, MPU e DPU	11.865,2	11.927,9	62,6
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	284,1	287,1	3,0
B) Reduções	222.541,4	219.246,6	(3.294,7)
Pessoal e Encargos Sociais	219.819,3	218.020,3	(1.798,9)
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	961,3	45,3	(916,0)
Despesas Custeadas com Convênios e Doações do Poder Executivo	932,8	596,8	(336,0)
Indenizações e Benefícios de Legislação Especial	594,5	385,6	(208,9)
Anistiados	233,5	198,6	(34,9)
C) Total = (A) + (B)			22.163,9

Fontes: SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

33. As estimativas das despesas com Abono e Seguro-Desemprego, Benefícios de Prestação Continuada - LOAS / RMV e Complementação FUNDEB foram revistas com base na execução financeira até outubro.

34. A majoração observada na projeção de gastos com benefícios previdenciários considera o pagamento dessas despesas até o mês de outubro, cujos valores desembolsados ficaram acima das projeções feitas por ocasião da Lei Orçamentária. Essa revisão incorpora também a necessidade de ajuste nas dotações das sentenças de pequeno valor.

35. Em relação à Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, sua estimativa foi ampliada em R\$ 3,6 bilhões de forma a adequar ao valor da renúncia previdenciária decorrente de desonerações, com base na arrecadação verificada até o momento.



36. Sobre a previsão de dispêndio com o Auxílio à CDE, foram somados R\$ 1,5 bilhão que se destinam a complementar os recursos destinados a essa Conta, conforme as finalidades previstas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

37. A variação observada em créditos extraordinários diz respeito aos pagamentos realizados até outubro do presente exercício.

38. Em relação ao Complemento do FGTS, o incremento nessa projeção se refere aos pagamentos para o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme a programação financeira da STN.

39. A maior estimativa com fabricação de cédulas e moedas justifica-se pela reprogramação do dispêndio da autoridade monetária neste ano, conforme decisão tomada em Reunião do Conselho Monetário Nacional, de 16 de outubro de 2014.

40. No que se refere aos Demais Poderes, MPU e DPU, a projeção a maior dessas despesas se explica por créditos adicionais em tramitação. Desses créditos, R\$ 15,1 milhões, se referem a despesas à conta de excesso de arrecadação de receitas próprias, que são acrescidas ao limite dos Demais Poderes por força do §13º, do art. 51 da LDO – 2014. O restante da variação observada, no montante R\$ 47,5 milhões, é relativo a benefícios aos servidores.

41. O acréscimo nas estimativas das transferências à ANA reflete o crédito suplementar a ser aberto, à conta de excesso de arrecadação da fonte 116 – Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos.

42. No que diz respeito às projeções de Pessoal e Encargos Sociais, a redução observada se justifica pela confirmação da tendência de realização dessa despesa abaixo do estimado, desde agosto de 2014.

43. Acerca das Transferências ANEEL, como se trata simplesmente de repasse de valores arrecadados em natureza de receita específica, a frustração dessa arrecadação até o momento se refletiu na diminuição da expectativa de repasse até o final do exercício.

44. Por fim, os decréscimos observados nas estimativas das Despesas Custeadas com Doações e Convênios; Anistiados, Indenizações e Benefícios de Legislação Especial se explicam pela incorporação de valores realizados até outubro a tais estimativas.

7. DÉFICIT DO RGPS (LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I, III e IV)

45. A previsão das receitas do RGPS foi reduzida em R\$ 500 milhões, enquanto a estimativa das despesas da previdência foi majorada em R\$ 8,1 bilhões. O que redundou no aumento de R\$ 8,6 bilhões no déficit do RGPS. Esses movimentos ocorreram em consequência da atualização, tanto dos parâmetros macroeconômicos, como dos dados realizados até outubro de 2014. As tabelas a seguir demonstram as novas projeções.



Tabela 5: Projeção da Receita Previdenciária

R\$ milhões

Mês	Arrecadação Bruta	SIMPLES	Parcelamentos	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida
jan/14	25.302,2	2.759,2	295,9	(4.795,9)	23.561,5
fev/14	24.601,8	2.263,9	306,7	(2.838,6)	24.333,9
mar/14	24.347,8	2.269,2	287,8	(2.878,2)	24.026,7
abr/14	24.889,8	2.250,4	293,8	(2.856,5)	24.577,5
mai/14	25.338,2	2.486,1	293,4	(2.835,6)	25.282,1
jun/14	25.230,8	2.475,8	334,7	(2.880,6)	25.160,7
jul/14	25.492,7	2.381,5	284,2	(2.900,0)	25.258,5
ago/14	25.714,0	2.516,7	1.028,2	(2.919,1)	26.339,8
set/14	25.683,8	2.595,1	501,3	(2.975,7)	25.804,5
out/14	25.803,3	2.637,8	532,6	(2.938,5)	26.035,2
nov/14	30.031,8	2.759,4	687,3	(3.081,9)	30.396,8
dez/14	50.584,4	2.803,6	687,3	(3.099,7)	50.975,6
Subtotal	333.020,6	30.198,9	5.533,4	(37.000,2)	331.752,6
Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha					14.586,8
TOTAL					346.339,4

Tabela 6: Projeção dos Benefícios Previdenciários

R\$ milhões

Mês	Benefícios Normais	Sentenças Judiciais	COMPREV	TOTAL
jan/14	27.707,4	1.280,9	136,7	29.125,1
fev/14	27.730,7	16,6	151,3	27.898,6
mar/14	29.047,0	345,0	166,9	29.558,9
abr/14	29.216,0	497,8	156,6	29.870,5
mai/14	29.853,0	455,8	174,9	30.483,8
jun/14	30.741,1	495,7	149,9	31.386,7
jul/14	31.128,5	539,8	144,2	31.812,5
ago/14	33.022,6	550,4	163,9	33.736,8
set/14	40.458,4	551,1	159,3	41.168,8
out/14	29.744,8	565,7	170,8	30.481,3
nov/14	34.615,3	1.935,3	301,6	36.852,2
dez/14	40.920,0	1.935,3	301,6	43.157,0
TOTAL	384.184,8	9.169,5	2.177,7	395.532,0



Tabela 7: Déficit Previdenciário

R\$ milhões

Descrição	Avaliação 4ª Bimestre (a)	Avaliação 5ª Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	346.839,4	346.339,4	-500,0
Benefícios Previdenciários	387.440,6	395.532,0	8.091,4
Déficit	40.601,2	49.192,6	8.591,4

Fonte/Elaboração: SOF/MP

8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2014, art. 51, § 4º, inciso V)

46. Ficam mantidas as projeções constantes do Anexo II do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2014.

9. BASE CONTINGENCIÁVEL (LDO-2013, art. 51, §§ 1º e 2º)

47. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

48. A LDO-2014, por sua vez, determina no § 1º do art. 51 que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A composição dessa base depende ainda do montante reestimado da receita primária líquida de transferências constitucionais e legais, uma vez que a exclusão das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU dessa base será feita na proporção da frustração dessa receita em relação a mesma receita do PLOA 2014.

49. Conforme demonstrado na tabela 8, a reavaliação das receitas primárias líquidas de transferências constitucionais e legais está inferior à estimativa contida no PLOA-2014, o que implica considerar a regra da exclusão proporcional, constante no § 2º do art. 51 da LDO-2014. Portanto, as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU constantes no PLOA-2014 serão reduzidas em 4,74%, proporcionalmente à frustração da receita líquida.



Tabela 8: Comparativo da Receita Primária Líquida de Transferências Constitucionais e Legais, Avaliação e a do PLOA 2014

R\$ milhões

Discriminação	PLOA-2014 (a)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
I. RECEITA TOTAL	1.315.353,7	1.245.324,5	(70.029,2)	-5,3%
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos fiscais	791.495,4	747.898,2	(43.597,3)	-5,5%
Arrecadação Líquida para o RGPS	356.839,4	346.339,4	(10.500,0)	-2,9%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	167.018,9	151.086,9	(15.932,0)	-9,5%
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	217.741,0	199.730,8	(18.010,1)	-8,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.097.612,8	1.045.593,6	(52.019,1)	-4,74%

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

50. A tabela seguinte demonstra a base contingenciável total, considerando a redução proporcional das atividades dos Demais Poderes.

Tabela 9: Demonstrativo da Base Contingenciável (art. 51, §§ 1º e 2º da LDO-2014)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.383.177.997.310
B. Total de Despesas Financeiras	1.111.961.267.751
C. Total de Despesas Obrigatórias e Discricionárias decorrentes de Emendas Individuais	1.094.890.137.106
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C)	176.326.592.453
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição PLOA - 2014 ⁽¹⁾	6.492.947.948
F. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios - Posição LOA 2014 ⁽²⁾	1.278.332.943
G. Base Contingenciável (D - E - F)	168.555.311.562

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(1) Exclusive Doações e Convênios, considerados na linha imediatamente inferior.

(2) Considera Doações e Convênios referentes às atividades do Poder Legislativo, Judiciário, MPU e DPU.

10. AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

51. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias, das despesas obrigatórias e do abatimento da meta fiscal indica a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira em R\$ 10,1 bilhões, em relação aos limites constantes da Avaliação do 4º bimestre.

52. De acordo com § 1º do art. 51 da LDO-2014, a ampliação nos limites que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU é de, respectivamente, R\$ 10.032,7 milhões, R\$ 17,4 milhões, R\$ 68,2 milhões e R\$ 18,1 milhões, conforme a tabela a seguir:



Tabela 10: Distribuição da ampliação dos limites entre os Poderes

Poderes e MPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	166.831.562.827	98,98	10.032.697.201
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.723.748.735	1,02	103.660.535
Câmara dos Deputados	191.685.579	0,11	11.527.335
Senado Federal	30.734.482	0,02	1.848.270
Tribunal de Contas da União	66.532.766	0,04	4.001.060
Supremo Tribunal Federal	16.396.651	0,01	986.040
Superior Tribunal de Justiça	14.660.499	0,01	881.634
Justiça Federal	333.719.964	0,20	20.068.812
Justiça Militar da União	13.033.443	0,01	783.788
Justiça Eleitoral	302.766.793	0,18	18.207.391
Justiça do Trabalho	350.329.896	0,21	21.067.679
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	12.866.741	0,01	773.763
Conselho Nacional de Justiça	85.692.946	0,05	5.153.290
Defensoria Pública da União			
Ministério Público da União	301.356.100	0,18	18.122.557
Conselho Nacional do Ministério Público	3.972.875	0,00	238.916
Total	168.555.311.562	100,0	10.136.357.736

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

11. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (LDO-2014, art. 52, *caput* e § 5º)

53. Como já explanado no Relatório de Avaliação de Fevereiro, as Emendas Parlamentares Individuais estão sujeitas a dois tipos de ajuste ao longo do exercício. O primeiro tipo se dá tão logo se tenha conhecimento da RCL realizada no exercício anterior, 2013, uma vez que o montante de execução obrigatória dessas emendas é de 1,2% dessa RCL, de acordo com *caput* do art. 52 da LDO-2014. O segundo tipo de ajuste ocorre em função da alteração do limite estabelecido em cada avaliação bimestral, conforme determina o §5º do referido art. 52.

54. Na LOA-2014, o valor dessas emendas para o Poder Executivo é de R\$ 8.607,3 milhões. Com o primeiro tipo de ajuste citado, que ocorreu em função do conhecimento da RCL de 2013, o montante de execução obrigatória em 2014 passou a ser R\$ 7.814,7 milhões. Em decorrência do resultado da presente Avaliação, que indica possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira, para o Poder Executivo, em R\$ 10.032,7 milhões, podemos calcular o segundo tipo de ajuste mencionado, conforme tabela abaixo:



Tabela 11: Variação das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo em decorrência dos resultados da presente Avaliação

Descrição	R\$ 1,00
A. Ampliação Geral do Poder Executivo	10.032.697.201
B. Despesas Discricionárias do Poder Executivo (RPs 2, 3 e 6)	176.279.631.511
C. Proporção Ampliação sobre as Despesas Discricionárias do Poder Executivo (A/B)	5,7%
D. Total de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo de execução obrigatória em 2014	7.814.687.982
E. Liberação das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo (C * D)	444.761.528

55. O montante de emendas disponíveis até o momento, no entanto, deve levar em consideração todos os ajustes feitos ao longo do ano, em cumprimento ao *caput* do art. 52 e seu § 5º, quais sejam, conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela 12: Posição Atual das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo

Descrição	R\$ 1,00
Valor de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo na LOA-2014	8.607.269.000
Redução com base em 1,2% da RCL de 2013	- 792.581.018
Valor de Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo ajustado	7.814.687.982
Redução com base no § 5º do art. 52 da LDO-2014 - Avaliação Fevereiro	- 1.352.073.808
Valor das Emendas a partir da Avaliação de Fevereiro	6.462.614.174
Ampliação com base no § 5º do art. 52 da LDO-2014	444.761.528
Valor atualizado das Emendas Parlamentares Individuais do Poder Executivo de execução obrigatória	6.907.375.701

56. Por fim, no que se refere aos Demais Poderes, MPU e DPU, os mesmos, no âmbito de suas competências, e, considerando o disposto no art. 52 da LDO-2014, poderão promover, por ato próprio, os ajustes permitidos nesse artigo em decorrência do resultado da presente Avaliação.



ANEXO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS e CPSS
(LDO-2014, art. 51, § 4º, incisos I e IV)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias e CPSSS) foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2013, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 11/11/14 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 11/11/14 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2014 em relação a 2013, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):	5,84%
PIB:	0,50%
Taxa Média de Câmbio:.....	7,38%
Taxa de Juros (Over):.....	32,48%
Massa Salarial:.....	10,00%

A arrecadação-base 2013 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2012.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta, exceto receitas previdenciárias, para o período de novembro a dezembro de 2014, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em **R\$ 136.561 milhões**. A esse valor foi acrescido o montante de **R\$ 3.381 milhões** referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza **R\$ 139.942 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a outubro de 2014 (**R\$ 628.187 milhões**), a arrecadação bruta para o ano de 2014 resultou em **R\$ 768.129 milhões**. Excluídas as restituições (**R\$ 20.084 milhões**), a arrecadação líquida correspondente é de **R\$ 748.045 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.



PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2014 (EXCETO CPSSS)

Parâmetros SPE - Versão: 11/nov/14

CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS

(A PREÇOS CORRENTES)

PERÍODO: NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2013 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Medida)			PREVISÃO 2014 [7]	RECEITAS EXTRAORDINA- RIAS	TOTAL
				PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.585	(1.379)	5.189	1,0221	1,4228	0,9610	7.253	-	7.253
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	12	-	12	1,0196	1,0082	1,0000	12	-	12
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	8.602	317	8.919	-	-	-	9.887	-	9.887
I.P.I. - FUMO	874	-	874	1,0000	0,8207	1,1500	825	-	825
I.P.I. - BEBIDAS	502	-	502	1,0000	1,0359	1,0000	520	-	520
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	507	253	759	1,0588	1,0097	1,0000	812	-	812
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.708	64	2.772	1,0230	1,4252	0,8629	3.487	-	3.487
I.P.I. - OUTROS	4.011	-	4.011	0,9978	1,0552	1,0000	4.222	-	4.222
IMPOSTO SOBRE A RENDA	58.796	(8.711)	48.085	-	-	-	54.754	-	54.754
I.R. - PESSOA FÍSICA	3.736	-	3.736	1,0616	1,0088	1,0105	4.031	-	4.031
I.R. - PESSOA JURÍDICA	22.331	(7.921)	14.410	1,0509	1,0082	1,0000	15.268	-	15.268
I.R. - REND. NA FONTE	30.729	(790)	29.939	-	-	-	35.455	-	35.455
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	16.385	-	16.385	1,0877	1,0000	1,0320	17.289	-	17.289
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	9.544	(690)	8.854	1,2553	1,1004	1,0000	12.234	-	12.234
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTE	3.549	-	3.549	1,0167	1,0176	1,0000	3.672	-	3.672
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	2.251	(100)	2.151	1,0511	1,0082	1,0000	2.280	-	2.280
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.455	-	5.455	1,0502	1,0082	1,0000	5.776	-	5.776
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	150	-	150	1,0815	1,0000	1,0000	159	-	159
CONVENIADO	124	-	124	1,0615	1,0000	1,0000	131	-	131
NÃO CONVENIADO	26	-	26	1,0645	1,0000	1,0000	28	-	28
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	45.570	(11.732)	33.838	1,0511	1,0082	0,9962	35.722	-	35.722
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10.581	(1.744)	8.837	1,0511	1,0082	0,9969	9.335	-	9.335
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	11.226	(3.700)	7.526	1,0509	1,0082	1,0000	7.974	-	7.974
CIDE - COMBUSTÍVEIS	26	(24)	2	1,0000	1,0375	1,0000	2	-	2
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNOAF	82	-	82	1,0505	1,0082	1,0000	87	-	87
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	5.572	(722)	5.351	-	-	-	5.820	3.381	9.001
RECEITAS DE LOTERIAS	678	-	678	1,0504	1,0000	0,9929	707	-	707
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	389	-	389	1,0211	1,0082	1,0000	400	-	400
DEMAIS	4.505	(222)	4.283	1,0458	1,0075	1,0000	4.512	3.381	7.893
TOTAL	156.640	(27.195)	123.445	-	-	-	139.551	3.381	139.932

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o período de novembro a dezembro de 2014.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas pontuais ou extraordinárias.

Cabe destacar que o ajuste da base foi utilizado para fins de compatibilização entre as estimativas das receitas da dívida ativa, elaboradas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e as da arrecadação da RFB.

1) I. Importação: (-R\$ 1.379 milhões); IPI-Vinculado: (+R\$ 64 milhões)

- Ajuste de dias úteis;
- Arrecadação atípica de Imposto de Importação em dezembro de 2013.

2) IPI-Automóveis: (+R\$ 253 milhões)

- Normalização de base.

3) IRPJ: (-R\$ 7.921 milhões); CSLL: (-R\$ 3.700 milhões)

- Recomposição de base em função de termos de compensação;
- Arrecadação atípica, em dezembro de 2013, em virtude de lançamentos de ofícios, juros de mora e da classificação de recolhimentos do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13 para o IRPJ/CSLL.

4) IRRF-Rendimentos de Capital: (-R\$ 690 milhões)



- Arrecadação atípica referente ao item Juros sobre o Capital Próprio.

5) IRRF-Outros Rendimentos: (-R\$ 100 milhões)

- Arrecadações atípicas, em especial, nos meses de outubro e novembro de 2013.

6) COFINS: (-R\$ 11.732 milhões); PIS/PASEP (-R\$ 1.744 milhões)

- Recomposição de base de Cofins/PIS de instituições financeiras em decorrência da adesão ao parcelamento instituído pela Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais e de Cofins/PIS de instituições financeiras;
- Arrecadação atípica decorrente da classificação, em dezembro de 2013, de recolhimentos da Lei 12.865/13.

7) CIDE-Combustíveis: (-R\$ 24 milhões)

- Normalização da base.

8) Outras Receitas Administradas-Demais (-R\$ 222 milhões)

- Arrecadações atípicas em decorrência da Lei 12.865/13;
- Arrecadações atípicas de depósitos judiciais;
- Recomposição de base para refletir o ganho de arrecadação em decorrência dos recolhimentos esperados para as parcelas do parcelamento instituído pela Lei 12.865/13;
- Normalização da base, no período de setembro a dezembro de 2014, para refletir a expectativa de recolhimentos constantes no valor de R\$ 1.700 milhões, em decorrência do parcelamento instituído pela lei 12.966/14.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) Imposto de Importação: 1,0221; Imposto de Exportação: 1,0196; IPI-Vinculado à Importação: 1,0230; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0211

- Variação da taxa média de câmbio.

2) IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) IPI-Automóveis: 1,0588

- Índice de preço específico do setor.

4) IPI-Outros: 0,9976

- Índice de preço da indústria de transformação.

5) IRPF: 1,0616

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011. Incorpora variação de preço e de quantidade;



- Ganhos em Bolsa: sem variação;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
- 6) **IRPJ: 1,0509 e CSLL: 1,0509**
- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2011;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2012.
- 7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0877**
- Setor privado: crescimento da massa salarial;
 - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,2558**
- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - SWAP: Câmbio;
 - Demais: Índice Ponderado (IER).
- 9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0167**
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Demais: Câmbio.
- 10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0511; IOF: 1,0502; ITR: 1,0615; COFINS: 1,0511; PIS/PASEP: 1,0511; FUNDAF: 1,0505; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0504 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0456**
- Índice Ponderado (IER).
- C) **EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).**
- 1) **I. Importação: 1,4228 e IPI-Vinculado à Importação: 1,4252**
- Variação, em dólar, das importações.
- 2) **IPI-Fumo: 0,8207**
- Vendas de cigarros ao mercado interno.
- 3) **IPI-Bebidas: 1,0359**
- Produção física de bebidas.
- 4) **IPI-Automóveis: 1,0097**
- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.
- 5) **IPI-Outros: 1,0552**
- Produção física da indústria de transformação.



- 6) **IRPF: 1,0058**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2011 já considerado no efeito-preço;
 - Ganhos em Bolsa: Sem variação;
 - Demais: PIB de 2012.
- 7) **IRPJ: 1,0082 e CSLL: 1,0082**
 - Declaração de ajuste: PIB de 2011;
 - Demais: PIB de 2012.
- 8) **IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**
 - Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1004**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0176**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) **I. Exportação: 1,0082; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0082; IOF: 1,0082; COFINS: 1,0082; PIS/PASEP: 1,0082; CIDE-Combustíveis: 1,0375; FUNDAF: 1,0082; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0082 e Outras Receitas Administradas- Demais: 1,0075**
 - PIB.
- D) **EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).**

Na presente estimativa foi considerada a legislação em vigor, até o dia 14/08/2013, além de legislações ainda não editadas, constantes dos Memorandos 372 e 379 /SE/MF, encaminhados à RFB para fins de que seus efeitos fossem incorporados nas estimativas de receita.

- 1) **I. Importação: 0,9610**
 - Variação da alíquota média.
- 2) **IPI-Fumo: 1,1500**
 - Regime especial de apuração e recolhimento do IPI (regulamentado por meio do Decreto 7.555/11).
- 3) **IPI-Automóveis: 1,0000**
 - Prorrogação, até 31/12/2014, dos efeitos da desoneração do IPI de automóveis (Decreto 8.279/14).



- 4) **IPI-Vinculado: 0,8629**
 - Variação da alíquota média.
- 5) **IPI-Outros: 1,0000**
 - Prorrogação da redução de IPI sobre Laminados, Luminárias, Móveis e painéis (Decreto 8.280/14);
- 6) **IRPF: 1,0105 e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0320**
 - Efeito tabela (Lei 12.469/11);
- 7) **IRPJ: 1,0000**
 - Depreciação acelerada de caminhões e vagões (3x normal) - Lei 12.788/13;
 - Depreciação acelerada para aquisição de bens de capital (2x normal);
 - Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
 - Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13);
 - Prorrogação da aplicação de parcela do IR devido no FINOR e FINAM (MP 634/13).
- 8) **COFINS: 0,9962 e PIS/PASEP: 0,9969**
 - Regime especial de apuração e recolhimento de IPI Cigarros (Decreto 7.555/11 – o efeito no PIS/Cofins é indireto);
 - Desoneração da Cesta básica e prorrogação da alíquota reduzida de PIS/Cofins de massas (MP 609/13 – Lei 12.839/13);
 - Instituição de crédito presumido na venda de álcool, inclusive para fins carburantes e redução de alíquotas em operações de venda (MP 613/13 e Decreto 7.997/13);
 - Redução das alíquotas com elevação escalonada para o importador e produtos petroquímicos (MP 613/13);
 - Alteração dos limites do Lucro Presumido (Lei 12.814/13);
 - Redução a zero das alíquotas sobre serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros (MP 617/13);
 - Reintegra – Regime especial de reintegração de Valores Tributários para empresas exportadoras (MP 651/14).
- 9) **CSLL: 1,0000**
 - Alteração dos limites do Lucro Presumido (MP 612/13 – Lei 12.844/13);
 - Prorrogação da depreciação acelerada incentivada para geração de energia elétrica (Lei 12.865/13).
- 10) **CIDE-Combustíveis: 1,0000**
 - Redução, a zero, das alíquotas incidentes na importação e comercialização de gasolina e diesel.



11) Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 0,9929

- O efeito foi utilizado para promover a compatibilização da estimativa da RFB com a da Caixa Econômica Federal – CEF.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Trata-se de receitas não constantes do fluxo normal de arrecadação do ano em curso. Em geral, referem-se a períodos de apuração anteriores e decorrem de ações fiscais efetuadas tanto pela RFB quanto pela PGFN.

Para o período considerado, foram incorporadas nas estimativas de receita a título de receitas extraordinárias o valor de R\$ 3.381 milhões.

Nesse valor estão incluídos R\$ 3.000 milhões referentes aos parcelamentos especiais, decorrentes da MP 651/14, art. 33.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

**PLN 36/2014 CN**

Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO

Situação: Transformado na Lei Ordinária 13053/2014**Identificação da Proposição****Autor**

Presidência da República

Apresentação

11/11/2014

Ementa

Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

Informações de Tramitação**Forma de apreciação****Regime de tramitação**

Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
11/11/2014	CONGRESSO NACIONAL (CN) Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 36/2014, pela Presidência da República, que: "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".
24/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) Aprovado o Parecer da Comissão. A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2014, APROVOU, contra os votos dos Deputados Nilson Leitão, Izalci, Sandra Rosado, Felipe Mala, Professora Dorinha Seabra Rezende e Penna, o Relatório do Senador ROMERO JUCÁ, favorável ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 80 (oitenta) emendas apresentadas, foram REJEITADAS. Dos 39 (trinta e nove) destaques apresentados, todos foram REJEITADOS. A Contestação de autoria do Deputado Izalci com apoio dos Deputados, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende, Nilson Leitão, Sandra Rosado e Penna foi REJEITADA.
15/12/2014	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Transformado na Lei Ordinária 13053/2014. DOU 15/12/14 PÁG 01 COL 01. EDIÇÃO EXTRA.

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (0)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (3)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (1)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (0)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
11/11/2014	CONGRESSO NACIONAL (CN) * Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 36/2014, pela Presidência da República, que: "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".
11/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * CRONOGRAMA
12/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * Designado Relator o Senador Romero Jucá, conforme Of. Pres. n. 185/2014/CMO, de 12.11.2014.
13/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)



• Prazo para Emendas ao Projeto (13 a 17/11/2014, às 17 horas)

• (SSCLCN) - A Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, a Mensagem nº 375, de 2014, solicitando que seja atribuído regime de urgência ao Projeto de Lei nº 36, de 2014 - CN. (Juntada ao processado do presente projeto)

A Presidência recebeu o Ofício nº 186 de 2014, do Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Devanir Ribeiro, que encaminha solicitação do Senador Romero Jucá, quanto à alteração do cronograma do Projeto de Lei nº 36 de 2014-CN.

Cumpra-se na forma solicitada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Cronograma alterado do PLN nº 36/2014 - CN:

12/11 - publicação e distribuição de avulsos;

Até 17/11, às 17h - apresentação de emendas;

Até 17/11, às 21h - publicação e distribuição de avulsos das emendas;

18/11 - apresentação, publicação e distribuição do relatório;

Até 19/11 - votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

• CRONOGRAMA ALTERADO

14/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• (SSCLCN) - Ao Plenário.

***** Retificado em 14/11/2014*****

Juntada Mensagem nº 376 de 2014, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, solicitando a retirada da Mensagem nº 375 de 2014, que requereu urgência para o presente projeto.

17/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• Encerrado o prazo, em 17.11.2014, às 17h, ao Projeto foram apresentadas 80 (oitenta) emendas.

• Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.

18/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• Apresentação do Relatório do Relator, RRL 1 CMO, pelo Sen. Romero Jucá

• Voto pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator, quanto às 80 (oitenta) emendas apresentadas, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.

19/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• À SSCLCN.

20/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• Em 19/11/2014, o Presidente informou que houve um acordo político com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e com os Líderes Partidários da Oposição e do Governo, que entraram em consenso com o Presidente desta Comissão, no sentido de que a 5ª Reunião Extraordinária da CMO, encerrada ontem, dia 18 de novembro, fosse reaberta na data de hoje, dia 19 de novembro, às 15h30min, e fossem refeitas as votações referentes ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN. A reunião seria retomada na fase de apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN.

Após este pronunciamento, o Presidente deu curso aos trabalhos, e fizeram o uso da palavra, manifestando apoio ao acordo político, os Senadores Romero Jucá (PMDB/RR) e José Pimentel (PT/CE), Líder do Governo no Congresso Nacional, os Deputados Mendonça Filho (DEM/PE), Líder do DEM, Antonio Imbassahy (PSDB/BA), Líder do PSDB, Domingos Sávio (PSDB/MG), Líder da Minoria, Claudio Puty (PT/PA), Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Pauderney Avelino (DEM/AM), João Leão (PP/BA), Izalci (PSDB/DF), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Arnaldo Jardim (PPS/SP), Vice-Líder do PPS, Felipe Mala (DEM/RN), Marcus Pestana (PSDB/MG), Daniel Almeida (PCdoB/BA) e Givaldo Carlinhão (PROS/AL).

• - Anexado à folha nº 122, Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, de autoria do Senador Romero Jucá aprovado na Câmara dos Deputados com votos contrários dos Deputados Izalci (PSDB/DF), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Rodrigo de Castro (PSDB/MG). Em votação no Senado Federal, aprovado com votos contrários dos Senadores Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e Cyro Miranda (PSDB/GO).

- Anexado à folha nº 123, Requerimento solicitando dispensa do prazo regimental de 2 (dois) dias úteis, de autoria do Senador Romero Jucá, para apreciação do Relatório



apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN.

- Anexado às folhas de nºs 124 a 127, Folha de votação nominal, solicitada pelo Deputado Mendonça Filho (DEM/PE), Líder do DEM, sendo concedida pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Procedida a votação nominal, registrou-se: Votos SIM: 15; Votos NÃO: 07; total de votantes: 22. Não tendo sido alcançada a maioria absoluta, conforme determina o dispositivo legal supracitado, o Presidente anunciou que o requerimento de quebra de interstício não foi aprovado na Câmara dos Deputados.

-Anexado às folhas 128 a 146, Resultado de Reunião 25-A e 25-B, referentes à continuação da 5ª Reunião Extraordinária, convocada para 18/11/2014 e 19/11/2014.

24/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• Na Sexta Reunião Extraordinária, em 24.11.2014, foram apresentados 39 destaques.

24/11/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) - 20:00 Reunião

• Aprovado o Parecer da Comissão. A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2014, APROVOU, contra os votos dos Deputados Nilson Leitão, Izalci, Sandra Rosado, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Penna, o Relatório do Senador ROMERO JUCÁ, favorável ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 80 (oitenta) emendas apresentadas, foram REJEITADAS. Dos 39 (trinta e nove) destaques apresentados, todos foram REJEITADOS. A Contestação de autoria do Deputado Izalci com apolamento dos Deputados, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende, Nilson Leitão, Sandra Rosado e Penna foi REJEITADA.

15/12/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

• Transformado na Lei Ordinária 13053/2014. DOU 15/12/14 PÁG 01 COL 01. EDIÇÃO EXTRA.

26/12/2014 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

• Processo arquivado no Senado Federal.

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

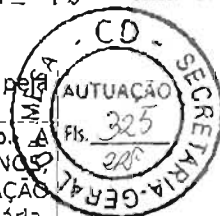
PLN 36/2014 CN Emendas apresentadas

PLN 36/2014 CN Pareceres apresentados

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

Pareceres, Substitutivos e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
RRL 1 CMO => PLN 36/2014 CN	Relatório do Relator	18/11/2014	Romero Jucá	Voto pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator, quanto às 80 (oitenta) emendas apresentadas, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.
PAR 1 CMO => PLN 36/2014 CN	Parecer de Comissão	19/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprovado o Parecer da Comissão. A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Senador ROMERO JUCÁ, favorável ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator, quanto às 80 (oitenta) emendas

PAR 2 CMO => PLN 36/2014 CN	Parecer de Comissão	25/11/2014	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	apresentadas, ofereceu voto REJEIÇÃO. Aprovado o Parecer da Comissão COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2014, APROVOU, contra os votos dos Deputados Nilson Leitão, Izalci, Sandra Rosado, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Penna, o Relatório do Senador ROMERO JUCÁ, favorável ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 80 (oitenta) emendas apresentadas, foram REJEITADAS. Dos 39 (trinta e nove) destaques apresentados, todos foram REJEITADOS. A Contestação de autoria do Deputado Izalci com apoio dos Deputados, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende, Nilson Leitão, Sandra Rosado e Penna foi REJEITADA.
-----------------------------------	------------------------	------------	--	--





CONGRESSO NACIONAL
PROJETO DE LEI Nº 36 de 2014-CN
(Mensagem nº 365 de 2014, na origem)

ROL DE DOCUMENTOS

1. PROJETO DE LEI
2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
3. MENSAGEM
4. LEGISLAÇÃO CITADA



PROJETO DE LEI Nº 36, DE 2014

Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A meta de superávit a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida no montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



EM nº 00206/2014 MP

Brasília, 5 de Novembro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Ao longo de 2014, foi revisada para baixo a previsão de crescimento da economia brasileira para este ano quando comparada à utilizada no início de 2013, para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. Esta revisão para baixo da previsão de crescimento tem ocorrido em diversos países, levando instituições e organismos internacionais a revisarem para baixo a estimativa de crescimento da economia mundial para este ano de 2014.
2. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias de forma que se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos. As políticas de incentivos fiscais e a manutenção do investimento tornaram-se imprescindíveis para minimizar os impactos do cenário externo adverso e garantir a retomada do crescimento da economia nacional.
3. Neste sentido, a proposta encaminhada consiste em ampliar a possibilidade de redução do resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Para isto propõe-se a alteração da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências", que estabelece no caput do art. 3º que a meta de superávit primário poderá ser reduzida em até R\$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais), valores esses relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.
4. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências".

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior



Mensagem nº 365

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".

Brasília, 10 de novembro de 2014.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

.....



LEI Nº 12.919, DE 24 DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º A meta de superávit a que se refere o art. 2º pode ser reduzida em até R\$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais), relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei, e a desonerações de tributos.

§ 1º O montante de que trata o caput abrange, na execução da Lei Orçamentária de 2014, o valor dos respectivos restos a pagar.

§ 2º A Lei Orçamentária de 2014 observará, como redutor da meta primária, o montante constante do respectivo Projeto.

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III, as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, às decorrentes de emendas individuais e ao Anexo de Metas e Prioridades, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará em anexo à Lei Orçamentária de 2014, nos termos do inciso IX do Anexo I, se a despesa é:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

a) obrigatória quando constar do Anexo III (RP 1);

b) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 2);

c) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 3); ou

d) discricionária e decorrente de emendas individuais (RP 6);

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL



III - primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou
- b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

.....
.....

LEI Nº 12.952, DE 20 JANEIRO DE 2014

*Estima a receita e fixa a despesa da União para o
exercício financeiro de 2014.*

.....
.....

FONTES

<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 13.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera a lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º A meta de resultado a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com o identificador de resultado primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta lei.

....." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Miriam Belchior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.12.2014 - Edição extra

*

PLN 5/2015 CN

Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

**Identificação da Proposição**Autor
Presidente da RepúblicaApresentação
23/07/2015**Ementa**

Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

Regime de tramitação
Ordinária**Última Ação Legislativa**

Data	Ação
23/07/2015	CONGRESSO NACIONAL (CN) Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 5/2015, pela Presidência da República, que: "Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".
12/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) Designado Relator o Deputado Hugo Leal.

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (0)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (0)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (1)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (0)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
23/07/2015	CONGRESSO NACIONAL (CN) * Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 5/2015, pela Presidência da República, que: "Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".
03/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * CRONOGRAMA
04/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * Prazo para Emendas ao Projeto (de 04/08/2015 a 11/08/2015)
06/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * Anexado à folha de nº 16, Ofício nº 316 (CN), de 5.8.2015, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, comunicando ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha que recebeu a Mensagem nº 269, de 2015, na origem, referente ao PLN 05/2015-CN.
11/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) * Encerrado o prazo regimental, ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas.

12/08/2015

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

* Designado Relator o Deputado Hugo Leal.



Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

PLN 5/2015 CN Emendas apresentadas



PLN 5/2015 CN

Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

Identificação da Proposição

Autor

Presidente da República

Apresentação

23/07/2015

Ementa

Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

**Regime de
Tramitação**
Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
23/07/2015	CONGRESSO NACIONAL (CN) Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 5/2015, pela Presidência da República, que: "Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".
12/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) Designado Relator o Deputado Hugo Leal.

Documentos Anexos e Referenciados

- Avulsos
- Destaques (0)
- Emendas ao Projeto (1)
- Emendas ao Substitutivo (0)
- Histórico de despachos (0)
- Legislação citada
- Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (0)
- Recursos (0)
- Redação Final
- Mensagens, Ofícios e Requerimentos (0)
- Relatório de conferência de assinaturas
- Dossiê digitalizado

Tramitação

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.



Data ▼	Andamento
23/07/2015	CONGRESSO NACIONAL (CN) <ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Alteração da LDO n. 5/2015, pela Presidência da República, que: "Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".
03/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) <ul style="list-style-type: none">▪ CRONOGRAMA
04/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) <ul style="list-style-type: none">▪ Prazo para Emendas ao Projeto (de 04/08/2015 a 11/08/2015)
06/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) <ul style="list-style-type: none">▪ Anexado à folha de nº 16, Ofício nº 316 (CN), de 5.8.2015, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, comunicando ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha que recebeu a Mensagem nº 269, de 2015, na origem, referente ao PLN 05/2015-CN.
11/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) <ul style="list-style-type: none">▪ Encerrado o prazo regimental, ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas.
12/08/2015	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) <ul style="list-style-type: none">▪ Designado Relator o Deputado Hugo Leal.



EM BRANCO



Mensagem nº 269

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015”.

Brasília, 22 de julho de 2015.



PROJETO DE LEI

Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da referida Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado não financeiro, de R\$ 8.747.000.000,00 (oito bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões de reais), sendo a meta de superávit primário de R\$ 5.831.000.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e trinta e um milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispendios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV.

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de superávit primário de que trata o **caput**, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

§ 2º A meta de superávit primário estimada para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é de R\$ 2.916.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e dezesseis milhões de reais).

§ 3º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2015, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o Programa de Dispendios Globais de que trata o inciso VI do **caput** do art. 11 e para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 4º A meta de superávit primário mencionada no **caput** considera:

I - as seguintes medidas legislativas em tramitação no Congresso Nacional, com as correspondentes estimativas de valores de arrecadação:



a) Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica, com receita estimada de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais); e

b) Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2015, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária - RERCT de bens não declarados, de origem lícita, mantidos no exterior por residentes e domiciliados no País e dá outras providências, cuja receita, para fins do § 5º, está estimada em R\$ 11.400.000.000,00 (onze bilhões e quatrocentos milhões de reais); e

II - receita de concessões e permissões estimada em R\$ 18.251.600.000,00 (dezoito bilhões, duzentos e cinquenta e um milhões e seiscentos mil reais).

§ 5º Se as receitas estimadas nos incisos I e II do § 4º apresentarem frustração, a meta de superávit primário prevista no **caput** será reduzida nos montantes correspondentes, até os valores de R\$ 21.400.000.000,00 (vinte e um bilhões e quatrocentos milhões de reais) para as medidas legislativas constantes do inciso I e de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para a estimativa constante do inciso II." (NR)

Art. 2º O Anexo IV.1 da Lei nº 13.080, de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Fica revogado o § 6º do art. 2º da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



EMI nº 00105/2015 MP MF

Brasília, 22 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência, proposta de Projeto de Lei alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, particularmente em relação às metas fiscais.
2. A previsão de crescimento da economia brasileira para o ano de 2015 foi revisada para baixo nos meses seguintes à publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.
3. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias, tornando necessário garantir espaço fiscal adicional para a realização das despesas obrigatórias e preservar investimentos prioritários. De outra parte, não obstante o contingenciamento de despesas já realizado, houve significativo crescimento das despesas obrigatórias projetadas.
4. Desse modo, considerando os efeitos de frustração de receitas e elevação de despesas obrigatórias, o esforço fiscal já empreendido não será suficiente, no momento, para a realização da meta de superávit primário para o setor público não financeiro consolidado estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.
5. Nesse sentido, propomos a revisão da meta fiscal originalmente definida, associada à adoção de medidas de natureza tributária e de novo contingenciamento de despesas que, uma vez implementadas, propiciarão os meios necessários à continuidade do ajuste fiscal em curso.
6. A esse respeito, merece destaque a ampliação dos esforços dirigidos ao combate à evasão e à sonegação de tributos, bem como a adoção de medidas que privilegiem a recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e de outras voltadas ao incremento das receitas tributárias, contribuições e demais receitas. De outra parte, há limitado espaço para medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, sem que se ocasione acentuado prejuízo à continuidade de inúmeras ações essenciais em curso, cujo sobrestamento, em uma análise de custo-benefício, implicaria maiores consequências para a sociedade.
7. Por certo, a meta de resultado primário encerra conteúdo de disciplina fiscal do Estado Brasileiro, consentâneo com os ditames da LRF. Entretanto, ela não deve ser vista como um fim em si mesmo, admitindo-se que, uma vez esgotados os mecanismos de ampliação da receita e os meios de limitação de despesas, se proponha, justificadamente, a sua alteração, tendo por base o pressuposto da transparência que deve orientar a gestão fiscal.
8. Nesse sentido, a sugestão encaminhada consiste em propor como meta um resultado primário do setor público consolidado equivalente a R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 5,8 bilhões a cargo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade. Ainda assim, diante do cenário de incerteza quanto à



efetividade da arrecadação decorrente das referidas medidas tributárias e concessões e permissões, a proposta define que será reduzido o resultado proposto, caso os efeitos de arrecadação das referidas medidas, incluindo algumas em tramitação no Congresso Nacional, se frustrem.

9. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que altera o art. 2º da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho, Joaquim Vieira Ferreira Levy



Aviso nº 317 - C. Civil.

Em 22 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa ao projeto de lei que "Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



ANEXO

(Anexo IV à Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

ANEXO IV

Metas Fiscais

IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 - LDO-2015, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2015 e indica as metas para 2016 e 2017. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter a sustentabilidade da política fiscal.

O objetivo primordial da política fiscal do Governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado, a distribuição da renda e a prover adequadamente o acesso aos serviços públicos universais. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o Governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido e bruto em relação ao PIB, a redução da estrutura a termo da taxa de juros, a melhora do perfil da dívida pública e o fortalecimento dos programas sociais.

Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Ressalte-se que o resultado fiscal nominal e o estoque da dívida do setor público apresentados são indicativos, pois são impactados por fatores fora do controle direto do Governo como, por exemplo, a taxa de câmbio.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O Governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, à evasão e à elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e de fiscalização. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos e de tarifas públicas adequadas, com melhora nas técnicas de gestão e de controle, com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade. O alinhamento de estruturas de governança pública às melhores práticas internacionais também fortalece a política fiscal.

A meta de superávit primário do setor público para 2015 foi fixada inicialmente em R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 1,2% do PIB estimado à época para o ano, quando da revisão da LDO em dezembro de 2014. Naquele momento, o mercado trabalhava com expectativa de obtenção de um superávit primário de



1,0% do PIB em 2015 e de um crescimento de 0,80% do PIB em 2015 (conforme apontado pelo Relatório Focus de 21/11/2014).

Para garantir que essa meta fosse atingida, o Governo adotou um amplo conjunto de medidas para reduzir despesas e para recuperar a arrecadação.

No âmbito do controle dos gastos, destacam-se: (i) aumento das taxas de juros em diversas linhas de crédito para reduzir os subsídios pagos pelo Tesouro Nacional; (ii) racionalização dos gastos de diversos programas de Governo, com revisão das metas; (iii) fim do subsídio à CDE no valor de R\$ 9,0 bilhões; (iv) revisão das regras de pensão por morte e auxílio doença; e (v) revisão do seguro defeso, do seguro desemprego e do abono salarial.

Adicionalmente, deve-se considerar o contingenciamento de gastos no valor de R\$ 69,9 bilhões. O governo reviu até mesmo as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), anunciando novos limites de comprometimento, prazos e taxas de juros, de forma a assegurar a sustentabilidade econômica do programa.

Em relação à receita, destacam-se as seguintes medidas já tomadas com o objetivo de elevar a arrecadação: (i) IPI para automóveis, móveis, laminados e painéis de madeira e cosméticos; (ii) PIS/Cofins sobre importação; (iii) IOF-Crédito para pessoa física; (iv) PIS/Cofins e CIDE sobre combustíveis; (v) PIS/Cofins sobre receitas financeiras das empresas; e (vi) correção de taxas e preços públicos.

Além disso, foram enviadas propostas legislativas que visam ao aumento da arrecadação: (i) o Projeto de Lei nº 863, de 2015, que reverte parte da desoneração da folha de pagamento e; (ii) a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, que aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL cobrada das instituições financeiras de 15% para 20%.

Todavia, em função de vários choques que ocorreram desde o final de 2014, o cenário macroeconômico mostrou-se desafiador, gerando grande frustração da estimativa de receitas. O primeiro choque, que se deu ainda em 2014, foi a acentuação da queda do preço das **commodities**. Pelo lado doméstico, a crise hídrica mais grave da história do País combinada com a crise do setor de construção civil produziu forte incerteza sobre o cenário macroeconômico e os indicadores de confiança continuaram a apresentar deterioração. Com base neste cenário, a economia se deteriorou ainda mais de forma que o mercado projeta retração de 1,7% do PIB em 2015, elevação da taxa Selic para 14,50% e elevação da taxa de inflação para 9,15%, conforme apontado pelo Relatório Focus de 17/07/2015.

Assim, apesar de todas as medidas adotadas, tornou-se imperiosa a redução da meta de resultado primário a ser realizado em 2015. Em termos nominais, a meta de superávit primário do setor público não financeiro consolidado para 2015 fica, portanto, fixada em R\$ 8.747 milhões, equivalente a 0,15% do PIB. Para 2016 e 2017, define-se um cenário de elevação gradual do resultado primário para R\$ 0,7% do PIB e 1,3% do PIB, respectivamente.

Para a consecução dos resultados fiscais propostos, o cenário macroeconômico de referência (Tabela 1) pressupõe recuperação moderada da atividade econômica, atingindo crescimento de 0,5% em 2016 e 1,8% em 2017. O cenário de inflação, por sua vez, prevê elevação temporária da inflação em 2015, por



conta da política de realinhamento tarifário, mas com desaceleração nos anos subsequentes, em consonância com os objetivos da política macroeconômica. Assim, terminado o ajuste nos preços monitorados, há convergência da inflação para o centro da meta.

Em relação à política monetária, em junho de 2015, a taxa Selic atingiu 13,75% com elevação de 6,5 p.p. desde o início do atual ciclo monetário em abril de 2013, quando a taxa Selic estava em 7,25%.

O regime de câmbio flutuante garante o equilíbrio externo e, somado à elevada quantidade de reservas internacionais, permite que a economia se ajuste de maneira suave às condições externas. Diante deste arcabouço, o cenário de referência prevê que a taxa de câmbio se situe na faixa entre R\$/US\$ 3,20 e R\$/US\$ 3,40.

As perspectivas de melhora do cenário internacional para o ano de 2015 ainda não se materializaram, pois algumas incertezas permanecem, tais como a intensidade da desaceleração da China, o desfecho da crise grega e a velocidade na qual se dará a recuperação norte-americana.

Tabela 1 - Cenário macroeconômico de referência

	2015	2016	2017
PIB (crescimento real % a.a.)	-1,5	0,5	1,8
Inflação (IPCA acumulado - var. %)	9,0	5,5	4,5
Selic (fim de período - % a.a.)	14,00	11,00	10,00
Câmbio (fim de período - R\$/US\$)	3,20	3,37	3,40

Fonte: Ministério da Fazenda, com base em projeções de mercado.

A meta de superávit primário fixada em R\$ 8.747 milhões para o setor público não financeiro em 2015 está dividida em R\$ 5.831 milhões para o Governo central, R\$ 2.916 milhões para os Estados e os Municípios e R\$ 0,00 para as estatais federais.

Tabela 2 - Trajetória estimada para a dívida do setor público

Variáveis (em % do PIB)	2015	2016	2017
Superávit primário do setor público não financeiro	0,15	0,70	1,30
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,28	0,24	0,22
Dívida líquida com o reconhecimento de passivos	36,6	38,0	38,6
Dívida bruta do Governo geral	64,7	66,4	66,3
Resultado Nominal	-6,47	-4,58	-3,23

Fonte: Projeção do Banco Central do Brasil para dívida bruta e líquida, com base nas metas fiscais e nos parâmetros macroeconômicos.

O cenário macroeconômico projetado, juntamente com a elevação gradual do resultado primário, permitirá a sustentabilidade da política fiscal, já que a dívida bruta do Governo geral como proporção do



PIB apresenta estabilidade em 2017. Assim, a trajetória de superávit definida é suficiente para estabilizar a dívida bruta ao término desse período.



Anexo de Metas Fiscais
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015
 (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2015 a 2017

Discriminação	Preços Correntes					
	2015		2016		2017	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	1.325.311	22,73	1.423.185	22,73	1.531.906	22,73
II. Despesa Primária	1.319.480	22,63	1.388.744	22,18	1.457.762	21,63
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	5.831	0,10	34.441	0,55	74.144	1,10
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	5.831	0,10	34.441	0,55	74.144	1,10
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-296.925	-5,09	-217.297	-3,47	-148.689	-2,21
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.333.169	22,86	1.506.933	24,06	1.660.649	24,64

Discriminação	Preços Médios de 2015 - IGP-DI		
	2015	2016	2017
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
I. Receita Primária	1.251.102	1.265.456	1.294.522
II. Despesa Primária	1.245.597	1.234.831	1.231.867
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	5.504	30.624	62.655
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0	0	0
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	5.504	30.624	62.655
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-280.299	-193.214	-125.648
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.241.659	1.330.383	1.396.335



Processo TC 021.643/2014-8 (com 121 peças)
Aposos: TC 015.891/2014-3 e TC 029.938/2014-7

Representação

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de representação formulada por este Procurador do Ministério Público de Contas (peça 1) em razão de indícios de irregularidades, noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país (peça 3), relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários.

Após a exposição sucinta dos fatos noticiados pela imprensa e a menção a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que regem as operações de crédito dos entes públicos, o Ministério Público de Contas requereu a realização de inspeção no Banco Central do Brasil e no Tesouro Nacional, e, se fosse o caso, em outros órgãos e entidades, com o objetivo de (peça 1, pp. 6/7):

- “(i) identificar a natureza, os montantes, as datas e demais dados relativos a cada uma das antecipações e repasses realizados desde o ano de 2012 entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras correlacionadas;
- (ii) acaso confirmadas as operações de crédito, promover a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;
- (iii) verificar se o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil capta, apura e registra, quando do cálculo do resultado fiscal e do endividamento do setor público, os passivos gerados para o Tesouro Nacional em razão da antecipação de valores realizada pelas instituições financeiras. Em caso contrário, promover a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;
- (iv) verificar como o Banco Central do Brasil, especificamente por intermédio de seus departamentos de supervisão bancária, acompanha, orienta e normatiza o registro de tais operações no balanço das instituições financeiras; e determinar as medidas corretivas necessárias.”

No despacho de peça 2, Vossa Excelência determinou a autuação da representação pela SecexFazenda e a manifestação da referida unidade técnica quanto à proposta de inspeção formulada pelo representante.

A SecexFazenda autuou a representação e pronunciou-se favoravelmente à realização da inspeção solicitada (peças 7 a 9), a qual foi autorizada por Vossa Excelência, nos termos do despacho de peça 14.

Destaque-se que, por determinação do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, foi apensado a estes autos o TC 015.891/2014-3, que trata de representação da SecexFazenda acerca de supostas irregularidades relacionadas ao atraso na transferência, pela União, dos recursos devidos a



estados e municípios referentes aos royalties do petróleo, às compensações financeiras pelo uso de recursos hídricos e à cota-parte do salário-educação.

A inspeção foi realizada no período de 6 a 31.10.2014 (peça 109, p. 1) e abrangeu os seguintes órgãos e entidades: Banco Central do Brasil (Bacen), Ministério da Fazenda (MFAZ), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Caixa Econômica Federal (Caixa), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades (CIDADES) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O volume de recursos fiscalizados foi da ordem de R\$ 1,17 trilhão, correspondente ao montante da dívida interna líquida do Governo Federal no final de outubro de 2014, mas as análises realizadas pela equipe de auditoria não compreenderam todas as situações existentes de repasses de recursos da União às instituições financeiras e aos entes federados, o que significa que as irregularidades encontradas não são exaustivas, podendo ser ainda maiores.

O objetivo da inspeção foi identificar eventuais irregularidades em repasses do Governo Federal às instituições financeiras e aos demais entes federados, de modo a responder às seguintes questões de auditoria (peça 109, p. 4):

“Questão 1 – os eventuais atrasos na cobertura, pela União, dos montantes devidos às instituições financeiras em decorrência das operações relacionadas à equalização de taxas de juros e ao pagamento de dispêndios de responsabilidade da União representam uma operação de crédito?

Questão 2 – qual a natureza e as demais características dos R\$ 4 bilhões de que trata a Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014?

Questão 3 – os repasses, aos demais entes federados, dos recursos referentes aos royalties do petróleo, da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e da cota-parte do salário educação estão sendo efetuados nos prazos devidos?

Questão 4 – qual o impacto fiscal (resultado e endividamento) decorrente de atrasos na cobertura de valores devidos às instituições financeiras, na transferência de recursos aos demais entes federados, bem como dos R\$ 4 bilhões de que trata a Nota de Esclarecimento publicada pela Bacen em 15/07/2014?”

Como resultado dos trabalhos de inspeção, a equipe de auditoria da SecexFazenda elaborou relatório de fiscalização (peça 109), em cuja conclusão foram assim resumidas as irregularidades identificadas (peça 109, p. 74):

“428. Foram listados achados em relação aos seguintes aspectos: (i) dívidas não registradas nas estatísticas fiscais; (ii) despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais; (iii) realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; (iv) execução de despesa sem dotação orçamentária; e (v) atrasos no repasse de recursos a estados e municípios e ao INSS.

429. Com relação às dívidas não registradas nas estatísticas fiscais, têm-se: (i) passivos junto à CAIXA – Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego; (ii) passivos junto ao BB – Equalização da Safra Agrícola e Títulos e Créditos a Receber junto ao Tesouro Nacional; (iii) passivos junto ao BNDES – Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e (iv) passivos junto ao FGTS no âmbito do PMCMV.

430. Com relação às despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais, têm-se aquelas relacionadas ao: (i) Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego; (ii) Equalização da Safra Agrícola; (iii) Títulos e Créditos a Receber do Tesouro Nacional; (iv)



Programa de Sustentação do Investimento (PSI); (v) FGTS – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); e (vi) FGTS - Lei Complementar nº 110, de 2001.

431. Quanto à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei, têm-se: (i) adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Programa Bolsa Família; (ii) adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial; (iii) adiantamentos concedidos pelo FGTS/CAIXA no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida; e (iv) Tesouro Nacional e BNDES – no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

432. No que tange à execução de despesa sem dotação orçamentária, tem-se o pagamento de dívidas junto ao FGTS no âmbito do PMCMV.

433. Por fim, quanto aos achados associados a atrasos no repasse de recursos a estados e municípios e ao INSS, têm-se: (i) atraso no repasse de recursos referentes aos royalties do petróleo e à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos; (ii) atraso no repasse de recursos referentes à cota-parte do salário educação; e (iii) atraso no repasse de recursos ao INSS para pagamento de benefícios previdenciários.”

Em face dos referidos achados, a equipe de auditoria, com a anuência do dirigente da SecexFazenda, formulou a seguinte proposta de encaminhamento ao Tribunal (peça 109, pp. 75/80, e peça 111):

“a) em razão de o Exmo. Procurador Júlio Marcelo de Oliveira ter requerido a oportunidade de oficiar nos autos após a instrução promovida por esta Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, determinar que os presentes autos lhe sejam encaminhados com a maior brevidade possível;

b) em razão do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Banco Central do Brasil em seu sítio na rede mundial de computadores:

b.1) determinar ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil que:

b.1.1) publique quadro específico na Nota de Imprensa de Política Fiscal em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados para o exercício financeiro de 2014 caso os passivos referentes aos adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal à União no âmbito do Programa Bolsa Família, do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais; (itens 98 a 105)

b.1.2) registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):

b.1.2.1) os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item ‘Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola’; (itens 106 a 120)

b.1.2.2) os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item ‘Título e créditos a receber – Tesouro Nacional’; (itens 121 a 123)

b.1.2.3) os valores referentes ao montante da equalização de taxa de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e (itens 124 a 143)

b.1.2.4) os valores referentes ao passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar nº 110, de 2001. (itens 144 a 180)

b.1.3) em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente:



- b.1.3.1) dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 187 a 207)
- b.1.3.2) dos dispêndios ocorridos no âmbito da equalização de taxa de juros a que se referem a Lei nº 8.427, de 1992, e a Portaria do Ministério da Fazenda nº 315, de 2014, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 208 a 236)
- b.1.3.3) dos dispêndios ocorridos no âmbito da legislação abrangida pelo ativo 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 237 a 243)
- b.1.3.4) da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do PSI de que trata a Lei nº 12.096, de 2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 244 a 248)
- b.1.3.5) da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei nº 11.977, de 2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento; e (itens 249 a 256)
- b.1.3.6) da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos recursos não repassados pela União e que, em razão do disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 110, de 2001, estão registrados como direitos de referido Fundo junto à União. (itens 257 a 266)
- c) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família:
- c.1) determinar:
- c.1.1) à Caixa Econômica Federal, em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, da referida Lei Complementar, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 269 a 286)
- c.1.2) ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Programa Bolsa Família mantida junto à Caixa Econômica Federal; (itens 269 a 286)
- c.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 269 a 286)
- c.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei nº 10.836, de 2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, IV, 'b', todos da Lei Complementar nº 101, de 2000: (itens 269 a 286)
- c.3.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- c.3.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;
- c.3.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;



c.3.4) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da Caixa Econômica Federal; e

c.3.5) Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello – CPF 491.467.346-00 – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

d) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial:

d.1) determinar:

d.1.1) à Caixa Econômica Federal (CAIXA), em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, da referida Lei Complementar, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 287 a 312)

d.1.2) ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente nas contas de suprimento de fundos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial mantidas junto à Caixa Econômica Federal; (itens 287 a 312)

d.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 287 a 312)

d.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono-Salarial, contrariando o que estabelecem o § 1º, I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, IV, 'b', todos da Lei Complementar nº 101, de 2000; (itens 287 a 312)

d.3.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

d.3.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

d.3.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;

d.3.4) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da CAIXA; e

d.3.5) Manoel Dias – CPF 007.829.719-20 – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

e) em relação aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei nº 11.977, de 2009:

e.1) determinar ao Ministério das Cidades que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos referente à contratação de operações de crédito interna, montante correspondente aos adiantamentos a que se refere o presente item, em virtude do que determinam o art. 3º da Lei nº 4.320, de 1964, e o art. 32, § 1º, I a V, da Lei Complementar nº 101, de 2000; (itens 313 a 324)

e.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 313 a 324)

e.3) chamar em audiência os gestores identificados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de



crédito com inobservância de condição estabelecida pelo art. 32, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e pelo art. 3º da Lei nº 4.320, de 1964: (itens 313 a 324)

e.3.1) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;

e.3.2) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e

e.3.3) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

f) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas pela edição das Portarias nº 122, de 10 de abril de 2012, nº 357, de 15 de outubro de 2012, e nº 29, de 23 de janeiro de 2014, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000:

f.1) determinar:

f.1.1) ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 325 a 338)

f.1.2) ao Ministério da Fazenda que efetue, de imediato, o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei nº 12.096, de 2009; (itens 325 a 338)

f.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 325 a 338)

f.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal [sic] para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial [sic], contrariando o que estabelecem o § 1º, I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, IV, 'b', todos da Lei Complementar nº 101, de 2000: (itens 325 a 338)

f.3.1) Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da edição da Portaria nº 122, de 10 de abril de 2012;

f.3.2) Nelson Henrique Barbosa Filho – CPF 009.073.727-08 – Ministro de Estado da Fazenda interino, em razão da edição da Portaria nº 357, de 15 de outubro de 2012;

f.3.3) Dyogo Henrique de Oliveira – CPF 768.643.671-34, Ministro de Estado da Fazenda interino, pela edição da Portaria nº 29, de 23 de janeiro de 2014;

f.3.4) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

f.3.5) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

f.3.6) Adriano Pereira de Paula – CPF 743.481.327-04 – Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional; e

f.3.7) Luciano Coutinho – CPF 095.048.855-00 – Presidente do BNDES.

g) em relação ao pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei nº 11.977, de 2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelecem o art. 167, II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000:



- g.1) em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, I [sic], da Lei Complementar nº 101, de 2000, alertar o Poder Executivo a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais; (itens 339 a 354)
- g.2) chamar em audiência os gestores identificados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei nº 11.977, de 2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelecem o art. 167, II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000: (itens 339 a 354)
- g.2.1) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;
- g.2.2) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e
- g.2.3) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.
- h) em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:
- h.1) determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere a Lei nº 7.990, de 1989, sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 8º de referida Lei; e (itens 356 a 370)
- h.2) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, aos estados, Distrito Federal e municípios: (itens 356 a 370)
- h.2.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- h.2.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- h.2.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.
- i) em relação aos atrasos no repasse de recursos de que tratam o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República e o Decreto nº 6.003, de 2006:
- i.1) determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto nº 6.003, de 2006; e (itens 371 a 390)
- i.2) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que tratam o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República e o Decreto nº 6.003, de 2006: (itens 371 a 390)
- i.2.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- i.2.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- i.2.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.
- j) em relação aos atrasos no repasse de recursos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):



k) em relação às movimentações de recursos (pagamentos de benefícios e repasses) no âmbito de pagamento de benefícios do INSS;

k.1) recomendar ao Banco Central do Brasil que adote providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições financeiras para o registro de referidas movimentações. (itens 398 a 411)”

O Ministério Público de Contas, pelos sólidos fundamentos expressos no relatório de fiscalização, aquiesce à proposta de encaminhamento ofertada pela SecexFazenda, com pequenos ajustes.

Os achados identificados pela equipe de auditoria confirmaram os indícios de irregularidades relatados na representação, ou seja, o Tesouro Nacional atrasou de forma sistemática o repasse às instituições financeiras de recursos destinados ao pagamento de benefícios sociais (bolsa família, abono salarial e seguro-desemprego), previdenciários (INSS) e econômicos (subvenções em financiamentos bancários).

Referidos atrasos, à exceção dos relativos aos repasses ao INSS, apresentam nítidas características de operação de crédito (de natureza orçamentária ou extraorçamentária, conforme o caso) entre a União e a instituição financeira, uma vez que esta, ao efetuar, no prazo devido, o pagamento dos benefícios aos destinatários finais, torna-se credora da União pelo montante dos valores pagos.

Com efeito, nos termos do art. 29, III, da Lei Complementar 101/2000, operação de crédito é definida como o “compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

Não há dúvida de que, nos casos em que a instituição financeira efetua, com recursos próprios, pagamento de despesas de responsabilidade da União, esta assume o compromisso financeiro de repassar àquela os recursos federais correspondentes, acrescidos dos encargos financeiros eventualmente acordados entre as partes.

Não é à toa, pois, que as instituições financeiras públicas inspecionadas na fiscalização empreendida pela SecexFazenda registraram, em seus ativos, os valores a receber do Tesouro Nacional referentes aos pagamentos de despesas de responsabilidade do Governo Federal.

O contrário, porém, não vinha sendo feito, ou seja, os passivos da União oriundos dos referidos atrasos não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a qual é calculada mensalmente pelo Banco Central e serve de base à apuração dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 4º, § 1º, da LC 101/2000).

O impacto dessas operações na dívida líquida e, consequentemente, nos resultados fiscais, só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras.



No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, a equipe de auditoria verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014 (jan. a jul./2014), a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União, uma vez que esta, em regra, só repassava os respectivos recursos financeiros àquela no início do mês subsequente ao do pagamento.

Como tais despesas, em razão da metodologia equivocada adotada pelo BACEN, só estavam produzindo impacto sobre a dívida líquida (= obrigações – haveres) no momento do desembolso dos recursos pela União (redução dos haveres), o **resultado fiscal** (variação da dívida líquida, segundo o método “abaixo da linha”) calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido.

Registre-se que o Departamento Econômico do Banco Central - Depec, em documento encaminhado a esta Corte, datado de 28.8.2014 (peça 92, pp. 20/2), **reconheceu que os valores a receber pela Caixa relativos aos pagamentos dos benefícios sociais citados** (registrados na subconta Cosif de uso interno da CEF 1.8.8.65.99.48 – Outros Créditos/Diversos/Pagamentos a Ressarcir/Outros Pagamentos/Valores a Receber – Programas Sociais) **não estavam abrangidos “na coleta automatizada de dados da apuração fiscal”** e sugeriu que, a partir de agosto de 2014, tais valores fossem incorporados aos passivos financeiros do Governo Federal, “*com o consequente impacto no resultado fiscal primário do período*”. Foi informado, também, que o saldo dos valores a receber pela Caixa ao final de agosto de 2014, relativos ao bolsa família, ao abono salarial e ao seguro-desemprego, era de R\$ 1.740,5 milhões (peça 92, p. 21). Ademais, ficou consignado em tal documento o seguinte entendimento (peça 92, pp. 20/1, grifou-se):

“8. Entre os serviços prestados ao governo pelas instituições financeiras, destaca-se o pagamento de despesas primárias mediante transferência de recursos públicos. Tradicionalmente, o montante dessas transferências cobre as despesas a serem pagas, podendo ocorrer eventuais diferenças oriundas do *floating* entre a transferência dos recursos e o pagamento, que, no caso de ser negativo (transferências menores que pagamentos), é coberto momentaneamente pela instituição financeira. Ressalte-se que, regra geral, o impacto do pagamento de despesas, mediante transferências de recursos para as instituições financeiras, é captado nas estatísticas fiscais por meio da redução de disponibilidade do governo (exemplo, Conta Única do Governo Federal).

9. Por outro lado, o crescimento da diferença negativa entre os recursos repassados pelo governo e o pagamento de despesas pelas instituições financeiras realça a significância econômica do passivo para o setor público junto ao sistema financeiro, devendo, portanto, ser captada na apuração do endividamento líquido, com impacto no resultado fiscal do período, na forma da metodologia utilizada. Destaque-se, inclusive, que outras operações de natureza similar já recebem esse tratamento na metodologia de apuração fiscal, a exemplo de adiantamentos para pagamentos do INSS.

10. A metodologia de apuração das estatísticas fiscais estabelece, como regra geral, que as obrigações do governo registradas na contabilidade do sistema bancário devem ser incluídas na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Nesse sentido, as obrigações acima mencionadas, decorrentes da insuficiência de transferências do Governo Federal para o pagamento de suas despesas, enquadram-se nos critérios estabelecidos na metodologia de apuração fiscal. Do ponto de vista econômico, que baliza a apuração da estatística, trata-se de recursos efetivamente desembolsados pelas instituições financeiras em favor do setor público para pagamento de despesas não financeiras (primárias), embora existam aspectos



de ordem jurídica ainda não pacificados, notadamente quanto à caracterização como concessão de crédito e/ou enquadramento nos ditames da LRF.

11. A metodologia adotada alinha-se com o padrão internacional sobre o assunto. O FMI, em seu *Government Finance Statistics Manual 2001 (GFSM)*, estabelece que *'most contracts, also referred to as instruments or financial instruments, that underlie a financial claim are created when one unit agrees to repay the funds in the future. In many cases, financial claims are explicitly identified by formal documents expressing the debtor-creditor relationship. In some cases, however, a financial claim is created by an implicit provision of funds by the creditor to the debtor'*. Entendimento semelhante também é indicado pelo mesmo Manual, em sua versão de 2014: *'a liability is established when one unit (the debtor) is obliged, under specific circumstances, to provide funds or other resources to another unit (the creditor). Normally, a liability is established through a legally binding contract that specifies the terms and conditions of the payment(s) to be made, and payment according to the contract is unconditional. Whenever a liability exists, the creditor has a corresponding financial claim on the debtor. A financial claim is an asset that typically entitles the owner of the asset (the creditor) to receive funds or other resources from another unit, under terms of a liability'*.

Verifica-se, portanto, que o próprio Banco Central reconheceu que as obrigações da União junto à Caixa Econômica Federal oriundas da diferença negativa entre os recursos repassados pela primeira e os recursos despendidos pela segunda para o pagamento das despesas dos programas sociais do governo **devem ser incluídas na Dívida Líquida do Setor Público - DLSP e impactar, portanto, o resultado fiscal do respectivo período de apuração** (peça 108, p. 40).

Além desses passivos junto à Caixa, a equipe de inspeção identificou passivos da União junto ao Banco do Brasil, ao BNDES e ao FGTS, os quais, igualmente, não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público.

Em relação ao Banco do Brasil, foram verificados passivos não captados nas estatísticas fiscais alusivos à equalização de taxas de juros de crédito rural (Lei 8.427/1992 e Portaria MF 315/2014) e a outras subvenções (Leis 10.696/2010, 11.110/2005, 11.322/2006 e 11.775/2008, Resoluções do Conselho Monetário Nacional, etc.).

Ao final de junho de 2014, os saldos a pagar referentes às subvenções agrícolas e às demais subvenções alcançavam, respectivamente, as expressivas montas de R\$ 7.943.736 mil (peça 109, p. 33) e R\$ 1.796.223.859,66 (peça 109, p. 35). Com base nas tabelas contidas à peça 109, pp. 34/7, a equipe de inspeção apurou que, no período de 2012 a 2014, o Bacen deixou de computar no cálculo do resultado primário dispêndios nos valores totais de R\$ 3.736.865.089,23 e de R\$ 558.692.238,87, relativos, respectivamente, às subvenções agrícolas e a outras subvenções devidas e não pagas ao Banco do Brasil.

No tocante ao BNDES, foi identificado um passivo da União, relacionado a equalizações de taxa de juros (Lei 12.096/2009 e Portarias do Ministério da Fazenda) não pagas ao referido banco, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que, embora integre o rol de obrigações que compõe a DLSP, não estava sendo registrado pelo seu valor correto nas estatísticas fiscais.

De fato, a equipe de fiscalização identificou uma discrepância enorme entre o saldo registrado na DLSP e o apontado pela STN. Consta do relatório de fiscalização que, *"de acordo com dados encaminhados pelo Bacen (peça 100, fl. 4), o saldo registrado na DLSP, em junho de 2014, é de R\$ 7.485.881.416. Mas, de acordo com a STN (peça 99), o saldo de referido passivo seria de R\$ 19.643.867.337,18"* (peça 109, p. 37).



A tabela constante à peça 109, p. 38, demonstra que, *“desde o ano de 2009, ano de implementação do PSI, cerca de R\$ 13,2 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no âmbito de referido programa. Em 2013 foram R\$ 4,7 bilhões e, até o 1º semestre de 2014, foram R\$ 2,8 bilhões”* (grifou-se)

Quanto ao FGTS, que tem como agente operador a Caixa Econômica Federal (art. 4º da Lei 8.036/1990), foram identificados três tipos de crédito junto à União.

O primeiro, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 638,4 milhões (peça 71, p. 4), representa valores relacionados à Resolução do Conselho Curador do FGTS 574/2004 (Lei 6.024/1974, Medida Provisória 2.196/2001 e Acórdãos 2.661/2005 e 2.425/2008, da 1ª Câmara do TCU).

O segundo, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 7.666,3 milhões (peça 94, p. 4), refere-se a **adiantamentos efetuados pelo FGTS à União** no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV – Lei 11.977/2009).

Por fim, o terceiro, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 10.049,1 bilhões (peça 95), é decorrente da arrecadação da contribuição social de que trata a Lei Complementar 110/2001 (Portaria STN 278/2012).

Tais ativos do FGTS, todavia, não estavam inseridos em nenhum item da DLSP (peça 109, p. 23), muito embora atendessem aos critérios estabelecidos pela metodologia “abaixo da linha” (adotada pelo Banco Central, a teor do seu Manual de Estatísticas Fiscais) **para integrar a dívida do setor público**, assim descritos no relatório de fiscalização (peça 109, p. 24):

- “(i) as obrigações devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras; e
- (ii) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro.”

Segundo a unidade técnica, os três citados passivos da União junto ao FGTS originaram-se *“de operações que, de uma forma ou outra, foram intermediadas, sancionadas ou transitadas por instituições do sistema financeiro”* (peça 109, p. 24), **de modo que deveriam estar sendo captados nas estatísticas fiscais produzidas pelo Bacen.**

Especificamente em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, o Bacen só capta as variações primárias deficitárias que ocorrem no saldo da Conta Única. Porém, como grande parte das subvenções concedidas no ato da contratação do financiamento habitacional **tem sido paga com recursos próprios do FGTS**, ao amparo do art. 82-A da Lei 11.977/2009, **para posterior ressarcimento pela União**, vultosos dispêndios primários do governo federal deixaram de ser registrados nas estatísticas fiscais desde o ano de implementação do programa (2009). **O montante de variações primárias deficitárias que se deixou de registrar entre 2009 e setembro de 2014 foi de quase R\$ 6,3 bilhões**, a teor da tabela à peça 109, p. 39.

Também deixaram de ser adequadamente registradas as dívidas da União referentes às contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar 110/2001, as quais, embora consubstanciem receitas da União, devem ser integralmente repassadas à Caixa Econômica Federal, para serem incorporadas ao FGTS (art. 3º, § 1º, da LC 110/2001).

De acordo com a unidade técnica, o montante arrecadado com tais contribuições, desde 2001 até março de 2012, era automaticamente repassado ao FGTS, sem trânsito pela Conta Única. Porém, com a edição da Portaria STN 278/2012, as contribuições arrecadadas passaram a ser recolhidas à Conta Única do Tesouro, sendo que o repasse ao FGTS passou a depender da programação financeira junto ao Tesouro Nacional.



Na prática, a partir de abril de 2012, apenas parte dos recursos foi repassada ao FGTS, o que, de acordo com a SecexFazenda, *“fez com que o saldo da dívida da União junto ao FGTS alcançasse o montante de cerca de R\$ 10 bilhões”* (peça 109, p. 40, grifou-se)

Tendo em vista que o Bacen não considera tal dívida como um passivo para fins de apuração do resultado fiscal, desde abril de 2012 a setembro de 2014, cerca de *“R\$ 6,8 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no relacionamento ‘União x FGTS’ no âmbito da Lei Complementar nº 110, de 2001”* (vide tabela à peça 109, pp. 40/1, grifou-se).

No que tange aos recursos referentes aos royalties do petróleo, à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, à cota-parte do salário educação e aos benefícios do INSS, também foram identificados atrasos sistemáticos nos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional aos estados e municípios ou às instituições bancárias, conforme o caso.

De acordo com o art. 8º da Lei 7.990/1989, as compensações financeiras a estados, Distrito Federal e municípios pelo aproveitamento de recursos hídricos e pela exploração do petróleo devem ser pagas pela União até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador.

Todavia, dados compilados pela equipe de auditoria demonstram que, a partir de fevereiro de 2014, referidos pagamentos passaram a ocorrer além do referido prazo legal (peça 109, pp. 63/4). Transcreve-se, a seguir, por elucidativo, parte do relatório de fiscalização que tratou da questão (peça 109, pp. 65/6):

“(…) A partir de fevereiro de 2014, entretanto, os pagamentos passaram a ocorrer além do prazo previsto pelo art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989. Como se pode verificar, os recursos somente saíam da Conta Única do Tesouro no Bacen para os demais entes federados no primeiro dia útil do mês subsequente ao da emissão da ordem bancária. E essa situação somente ocorria porque, embora as ordens bancárias tenham sido emitidas até o último dia do mês, o horário de suas emissões – sempre após as 17:10 – fazia com que os recursos somente fossem sacados da Conta Única no dia útil subsequente. Perceba-se que tal sistemática só não era adotada quando o valor a transferir era, em relação aos transferidos normalmente, irrisório, como é o caso da transferência do dia 29/07/2014 (tabela 20) e do dia 05/03/2014 (tabela 21).

362. Referida sistemática de transferência realizou-se, ao que parece, com o objetivo de postergar variações primárias deficitárias para o mês subsequente, isso porque, de acordo com os critérios adotados pelo Departamento Econômico do Bacen para o cálculo do endividamento líquido, como referidos atrasos não são registrados como passivos integrantes da DLSP, as variações primárias deficitárias relacionadas às transferências de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, somente são captadas quando o recurso é sacado da Conta Única do Tesouro no Bacen.

363. Embora o Tesouro Nacional, dadas as características e critérios adotados pela metodologia oficial de apuração de resultado fiscal, tenha obtido êxito na postergação das variações primárias para os meses subsequentes ao que deveriam ter ocorrido, há que se frisar que a adoção de tal procedimento acabou por fazer que, no entendimento da equipe de auditoria, a determinação contida no art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989, não fosse observada.

364. Ora, como determina referido dispositivo, o pagamento dos recursos deve ser efetuado até o último dia do mês. No entanto, o que se observa é que o que estava ocorrendo até o último dia do mês era a ‘emissão da ordem bancária’ e não o pagamento/transferência dos recursos.

365. A equipe considera, portanto, que a União, por intermédio da STN, descumpriu a legislação pertinente às transferências de que trata a Lei nº 7.990, de 1989.



366. Vale dizer, a conduta de atrasar a realização de referidas transferências provoca efeitos perversos sobre as finanças dos entes federados que devem receber os recursos e benefícios para a própria União. Explica-se.

367. A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos parâmetros mais importantes das finanças públicas de cada ente federado. De acordo com o art. 2º, IV, da LRF, a RCL deve ser assim calculada, *in verbis*:

‘Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

(...)

IV - **receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:**

a) **na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal**, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

(...)

§ 3º **A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.**’ (Grifou-se)

368. Como se vê, ao final de cada quadrimestre, apura-se a RCL, somando-se as receitas correntes efetivamente realizadas – que tenham entrado nos cofres do ente federado – nos últimos doze meses. Significa dizer que, se o recurso não sai dos cofres da União para o dos entes federados, então não há que se falar em arrecadação de recursos para os entes beneficiários das respectivas transferências. Ou seja, se a União posterga a transferência dos recursos para o mês subsequente, então o impacto sobre o montante da RCL também só ocorrerá no mês subsequente.

369. De outro lado, haja vista o teor da alínea ‘a’ do art. 2º, IV, da LRF, transcrito acima, ao não transferir os recursos dentro do próprio mês, abre-se espaço para que a União não deduza respectivo montante no cálculo de sua própria RCL.”

Situação semelhante de atraso de repasses a estados e municípios ocorreu em relação à cota-parte da contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 6º, da Constituição Federal. Segundo o art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006, os valores arrecadados pela União a título de salário-educação devem ser disponibilizados ao FNDE até o dia 10 do mês subsequente. Já o FNDE deve repassar as cotas estaduais e municipais até o vigésimo dia do mês do recebimento (art. 9º, II e § 2º, do Decreto 6.003/2006).

Contudo, dados coletados pela equipe de inspeção demonstram que, a partir de dezembro de 2013, as liberações de recursos pela STN ao Ministério da Educação **ocorreram sempre após a data limite (dia 20) para o FNDE efetuar os repasses aos estados e municípios** (cf. tabela à peça 109, p. 67). Diante desses atrasos, os repasses ao estado de São Paulo, por exemplo (cf. tabela à peça 109, p. 68), passaram a ocorrer apenas no mês subsequente ao que seria devido (com exceção do mês de janeiro de 2014, em que o repasse ocorreu dia 24.1.2014).

Importante salientar que, além de os citados atrasos nos repasses de recursos federais estarem contribuindo para “maquiar” as contas públicas, no mecanismo conhecido como “pedaladas fiscais”, em muitos dos casos analisados também está ocorrendo patente violação a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC 101/2000), conforme bem registrado pela equipe de auditoria.



Foram apontadas, por exemplo, violações aos arts. 32, § 1º, I e II, 33, *caput*, 36, *caput*, e 38, IV, “b”, da referida lei, que dispõem:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

(...)

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

(...)

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

(...)

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

(...)

IV - estará proibida:

(...)

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.” (grifou-se)

Desse modo, mostram-se acertadas e necessárias as propostas de determinação feitas pela unidade técnica (com alguns ajustes), com vistas a corrigir as irregularidades apuradas, bem como de realização de audiências dos responsáveis por tais irregularidades graves, para que tragam aos autos suas razões de justificativa, a fim de que esta Corte de Contas possa aquilatar a culpabilidade de cada agente público envolvido com vistas à aplicação das sanções legalmente previstas.

Em relação aos benefícios previdenciários, a STN também vem atrasando, desde pelo menos fevereiro de 2014, as transferências devidas ao INSS, para que esta autarquia faça os repasses às instituições financeiras públicas e privadas que efetuam o pagamento aos segurados. A tabela à peça 109, pp. 70/1, informa que as liberações de recursos pela STN têm ocorrido **no mês seguinte** ao do respectivo pedido feito pelo INSS.

Diferentemente dos demais atrasos, contudo, o atraso no repasse dos recursos ao INSS “*não produziu qualquer impacto sobre o resultado fiscal, uma vez que os passivos gerados em razão de referidos atrasos são registrados nas estatísticas fiscais pelo Departamento Econômico do Bacen*” (peça 109, p. 71). Segundo a unidade técnica, tal atraso não teria sido suficiente para caracterizar operação de crédito entre a União e as instituições financeiras (peça 109, p. 71), motivo pelo qual apenas propôs recomendação à STN para que repassasse ao INSS, de forma tempestiva, os recursos necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários. Todavia, adverte que nada impede que tal caracterização possa ocorrer futuramente se ficarem evidenciadas a **recorrência dos atrasos**, em descumprimento aos



cronogramas de desembolsos estabelecidos e a elevada magnitude dos valores envolvidos, como se verificou nas demais despesas objeto da presente auditoria.

Ainda em relação aos benefícios do INSS, a equipe de inspeção coletou informações acerca da Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15.7.2014, que tratou de uma variação relevante em grupamento contábil referente a ativo financeiro do Governo Federal, relacionado a convênio celebrado entre o INSS e uma determinada instituição financeira.

De acordo com informações prestadas pelo Bacen, a instituição financeira havia alterado, a partir de fevereiro de 2014, os critérios contábeis adotados para o registro dos direitos e obrigações perante o INSS, tendo retornado, em junho de 2014, para os critérios anteriormente adotados. O Bacen informou que, “segundo a instituição financeira, a mudança de critério teve como objetivo espelhar adequadamente passivos que, seja pelo texto contratual do convênio, seja por outros riscos tais como o de reputação, são considerados indeclináveis”, e que, apesar da “existência de motivação justificável para alterar o momento do reconhecimento contábil, a conta escolhida para refletir a operação não foi a mais apropriada” (peça 106, pp. 94/5).

Por esses motivos, afigura-se muito importante a proposta de recomendação ao Bacen para que adote providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições financeiras para o registro das movimentações de recursos relacionadas ao pagamento de benefícios do INSS.

Cumprе salientar que as dívidas da União que deixaram de ser devidamente captadas pelo Bacen, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R\$ 40 bilhões, a teor do resumo constante do quadro abaixo, elaborado a partir das informações contidas nos itens 108, 109, 124, 141, 160, 164 e 179 do relatório de fiscalização (peça 109, pp. 19/27):

Dívidas da União não captadas pelo Bacen	Valor aproximado (R\$)	Mês de apuração do saldo da dívida
Subvenções Agrícolas BB	7.943.736.000,00	Junho/2014
Outras Subvenções BB	1.796.224.000,00	Junho/2014
PSI - BNDES	12.157.979.000,00	Junho/2014
Passivos relativos à Resolução CCFGTS 574/2008	638.400.000,00	Setembro/2014
PMCMV - FGTS	7.666.300.000,00	Setembro/2014
Passivos junto ao FGTS ref. à Lei Complementar 110/2001	10.049.100.000,00	Setembro/2014
TOTAL	40.251.739.000,00	-

Considerando-se a magnitude dessas dívidas, é de fundamental importância que o Bacen, caso ainda não o tenha feito, passe a registrá-las no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público e refaça os cálculos mensais do resultado primário referentes ao exercício de 2014, a fim de que se possa verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO (art. 59, I, da Lei Complementar 101/2000).

Por fim, o Ministério Público de Contas entende necessário fazer alguns ajustes e acréscimos à proposta de encaminhamento elaborada pela unidade técnica, para sua melhor adequação ao próprio conteúdo do relatório de fiscalização e para incluir determinações consideradas pertinentes.



III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento elaborada pela SecexFazenda, com os seguintes ajustes/acréscimos:

a) no item “b.1.2” da proposta, incluir os valores referentes aos passivos da União junto ao FGTS referentes à Resolução CCFGTS 547/2008 e ao Programa Minha Casa Minha Vida;

b) nos itens “c.1.1”, “d.1.1” e “f.1.1” da proposta, substituir a expressão “no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º,” da Lei Complementar 101/2000 pela expressão “nos moldes previstos no art. 33, § 2º,” da referida lei;

c) no item “c.1” da proposta, incluir determinação à Secretaria do Tesouro Nacional, para que repasse tempestivamente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) os recursos mensais necessários ao pagamento do bolsa família, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

d) no item “d.1” da proposta, incluir determinação à Secretaria do Tesouro Nacional, para que repasse tempestivamente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os recursos mensais necessários ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

e) no item “f.3” da proposta, substituir a Caixa Econômica Federal pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, bem como substituir a menção ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial pela menção ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI;

f) no item “g.1” da proposta, substituir a menção ao art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar 101/2000 pela menção ao art. 59, § 1º, V, da referida lei;

g) no item “i.1” da proposta, substituir a expressão “sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto nº 6.003, de 2006” pela expressão “sejam transferidos ao FNDE até o prazo estabelecido pelo art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006”; e

h) no item “j” da proposta, incluir determinação ao FNDE, para que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição sejam sacados da Conta Única em favor dos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003/2006.

Brasília-DF, em 6 de abril de 2015.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador



Excelentíssimo Senhor Ministro **RAIMUNDO CARREIRO**
Relator da LUJ-5 para o biênio 2015-2016.



O Ministério Público desta Corte, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e a guarda da Lei e de fiscalizar sua execução, vem, por meio do Procurador que esta subscreve, oferecer a presente REPRESENTAÇÃO, para expor os seguintes fatos e, ao final, requerer o que segue.

A Lei 12.096/2009 autoriza a União a conceder subvenção econômica, **sob a modalidade de equalização de taxas de juros**, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2015 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a seguinte configuração:

O art. 1º, § 6º, de referida norma determina que o Conselho Monetário Nacional estabelecerá a distribuição entre o BNDES e a FINEP do limite de financiamentos subvencionados de que trata o § 1º e definirá os grupos de beneficiários e as condições necessárias à contratação dos financiamentos, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo, entre elas, a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros.

Com base no citado dispositivo, o Ministério da Fazenda editou, em 2014, a Portaria 29/2014, que estabeleceu, entre outros aspectos, sistemática para pagamento, pela União ao BNDES, das equalizações de taxas de juros, como segue (grifou-se):

Art. 7º Os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano, observado que:

(...)

II - os valores apurados das equalizações a partir de 16 de abril de 2012, relativos às operações contratadas pelo BNDES, serão devidos nos dias 1º de julho e 1º de janeiro de cada ano, após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados pelo Tesouro Nacional desde a data de apuração até a data do efetivo pagamento.

Como se pode ver, referida sistemática de pagamento prevê que, ao final de cada semestre, sejam calculadas as equalizações devidas ao BNDES e somente após transcorridos 24 meses do encerramento de referido período de equalização (6 meses), sejam efetuados os respectivos pagamentos à instituição financeira.



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

No âmbito do TC 021.643/2014-8, por meio do Acórdão 825/TCU-Plenário, de 15 de abril de 2015, o ato de postergar em 24 meses o pagamento das equalizações devidas à referida instituição financeira foi considerado por esta Corte de Contas como uma **operação de crédito de que trata o art. 29, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Por se tratar de instituição financeira federal, referida operação de crédito é expressamente vedada pelo art. 36 da LRF, que **proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o seu ente controlador**.

Posteriormente, ainda em 2014, a Portaria 29/2014 foi revogada pela Portaria 193/2014, a qual manteve a mesma sistemática de pagamento trazida pela portaria revogada, ou seja, **os valores das equalizações continuariam a ser apurados ao final de cada semestre e somente seriam pagos ao BNDES após 24 meses**.

Não obstante a forma clara e categórica com que este TCU reprovou essa conduta, o Governo Federal, em 2015, não promoveu qualquer alteração na forma como os valores das equalizações são apurados e pagos ao BNDES, a não ser de forma muito restrita, quanto a refinanciamentos no âmbito dos subprogramas Ônibus e Caminhões e Procaminhoneiro (Portaria 414/2015). Ou seja, não foi editado ato pelo Ministério da Fazenda tendente a corrigir a sistemática de pagamento estabelecida pela Portaria 193/2014.

Quanto às equalizações em atraso, a União promoveu a liquidação dos valores referentes apenas até o exercício de 2011. Vale dizer, todos os valores devidos pela União ao BNDES a título de equalização de taxas de juros desde o primeiro semestre de 2012 continuam pendentes de pagamento, a revelar a continuidade da prática de diferimento ilegal desses pagamentos, que não só tem extrapolado o prazo anterior e coerente com as boas práticas bancárias, de seis meses, como até mesmo o prazo, já considerado abusivo pelo TCU, de 24 meses.

Assim, valores devidos que deveriam ter sido liquidados no segundo semestre de 2012, continuam pendentes de pagamento ainda neste segundo semestre de 2015. São três anos, portanto, de atraso no pagamento desta específica parcela. Todos os demais valores apurados desde 2012 continuam pendentes de pagamento pelo Tesouro Nacional, mantida, pois, a violação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumprе destacar que o fato de o Acórdão 825/2015 ter sido objeto de recurso da União, com efeito suspensivo no que toca às determinações nele exaradas, não concede ao Governo Federal nenhuma forma de autorização desta Corte de Contas para a continuidade de práticas ilegais, uma vez que a proibição deriva diretamente da lei.

Com efeito, age com imprudência o gestor que, fiado em eventual provimento de um recurso, continua a praticar conduta já reprovada pela Corte de Contas. Se o recurso interposto for indeferido, como acredita o Ministério Público que será, e for promovida a adequada responsabilização dos agentes públicos responsáveis pela conduta ilícita, terá o gestor que deu continuidade a essa conduta de ser igualmente responsabilizado, uma vez que a violação à legislação permaneceu por sua conta e risco.



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

O gestor prudente, ante tão clara e categórica indicação da ilegalidade de uma conduta pela Corte de Contas, deve promover de imediato todas as medidas a seu alcance para restauração da legalidade no âmbito da Administração, para o exato cumprimento da lei

A não ser assim, estar-se-ia conferindo a todos os gestores o direito de cometer ilegalidades até que o TCU decida em grau de recurso que uma prática é ilegal! Não bastará a lei, será necessária uma decisão que condene uma conduta e que essa decisão ainda seja mantida em grau de recurso para só então a lei começar a ser respeitada, o que evidentemente seria um absurdo.

Verifica-se, pois, que, encerrado o primeiro semestre do presente exercício financeiro, a União continuou a realizar os mesmos atos que foram considerados ilegais pelo TCU em seu Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, por configurarem operação de crédito vedada por lei.

Tampouco, pelo que se pôde verificar das Notas de Imprensa de Política Fiscal editadas pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil ao longo do ano de 2015, as estatísticas fiscais apuradas e publicadas por referido departamento passaram a incorporar todos os valores devidos pela União ao BNDES nos saldos da Dívida Líquida do Setor Público e nos resultados fiscais primário e nominal considerados oficiais para fins de cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vale frisar que em junho de 2015, de acordo com dados informados pelas Demonstrações Financeiras do BNDES, **o montante devido pela União à referida instituição financeira em decorrência do que dispõe a Lei 12.096/2009 é de aproximadamente R\$ 24,5 bilhões, dos quais apenas R\$ 5,8 bilhões estavam efetivamente registrados pelas estatísticas fiscais no Banco Central do Brasil. Ressalte-se, ainda, que, em decorrência do não registro de referido estoque de endividamento nas estatísticas fiscais publicadas pelo Banco Central do Brasil, cerca de R\$ 3,5 bilhões de despesas primárias referentes às equalizações de taxa de juros apuradas no âmbito do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) deixaram de ser apuradas pela autoridade monetária no primeiro semestre de 2015.**

II

Ainda no bojo do TC-021.643/2014-8, foi verificado se os pagamentos referentes às equalizações de taxas de juros a que se refere a Lei 8.427/1992 - a qual autoriza a concessão de subvenções a produtores rurais - estariam sendo efetuados tempestivamente.

Verificou-se naquela auditoria a ocorrência de atrasos sistemáticos no pagamento dos valores devidos pela União ao Banco do Brasil, e que tal proceder também configura operação de crédito descrita no art. 29, III, da LRF, e vedada pelo art. 36 de referido diploma legal.

As demonstrações contábeis do Banco do Brasil mostram que, em junho de 2015, o



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

montante a receber da União em referida operação de equalização de taxa de juros era de R\$ 13,5 bilhões, valor muito superior àquele registrado em 31 de dezembro de 2014, que era de 10,9 bilhões, que por sua vez superava substancialmente o valor de 30 de junho de 2014, que era de R\$ 7,9 bilhões de reais, a demonstrar um quadro de agravamento na situação de endividamento ilegal da União perante o Banco do Brasil.

Tais montantes continuam não sendo registrados pelas estatísticas fiscais publicadas pelo Banco Central do Brasil. Em razão do não registro de referido estoque de endividamento nas estatísticas fiscais citadas, aproximadamente R\$ 3,6 bilhões de despesas primárias deixaram de ser apuradas pela autoridade monetária no âmbito do Programa de Equalização de Taxas – Safra Agrícola – Lei 8.427/1992 no primeiro semestre de 2015.

Verifica-se, portanto, que continuam a ser praticados pela União no presente exercício financeiro de 2015, atos de mesma natureza daqueles já examinados no TC-021.643/2014-8 e reprovados pelo Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, ou seja, operações de crédito vedadas pelo art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III

Pesquisas realizadas por este Ministério Público no âmbito das demonstrações financeiras da Caixa Econômica Federal (CAIXA) relativas ao primeiro trimestre de 2015 revelaram que existem diversos montantes devidos pela União à referida instituição financeira. Por intermédio do Ofício 16/2015 GAB/JMO, foram solicitados à CAIXA dados referentes a determinados montantes publicados em referido demonstrativo.

Em resposta a referido expediente, por meio do Ofício 0007/2015-DIJUR/GEATS, a CAIXA encaminhou ao Ministério Público de Contas as informações solicitadas, dentre as quais merecem ser destacadas as seguintes:

- (i) Tarifas a receber do Ministério do Trabalho e Emprego pela prestação de serviços, nos exercícios de 2010 a 2015, no âmbito dos Programas Seguro Desemprego e Abono Salarial.

Identificação	Saldo junho/2015	Saldo dezembro/2014
Tarifas a receber PIS/FAT	R\$ 196,5 milhões	R\$ 202,6 milhões
Tarifas a receber Seguro Desemprego	R\$ 208,4 milhões	R\$ 168,7 milhões

- (ii) Taxa de administração a receber da União pela prestação de serviços no âmbito do Programa-FIES.

Identificação	Saldo junho/2015	Saldo dezembro/2014
---------------	------------------	---------------------



Taxa a receber - FIES	R\$ 707,5 milhões	R\$ 438,9 milhões
-----------------------	-------------------	-------------------

(iii) Tarifas a receber do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pela prestação de serviços, nos exercícios de 2010 a 2014, no âmbito das Ações de Transferência de Renda e Cadastro Único.

Identificação	Saldo junho/2015	Saldo dezembro/2014
Tarifas a receber - Bolsa Família	R\$ 644,2 milhões	R\$ 450,4 milhões

(iv) Tarifas a receber do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) referente às atividades exercidas pela CAIXA no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Identificação	Saldo junho/2015	Saldo dezembro/2014
Tarifas a receber - FAR	R\$ 113,2 milhões	R\$ 83,1 milhões

(v) Tarifas a receber do Orçamento-Geral da União (OGU), referente a diversos contratos de prestação de serviços firmados com Ministérios da administração federal.

Identificação	Saldo junho/2015	Saldo dezembro/2014
Tarifas a receber - OGU	R\$ 353,3 milhões	R\$ 191,5 milhões

Os dados listados acima mostram que, em junho/2015, os montantes devidos pela União à CAIXA ultrapassavam R\$ 2,2 bilhões.

É preciso que esta Corte de Contas verifique se referidas dívidas estão sendo adequada e tempestivamente registradas nas estatísticas fiscais de dívida e de resultado fiscal publicadas pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil e, por conseguinte, se estão sendo levadas ou não em consideração para o cálculo do resultado primário da União referente ao exercício de 2015.

IV

Também foram objeto do TC-021.643/2014-8 as despesas de que trata a Lei 11.977/2009, que autoriza a União, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

De acordo com referido processo, ficou demonstrado que as despesas com subvenção de responsabilidade da União estavam sendo financiadas com a realização de operação de crédito de natureza orçamentária junto ao FGTS, conforme autorização concedida pelo art. 82-A da Lei 11.977/2009.

Muito embora as subvenções devidas pela União aos respectivos beneficiários pessoas físicas estivessem sendo pagas com os recursos obtidos junto ao FGTS, o Ministério das Cidades - responsável pela execução de referida política pública - não estava registrando o estágio do pagamento da respectiva despesa, inscrevendo o montante respectivo - de forma indevida - em restos a pagar.

A realização de tal procedimento possibilitava ao Ministério das Cidades efetuar o pagamento das dívidas junto ao FGTS à margem da Lei Orçamentária Anual, uma vez que os montantes devidos a referido Fundo, em vez de serem pagos por intermédio de dotações especificamente inseridas no orçamento, como determina o art. 5º, § 1º, da LRF, eram transferidos mediante o pagamento dos citados restos a pagar, o que, de acordo com o Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, constitui a execução de despesa não autorizada no orçamento.

Dados obtidos junto ao Conselho Curador do FGTS por intermédio do Ofício 18/2015 GAB-JMO, mostram que, em 2015, a União transferiu 8 parcelas de R\$ 150 milhões mensais ao FGTS, totalizando 1.2 bilhões de reais. Tais transferências têm ocorrido também por intermédio do pagamento de restos a pagar, e não por meio de dotação consignada no orçamento.

V

Em face do exposto, o Ministério Público de Contas oferece a presente REPRESENTAÇÃO e requer:

a) conhecimento do feito como Representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237 c/c art. 235, caput do RI/TCU;

b) realização de inspeção e outras medidas consideradas pertinentes junto ao Banco Central do Brasil, ao Tesouro Nacional, ao Ministério das Cidades, às instituições financeiras federais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES etc), podendo se estender a outros órgãos ou entidades, se for o caso, com o objetivo de:

(i) promover a identificação e a audiência dos responsáveis pelas operações ilegais relatadas nesta representação para sua adequada responsabilização;


(ii) verificar se o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil capta, apura e registra, quando do cálculo do resultado fiscal e do endividamento do setor público, os créditos de que a Caixa Econômica é titular em face da União em decorrência do atraso no pagamento de tarifas devidas àquela instituição financeira federal em razão de prestação de serviços;



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Por fim, requer este representante do Ministério Público a oportunidade de oficiar nos autos após a instrução promovida pela unidade técnica competente.

Brasília, 8 de outubro de 2015.


Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador



Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente,

O Ministério Público desta Corte, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e a guarda da Lei e de fiscalizar sua execução, vem, por meio do Procurador que esta subscreve, oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO**, para expor os seguintes fatos e, ao final, requerer o que segue.

Notícia publicada no jornal Valor Econômico, edição de 9.10.2015 dá conta de graves irregularidades no âmbito da administração orçamentário-financeira do Governo Federal (grifamos):

Dilma repete prática condenada por Tribunal

Por Ribamar Oliveira

A presidente Dilma Rousseff repetiu neste ano uma prática condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no julgamento em que recomendou ao Congresso a rejeição das contas do governo federal de 2014. Dilma editou seis decretos autorizando créditos suplementares ao Orçamento da União, mesmo antes de o Congresso Nacional ter aprovado a redução da meta de superávit primário para 2015, definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com os decretos, Dilma ampliou os gastos federais em R\$ 2,5 bilhões, que serão bancados pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 e do excesso de arrecadação.

Ao analisar as contas do ano passado, o TCU considerou que Dilma editou este mesmo tipo de decreto de créditos suplementares sem comprovar que eles eram compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecido na LDO, ferindo assim, no entendimento do Tribunal, o artigo 4º da lei orçamentária e o disposto no artigo 167, inciso V, da Constituição. Para o TCU, os créditos não poderiam ter sido abertos porque teriam que ser compatíveis com o superávit primário previsto na LDO daquele ano que ainda estava em vigor. Qualquer ampliação do gasto, disse o TCU, só poderia ter ocorrido depois de aprovada a mudança da meta fiscal.

Em 22 de julho deste ano, o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei propondo reduzir a meta de resultado primário de 2015 de R\$ 55,3 bilhões para R\$ 5,8 bilhões. Depois que o projeto foi enviado ao Congresso, a presidente Dilma Rousseff assinou seis decretos abrindo créditos suplementares ao Orçamento da União deste ano, com recursos decorrentes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014 e do excesso de arrecadação. Os decretos são de 27/7/2015 (quatro decretos não numerados) e de 20/8/2015 (dois decretos não numerados). Os



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

créditos suplementares dos seis decretos totalizam R\$ 95,9 bilhões. Mas, desse total, R\$ 93,4 bilhões resultam de anulação parcial de dotações orçamentárias já existentes, ou seja, são simples remanejamentos.

Os outros R\$ 2,5 bilhões (R\$ 95,9 bilhões menos R\$ 93,4 bilhões) representam efetiva ampliação de despesa, que serão custeadas, de acordo com os decretos, pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 e pelo excesso de arrecadação deste ano. O problema é que a ampliação de despesa foi feita sem a comprovação de que isso é compatível com a meta fiscal ainda em vigor, de acordo com as fontes ouvidas pelo Valor.

O governo discorda do entendimento do TCU, pois considera que a abertura de créditos suplementares não afeta a meta fiscal. 'O que interessa é o limite de empenho, fixado no decreto de contingenciamento', explicou uma fonte credenciada da área econômica. 'É o limite de contingenciamento que afeta a meta e ele não foi alterado pelos decretos', disse.

A reedição este ano de prática condenada pelo TCU pode dificultar a estratégia do governo de barrar os pedidos de *impeachment* da presidente. Um dos argumentos jurídicos da defesa do governo é que Dilma não pode ser condenada por atos cometidos no mandato anterior. Se o entendimento do TCU sobre as contas de 2014 for confirmado pelo Congresso, a presidente terá repetido no atual mandato uma operação considerada irregular. "

II

A matéria do jornalista especializado acima reproduzida é absolutamente precisa. A Constituição Federal de 1988, que também é norteadora da disciplina fiscal, assim pontificou :

"Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; "

No bojo da apreciação das Contas do Governo Federal/2014 (TC-005.335/2015-9), o Ministro-Relator Augusto Nardes, cuja análise foi acolhida, na íntegra e por unanimidade, pelo Tribunal Pleno do TCU, assim se pronunciou sobre o tema no voto que precedeu o Parecer Prévio (grifamos):

"9.2.10 Índice de irregularidade 17.1.2 do Despacho encaminhado à Presidente da República pelo Aviso-895-GP-TCU-2015

17.1.2. Abertura de créditos suplementares, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

mício dos Decretos Não Numerados 14028, 14029, 14041, 14042, 14060, 14062 e 14063, incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente, em desacordo com o art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2014, infringindo por consequência, o art. 167, inc. V, da Constituição Federal, e com a estrita vinculação dos recursos oriundos de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, contrariando o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto a esse ponto, as contrarrazões defendem a tese de que os dispositivos legais mencionados foram exatamente o fundamento para a edição dos questionados decretos de abertura de créditos suplementares, manejando, ainda, os seguintes argumentos:

a) não há que se falar em violação ao art. 4º da LOA 2014 e ao inciso V do art. 167 da CF/1988, pois a abertura de créditos suplementares, por si só, não impacta a meta de resultado primário e porque:

a.1) no que tange às despesas discricionárias, essas estão sujeitas aos limites de empenho e movimentação financeira, conforme prevê o § 13 do art. 50 da Lei 12.919-2013 (LDO 2014);

a.2) no tocante às despesas obrigatórias, os créditos devem ser abertos e seu impacto considerado nas avaliações bimestrais, prévia ou posteriormente, porque tais despesas são de execução obrigatória e não se submetem à avaliação de conveniência e oportunidade;

a.3) a necessidade de observância da meta de resultado primário e dos limites do decreto de programação orçamentária foi ratificada nas exposições de motivos que acompanharam os decretos;

a.4) quase todos os créditos suplementares de despesas obrigatórias foram feitos após a incorporação de ampliação de sua estimativa ao Relatório Bimestral.

Defende, ainda, a tese de que a abertura de créditos suplementares, na pendência de apreciação pelo Congresso Nacional de projetos de lei alterando a meta de resultado primário, também ocorreu no exercício de 2009 e o parecer prévio elaborado pelo TCU não fez qualquer ressalva a essa questão. Por essa razão, em observância aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da confiança legítima, impõe-se a compreensão prospectiva do tema, uma vez que se refere a prática já consolidada e não ressalvada nas Contas do Governo de 2009.

Alega, ademais, que a Lei 4.320/1964 permite a utilização de resultado de exercícios anteriores para custear despesas instituídas mediante crédito adicional; e que o importante, para auxiliar o acompanhamento do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO, não é o exame das fontes de recursos utilizadas para abertura dos créditos adicionais, mas sim a natureza das despesas correspondentes.

Por fim, aduz que o art. 2º da Medida Provisória nº 661/2014 autorizou a utilização dos recursos de superávit financeiro vinculados para cobertura de despesas primárias obrigatórias, exceto nos casos de vinculação constitucional e de repartição de receitas destinadas a estados, Distrito Federal e municípios.

Acolho o exame da Semag que ratifica o entendimento acerca da



irregularidade consubstanciada na abertura de créditos suplementares incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, com infringência ao art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e ao art. 4º da Lei nº 12.952/2014 (LOA-2014).

Acompanho, igualmente, a unidade técnica no que tange ao indicio de irregularidade relativo à desvinculação dos recursos oriundos de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, que estaria contrariando o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), quando propõe que essa matéria seja examinada em outra oportunidade, em processo específico destinado a esse fim, uma vez que tal aspecto não prejudica a análise acerca da ilegalidade dos decretos em discussão.

Com efeito, conforme detalhadamente demonstrado no exame da Semag, as teses defendidas, bem como os argumentos manejados nas contrarrazões, não se mostram suficientes para elidir a irregularidade apontada, senão para excluir do exame a questão relativa ao possível descumprimento do art. 8º da LRF.

A seguir, explico os fundamentos que embasam esse meu juízo.

Preliminarmente, registro, a título de esclarecimento requerido nas contrarrazões, que o indicio de irregularidade de que se trata encontra-se adequadamente caracterizado, não restando dos seus termos qualquer óbice ao contraditório e à ampla defesa.

Com efeito, a irregularidade caracteriza-se pela emissão, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, de decretos de abertura de créditos suplementares em descumprimento ao comando do art. 4º da LOA-2014, que a autorizava sob a estrita condição de serem compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na LDO para o exercício de 2014 e desde que observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF. Vide o texto da norma:

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares, para o atendimento de despesas. (grifou-se)

Tal ação, ademais, conforme apontado pela unidade técnica, infringiu, por consequência, o art. 167, inciso V, da Constituição Federal que, ao dispor sobre os orçamentos públicos, veda expressamente a abertura de créditos suplementares sem prévia autorização legislativa. situação que se verificou nesse caso, uma vez que a condição *sine qua non* constante da autorização legislativa não foi observada:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Por oportuno, rememoro a situação de fato, amplamente discutida nos autos, para demonstrar a sua correta subsunção às normas mencionadas: referidos decretos foram emitidos em 10/11, 13/11 e 4/12/2014, momentos em que a meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014 já se encontrava irremediavelmente comprometida, havendo o Poder Executivo federal, para evitar o seu descumprimento, enviado, em 5/11/2014, o Projeto de Lei (PLN) nº 36/2014 com o objetivo de reduzir a meta de resultado primário para o exercício. Eis o teor do referido PLN:

Art. 3º A meta de superávit a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida no montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea 'c' do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.

Portanto, por ocasião da edição dos decretos a principal condição estabelecida na norma autorizativa - compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário -, não fora observada, eis que inexistia lei formal alterando a referida meta, pelo que concluo que não pode prosperar a tese da defesa de que os dispositivos legais apontados (art. 167, inciso V, da Constituição Federal e art. 4º da LOA-2014) são exatamente os fundamentos legais para a questionada edição dos decretos.

No mesmo sentido, e tendo em vista essa situação de fato, não podem prosperar os argumentos expressos nas contrarrazões e adequadamente refutados no exame da Semag, cujos elementos incorporo às razões de minha decisão, procedendo apenas breves comentários sobre os principais deles.

Em primeiro lugar, não merece acolhida, como bem o demonstrou a Semag, o argumento de que o tratamento fiscal a ser dado à abertura de créditos adicionais, segregando-a em despesas discricionárias e obrigatórias, e a conclusão de que a abertura de créditos suplementares relativos a essas últimas não gera qualquer impacto no cumprimento da meta fiscal, uma vez que a execução desses créditos fica restrita aos limites de empenho e movimentação financeira, simplesmente porque, no caso, não houve limitação de empenho e como se disse alhures, a meta de resultado fiscal já estava comprometida por ocasião da emissão dos decretos de abertura de crédito.

Igualmente, não pode prosperar o argumento de que não se afigura plausível a tese de inadequação de suplementação de despesa obrigatória com a obtenção da meta de resultado porque, conforme abordagem da Semag, ambas as naturezas de despesas têm reflexo na meta de resultado, uma vez que os normativos determinam o contingenciamento das despesas discricionárias para que os recursos sejam destinados à cobertura daquelas de natureza obrigatória.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira



O que se depreende, portanto, é que, para fins de alcance da meta de superávit primário, o Governo Federal conta com o êxito das medidas legislativas acima delimitadas.

Entretanto, a edição dos decretos mencionados não foi precedida da necessária observância à lei, que requer responsabilidade na gestão fiscal. Os decretos editados ampliam despesas que deverão ser custeadas pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 e pelo excesso de arrecadação.

Decretos por fonte de financiamento

Data	Decreto	Tipo de Financiamento – R\$		Anulação de dotações orçamentárias (c)
		Superávit Financeiro (A)	Excesso de Arrecadação (B)	
27/07/2015	s/nº	703.465.057,00	7.000.000,00	36.048.917.463,00
27/07/2015	s/nº	56.550.100,00	-	1.572.969.395,00
27/07/2015	s/nº	666.186.440,00	594.113.666,00	441.088.922,00
27/07/2015	s/nº	-	365.726,00	29.557.106,00
20/08/2015	s/nº	1.370.419,00	-	55.236.212.150,00
20/08/2015	s/nº	231.412.685,00	262.173.117,00	106.683.043,00
SUBTOTAL		1.658.984.701,00	863.652.509,00	93.435.428.079,00
SUBTOTAL (A+B)		2.522.637.210,00		
TOTAL (A+B+C)		95.958.065.289,00		

Assim, como se observa acima, os citados R\$ 2,5 bilhões de reais (R\$ 95,9 bilhões menos R\$ 93,4 bilhões) representam efetiva ampliação de despesa sem a comprovação de que haja compatibilidade com a meta fiscal.

A materialização da lei que disciplina e exige responsabilidade fiscal do agente público é determinante no sentido de exigir a verificação da condução orçamentária e fiscal realizada pelo governo na oportunidade de efetivação das despesas, exigindo observância aos pressupostos de responsabilidade na gestão fiscal, que incluem ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 1º, § 1º, da LRF:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da



seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Nota Técnica 139/2015 da Consultoria Legislativa de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, de 15 de agosto de 2015, e que trata do “Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 3º Bimestre de 2015” já menciona e alerta acerca dos graves problemas fiscais que o país atravessa:

10. Relativamente à receita, a Avaliação do 3º Bimestre, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF revisou para baixo a arrecadação da Receita Primária Líquida para 2015, estimando-a em R\$ 1.111,6 bilhões contra uma expectativa de R\$ 1.223,4 bilhões na LOA 2015, com uma queda bruta de R\$ 111,8 bilhões, assim distribuídos: R\$ 45,7 bilhões na Receita Tradicionalmente Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB); R\$ 42,7 bilhões na Arrecadação Líquida do RGPS; e R\$ 33,7 bilhões nas Receitas não Administradas pela SRFB, onde se destacam as reduções previstas de R\$ 19,3 bilhões nas Receitas de Compensações Financeiras (royalties) e de R\$ 8,0 bilhões nas Receitas com Dividendos.

11. A queda na arrecadação esperada só não foi maior porque o Poder Executivo aumentou para R\$ 51,6 bilhões a previsão de arrecadação de Receitas Extraordinárias, para o período de julho a dezembro, após terem sido elevadas para R\$ 46,4 bilhões na Avaliação do 2º bimestre, contra R\$ 27,5 bilhões que havia sido estabelecido na LOA 2015.

12. Anos atrás, o Projeto de Lei de Orçamento vinha com receitas subestimadas, o que possibilitava que o Congresso as estimasse com mais realismo. Nos últimos seis anos, porém, a inclusão excessiva de receitas atípicas nas estimativas de receita do Orçamento tem sido uma prática do Poder Executivo, o que levou a uma superestimação. Em 2012, por exemplo, foram incluídos pelo Executivo R\$ 31,0 bilhões de receitas atípicas na estimativa de receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal- SRF e para 2013, R\$ 25 bilhões. Porém, o total de atípicas executadas pela SRF em 2012 foi de R\$ 10 bilhões. As receitas atípicas previstas no Orçamento de 2014 foram da ordem de R\$ 27 bilhões, enquanto o valor efetivamente arrecadado ficou em apenas R\$ 11,1 bilhões. Já o Orçamento de 2015, prevê R\$ 27,5 bilhões de receitas atípicas, valores muito acima da média histórica de R\$ 11,6 bilhões.

13.

14. Assim, o excesso de receitas atípicas estimado nesses anos situa-se em R\$ 17,6 bilhões, acima da média.

15. Mesmo com o corte na previsão de receita pra 2015 e o contingenciamento das despesas, na Avaliação do 3º bimestre do Orçamento de 2015, a previsão de receitas administradas atípicas aumentou de R\$ 27,5 bilhões na Lei para R\$ 51,6 bilhões, depois de já ter sido aumentada para R\$ 46,4 bilhões na Avaliação do 2º bimestre. Ou seja, hoje, na 3ª. Avaliação, o Poder Executivo espera arrecadar R\$ 51,6 bilhões, num período menor, de julho a dezembro, o que, dificilmente ocorrerá. Isso significa



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

que o Congresso pode esperar mais cortes de despesa pública, nas diversas áreas como saúde, educação e emendas.

16. Desta forma, não é sem motivo que tem aumentado frustração de receitas nos períodos recentes. A estimativa de receita administrada, contida nos projetos de lei orçamentária, tem apresentado frustrações da ordem de R\$ 13 bilhões em 2010, R\$ 3,2 bilhões em 2011, R\$ 60,2 em 2012, R\$ 60,2 bilhões em 2013, e 52,5 bilhões, em 2014, quando comparados com os valores realizados. Grande parte dessas frustrações pode ser atribuída às frustrações de receitas atípicas.

17. Além disso, contribuiu para evitar maior queda nas receitas esperadas no 3º bimestre de 2015 o aumento em R\$ 3,0 bilhões na estimativa da Receita com Concessões.

18. Essas receitas também têm um histórico de alto risco de não se materializar, pelo menos não na magnitude integralmente prevista, o que pode prejudicar a execução orçamentária programada ao longo do exercício, constituindo-se em fator adicional de dificuldade ao cumprimento da meta de Resultado Primário.

19. Cabe registrar que, caso essas receitas não se realizem, o alcance da Meta do Resultado Primário ficará por conta de uma redução ainda maior na programação de gastos discricionários, notadamente os investimentos.

(...)

26. A meta de Resultado Primário do Setor Público Consolidado, para o exercício de 2015, foi inicialmente fixada na Lei nº 13.080, de 02.01.2015 (LDO-2015) em R\$ 95,1 bilhões, sem o abatimento permitido das despesas com o PAC, e em R\$ 66,3 bilhões, com o referido abatimento, corresponderia a 1,20% do PIB. Desse total, R\$ 55,3 bilhões, equivalentes 1,00% do PIB, se referem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, denominado Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), e R\$ 11,0 bilhões, ou 0,20% do PIB, aos Governos locais. A meta Resultado para as Empresas Estatais Federais continua sendo nula, como tem ocorrido nos anos anteriores (Anexo IV da LDO 2015).

27. Nesse cenário inicial, o montante de investimentos destinado ao abatimento da meta, correspondente ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, somava R\$ 28,7 bilhões. Na hipótese de execução zero desse Programa, o Resultado Consolidado atingiria R\$ 95,0 bilhões.

28. Com a persistente queda na expectativa de arrecadação, somada ao crescimento da estimativa com gastos obrigatórios, o Poder Executivo optou por meio de proposta de alteração da Lei nº 13.080, 02.01.2015 (LDO 2015), o PLN nº 5, de 2015, por reduzir para R\$ 8,7 bilhões (0,15% do PIB) a meta antes fixada para o setor público consolidado, de forma a não ter que contingenciar além dos R\$ 8,6 bilhões apontados os desembolsos discricionários, notadamente os investimentos. Ao Governo Central a meta foi proposta para ser reduzida para R\$ 5,8 bilhões e aos entes subnacionais de R\$ 11,0 bilhões para R\$ 2,9 bilhões.

29. Nesse novo cenário, a meta do setor público consolidado de R\$ 8,7 bilhões e do Governo Central, de R\$ 5,8 bilhões, poderá ser abatida em R\$ 26,4 bilhões, relativos à frustração de receitas decorrentes da Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

2015, que trata do Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2015, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT e das receitas de concessões e permissões estunadas. Não há previsão de abatimento pelas despesas do PAC. Isto significa que, se essas receitas não se materializarem, o Poder Executivo admite déficit primário em 2015.

(...)

56. Em comparação com a receita realizada na primeira metade de 2014, a receita de 2015 mostra crescimento nominal de apenas 5,6% no período, bastante inferior à inflação observada nos últimos meses medidos em junho de 8,9%, denotando decréscimo real.

57. Esse quadro de arrecadação insuficiente em relação à LOA2015 pode piorar, ainda que a previsão de decréscimo do PIB se mantenha como previsto na revisão deste 3º bimestre, caso não se materialize a estimativa de ingressos de Receitas Extraordinárias e com Operações com Ativos previstas para o período de julho a dezembro de 2015 em R\$ 51,6 bilhões.

Portanto, a edição dos mencionados decretos contraria diretamente o conceito basilar de nossa norma disciplinadora dos gastos públicos e afronta especificamente o art. 4º da LOA 2015 – Lei 13.115/2015:

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, para o atendimento de despesas...

Devido ao baixo crescimento econômico e à tendência de queda da arrecadação tributária vislumbra-se que as receitas extraordinárias previstas para o segundo semestre de 2015 correm sério risco de não se realizarem. Sempre é oportuno lembrar que o objetivo do controle da evolução das contas públicas é contribuir para uma trajetória administrada do endividamento do Estado, de forma a indicar solvabilidade de suas contas fiscais. Nesse sentido, a ação rigorosa e tempestiva desta Corte de Contas para coibir as ilegalidades supramencionadas é fundamental para a credibilidade das contas públicas brasileiras.

Portanto, por ocasião da edição dos mencionados decretos, a principal condição estabelecida na norma autorizativa - compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário - não foi observada, pois inexistiu lei formal alterando a referida meta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

III

Em face do exposto, o Ministério Público de Contas oferece a presente representação e requer ao Tribunal de Contas da União:

- a) conhecer o feito como Representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237 *c/c* art. 235, *caput*, do R/TCU;
- b) realização de inspeção e de outras medidas consideradas pertinentes junto à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo se estender a outros órgãos, se for o caso, com o objetivo de promover a identificação e a audiência dos responsáveis pelas operações ilegais relatadas nesta representação, para sua adequada responsabilização.

Por fim, requer este representante do Ministério Público de Contas a oportunidade de officiar nos autos após a instrução promovida pela unidade técnica competente.

Brasília, 9 de outubro de 2015.


Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador



TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO SEGEDAM / Sesap / Disop / Septot Serviço de Protocolo e Produção Gráfica
Serviço de Protocolo e Produção Gráfica SAFS Cel 4 Lote 1 - Anexo I - Térreo - sala 626 CEP: 70.612-900 - Brasília/DF Tel.: (61) 3316-7272 / Fax: (61) 3316-7273 E-mail: SEPTOT@tcu.gov.br	
COMPROVANTE DE ENTREGA	
Número do protocolo nº 637/ 885-0	
Data da entrega: 09/10/16	
Hora da entrega: 16:39	
Local de entrega: Darcy Ribeiro	
Mensagem:	
<p>O conteúdo da documentação era provido pela faculdade de que os documentos em papel providos no TCU serão tratados como se justis na ou depois a exceção daqueles que serão de origem de que serão por lei.</p> <p>Conforme o art. 4º, §§2º e 4º, da Instrução Normativa TCU 68/2011:</p> <ul style="list-style-type: none">- Cabe ao interessado a guarda pelo prazo legal pertinente, do documento original cuja cópia ou segunda via em papel foi provido de parte do TCU e- Os documentos não originais, serão guardados pelo TCU pelo prazo de seis meses, com posterior descarte.	
Operador: JOSEMARY DA SILVA MATOS	



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



TC 021.643/2014-8

GRUPO I – CLASSE VII – PLENÁRIO

TC 021.643/2014-8 [Aposos: TCs 015.891-2014-3 e 029.938-2014-7]

Natureza: Representação

Representante: Ministério Público junto ao TCU

Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco Central do Brasil (Bacen), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Responsáveis: Guido Mantega (Ministro de Estado da Fazenda), Nelson Henrique Barbosa Filho (Ministro de Estado da Fazenda interino); Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro de Estado da Fazenda interino), Arno Hugo Augustin Filho (Secretário do Tesouro Nacional), Marcus Pereira Aucélio (Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional), Marcelo Pereira de Amorim (Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional), Adriano Pereira de Paula (Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional), Alexandre Antônio Tombini (Presidente do Banco Central do Brasil), Tulio José Lenti Maciel (Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil), Jorge Fontes Hereda (Presidente da Caixa Econômica Federal), Aldemir Bendine (Presidente do Banco do Brasil), Luciano Galvão Coutinho (Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Manoel Dias (Ministro do Trabalho e Emprego), Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Gilberto Magalhães Occhi (Ministro de Estado das Cidades), Carlos Antonio Vieira Fernandes (Secretário Executivo do Ministério das Cidades), Laércio Roberto Lemos de Souza (Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades), Lindolfo Neto de Oliveira Sales (Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social) e Laércio Roberto Lemos de Souza (Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades)

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. INDÍCIOS DE ATRASOS E OUTRAS IRREGULARIDADES NOS REPASSES DO GOVERNO FEDERAL A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AOS DEMAIS ENTES FEDERADOS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DÍVIDAS E DESPESAS PRIMÁRIAS NAS ESTATÍSTICAS FISCAIS. OBTENÇÃO DE CRÉDITO EM DESCONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

RELATÓRIO



Trata-se de representação formulada pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao TCU - MPjTCU, acerca de indícios de irregularidades, noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país, relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários (peça 1).

2. Após a exposição dos fatos noticiados pela imprensa e a menção a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que regem as operações de crédito dos entes públicos, o Ministério Público de Contas requereu o conhecimento da representação e a realização de inspeção no Banco Central do Brasil e no Tesouro Nacional, e, se fosse o caso, em outros órgãos e entidades, com o objetivo de (peça 1, pp. 6/7):

“(i) identificar a natureza, os montantes, as datas e demais dados relativos a cada uma das antecipações e repasses realizados desde o ano de 2012 entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras correlacionadas;

(ii) acaso confirmadas as operações de crédito, seja promovida a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;

(iii) verificar se o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil capta, apura e registra, quando do cálculo do resultado fiscal e do endividamento do setor público, os passivos gerados para o Tesouro Nacional em razão da antecipação de valores realizada pelas instituições financeiras. Em caso contrário, seja promovida a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;

(iv) verificar como o Banco Central do Brasil, especificamente por intermédio de seus departamentos de supervisão bancária, acompanha, orienta e normaliza o registro de tais operações no balanço das instituições financeiras; e determinar as medidas corretivas necessárias.”

3. Mediante despacho (peça 2), determinei a autuação da representação pela SecexFazenda e a manifestação daquela unidade técnica quanto à proposta de inspeção apresentada pelo representante, *“inclusive quanto à possível extensão dos trabalhos a outros órgãos, além da Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil”*.

4. Autuada a representação, a SecexFazenda pronunciou-se favoravelmente à inspeção solicitada (peças 7 a 9), cuja realização autorizei, nos termos do despacho à peça 14.

5. Destaque-se que, no curso dessa tramitação, em face de indícios de que a União, com vistas à elevação dos seus resultados primários, estaria postergando a transferência, aos Estados e aos Municípios, dos recursos referentes aos royalties do petróleo devidos a referidos entes federados, à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e à cota-parte do salário educação, a SecexFazenda apresentou representação para que se avaliasse a legalidade dos procedimentos que estavam sendo adotados pela STN nesses repasses.

6. O processo originado da referida representação (TC 015.891/2014-3) encontra-se apenso a este, tendo as questões ali levantadas sido inseridas no escopo das apurações feitas dos presentes autos.

7. Os resultados da inspeção autorizada, conduzida pela SecexFazenda no período de 22/9/2014 a 21/11/2014, encontram-se no relatório à peça 109, que reproduzo a seguir, com ajustes de forma:

“2. INTRODUÇÃO

2.1. Deliberação

15. *A presente inspeção, realizada no Banco Central do Brasil (Bacen), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades (CIDADES) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decorreu de Despacho (peça 14) de 15/9/2014 exarado pelo Exmo. Ministro José Múcio Monteiro.*

2.2. Objetivo e questões de auditoria



16. O objetivo da inspeção foi analisar repasses do Governo Federal às instituições financeiras, com vistas a identificar eventuais irregularidades. Para tanto, foram formuladas as seguintes questões.

Questão 1 – os eventuais atrasos na cobertura, pela União, dos montantes devidos às instituições financeiras em decorrência das operações relacionadas à equalização de taxas de juros e ao pagamento de dispêndios de responsabilidade da União representam uma operação de crédito?

Questão 2 – qual a natureza e demais características dos R\$ 4 bilhões de que trata a Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014?

Questão 3 – os repasses, aos demais entes federados, dos recursos referentes aos royalties do petróleo, da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e da cota-parte do salário educação estão sendo efetuados nos prazos devidos?

Questão 4 – qual o impacto fiscal (resultado e endividamento) decorrente de atrasos na cobertura de valores devidos às instituições financeiras, na transferência de recursos aos demais entes federados, bem como dos R\$ 4 bilhões de que trata a nota de esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014?

2.3. Metodologia utilizada

17. Para realização desta auditoria, foram observados os Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos pela Portaria Segecex 26/2009.

18. Durante o período de planejamento foram levantadas informações sobre a metodologia de apuração do resultado fiscal utilizada pelo Departamento Econômico do Bacen e sobre trabalhos realizados anteriormente por esta Corte de Contas que tivessem relação com o tema desta inspeção, bem como solicitadas e obtidas informações sobre legislação, contratos, saldos, fluxos, pareceres, atas de reuniões, correspondências trocadas entre as entidades abrangidas pela presente inspeção etc. Também foram realizadas reuniões com as entidades auditadas, para explicar o objetivo e o escopo da inspeção.

19. Diante das informações colhidas, foi elaborada matriz de planejamento, com o intuito de definir as questões a serem abordadas, as informações requeridas, os procedimentos de auditoria a serem utilizados e os possíveis achados oriundos das questões levantadas. Ao longo da execução foram analisadas a legislação pertinente e toda a documentação enviada à equipe, bem como as informações obtidas pela equipe de auditoria. Destarte, o procedimento básico foi a análise documental.

20. A equipe não encontrou limitações para a execução de seus trabalhos, exceto no que tange ao agendamento de algumas reuniões, prejudicado pelo fato de a inspeção ter sido realizada em período eleitoral, o que acabou dificultando a conciliação da agenda de alguns gestores. No entanto, tal limitação não impediu a realização dos trabalhos, visto que todas as reuniões necessárias à execução da inspeção puderam ser realizadas em tempo hábil.

21. Frise-se, por oportuno, que as análises realizadas pela equipe de auditoria não foram efetuadas em relação a todas as situações existentes de repasses de recursos da União às instituições financeiras. Significa dizer que os achados listados neste relatório não são exaustivos.

2.4. Volume de recursos fiscalizados

22. O volume de recursos fiscalizados foi da ordem de R\$ 1,17 trilhão, correspondente ao montante da dívida interna líquida do Governo Federal ao final de outubro de 2014, conforme divulgado na Nota para a Imprensa de Política Fiscal de 28/11/20142, elaborada pelo Departamento Econômico do Bacen.

2.5. Benefícios estimados

23. Como benefícios decorrentes da auditoria, destaca-se, como será evidenciado nesta instrução, o aumento na transparência da gestão fiscal, o aumento da confiança da sociedade nas instituições, a correção de impropriedades e a correção de irregularidades.

2.6. Visão geral do objeto

2.6.1. Apuração do resultado fiscal – método ‘abaixo da linha’ – normas

24. Entre outros objetivos, metas de resultado fiscal são estabelecidas com o propósito de se controlar a variação do endividamento do respectivo ente federado. Resultados superavitários contribuem para a redução do endividamento e resultados deficitários caminham em sentido oposto, contribuindo para o aumento do endividamento.
25. Determina o art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conterá Anexo de Metas Fiscais no qual devem ser estabelecidas metas para o resultado fiscal primário e nominal e para a dívida pública.
26. Determinou também a LRF que:
'Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:
I - Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União (...);
§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do caput e suas alterações conterão:
(...)
IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.
§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do caput também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.' (Grifou-se)
27. Até o momento, como já evidenciado em diversos trabalhos realizados por esta Corte de Contas, o Senado Federal ainda não aprovou os limites para a dívida consolidada da União, tampouco aprovou a proposta de metodologia de cálculo do resultado primário e nominal a que se refere o art. 30, § 1º, inciso IV, da LRF.
28. Em razão disso, para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal estabelecida pelo Anexo de Metas Fiscais, as LDOs da União têm determinado que a Mensagem que encaminha o projeto da Lei Orçamentária Anual da União ao Congresso Nacional estabeleça qual será o órgão e o método utilizado para tal finalidade. A LDO referente ao exercício financeiro de 2014 assim estabeleceu, *in verbis*:
'Art. 11. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 conterá:
(...)
IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;'
29. A Mensagem que encaminhou o Projeto da LOA ao Congresso Nacional assim dispôs:
'Em observância ao art. 11, inciso IV, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (PLDO-2014), cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil (Bacen) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais do PLDO-2014.' (Grifou-se)
30. Para a apuração do resultado fiscal, o Bacen utiliza o método conhecido como 'abaixo da linha', que calcula o resultado fiscal – ou as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) – a partir da variação da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), *in verbis*:
'A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:
a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou
b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado 'abaixo da linha', é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.' (Grifou-se)

31. Nessa seara, os Tribunais de Contas assumem papel relevante, como pode ser visto da leitura do teor do art. 59, inciso I, da LRF, *in verbis*:

'Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

1- atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;' (Grifou-se)

32. Ocorre que o método abaixo da linha utilizado pelo Bacen utiliza conceitos, critérios e abrangência distintos daqueles idealizados pela LRF para o controle do endividamento e para o cálculo do resultado fiscal. Em relação ao tema, vale frisar passagem contida no voto do Exmo. Ministro Walton Alencar Rodrigues, orientador do Acórdão 1776/2012-TCU-Plenário no âmbito do TC 021.465/2010-0:

'Nessa linha, o estoque de endividamento que se controla é o da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), apurado e publicado mensalmente pelo Bacen, com base no critério 'abaixo da linha', ou seja, a partir da variação do saldo da DLSP. O método do Bacen é compatível com a lógica de controle de endividamento por ele estabelecida, ou seja, o resultado fiscal representa a variação da DLSP. Ademais, não há qualquer conceito definido com base na LRF para o controle do endividamento da União, dado que a Resolução 40/2001 do Senado Federal estabeleceu os limites para o endividamento apenas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.' (Grifou-se)

33. Sendo assim, para que pudesse cumprir as atribuições que lhe foram trazidas pelo art. 59 da LRF, esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão 0324/2006-TCU-Plenário (TC 014.263/2005-4), determinou ao Bacen que editasse Manual que evidenciasse os conceitos, as formas de cálculo e os procedimentos utilizados para a apuração do resultado com base no método 'abaixo da linha', *in verbis*:

'Determinar ao Banco Central do Brasil a fim de que o Tribunal de Contas da União possa desempenhar, em sua plenitude, as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal e pelo artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que em até 90 dias, elabore e publique, inclusive em meios eletrônicos de divulgação, Manual que evidencie os conceitos, as formas de cálculo e os procedimentos utilizados pela metodologia 'Abaixo da Linha' para a apuração das Necessidades de Financiamento do Setor Público e da Dívida Líquida do Setor Público.' (Grifou-se)

34. Referido Manual foi publicado pela autoridade monetária e está disponível no seguinte link: '<http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>'

35. Ainda nessa esteira, vale frisar que, posteriormente, no âmbito do TC 014.263/2005-4, em razão de indícios de irregularidade identificados na contabilização de aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) ocorrido em 2004, no valor de R\$ 8,4 bilhões, a equipe de auditoria responsável pela execução dos trabalhos representou ao Relator dos autos, para que, entre outros temas, fosse analisado o impacto de referida operação sobre o resultado fiscal e a dívida líquida do setor público.

36. Os trabalhos determinados pelo Ministro-Relator transcorreram no âmbito do TC 004.817/2006-9, sob a relatoria do Exmo Ministro Augusto Nardes, e resultaram no Acórdão 3427/2007-TCU-1ª Câmara, que, entre outros pontos, trouxe a seguinte determinação ao Bacen, à STN e à Secretaria de Orçamento Federal (SOF):

'1.1.c – Determinar ao Banco Central do Brasil, à Secretaria do Tesouro Nacional-STN e à Secretaria de Orçamento Federal-SOF para que, em até 90 dias da data de publicação do presente acórdão, providenciem a edição de portaria conjunta, ou instrumento normativo assemelhado conjunto, na qual estejam definidas as bases conceituais e metodológicas

relativas aos critérios de apuração do resultado fiscal conhecido como 'abaixo da linha', de forma a que o Tribunal de Contas da União possa exercer em sua plenitude as funções que lhe foram atribuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal; que esteja também determinado pela portaria que, quando não sejam utilizados de maneira rígida os conceitos e procedimentos gerais adotados na metodologia, os procedimentos alternativos sejam exaustivamente motivados;'

37. No ano de 2011, em razão de pedido de reconsideração apresentado pelo Bacen em relação ao Acórdão 3427/2007-TCU-1ª Câmara, foi exarado o Acórdão 2190/2011-TCU-1ª Câmara, nos seguintes termos:

'9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285, caput, e art. 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conhecer do pedido de reexame interposto pelo Bacen para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. em consequência, dar nova redução ao item '1.1 a', do Acórdão 3.424/2007-1ª Câmara, que passará a vigorar nos seguintes termos:

'1.1. Determinar:

a) ao Banco Central do Brasil que proceda às baixas do saldo remanescente do ativo financeiro Emgea - Cessão de Créditos - Processo 17944.000481/2004-32, com base no montante dos descontos concedidos nas liquidações/repactuações dos contratos da EMGEA;'

9.3. manter inalteradas as demais determinações constantes do Acórdão 3.424/2007-1ª Câmara;' (Grifou-se)

38. Como visto, a determinação para a edição de portaria conjunta foi mantida pela Corte de Contas. No entanto, em 2012, em razão de embargos de declaração com efeitos infringentes apresentados pelo Bacen, foi exarado o Acórdão 7469/2012-TCU-1ª Câmara, *in verbis*:

'9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443, de 1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los, com efeito infringente, tornando insubsistente o subitem '1.1.c' do Acórdão 3.424/2007-TCU-1ª Câmara;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Senado Federal que, na qualidade de responsável pela edição de normas e parâmetros de apuração do resultado fiscal da União, conforme estabelecido no art. 52, incisos VI e VII, da Constituição Federal c/c o art. 30, incisos I e II, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar 101/2000, adote providências visando suprir tal omissão, propiciando condições para que o Tribunal de Contas da União possa exercer com plenitude as atribuições previstas no art. 59 da LRF;

9.3. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Casa Civil da Presidência da República que avalie a conveniência e a oportunidade da escolha anual do Banco Central do Brasil como órgão encarregado de apurar o resultado fiscal da União, por ocasião do envio da mensagem do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo em vista que a metodologia 'abaixo da linha' não segue os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;' (Grifou-se)

39. Assim sendo, como ainda não foi aprovada Resolução do Senado Federal que estabelecerá a metodologia de cálculo do resultado primário e nominal da União e como a determinação para que o Bacen, a STN e a SOF editem ato normativo conjunto que estabeleça as bases da metodologia 'abaixo da linha' tornou-se insubsistente, então os parâmetros, conceitos e práticas que norteiam a apuração do resultado fiscal 'abaixo da linha' levado a cabo pelo Departamento Econômico do Bacen somente podem ser encontrados: (i) no Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen na internet; e (ii) em documentos encaminhados por referida autarquia em resposta a expedientes que lhe foram enviados no âmbito dos processos citados acima.

2.6.2. Método 'abaixo da linha' – critérios e parâmetros adotados pelo Bacen

40. O Bacen informa que o principal objetivo da mensuração do resultado fiscal é medir, pela ótica do financiamento e de forma tempestiva, o impacto das operações do setor público sobre a demanda agregada.

41. Apura-se o resultado fiscal a partir da variação do endividamento líquido no período considerado. O endividamento líquido é a diferença entre o total dos deveres e o total dos créditos do setor público junto ao setor privado financeiro, ao setor público financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo.

$$DÍVIDA LÍQUIDA = OBRIGAÇÕES - HAVERES$$

42. Os critérios adotados pelo Departamento Econômico do Bacen para que uma dívida ou um haver componha a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) são os seguintes: (i) as obrigações devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras; (ii) os haveres devem, em princípio, estar registradas no passivo das instituições devedoras ou no ativo das instituições credoras; ou (iii) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro.

43. Desse modo, não integram o rol de obrigações ou de haveres que compõem o endividamento líquido os estoques oriundos de operações realizadas diretamente entre as partes e sem a intermediação, sanção, trânsito ou envolvimento de instituições do sistema financeiro. É por esse motivo que obrigações do tipo 'salários a pagar', 'fornecedores a pagar' e 'restos a pagar' não são consideradas pelo Bacen no cálculo da DLSP, exceto, por evidente, se tais obrigações tenham se originado de operação intermediada ou sancionada por uma instituição do sistema financeiro, como seria o caso de 'restos a pagar' cujo credor seja uma instituição financeira.

44. Se, ao final de um período, o saldo do endividamento líquido diminui em relação ao saldo do final do período anterior, considera-se que o resultado fiscal foi superavitário; mas se o saldo do endividamento líquido aumenta, então é porque o resultado fiscal do período foi deficitário. Se não há variação do endividamento líquido, o resultado fiscal é neutro.

45. Vale atentar para o fato de que a variação (Δ) total do endividamento líquido é a soma da variação (Δ) de cada uma das obrigações e de cada um dos haveres que integram a DLSP.

$$\Delta DÍVIDA LÍQUIDA = \Delta OBRIGAÇÕES - \Delta HAVERES$$

46. Também importa observar que cada uma das obrigações e cada um dos haveres apresenta, em regra, dois tipos de variação: (i) a ocorrida em função da apropriação de juros (por competência e pro rata) ao estoque já existente; e (ii) a variação que não está associada à apropriação de juros. A esta última dá-se o nome de variação primária.

$$\Delta OBRIGAÇÕES = \Delta JUROS_{Ob} + \Delta PRIMÁRIAS_{Ob}$$

$$\Delta HAVERES = \Delta JUROS_{Hav} + \Delta PRIMÁRIAS_{Hav}$$

47. O resultado fiscal 'primário' é a soma de todas as variações primárias ocorridas em cada uma das obrigações e em cada um dos ativos financeiros. Calcular o resultado primário pelo método 'abaixo da linha' significa, portanto, somar todas as variações primárias ocorridas em cada um dos haveres e em cada uma das obrigações que compõem a DLSP.

$$RESULTADO PRIMÁRIO = \Delta PRIMÁRIAS_{Ob} + \Delta PRIMÁRIAS_{Hav}$$

48. Detalhando um pouco mais, é possível dividir as variações primárias em superavitárias ou deficitárias. Variações primárias superavitárias são aquelas variações primárias que provocam a redução da DLSP, seja pelo aumento do saldo de um haver ou pela redução do saldo de uma obrigação. Variações primárias deficitárias são aquelas variações primárias que provocam o aumento da DLSP, seja pelo aumento do saldo de uma obrigação ou pela redução do saldo de um haver.

$$\Delta PRIMÁRIA_{Sup} = (\uparrow) \text{Haver ou } (\downarrow) \text{Obrigação}$$

$$\Delta PRIMÁRIA_{Def} = (\uparrow) \text{Haver ou } (\downarrow) \text{Obrigação}$$

49. Ainda nessa esteira, pode-se afirmar que, em relação ao impacto que provocam no resultado primário, as operações realizadas pelo setor público podem ser classificadas em: (i) permutativas; e (ii) modificativas. Permutativas são aquelas operações cujas variações primárias se anulam, ou seja, são operações compostas por uma variação primária superavitária e uma variação primária deficitária de mesmo montante.

$$PERMUTATIVA_{Prim} = \Delta PRIMÁRIA_{Sup} + \Delta PRIMÁRIA_{Def}$$

50. É o caso, por exemplo, do pagamento de uma dívida e da contratação de uma operação de crédito. O pagamento de uma dívida é operação primária permutativa porque apresenta uma variação primária superavitária (redução do saldo de uma obrigação) e uma variação primária deficitária (redução do saldo de um haver) de igual montante. A contratação de uma operação de crédito, por seu turno, é uma operação primária permutativa porque apresenta uma variação primária superavitária (aumento do saldo de um haver) e uma variação primária deficitária (aumento do saldo de uma obrigação) de igual montante.

51. Quanto às operações primárias modificativas, podem ser divididas em operações modificativas: (i) superavitárias; e (ii) deficitárias. Modificativas superavitárias são aquelas operações em que o montante das variações primárias superavitárias supera o das variações primárias deficitárias. De outro lado, as modificativas deficitárias são aquelas em que o valor das variações primárias deficitárias supera o das variações primárias deficitárias.

$$MODIF-SUPER_{Prim} = \Delta PRIMÁRIA_{Sup} > \Delta PRIMÁRIA_{Def}$$

$$MODIF-DEFIC_{Prim} = \Delta PRIMÁRIA_{Sup} < \Delta PRIMÁRIA_{Def}$$

52. São exemplos de variações primárias modificativas superavitárias: arrecadação de um tributo, recebimento de um aluguel, recebimento de dividendos de empresas estatais e perdão de uma dívida. Todas essas operações provocam variações primárias superavitárias mas não provocam variações primárias deficitárias. Exemplos: a arrecadação de um tributo provoca o aumento do saldo de uma haver e não provoca a redução do saldo de nenhum outro haver ou o aumento de qualquer obrigação; o perdão de uma dívida provoca a redução do saldo de uma obrigação e não provoca o aumento do saldo de nenhuma outra obrigação ou a redução do saldo de qualquer haver.

53. São exemplos de variações primárias modificativas deficitárias: pagamento de despesas de pessoal, pagamento de benefícios do Bolsa Família com recursos da União, pagamento de Benefícios do Bolsa Família com recursos próprios da Caixa Econômica Federal. O pagamento da despesa de pessoal é uma operação primária modificativa deficitária porque provoca a redução de um haver e não provoca o aumento de outros haveres ou a redução de qualquer obrigação (lembrando que obrigações do tipo 'salários a pagar' não integra o rol de obrigações da DLSP). O pagamento de benefícios do Bolsa Família com recursos da própria União tem a mesma lógica do pagamento de despesas de pessoal. Por seu turno, o pagamento de benefícios do Bolsa Família com recursos próprios da Caixa Econômica Federal é uma variação primária modificativa deficitária porque provoca o aumento do saldo de uma obrigação (junto à CAIXA) e não provoca a redução do saldo de nenhuma outra obrigação ou o aumento de qualquer outro haver.

54. Isso posto, para se analisar o impacto que cada operação realizada pelo setor público provoca sobre o resultado primário calculado pelo Departamento Econômico do Bacen, é preciso verificar as variações primárias apresentadas pelas mesmas. É o que será feito mais adiante nesta instrução, quando da apresentação dos respectivos achados.

2.6.3. Operação de crédito – conceito, condições e vedações

55. O conceito de operação de crédito está positivado pelo art. 29, inciso III, da LRF, *in verbis*:

'Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

(...)

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;' (Grifou-se)

56. Existem, basicamente, dois tipos de operação de crédito: as de natureza orçamentária e as de natureza extra orçamentária. As operações de natureza orçamentária são aquelas cuja realização tem por objetivo obter ou gerar fonte de recursos para a realização de despesas orçamentárias.

57. As operações de crédito de natureza extra orçamentária são aquelas realizadas quando se fizer presente uma situação de insuficiência de caixa, ou seja, tais operações não são contratadas com o objetivo de se autorizar novos dispêndios orçamentários, mas para cobrir uma insuficiência de caixa. Também são conhecidas como Antecipações de Receita Orçamentária (ARO), e estão positivadas pelo art. 38 da LRF, *in verbis*:

'Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:' (Grifou-se)

58. Ou seja, a ARO não é apenas uma antecipação de uma receita que ainda não se arrecadou, mas a obtenção de recursos temporários para cobrir insuficiências momentâneas de caixa, seja qual for o motivo ou a característica de referida insuficiência de recursos.

59. A contratação de operações de crédito por parte de um ente federado deve obedecer a uma série de condições, grande parte delas positivadas pela LRF, por intermédio de seu art. 32, *in verbis*:

'Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.' (Grifou-se)

60. Das condições listadas acima, vale tecer comentários a respeito daquelas positivadas pelos incisos I, II e V.

61. Toda e qualquer operação de crédito deve ser precedida de autorização legislativa para sua contratação. Em regra, referida autorização é concedida no âmbito do processo legislativo ordinário. No entanto, por uma questão de economia processual – já que, quase sempre, as operações de crédito são contratadas para financiar despesas orçamentárias – permite a Constituição da República, em exceção ao princípio constitucional da exclusividade orçamentária, que tais autorizações estejam presentes na própria Lei Orçamentária Anual (LOA) ou, se for o caso, na lei de crédito adicional que autoriza a realização de determinada despesa orçamentária.

62. Vale frisar que, ainda que a operação de crédito seja do tipo não orçamentária, ou seja, ainda que seja uma ARO, é possível inserir a autorização para contratá-la na LOA ou em leis de crédito adicional.

63. A segunda condição é que os recursos a serem obtidos com a contratação da operação de crédito sejam consignados no orçamento. Significa dizer que o crédito orçamentário que autoriza a

realização da despesa deve informar, de maneira clara, que aquela despesa está sendo financiada, em determinado montante, pela realização de uma operação de crédito.

64. Por evidente, em razão de sua natureza, não é preciso consignar no orçamento os recursos advindos de operações de crédito de natureza extra orçamentária, posto que estas não têm por objetivo financiar qualquer dispêndio orçamentário. Aliás, consigná-las no orçamento seria contrariar o princípio constitucional da exclusividade orçamentária.

65. A terceira condição está relacionada a uma regra de natureza constitucional: a regra de ouro. Assim determina o art. 167, inciso III, da Constituição da República:

'Art. 167. São vedados:

(...)

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;' (Grifou-se)

66. A regra de ouro estabelece que, ao final de um exercício financeiro, o total das receitas com operações de crédito (de natureza orçamentária) não pode ser superior ao total das despesas de capital, pois, se assim ocorrer, o ente federado estará evidenciando que, para o financiamento de parcela de seus dispêndios correntes, depende de recursos de terceiros.

67. Frise-se, por oportuno, que a regra de ouro não impede que uma despesa corrente seja financiada com recursos de operação de crédito. Ou seja, a verificação do atendimento da regra de ouro não deve ser feita operação por operação, mas para um período (o exercício financeiro). Se a intenção do legislador constituinte fosse impedir o financiamento de despesa corrente com base em operação de crédito, provavelmente teria positivado o texto constitucional de forma muito mais clara e direta, qual seja: 'é vedado o financiamento de despesa corrente por intermédio de operações de crédito'.

68. Fato é que uma das condições estabelecidas pelo art. 32 da LRF para que o ente federado contrate operações de crédito é que este comprove – *ex-ante*, portanto – que a contratação da respectiva operação de crédito não afetará o cumprimento da regra de ouro, ou seja, que a realização da operação de crédito não fará com que o total das operações de crédito do exercício tenha montante superior ao das despesas de capital do mesmo exercício financeiro.

69. Vale ressaltar que, para que seja possível verificar o atendimento da regra de ouro, mais necessário ainda se torna cumprir o que está estabelecido pelo art. 32, § 1º, inciso II, da LRF. Ou seja, a consignação, no orçamento ou em créditos adicionais, de todas as receitas de operações de crédito de natureza orçamentária é fundamental para a verificação da regra de ouro. Deixar de inserir no respectivo crédito orçamentário o montante da operação de crédito pode constituir atitude tendente a burlar referida vedação constitucional, pois não será possível verificar, *ex-ante*, o total das receitas de operação de crédito que se pretende auferir ao longo do exercício financeiro.

70. Ainda no âmbito das operações de crédito contratadas pelo setor público, é importante ressaltar algumas das vedações trazidas pelo texto da LRF. A primeira delas está positivada pelo art. 36, e proíbe que uma instituição financeira pública financie o seu ente controlador. *In verbis*:

'Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.' (Grifou-se)

71. Frise-se que referida vedação somente não se aplica quando a instituição financeira adquire, em mercado, títulos públicos emitidos pelo ente federado controlador. *In verbis*:

'Art. 36. *Omissis*...

Parágrafo único. O disposto no caput não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.' (Grifou-se)

72. O segundo conjunto de vedações está positivado pelo art. 38 da LRF e refere-se às operações de antecipação de receita orçamentária, como segue, *in verbis*:



'Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

IV - estará proibida:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.'

73. *As AROs somente podem ocorrer ao longo de uma determinada lacuna temporal: entre o 10º dia do exercício financeiro e o dia 10 de dezembro do mesmo exercício. Significa dizer que todos os recursos obtidos com as AROs devem ser ressarcidos ao agente financiador no próprio exercício financeiro. Além disso, frise-se, não é possível contratar outra ARO se os recursos advindos de operação anterior não tiverem sido devolvidos ao agente financiador. Por fim, atente-se para o fato de que é terminantemente proibido contratar operações ARO ao longo do último ano de mandato. Ou seja, o Presidente da República (União) não pode contratar operações de crédito de natureza extra orçamentária no seu último ano de mandato.*

2.6.4. Orçamento público - princípios e vedações

74. *A Constituição da República de 1988 instituiu dois tipos de processo legislativo: o ordinário e o orçamentário. Cada qual possui foro e procedimentos próprios. As normas geradas pelo processo legislativo ordinário possuem, em regra, caráter genérico e validade indefinida, enquanto as normas do processo legislativo orçamentário são, em regra, de natureza concreta e de caráter periódico.*

75. *Existem, ainda, outras diferenças entre tais processos. Nas palavras de Eber Zoehler Santa Helena (em Conflitos Temporais entre os Processos Legislativos Ordinário e Orçamentário, E-Legis, Câmara dos Deputados, 2011, p. 12):*

'O processo legislativo ordinário é bicameral. A proposição é apreciada por comissões permanentes ou temporárias e posteriormente, ou mesmo sem apreciação dessas comissões, pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e vice-versa, em etapas distintas e separadas. Já o processo orçamentário é unicameral, a proposição é apreciada primeiramente por uma comissão mista, única com previsão expressa no texto constitucional, e após pelo Plenário do Congresso Nacional, ambos os foros em reunião conjunta dos membros das duas Casas, ainda que em votação separada.' (Grifou-se)

76. *Ainda de acordo com Eber Zoehler Santa Helena:*

'O processo legislativo ordinário é permanente e conta com procedimentos distintos em ambas as Casas, com prazos impróprios, hipótese em que a omissão tem caráter comissivo, a exemplo do mecanismo da obstrução parlamentar. O processo orçamentário é expedito em razão da necessidade da Administração Pública ter seus instrumentos de gestão a tempo, tem prazos pré-fixados constitucionalmente, inclusive com sanção para o caso de sua não observância, como o não encerramento do 1º período da sessão legislativa se não aprovada a LDO, conforme o art. 57, § 2º, da Constituição.' (Grifou-se)

77. *Uma lei no âmbito do processo legislativo ordinário não pode fazer as vezes de uma lei que deve ser aprovada no âmbito do processo legislativo orçamentário, o qual se reveste de características e procedimentos próprios, todos eles devidamente listados pela Seção II – Dos Orçamentos, Capítulo II – Das Finanças Públicas, Título VI – Da Tributação e do Orçamento, da Constituição da República de 1988, como claramente determinado pelo art. 166, § 7º, da Carta Magna de 1988, in verbis:*

'Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.' (Grifou-se)

78. No que tange especificamente ao papel do orçamento público nas finanças de um ente federado, é preciso atentar para o fato de que, há muito, deixou o mesmo de ser apenas documento financeiro e contábil. Tal visão seria compatível com o conceito de orçamento clássico, muito empregado na parte final do século XIX e na parte inicial do século XX. José Afonso da Silva (em *Orçamento Programa no Brasil*, 1ª Edição, 1973, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, pg. 2), assim comenta sobre o chamado orçamento clássico ou tradicional:

'Informado pelos princípios do liberalismo, o orçamento tradicional refletia a ideia de que a atividade financeira do Estado deveria restringir-se ao indispensável à satisfação das necessidades primárias do Estado (segurança interna e externa, justiça etc), vedada qualquer ingerência na ordem econômica e social.

(...)

A função fundamental do orçamento clássico, historicamente, foi sempre o de assegurar o controle político das atividades governamentais; controle que se fazia através dos órgãos legislativos sobre as atividades financeiras dos órgãos executivos. Era um orçamento político, contábil e financeiro, apenas.' (Grifou-se)

79. Ocorre que o papel do orçamento público foi sofrendo modificações, passando a agregar novas funções, como assinala José Afonso da Silva, citando Carlos M. Giuliani Fonrouge, ao comentar a respeito da evolução do orçamento público na primeira metade do século XX:

'De fato, deixando sua posição de neutralidade em face da economia, as finanças públicas se transformaram em elementos ativos de interferência nas relações de ordem econômica e social. O orçamento, então, como instrumento básico da atividade financeira do Estado, teria que assumir novas funções, para exercer finalidades de política fiscal de relevo nos momentos de depressão ou de prosperidade econômica. A crise de 1929 e depois a guerra de 1939 demonstraram a íntima relação existente entre o orçamento público e a economia nacional.' (Grifou-se)

80. Se ao orçamento passou a ser atribuído o papel de influenciar a economia nacional, nada mais correto inferir, portanto, que o mesmo deva contemplar a estimativa de todas as fontes de recurso utilizadas para o financiamento das políticas públicas, bem como a autorização de todos os dispêndios necessários à execução da política econômico-financeira do ente federado respectivo, como determina, entre outros, o princípio da universalidade orçamentária e o art. 2º da Lei 4.320, de 1964, *in verbis*:

'Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.' (Grifou-se)

81. Deixar de inserir no orçamento as autorizações de gasto de natureza orçamentária e as respectivas fontes de financiamento é, no mínimo, omitir parcela importante da política econômico-financeira do estado, configurando atitude incompatível com o ordenamento jurídico vigente.

82. O artigo 3º da Lei 4.320, de 1964, por exemplo, determina que o orçamento deve contemplar todas as receitas de natureza orçamentária, inclusive as receitas que forem provenientes da realização de operações de crédito, *in verbis*:

'Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.' (Grifou-se)



83. Por seu turno, o art. 4º determina que todas as despesas de natureza orçamentária devem estar presentes no orçamento, *in verbis*:

'Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º'

84. Especificamente em relação à dívida pública, contempla a LRF dispositivo que determina que todas as despesas relacionadas ao pagamento da dívida, tenha ela natureza contratual ou mobiliária, devem ser obrigatoriamente incluídas no orçamento do respectivo ente federado. Frise-se que referido dispositivo também determina que os créditos orçamentários que autorizam o pagamento do endividamento público devem consignar a receita que será utilizada para financiar referido pagamento. *In verbis*:

'Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
(...)

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.' (Grifou-se)

85. Atente-se para o teor do art. 6º da Lei 4320, de 1964, conhecido como o 'princípio do orçamento bruto'. Por certo, todas as despesas e as receitas que estarão positivadas no orçamento não podem estar consignadas em valores 'líquidos', ou seja, as receitas e despesas devem espelhar, o máximo possível, as relações entre cada dispêndio e cada fonte de recurso. *In verbis*:

'Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.' (Grifou-se)

86. Ainda em relação ao orçamento público, vale destacar dois dos mais importantes dispositivos constitucionais relacionados ao referido tema: art. 167, incisos I e II. *In verbis*:

'Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.' (Grifou-se)

87. O teor de transcritas vedações mostra que nenhum gestor público pode realizar dispêndios ou assumir qualquer obrigação (constituir dívida, por exemplo) sem que a lei orçamentária ou lei de créditos adicionais contemplem dotações orçamentárias para tanto. Em outras palavras, não há como realizar despesas sem que a mesma tenha sido previamente autorizada via processo legislativo orçamentário.

88. Por fim, ressalte-se que a LRF também traz dispositivos que vão ao encontro dos incisos I e II do art. 167 da Carta Magna de 1988, *in verbis*:

'Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

(...)

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras.' (Grifou-se)

89. O atendimento das condições estabelecidas pelo art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000, é de tal importância que o art. 15 da própria LRF assim estabelece, *in verbis*:

'Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.' (Grifou-se)

2.6.5. Concessão de subvenções e despesas obrigatórias de caráter continuado

90. A concessão de subvenções (subsídios, equalizações etc) está disciplinada pelo art. 26 da LRF. De acordo com o *caput* de referido dispositivo, as condições para a concessão de subvenções são as seguintes: (i) lei específica deve autorizar a concessão; (ii) o orçamento, de forma original ou adicional, deve conter crédito orçamentário que contemple dotação suficiente para a transferência do recurso; e (iii) a concessão da subvenção não deve contrariar dispositivo constante da LDO. *In verbis*:

'Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.' (Grifou-se)

91. É bom que se observe que a lei que autoriza a concessão da subvenção não se confunde com a lei que contempla a dotação para a execução da despesa. Ou seja, a lei que autoriza a concessão é aprovada no âmbito do processo legislativo ordinário e a lei que contempla a dotação – LOA ou lei de créditos adicionais – é aprovada no âmbito do processo legislativo orçamentário. Frise-se, também, que a autorização concedida no âmbito do processo legislativo ordinário é uma só, ou seja, não precisa ser renovada a cada exercício financeiro, ao passo que a autorização concedida na LOA ou em créditos adicionais precisa, caso a subvenção ocorra em mais de uma oportunidade, ser renovada a cada exercício, em razão do princípio da anualidade orçamentária.

92. As subvenções podem ser concedidas em caráter continuado ou em parcela única. As subvenções de parcela única são aquelas em que o valor da subvenção é transferido em uma única oportunidade, não havendo obrigação de serem transferidos outros valores em exercícios subsequentes. Subvenções de caráter continuado são aquelas em que os valores precisarão ser transferidos ao respectivo beneficiário em diversos exercícios financeiros.

93. Quando as subvenções são despesas de caráter obrigatório e precisam ocorrer em diversos exercícios financeiros, então as mesmas acabam se enquadrando no conceito estabelecido pelo art. 17 da LRF, *in verbis*:

'Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.' (Grifou-se)

94. Nesse caso, a aprovação da lei específica a que se refere o art. 26, *caput*, da LRF, precisa atender às diversas condicionantes estabelecidas pelos parágrafos do art. 17 da LRF, a saber, *in verbis*:

'Art. 17. Omissis...

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

95. Como se pode ver, em razão dos efeitos que as despesas obrigatórias de caráter continuado provocam sobre os orçamentos dos exercícios financeiros subsequentes – vale lembrar, enquanto durar a obrigatoriedade de sua execução, será necessário consignar nos orçamentos do ente federado dotações orçamentárias necessárias à transferência dos recursos aos respectivos beneficiários – a instituição de despesas desse tipo deve ser precedida de detalhado planejamento. Não à toa, o próprio ato – projeto de lei ou medida provisória – que pretende ver autorizada/instituída a subvenção deve demonstrar, de forma clara e transparente, o atendimento das seguintes condicionantes:

(i) qual será o custo das respectivas subvenções ao longo dos três primeiros anos de vigência? (§ 1º);

(ii) de onde sairão os recursos para o financiamento das subvenções? Do aumento permanente de receitas e/ou da redução permanente de despesas? (§ 1º);

(iii) os dispositivos legais que aumentam a receita ou reduzem permanentemente as despesas já estão presentes no próprio projeto de lei ou na medida provisória que institui a subvenção? (§ 2º e § 5º, in fine);

(iv) ficou demonstrado que a instituição das subvenções não afetará as metas fiscais estabelecidas pela LDO para os próximos três exercícios financeiros? (§ 2º); e

(v) a comprovação de que a meta fiscal não será afetada está alicerçada em premissas e metodologia de cálculo compatíveis/razoáveis? (§ 4º).

96. Isso posto, deve ser ressaltado o que estabelece a parte inicial do § 5º do art. 17, a qual estabelece que os atos que dão azo às subvenções de caráter continuado não podem ser colocados em prática sem que se tenha implementado as medidas que produzirão o aumento permanente de receita e/ou a redução permanente de despesas. Ainda nessa esteira, voltando a fazer referência ao teor do art. 15 da LRF, citado pelo item '89', acima, 'serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou a assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17'.

3. ACHADOS DE AUDITORIA

3.1. Dívidas não registradas nas estatísticas fiscais apuradas pelo Banco Central do Brasil

97. Os achados listados nesta seção estão associados à Questão de Auditoria de nº 4.

3.1.1. Passivos junto à Caixa Econômica Federal – Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego

98. Documentos obtidos pela equipe de auditoria junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA) (peças 84, 97 e 103), ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (peça 79, fls. 67/69) e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (peça 89) comprovam que, ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e de 2014, recursos próprios da CAIXA foram utilizados para o pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito dos seguintes programas de governo: Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial.

99. De acordo com o teor de documento encaminhado pelo Departamento Econômico do Bacen à equipe de auditoria (peça 92, fls. 19/22), restou demonstrado que os passivos gerados em razão da realização de referidos adiantamentos não eram registrados pelo Bacen no rol de obrigações da DLSP, como bem informa o item 13 do referido documento, in verbis:

'13. O Departamento de Supervisão Bancária (Desup) informou a este Depec (fl. 18) que ao final de agosto último a Caixa Econômica Federal (CEF) registrou em seu ativo R\$ 1.740,5 milhões em valores a receber do Governo Federal, referentes a pagamentos relativos a programas sociais (Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego). Esses valores foram

registrados na subconta Cosif de uso interno da CEF 1.8.8.65.99.48 – Programas Sociais, conta não abrangida na coleta automática de dados da apuração do resultado fiscal.’ (Grifou-se)

100. No entanto, ao final do mês de agosto de 2014, uma semana após a apresentação da representação que deu origem aos presentes autos, o Departamento Econômico do Bacen decidiu (peça 92, fls. 21/22) que tais passivos deveriam passar a ser registrados nas estatísticas fiscais de endividamento, posto que o registro de referidos adiantamentos seria compatível (peça 92, fl. 20) com o que determina a metodologia de apuração da DLSP.

101. De acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária do Bacen (peça 92, fl. 21), o saldo total de referidos passivos ao final do mês de agosto de 2014 era de R\$ 1.740,5 milhões, assim divididos: (i) Bolsa Família: R\$ 717,3 milhões; (ii) Abono Salarial: R\$ 936,2 milhões; e (iii) Seguro Desemprego: R\$ 87 milhões.

102. Como a apuração do resultado fiscal pelo método ‘abaixo da linha’ é efetuado a partir da variação do endividamento líquido, então é possível concluir que, a partir do mês de agosto de 2014, as variações primárias deficitárias – o registro das despesas primárias pelo método ‘abaixo da linha’ – passaram a ser captadas pelas estatísticas fiscais no exato momento em que a CAIXA efetua o adiantamento à União, ou seja, no momento em que a instituição financeira efetua, em nome da União, o pagamento dos dispêndios relativos aos citados programas sociais.

103. No entanto, até o mês de julho de 2014, como tais passivos não eram registrados pelo Departamento Econômico do Bacen, as variações primárias deficitárias somente eram captadas quando a União repassava os recursos financeiros à CAIXA. E como, a uma, as estatísticas fiscais apuradas pelo Bacen consideram, para o cálculo da variação do endividamento líquido, os saldos de endividamento existentes no último dia de cada mês e, a duas, os recursos financeiros somente eram repassados à CAIXA no início do mês subsequente, então, ao longo dos sete primeiros meses do ano, as despesas com pagamento de benefícios de referidos programas sociais eram captadas apenas no mês subsequente ao que efetivamente tinham sido realizadas.

104. Vale dizer, a postergação do registro de tais dispêndios de natureza primária somente foi possível porque os adiantamentos não eram registrados pelo Departamento Econômico do Bacen. Também vale frisar que, como tais passivos passaram a ser registrados pelas estatísticas fiscais, as despesas primárias com o pagamento dos dispêndios do Bolsa Família, do Seguro Desemprego e do Abono Salarial passaram a ser captadas pelo Departamento Econômico do Bacen no mesmo mês em que efetivamente ocorrem. Por fim, como já explicitado pelo item 40 desta instrução, as estatísticas fiscais produzidas pelo Bacen têm como principal objetivo evidenciar, de forma tempestiva, o impacto das operações do setor público sobre a demanda agregada.

105. Desse modo, diante do exposto acima, em razão do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Departamento Econômico do Bacen para que publique na Nota de Imprensa de Política Fiscal, imediatamente, quadro específico em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados caso os passivos referentes aos adiantamentos concedidos pela CAIXA estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais.

3.1.2. Passivos junto ao Banco do Brasil – Equalização da Safra Agrícola e Títulos e Créditos a Receber junto ao Tesouro Nacional

106. A análise das demonstrações financeiras publicadas pelo BB permitiu identificar a existência de três haveres do BB junto à União registrados no ativo de referida instituição financeira.

107. O primeiro desses ativos está identificado como ‘Alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional’ e está evidenciado pelo item ‘11.a – Outros Créditos – Créditos Específicos’ das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao 1º Semestre/2014 publicadas pelo BB na rede mundial de computadores e cujos saldos relativos aos meses de junho/2013,



dezembro/2013 e junho/2014 eram, respectivamente, R\$ 1.323.842 mil, R\$ 1.390.451 mil e R\$ 1.468.760 mil.

108. O segundo desses ativos está identificado como 'Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola' e está evidenciado pelo item '11.b – Outros Créditos – Diversos' das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao 1º Semestre/2014 publicadas pelo BB na rede mundial de computadores e cujos saldos relativos aos meses de junho/2013, dezembro/2013 e junho/2014 eram, respectivamente, R\$ 4.158.015 mil, R\$ 6.333.283 mil e R\$ 7.943.736 mil.

109. O terceiro desses ativos está identificado como 'Título e créditos a receber – Tesouro Nacional' e está evidenciado pelo item '11.b – Outros Créditos – Diversos' das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao 1º Semestre/2014 publicadas pelo BB na rede mundial de computadores e cujos saldos relativos aos meses de junho/2013, dezembro/2013 e junho/2014 eram, respectivamente, R\$ 1.043.628 mil, R\$ 1.373.702 mil e R\$ 1.796.224 mil.

110. Foi solicitado (peça 45, fl. 3) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivessem registrados os passivos da União junto ao BB e as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referidos passivos no rol de obrigações da União na DLSP.

111. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que o passivo referente ao item 'Alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional' é computado no item Dívida Bancária Federal, nos quadros estatísticos relativos à composição da DLSP, divulgados pelo Bacen.

112. Quanto às razões para o registro, o Bacen informou que referido passivo está registrado pelo BB na conta Cosif '1.8.5.90.00-7 – Tesouro Nacional – Alongamento de Crédito Rural'. Informou também que, como regra geral, as obrigações do governo registradas no sistema bancário devem ser incluídas na DLSP e que as obrigações, caracterizadas como direito já efetivamente constituído junto ao Governo Federal, enquadravam-se nos critérios estabelecidos na metodologia de apuração fiscal.

113. Quanto ao passivo referente ao item 'Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola' o Bacen informou (peça 93, fl. 4) que o mesmo não está inserido no cálculo da DLSP. Informou também que a conta Cosif utilizada pela instituição financeira para o registro de referidos direitos não está nos grupamentos contábeis abrangidos pela apuração fiscal.

114. Para justificar o não registro de referido passivo, o Departamento Econômico do Bacen informa que a apuração fiscal considera o critério de caixa para o resultado fiscal primário e que o impacto das despesas de equalização de taxas sobre a DLSP e o resultado fiscal ocorre, regra geral, por ocasião de seu efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional, ocasionando queda de disponibilidade (Conta Única) ou aumento de endividamento (no caso de pagamento com títulos públicos).

115. O argumento apresentado pelo Bacen, ao que parece, reforça o entendimento de que referido passivo deve ser registrado nas estatísticas da DLSP, pelos motivos expostos a seguir.

116. As equalizações, como já evidenciado pelos itens 90 a 95 desta instrução, são despesas orçamentárias correntes que devem ser pagas ao longo do processo de execução do orçamento. Ou seja, espera-se que o devedor (União) efetue, periodicamente, o pagamento das equalizações ao respectivo credor (BB).

117. Quando, no entanto, referidos pagamentos não são efetuados e, ao estoque da respectiva dívida, passam a ser apropriados juros, não há dúvida de que o credor está concedendo uma espécie de financiamento ao devedor.

118. Desse modo, como determina a metodologia de apuração 'abaixo da linha', nos parece que estão plenamente atendidos os critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha' para o registro de tais passivos na DLSP, uma vez que: (i) existe o financiamento concedido pelo BB à União; (ii) os montantes já são devidos pela União ao BB – ora, se não são devidos, por que são apropriados juros aos respectivos estoques?; e (iii) os valores estão registrados no ativo da instituição financeira.

119. Ainda nessa esteira, informa o Bacen (peça 45, fls. 4/5) que, na hipótese de existirem parcelas desses direitos das instituições financeiras que se mostrem já exigíveis, poder-se-ia empreender estudo com o objetivo de avaliar possível inclusão desses montantes na DLSP. Em relação a esse aspecto, os itens 208 a 222 deste relatório mostram que os valores lançados no ativo do BB já foram reconhecidos, pela STN, como devidos à referida instituição financeira.

120. Desse modo, ante o exposto acima, em razão do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Departamento Econômico do Bacen para que registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item 'Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola'.

121. Quanto ao passivo referente ao item 'Título e créditos a receber – Tesouro Nacional' o Bacen informou (peça 45, fl. 4) que o mesmo também não está inserido no cálculo a DLSP. As razões para a não inclusão seriam as seguintes, *in verbis*:

'O passivo da União acima referido é oriundo de operações de crédito de interesse do Governo, incluindo os abatimentos e repasses vinculados às operações destinadas às micro e pequenas empresas e rebates ou bônus por adimplência nas operações rurais. Essas operações são contabilizadas em conta Cosif de uso interno da instituição, vinculada ao grupamento contábil 1.8.8.80.20-5 – Títulos e Créditos a Receber – Sem Característica de Concessão de Crédito e que não permite a explicitação das obrigações do Tesouro Nacional, não sendo abrangida, portanto, pela apuração fiscal. (...), a avaliação desses direitos da instituição financeira à luz da metodologia de apuração fiscal requer análise mais desagregada da natureza dos créditos, sobretudo quanto à segregação dos estoques oriundos de operações financeiras, se for o caso, daquelas de natureza não financeira (impacto primário), avaliação essa que depende de outras informações, inclusive com a participação de outros órgãos e entidades do Poder Público Federal, não podendo ser realizada unicamente a partir do atual registro contábil na instituição financeira.'

122. A equipe de auditoria entende, entretanto, que os montantes registrados em referido item das demonstrações financeiras devem ser registrados como um passivo no rol das obrigações da União na DLSP pelas mesmas razões citadas acima para o registro da equalização da safra agrícola, quais sejam: (i) existe o financiamento concedido pelo BB à União; (ii) os montantes já são devidos pela União ao BB; e (iii) os valores estão registrados no ativo da instituição financeira.

123. Desse modo, em razão do exposto acima, ante o princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Departamento Econômico do Bacen para que registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item 'Título e créditos a receber – Tesouro Nacional'.

3.1.3. Passivos junto ao BNDES – Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

124. A análise das demonstrações financeiras publicadas (peça 85, fls. 4 e 53; peça 86) pelo BNDES permitiu identificar a existência de haver do BNDES junto à União registrado no patrimônio de referida instituição financeira. Referido ativo está registrado como 'Créditos perante o Tesouro Nacional' e está evidenciado pelo item '9.2 – Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional' das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao 1º Semestre/2014 publicadas pelo BNDES na rede mundial de computadores e cujos saldos relativos ao final dos meses de junho/2013 e junho/2014 eram, respectivamente, R\$ 5.574.213 mil e R\$ 7.485.881 mil:

125. Foi solicitado (peça 45) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivesse registrado referido passivo da União junto ao BNDES, bem como as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referido passivo no rol de obrigações da União na DLSP.



126. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93, fl. 6), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que referido passivo é computado no item 'Dívida Bancária Federal', nos quadros estatísticos relativos à composição da DLSP, divulgados pelo Bacen.

127. Quanto às razões para o registro, o Bacen informou (peça 127, fl. 6) que tal passivo está registrado pelo BNDES na conta Cosif '1.8.5.60.00-6 – Tesouro Nacional – Pagamentos a Ressarcir', que registra, conforme estabelece o Manual do Cosif, o montante de pagamento de obrigações contratuais e de outros encargos efetuados em nome do Tesouro Nacional, e aguardando o reembolso do mesmo.

128. O Departamento Econômico ainda complementa a informação acima, afirmando que, *in verbis*:

'A metodologia de apuração das estatísticas fiscais estabelece, como regra geral, que as obrigações do governo registradas na contabilidade do sistema bancário devem ser incluídas nas estatísticas da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Nesse sentido, as obrigações acima mencionadas, devidamente caracterizadas como direito já efetivamente constituído junto ao Governo Federal, enquadram-se nos critérios estabelecidos na metodologia de apuração fiscal.'

129. A análise das demonstrações financeiras publicadas (peça 85, fls. 4 e 53) pelo BNDES também permitiu identificar a existência de haver da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) junto à União registrado no ativo de referida agência. Tal ativo também está registrado como 'Créditos perante o Tesouro Nacional' e também está evidenciado pelo item '9.2 – Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional' das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao 1º Semestre/2014 publicadas pelo BNDES na rede mundial de computadores e cujos saldos relativos ao final dos meses de junho/2013 e junho/2014 eram, respectivamente, R\$ 8.320.118 mil e R\$ 14.112.386 mil.

130. Foi solicitado (peça 45) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivesse registrado referido passivo da União junto ao BNDES, bem como as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referido passivo no rol de obrigações da União na DLSP.

131. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93, fl. 7), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que referido passivo não é computado nos quadros estatísticos relativos à composição da DLSP, divulgados pelo Bacen.

132. Quanto às razões para o não registro, o Bacen informou (peça 93, fl. 7) que a FINAME é empresa pública federal constituída sob a forma de sociedade anônima, não sendo enquadrada como instituição financeira sujeita às disposições regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. Seus balancetes mensais não seguem a abertura das rubricas contábeis previstas no Cosif e não são enviados ao Banco Central.

133. No entanto, vale ressaltar o contido nas Demonstrações Financeiras de 2013 publicadas pela FINAME (peça 87, fl. 13), *in verbis*:

'Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976), normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN e, subsidiariamente, as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo de aprovação.' (Grifou-se)

134. A equipe de auditoria entende que as informações prestadas pela própria FINAME, transcritas acima, já seriam suficientes para se desconsiderar as razões apresentadas pelo Departamento Econômico do Bacen para o não registro do passivo da União junto ao FINAME. No entanto, ainda existem outros motivos para que se efetue referido registro.

135. O primeiro deles é que, na realidade, o montante registrado pela FINAME não representa, efetivamente, um crédito junto à União. Isso porque, na prática, a FINAME não opera com recursos repassados pela União, mas com recursos repassados pelo próprio BNDES. Ou seja, na realidade, o valor registrado no ativo da FINAME representa, isso, sim, um montante que o BNDES tem a receber da União mas que, por uma questão de evidenciação, está sendo registrado como se fosse um ativo da FINAME, posto que gerado por operações realizadas pela FINAME com recursos repassados pelo BNDES.

136. Referida situação pode ser melhor entendida quando se observa o contexto em que referidos ativos são gerados.

137. Os créditos registrados pelo BNDES e pela FINAME em suas demonstrações contábeis decorrem de valores a receber em razão do que estabelece a Lei 12.096, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens, contratados ao amparo do Programa de Sustentação do Investimento – PSI.

138. Referidos valores a receber referem-se, portanto, a equalizações de taxas de juros – despesa corrente com subvenção econômica –, conforme pode ser verificado pelo teor do art. 1º de referida norma, *in verbis*:

'Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2014:

I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas:’ (Grifouse)

139. Vê-se, pois, que, pelo teor do art. 1º, inciso I, da Lei 12.096, de 2009, as dívidas da União relacionadas à equalização de taxas de juros são devidas ao BNDES, e não à FINAME. Mas como esta opera com recursos repassados pelo BNDES, as demonstrações contábeis de cada entidade registram os valores de forma separada.

140. Em razão disso, esta equipe de auditoria, com o intuito de apurar o montante de equalizações de taxas de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do PSI, requisitou (peça 52) à STN o fornecimento de informação em relação ao montante das equalizações apuradas/geradas desde o exercício financeiro de 2009, bem como os valores pagos pela União ao BNDES em referido período.

141. De acordo com a STN (peça 73), o saldo da equalização devida ao BNDES ao final do 1º semestre de 2014, considerando-se os juros apropriados aos respectivos estoques, era de R\$ 19.643,86 milhões.

142. Desse modo, em razão do exposto acima, a equipe de auditoria entende que existem razões suficientes para se concluir que o registro do montante devido pela União ao BNDES – e, de forma indireta, ao FINAME – deve ser registrado como um passivo da União na DLSP apurada pelo Bacen.

143. Por isso, em nome do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Departamento Econômico do Bacen para que registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público o montante da equalização de taxa de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

3.1.4. Passivos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

144. No início da etapa de execução da presente inspeção, a equipe de auditoria decidiu por bem analisar o balanço do FGTS. A observação das demonstrações contábeis publicadas (peça 88, fl. 6) pelo FGTS permitiu identificar a existência de três haveres junto à União.

145. Tais ativos estavam registrados como ‘Outros Créditos – Tesouro Nacional – Pagamentos a Ressarcir’ no item 8.b das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício de 2013 publicadas pelo FGTS na rede mundial de computadores e cujos saldos totais ao



final dos meses de dezembro/2012 e dezembro/2013 eram, respectivamente, R\$ 7.217.384 mil e R\$ 12.950.787 mil

146. O primeiro desses ativos representa valores relacionados à Resolução do CCFGTS 574, de 2008, cujo saldo ao final de 2013 era de R\$ 606,3 milhões.

147. O segundo desses ativos decorre de adiantamentos efetuados pelo FGTS à União no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana do Programa Minha Casa Minha Vida, ainda não cobertos pela União, cujo saldo ao final de 2013 era de R\$ 5,7 bilhões.

148. O terceiro desses haveres está relacionado à arrecadação da Contribuição Social de que trata a Lei Complementar 110, de 2001, cujo montante ao final de 2013 era de R\$ 6,6 bilhões.

149. Foi solicitado (peça 45) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivessem registrados os passivos da União junto ao FGTS e as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referidos passivos no rol de obrigações da União na DLSP.

150. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que os passivos da União junto ao FGTS não estão inseridos em nenhum item da DLSP.

151. Quanto às razões para o não registro, o Bacen informou que o FGTS é um fundo cujos recursos pertencem aos trabalhadores, que nele mantém contas nominalmente identificadas. Além disso, informou que o Bacen não tem atribuição fiscalizatória sobre o Fundo e sobre seus balanços/balancetes contábeis, os quais estão subordinados às disposições do Cosif.

152. A equipe de auditoria, no entanto, entende que os passivos listados acima devem ser registrados no rol de obrigações da União na DLSP, porquanto atendem perfeitamente os critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha', os quais, por oportuno, vale reprimir, quais sejam:

(i) as obrigações devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras; e

(ii) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro.

153. Salvo melhor juízo, todos os passivos listados acima se originaram de operações que, de uma forma ou de outra, foram intermediadas, sancionadas ou transitadas por instituições do sistema financeiro.

154. O passivo referente à Resolução do CCFGTS 574, de 2008, por exemplo, representa obrigações de responsabilidade da União assumidos em razão do disposto pela Lei 6.024, de 1974 e pela Medida Provisória 2.196, de 2001.

155. De acordo com a Lei 6.024, de 1974, que dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, um dos efeitos imediatos da liquidação pelo Bacen é a suspensão da fluência de juros contra a massa, mesmo que estipulados, enquanto não integralmente pago o passivo. Em razão disso, oito agentes financeiros, que contavam com contratos de operações de crédito com recursos do FGTS firmados com o extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), reivindicaram o cancelamento dos juros pactuados.

156. Os agentes financeiros Morada, Economisa, Sulbrasileiro/RS, Sulbrasileiro/SP, Urbanizadora Continental, Minascaixa, Vitória-Minas e Produban foram beneficiados pelo mencionado normativo, e o montante respectivo foi lançado a débito do FGTS por conta do cancelamento dos juros.

157. Em 2005, esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão 2661/2005-TCU-1ª Câmara, determinou ao Conselho Curador do FGTS que, in verbis:

'2.1.5 ordene à Caixa Econômica Federal que proceda à reversão da provisão para cancelamento de juros - Lei 6.024/74, registrada no balanço do Fundo, mantendo entendimentos para que a Caixa assumas os valores relativos ao período posterior a 1º/6/2001, nos termos da MP 2.196/2001, bem como mantenha entendimentos com a Secretaria do Tesouro Nacional para que a União assumas as perdas do FGTS com o cancelamento de juros previsto na Lei 6.024/74, relativas ao período até 1º/6/2001, também nos termos da MP



2.196/2001, aportando os recursos necessários à regularização do balanço do Fundo;' (Grifou-se)

158. Posteriormente, acatando parcialmente, recurso de reconsideração impetrado pelo Ministério da Fazenda, o Tribunal de Contas da União alterou o teor do item 2.1.5 do acórdão recorrido, o qual restou positivado nos seguintes termos, *in verbis*:

'2.1.5 ordene à Caixa Econômica Federal que proceda à reversão da provisão para cancelamento de juros - Lei 6.024/74, registrada no balanço do Fundo, mantendo entendimentos para que a Caixa assumas os valores relativos ao período posterior a 1º/6/2001, nos termos da MP n.º 2.196/2001, bem como mantenha entendimentos com a Secretaria do Tesouro Nacional para que a União assumas as perdas do FGTS com o cancelamento de juros previsto na Lei 6.024/74, relativas ao período até 1º/6/2001, também nos termos da MP n.º 2.196/2001 - ocorridos após a vigência da Lei n.º 7.839/89 -, aportando os recursos necessários à regularização do balanço do Fundo;' (Grifou-se)

159. Na 107ª Reunião do Conselho Curador do FGTS, por intermédio da Resolução CCFGTS 574, de 2008, o Conselho autorizou o Agente Operador do Fundo – Caixa Econômica Federal – a proceder à baixa da provisão para o cancelamento de juros.

160. A equipe entende, em razão do exposto acima, que não resta dívida sobre o passivo da União junto ao FGTS relacionado à edição da Resolução CCFGTS 574, de 2008, atender os critérios para a sua inscrição nas estatísticas fiscais, uma vez que referida obrigação está registrada no ativo da entidade credora e tem sua origem na realização de operações sancionadas, intermediadas, transitadas por instituições do sistema financeiro. Vale dizer, ao final de setembro de 2014, o saldo de referido passivo era de R\$ 638,4 milhões (peça 71, fls. 1/4).

161. Quanto aos ativos do FGTS relativos aos adiantamentos efetuados pelo FGTS à União no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana do Programa Minha Casa Minha Vida, ainda não cobertos pela União, também se enquadram nos critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha'.

162. A Lei 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), assim estabelece:

'Art. 2º Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira:

I - concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional

Art. 82-A. Enquanto não efetivado o aporte de recursos necessários às subvenções econômicas de que tratam os incisos I e II do art. 2º e o art. 11 desta Lei, observado o disposto na lei orçamentária anual, o agente operador do FGTS, do FAR e do FDS, que tenha utilizado as disponibilidades dos referidos fundos em contratações no âmbito do PMCMV, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.' (Grifou-se)

163. O agente operador do FGTS é a Caixa Econômica Federal, conforme disposto pelo art. 4º da Lei 8.036, de 1990, *in verbis*:

'Art. 4º A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.' (Grifou-se)

164. Ante o exposto acima, porquanto atendam aos critérios do método 'abaixo da linha', os passivos da União registrados junto ao FGTS em decorrência dos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei 11.977, de 2009, devem ser registrados na DLSP. Ao final do mês de setembro de 2014 o saldo (peça 94, fl. 4) de referido passivo era de R\$ 7.666,3 milhões.

165. No que tange ao haver relacionado à arrecadação das Contribuições Sociais de que trata a Lei Complementar 110, de 2001, a equipe de auditoria entende que também devem ser registrados, e pelos mesmos motivos apresentados acima. Explica-se, em apertada síntese.



166. Referida lei complementar, em seus arts. 1º e 2º, instituiu duas contribuições sociais, as quais, de acordo com o Supremo Tribunal Federal – ADIN 2.556-2 e ADIN 2.568-6 – possuem natureza própria daquelas regidas pelo art. 149 da Constituição da República. Significa dizer que representam receitas de titularidade da União.

167. Em seu art. 3º, § 1º, a lei complementar determina, in verbis:

'Art. 3^o Omissis...

§ 1º As contribuições sociais serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à Caixa Econômica Federal, na forma do art. 11 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, e as respectivas receitas serão incorporadas ao FGTS.'(Grifou-se)

168. Por sua vez, o art. 11 da Lei 8.036, de 1990, determina, *in verbis*:

'Art. 11. Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 1º de outubro de 1989, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.'

169. Como destacado pelo item 167, acima, a parte final do § 1º do art. 3º informa que 'as respectivas receitas serão incorporadas ao FGTS'. Ao que nos parece, referida determinação – até mesmo em razão do entendimento do STF – não tem por objetivo atribuir ao FGTS a titularidade das contribuições arrecadadas. O propósito, salvo melhor juízo, é determinar que a cada Real arrecadado com as contribuições sociais de que trata a Lei Complementar 110, de 2001, seja registrado, para o FGTS, um ativo, representado por um crédito junto à União.

170. Desse modo, enquanto, de um lado, a União, à medida em que arrecada as contribuições, registra em sua contabilidade um aumento de disponibilidades, o FGTS, de outro lado, registra em seu ativo um direito de receber, da União, montante equivalente ao que fora arrecadado pelo referido ente federado.

171. Por certo, apenas para garantir que o direito/receita seja registrado pelo FGTS de forma contemporânea e em valor semelhante àquele arrecadado com as contribuições, a Lei Complementar 110, de 2001, determina, conforme destacado acima pelos itens 167 e 168, que as contribuições sejam recolhidas ao agente operador do FGTS, qual seja, a CAIXA.

172. Isso posto, vale observar o teor do art. 13 de referida Lei Complementar, assim dispõe:

'Art. 13. As leis orçamentárias anuais referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003 assegurarão destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei Complementar.' (Grifou-se)

173. Ou seja, todo o valor arrecadado pela União com as contribuições sociais de que trata a Lei Complementar 110, de 2001, deveria ser obrigatoriamente repassado ao FGTS no próprio exercício financeiro em que ingressara. Em outras palavras, ao final de cada um dos exercícios financeiros de 2001, 2002 e 2003, o saldo do direito registrado no ativo do FGTS em razão da determinação contida no art. 3º, § 1º, de referida lei complementar, deveria estar zerado.

174. Frise-se que, a par da arrecadação das contribuições sociais ter sido destinada ao FGTS, e embora a União somente estivesse obrigada a repassá-las integralmente ao Fundo nos próprios exercícios, durante os anos de 2001 a 2003, essa prerrogativa foi mantida pela União até o exercício financeiro de 2012, ou seja, todo o montante arrecadado com as contribuições era automaticamente transferido ao FGTS.

175. Com a edição da Portaria STN 278, de 2012, no entanto, a sistemática mudou. O produto da arrecadação das contribuições sociais a que se refere a Lei Complementar 110, de 2001, passou a ser trazido à Conta Única do Tesouro, *in verbis*:

'Art. 2º O produto da arrecadação de que trata os arts. 1º e 2º da Lei Complementar 110, de 29 de junho de 2001, inclusive seus acessórios, serão recolhidos pela Caixa Econômica Federal, no papel de Agente Operador do FGTS, à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio da Guia de Recolhimento da União, até o terceiro dia útil do segundo mês subsequente ao mês de recolhimento pelo empregador.' (Grifou-se)

176. Com isso, o repasse de tais recursos ao FGTS deixou de ser efetuado de forma automática, passando a estar condicionada à programação financeira no âmbito da União, como informa o art. 4º de referida Portaria, *in verbis*:

'Art. 4º Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE efetuar a programação financeira junto ao Tesouro Nacional com vistas à disponibilização dos recursos de que trata esta Portaria, para posterior descentralização à Unidade Gestora 'CEF - Contribuições Sociais - LC 110'.' (Grifou-se)

177. Como forma de compensar o FGTS pela não remessa dos recursos no próprio exercício em que arrecadados, o art. 3º da Portaria STN 278, de 2012, estabeleceu que seria devido ao Fundo o mesmo percentual de remuneração incidente sobre os depósitos do Tesouro na Conta Única mantida no Bacen. Ou seja, o saldo do ativo do FGTS junto à União seria corrigido pela mesma taxa de juros (remuneração) utilizada para a correção dos saldos da Conta Única. *In verbis*:

'Art. 3º A Secretaria do Tesouro Nacional garantirá aos recursos recolhidos a mesma remuneração incidente sobre as disponibilidades da União depositadas na Conta Única.'

178. Em relação ao teor do transcrito art. 3º, a equipe de auditoria entende que não existe base legal para que a remuneração a que se refere possa ser atribuída ao FGTS. Referida questão, no entanto, será discutida em uma outra seção deste relatório.

179. Fato é que, no mês de outubro de 2014, levando-se em consideração as remunerações apropriadas com base no art. 3º da Portaria STN 278, de 2012, o saldo (peça 95) do ativo do FGTS junto à União – e da obrigação da União junto ao FGTS, por óbvio – era de R\$ 10.049,1 milhões, sendo R\$ 1.123,3 milhão referente à atualização do saldo e R\$ 8.925,8 milhões de principal.

180. Desse modo, ante todo o exposto acima, a equipe de auditoria entende que, porquanto atende aos critérios do método 'abaixo da linha', o passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110, de 2001, deve ser registrado na DLSP.

3.2. Despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais apuradas pelo Banco Central do Brasil

181. Como já evidenciado nos itens 24 a 30 e 47 a 54 deste relatório, o Bacen, por intermédio de seu Departamento Econômico, é o órgão responsável pela apuração do resultado fiscal para fins de verificação do atendimento da meta de resultado primário estabelecida pelo Anexo de Metas Fiscais da LDO.

182. Para tanto, o método a ser utilizado pelo Bacen é o 'abaixo da linha'. De acordo com referido método, o resultado primário do período é o somatório de todas as variações primárias – superavitárias e deficitárias – ocorridas ao longo do exercício financeiro.

183. Por sua vez, as variações primárias superavitárias e deficitárias são as ocorridas no saldo de cada uma das obrigações e dos haveres do setor público que não estejam associadas à apropriação de juros aos estoques de respectivos haveres e deveres.

184. Significa dizer que, caso determinado haver ou obrigação não esteja sendo captado pelo Departamento Econômico do Bacen nos saldos da DLSP, então, por conseguinte, também não estarão sendo captadas as variações primárias que, ao longo do exercício financeiro, ocorreram no saldo do respectivo haver ou obrigação.

185. A presente seção mostra os efeitos decorrentes do não registro dos passivos listados pela seção anterior sobre a apuração do resultado primário ao longo do exercício financeiro de 2014. Ou seja, quanto de resultado primário – deficitário ou superavitário – deixou de ser captado pelo Departamento Econômico do Bacen em razão de os passivos listados pelos itens 97 a 180 deste relatório não estarem sendo captados pelas estatísticas fiscais da DLSP.

186. Vale dizer, os achados listados a seguir estão associados à Questão de Auditoria de nº 4.

3.2.1. Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego – Caixa Econômica Federal

187. Conforme ficou evidenciado acima pelo item 99 deste relatório, o Bacen não registrava os passivos da União surgidos em razão dos adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do

Programa Bolsa Família, do Seguro Desemprego e do Abono Salarial. Tais passivos somente passaram a ser registrados pelo Bacen quando da apuração do resultado fiscal referente ao mês de agosto de 2014.

188. Com o registro de referido passivo, como será demonstrado por intermédio de situação hipotética detalhada abaixo, não mais existe, em relação aos programas referidos acima, diferença entre o valor do resultado primário que está sendo apurado pelo Bacen e aquele efetivamente ocorrido ao longo de 2014.

189. No entanto, também como será demonstrado abaixo, entre janeiro e julho de 2014, o valor do déficit primário que foi apurado pelo Bacen para tais programas é um número menor do que aquele que deveria ter sido captado pelas estatísticas fiscais 'abaixo da linha' em referido período. Em compensação, com o ajuste efetuado em agosto de 2014, o valor do resultado primário deficitário apurado para tais programas no mês de agosto de 2014 é um número acima daquele que deveria ter sido apurado para o respectivo mês. Ou seja, toda a diferença a menor no valor do déficit de janeiro a julho de 2014 foi deslocada para o mês de agosto de 2014.

190. Imagine-se a seguinte situação hipotética: os dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do 'programa X' são de R\$ 1.500 mensais. Tais dispêndios devem ser pagos a seus beneficiários no último dia de cada mês. A CAIXA é a instituição financeira responsável pelo pagamento de referidos valores aos seus beneficiários. A União deve repassar à CAIXA, até o último dia do mês, os recursos necessários ao pagamento dos benefícios. Em caso de atraso, não são devidos juros a nenhuma das partes.

191. Suponha que, diante desse cenário, tenham ocorrido as seguintes situações:

(i) no primeiro mês do ano (janeiro/2014):

a) a União repassa à CAIXA os recursos no prazo devido; e

b) a Caixa efetua o pagamento dos benefícios do último dia do mês.

(ii) no segundo mês do ano (fevereiro/2014):

a) a União não repassa o recurso para a CAIXA no prazo devido;

b) a CAIXA, então, utiliza recursos próprios para o pagamento dos benefícios; e

c) a União repassa os recursos à CAIXA somente no primeiro dia do mês subsequente.

(iii) no terceiro mês do ano (março/2014):

a) o Bacen passa a registrar os adiantamentos concedidos pela CAIXA como uma obrigação integrante da DLSP;

b) a União não repassa os recursos no prazo devido; e

c) a Caixa efetua o pagamento do benefício do último dia do mês.

192. A tabela abaixo mostra valores hipotéticos em 31/dezembro/2013; 31/janeiro/2014; 28/fevereiro/2014; 1º/março/2014; 31/março/2014 e 30/abril/2014 para as seguintes grandezas:

(i) disponibilidades da União (coluna A);

(ii) obrigações da União junto à CAIXA (coluna B);

(iii) obrigações da União registrados pelas estatísticas fiscais do Bacen (coluna C);

(iv) Dívida Líquida real (coluna D = (B) - (A));

(v) Dívida Líquida apurada pelo Bacen (coluna E = (C) - (A));

(vi) variação da Dívida Líquida real (Coluna F);

(vii) variação da Dívida Líquida apurada pelo Bacen (coluna G);

(viii) repasses efetuados pela União à CAIXA (coluna H); e

(ix) pagamentos de benefícios efetuados pela CAIXA (coluna I).

Tabela 1 – Dívida Líquida e Variação da Dívida Líquida – Valores Hipotéticos

	Estoques			Dívida Líquida		Variação da DL		Repasses	Pagos
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)
31/dez/2013	10.000	0	0	-10.000	-10.000	-	-	0	0

31/jan/2014	8.500	0	0	-8.500	-8.500	+1.500	+1.500	1.500	1.500
28/fev/2014	8.500	1.500	0	-7.000	-8.500	+1.500	0	0	1.500
1º/mar/2014	7.000	0	0	-7.000	-7.000	0	+1.500	1.500	0
31/mar/2014	7.000	1.500	1.500	-5.500	-5.500	+1.500	+1.500	0	1.500
1º/abr/2014	5.500	0	0	-5.500	-5.500	0	0	1.500	0
Até fevereiro	-	-	-	-	-	+3.000	+1.500	1.500	3.000
Em março	-	-	-	-	-	+1.500	+3.000	1.500	1.500
Até março	-	-	-	-	-	+4.500	+4.500	4.500	4.500
TOTAL	-	-	-	-	-	+4.500	+4.500	4.500	4.500

193. A coluna I mostra quando e em que valor, efetivamente, ocorre a despesa primária com o pagamento dos benefícios do 'programa X': último dia de cada mês. Perceba-se que todos os pagamentos estão ocorrendo no prazo devido: último dia do mês.

194. A coluna H mostra os valores que são repassados pela União à CAIXA. Os valores que deveriam ter sido repassados ao final de fevereiro e de março só foram repassados no início do mês seguinte. Isso fez com que a coluna B, que mostra a dívida realmente existente com a CAIXA, passe a apresentar saldo ao final de fevereiro e ao final de março.

195. Como na situação hipotética acima as dívidas somente passaram a integrar as estatísticas fiscais ao final de março de 2014, então o saldo da coluna C, que mostra o saldo das obrigações na DLSP, estava zerado até então, quando passou a ser igual ao saldo da coluna B, ou seja, a dívida líquida real e dívida líquida das estatísticas passaram a apresentar o mesmo montante.

196. A coluna D mostra o saldo da dívida líquida real, ou seja, a dívida líquida que existe, efetivamente, enquanto a coluna E mostra a dívida líquida que está sendo captada pelo Bacen. Enquanto os repasses da União estão ocorrendo no prazo devido, os saldos das duas colunas são iguais. E também são iguais, por evidente, as variações apresentadas pelas respectivas dívidas líquidas, como mostram as colunas F e G.

197. No entanto, quando a União passa a atrasar o repasse do recurso à CAIXA, os saldos das colunas D e E tornam-se diferentes. Isso porque o aumento das obrigações do mundo real (coluna B) aumenta, mas o valor das obrigações nas estatísticas fiscais (coluna C) não sofre qualquer alteração. Em razão disso, a coluna F evidencia que houve uma variação (aumento de R\$ 1.500) na dívida líquida real, mas a coluna G não evidencia qualquer alteração.

198. Frisando-se que uma das hipóteses apresentadas acima era de que não haveria qualquer apropriação de juros nas operações aqui apresentadas, é possível concluir o que segue. Ora, se as estatísticas fiscais 'abaixo da linha' calculam o resultado primário a partir das variações no saldo do endividamento líquido, então, enquanto no mundo real, até o final de fevereiro de 2014, está havendo um déficit primário (a dívida líquida real aumentou R\$ 3.000 no período), nas estatísticas fiscais está havendo um déficit primário de apenas R\$ 1.500, pois este foi o aumento da dívida líquida apurada pelo Bacen até o final de fevereiro. Ou seja, nesse período, o déficit primário das estatísticas oficiais foi inferior àquele ocorrido no mundo real.

199. Ocorre que, a partir do final do mês de março, o Bacen passou a registrar em suas estatísticas o saldo da dívida junto à CAIXA. Com isso, além da variação (aumento de R\$ 1.500) no saldo da dívida líquida do Bacen (coluna G) provocado pela redução do saldo das disponibilidades (coluna A) ocorrida em 1º de março de 2014 em razão do repasse do recurso à CAIXA, a dívida líquida do Bacen passou a captar também, em referido mês, a variação (aumento de R\$ 1.500) do saldo das obrigações junto à CAIXA.

200. Desse modo, enquanto a dívida líquida real em março de 2014 apresenta uma variação (aumento) de apenas R\$ 1.500, a dívida líquida apurada pelo Bacen apresenta uma variação (aumento de R\$ 3.000). Ou seja, todo o déficit primário que deixou de ser captado até o mês de

fevereiro foi apurado, de uma só vez, no mês de março, quando as obrigações junto à CAIXA passaram a ser reconhecidas nas estatísticas fiscais.

201. Como, a partir de então, a dívida líquida real e a dívida líquida apurada pelo Bacen passaram a apresentar o mesmo saldo, posto que integradas pelos mesmos haveres e obrigações, o impacto fiscal calculado pelo Bacen passa a ser igual ao que efetivamente ocorreu no mundo real.

202. Isso posto, vale extrair mais uma conclusão da situação hipotética acima, qual seja: o fato de as estatísticas fiscais não estarem registrando as obrigações junto à CAIXA permitiu que os atrasos na transferência de recursos da União à CAIXA tivessem o efeito de postergar, para o mês em que ocorreu o repasse do recurso (no caso, o mês subsequente), a variação primária deficitária, ou seja, a despesa primária.

203. É o que ocorreu, por exemplo, na passagem do mês de fevereiro para o mês de março. Perceba-se que, como a dívida, até então, não estava sendo registrada pelo Bacen, a variação no endividamento ocorrida em razão do atraso no repasse dos recursos à CAIXA (o qual deveria ter ocorrido até 28 de fevereiro) não foi captada em fevereiro, mas apenas no primeiro dia do mês de março, quando ocorreu a queda do saldo das disponibilidades da União (coluna A). Ou seja, o mecanismo de postergar o impacto de dispêndios primários – conhecido pelo jargão 'pedalada fiscal' – somente é possível se as estatísticas fiscais oficiais não estiverem captando adequadamente todos as obrigações e ou haveres do respectivo ente federado.

204. Feito o estudo da situação hipotética acima, é possível retornar à análise dos efeitos, sobre o resultado fiscal primário de 2014, decorrentes dos dispêndios efetuados no âmbito do Programa Bolsa Família, do Seguro Desemprego e do Abono Salarial.

205. Como já assinalado pelos itens 98 a 100 deste relatório, as obrigações surgidas em razão dos adiantamentos concedidos pela CAIXA à União no âmbito de referidos programas somente passaram a integrar as estatísticas fiscais a partir de agosto de 2014. O saldo total de referidas obrigações ao final de referido mês era de R\$ 1.740,5 milhões.

206. Significa dizer que, em razão do que foi demonstrado acima, no período compreendido entre os meses de janeiro a julho de 2014, as estatísticas fiscais apuraram, em relação a referidos programas, um déficit primário inferior em R\$ 1.740,5 milhões ao que deveria ter sido apurado, ao passo que, no mês de agosto de 2014, em razão do reconhecimento do passivo, o déficit primário apurado foi superior, em igual monta, ao que deveria ter sido calculado.

207. Ante o exposto, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal e em nome do principal objetivo confessado pelas estatísticas fiscais, que é o de evidenciar, de forma tempestiva, o efeitos das operações realizadas pelo setor público na demanda agregada, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido, ou seja, os saldos que consideram, como uma obrigação integrante da DLSP, os adiantamentos concedidos pela CAIXA à União no bojo de referidos programas governamentais.

3.2.2. Banco do Brasil – Equalização da Safra Agrícola

208. Conforme ficou evidenciado acima pelo item 113 deste relatório, as estatísticas fiscais não estão registrando um passivo para a União que, nas demonstrações contábeis publicadas pelo BB, estão registradas como um ativo sob a seguinte denominação: 'Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola'. Para entender o impacto de referidas operações sobre o cálculo do resultado fiscal é preciso entender, minimamente, como surgem os valores devidos a título de equalização de taxas de juros – safra agrícola.

209. A Lei 8.427, de 1992, autoriza a concessão de subvenções a produtores rurais, na modalidade de equalização de taxas de juros, *in verbis*:

'Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais e suas cooperativas, sob a forma de:
(...)

II - equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural. '

210. Basicamente, de acordo com o art. 4º da Lei 8.427, de 1992, a equalização de taxas de juros é uma despesa corrente com subvenção que tem por objetivo pagar ao agente financeiro respectivo valor que corresponda à diferença, quantificada em termos monetários, entre seu custo de captação de recursos e os encargos cobrados do tomador do empréstimo. *In verbis*:

'Art. 4º A subvenção de equalização de taxas de juros ficará limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.' (Grifou-se)

211. Em apertada síntese, para se aferir o montante da equalização, é preciso aplicar referido diferencial de taxas ao saldo médio diário dos financiamentos rurais concedidos.

$$\text{EQUALIZAÇÃO} = \text{DIFERENCIAL} \times \text{SALDO MÉDIO DIÁRIO}$$

212. Ou seja, a cada dia que passa, o agente financeiro calcula o valor que deixou de cobrar do produtor rural e que, posteriormente, deverá ser pago/coberto pela União.

213. A definição de como a equalização deve ser apurada e de quando os valores se tornam devidos é objeto de portaria editada pelo Ministério da Fazenda, em razão do que dispõe o art. 5º da Lei 8.427, de 1992, *in verbis*:

'Art. 5º A concessão da subvenção de equalização de juros obedecerá aos critérios, limites e normas operacionais estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, especialmente no que diz respeito a custos de captação e de aplicação dos recursos, podendo a equalização, se cabível na dotação orçamentária reservada à finalidade, ser realizada de uma só vez, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.' (Grifou-se)

214. Apenas a título de exemplo, cita-se o caso da Portaria MF 315, de 21 de julho de 2014. Referida norma foi editada para regular a concessão de subvenções (equalizações de taxas de juros) no âmbito dos financiamentos rurais a serem realizados pelo Banco do Brasil a partir do segundo semestre de 2014. Assim estabelece seu art. 1º, *in verbis*:

'Art. 1º Observados os limites, as normas e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de taxas de juros sobre a média dos saldos diários - MSD dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil S.A. - BB.' (Grifou-se)

215. Conforme estabelece o art. 2º, § 1º, de referida Portaria, o montante devido da equalização será apurado com base em fórmula estabelecida pelo seu Anexo I, fórmula essa que, de maneira resumida e apenas para fins didáticos, foi apresentada pelo item 211 acima. *In verbis*:

'Art. 2º A equalização ficará limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 1º A equalização devida e sua respectiva atualização serão obtidas conforme metodologias constantes do anexo I e condições constantes do anexo II desta Portaria.' (Grifou-se)

216. O montante da equalização que será devido pela União ao agente financeiro é calculado a cada semestre, como determina o art. 2º, § 3º, da Portaria 315, de 2014. Referido montante, conforme estabelece o art. 2º, § 2º, da Portaria, torna-se devido a partir do primeiro dia seguinte ao encerramento de cada semestre (período de apuração). *In verbis*:

'Art. 2º Omissis...

§ 2º A equalização será devida no primeiro dia após o período de equalização e será atualizada até a data do efetivo pagamento pela STN.

§ 3º O período de equalização é semestral, sendo que a equalização devida e a MSD serão apuradas com base nos períodos de 1º de julho a 31 de dezembro e de 1º de janeiro a 30 de junho de cada ano.' (Grifou-se)



217. Frise-se que, além de o art. 2º, § 2º, da Portaria 315, de 2014, ter informado de forma clara que a equalização é devida a partir do primeiro dia após o período de equalização, referido dispositivo também determinou que o saldo apurado da equalização devida seja atualizado até o momento em que a STN efetue o pagamento do respectivo montante ao BB.

218. Para que o BB possa receber da União o pagamento do montante referente à equalização devida, é preciso ocorrer a 'liquidação da despesa', como determina o art. 62 da Lei 4.320, de 1964, *in verbis*:

'Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.'

219. De acordo com a Lei 4.320, de 1964, a liquidação da despesa consiste, *in verbis*:

'Art. 63. (...) na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

(...)

II - a importância exata a pagar;' (Grifou-se)

220. Parece não ter sido à toa, portanto, a determinação contida no art. 2º, § 2º, da Lei 8.427, de 1992, no seguinte sentido, *in verbis*:

'Art. 2º *Omissis*...

§ 2º O pagamento das subvenções de que trata esta Lei fica condicionado à apresentação pelo solicitante de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos, com vistas no atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.' (Grifou-se)

221. Por certo, em razão do contido em referidas normas, a Portaria 315, de 2014, contempla os seguintes dispositivos, *in verbis*:

'Art. 4º Para fins de pagamento, o BB deverá fornecer à STN, por meio de correspondência eletrônica para gecap.copec.df.stn@fazenda.gov.br, as planilhas para cálculo da equalização na forma do anexo III até o vigésimo dia do mês subsequente ao fim dos períodos a que se refere o art. 2º, § 3º, desta portaria.

Parágrafo único. As solicitações de pagamento de equalização deverão ser apresentadas no modelo definido pela STN, acompanhadas da declaração de responsabilidade exigida pelo do art. 1º, § 2º, da Lei 8.427, de 27 de maio de 1992.'

222. Isso posto, vale ressaltar que diversos documentos encaminhados pelo BB em resposta à solicitação (peça 51, 96 e 98) desta equipe de auditoria, demonstram que os dados exigidos pelo art. 4º da Portaria 315, de 2014, foram apresentados pelo BB à STN. Comprovam, também, a validação (peça 97, fl. 2), pela STN, dos valores devidos pela União ao BB em relação à equalização de taxas de juros de que trata a Lei 8.427, de 1992.

223. No que tange especificamente ao impacto sobre as estatísticas fiscais, vale lembrar que este relatório, por intermédio do item 113 já deixou demonstrado que o saldo a pagar junto ao BB referente às equalizações de taxas de juros não está sendo considerado pelo Bacen como um passivo da União integrante do rol das obrigações da DLSP. O saldo, ao final de junho de 2014, era de R\$ 7.943.736 mil. Por intermédio do item 120 deste relatório, a equipe já informou que proporá a esta Corte de Contas que seja determinado ao Bacen a inclusão de referido passivo nas estatísticas fiscais.

224. Ocorre que, como a apuração do resultado fiscal 'abaixo da linha' se faz a partir da variação do saldo do endividamento líquido, então as estatísticas fiscais de resultado primário não estão captando as variações ocorridas no saldo de referido passivo. Explica-se.

225. Como visto por intermédio dos itens 182 a 184, o resultado primário 'abaixo da linha' é o somatório das variações primárias (superavitárias e/ou deficitárias) ocorridas no saldo de cada haver ou obrigação que integram a DLSP.

226. Nesse sentido, do ponto de vista do impacto potencial sobre o resultado fiscal primário que poderia ser gerado pelo ato de 'registrar valores devidos a título de equalização de taxa de juros',

poder-se-ia afirmar o seguinte: referido registro provocaria uma variação primária deficitária, uma vez que representaria o aumento do saldo de uma obrigação e, ao mesmo tempo, não teria qualquer relação com apropriação de juros. Ou seja, quando, ao final de um semestre, a União reconhece os valores devidos ao BB a título de equalização, referido aumento de passivo representa uma 'variação primária deficitária'.

227. Ainda nessa esteira, efetuando-se a mesma análise em relação ao ato de 'efetuar o pagamento, ao BB, de uma equalização de taxa de juros devida', tem-se o seguinte: o impacto potencial de referida operação sobre o resultado fiscal é neutro, uma vez que a mesma provoca uma variação primária deficitária e, ao mesmo tempo, uma variação primária superavitária. A variação primária deficitária seria representada pela redução no saldo de uma disponibilidade (Conta Única) e a variação primária superavitária seria representada pela redução do saldo de uma obrigação (Equalização da Safra Agrícola).

228. Ocorre que, como já observado acima, o Bacen não vem registrando o passivo da União referente à equalização de taxa de juros no rol das obrigações da DLSP. Sendo assim, temos os seguintes efeitos:

(i) quando ocorre o reconhecimento da dívida: não há qualquer variação da DLSP e, portanto, não há o registro de qualquer variação primária deficitária;

(ii) quando ocorre o pagamento da equalização devida ao BB: ocorre apenas a variação primária deficitária representada pela redução do saldo da Conta Única.

229. Assim, mais uma vez, o fato de o Bacen não registrar um passivo da União nas estatísticas fiscais faz com que o déficit primário a ser apurado seja postergado para o momento em que a União efetua o pagamento do respectivo passivo e não para o momento em que o mesmo se tornou devido.

230. Sendo assim, para saber o quanto deixou de ser registrado de déficit primário ao longo dos últimos exercícios, é preciso identificar quais foram os valores referentes às equalizações de taxas de juros no período e diminuir de referido montante os valores referentes aos pagamentos das respectivas equalizações.

231. Planilha (peça 69, fls. 02/13) encaminhada pelo BB a esta equipe de auditoria mostra a evolução do saldo do ativo 'Equalização de Taxas de Juros – Safra Agrícola' ocorrida desde o mês de janeiro de 2012. A partir de referida planilha, foi elaborada a tabela abaixo, na qual estão apresentadas as seguintes informações: (i) novas equalizações incorridas no período (coluna A); (ii) pagamentos de equalizações já devidas (coluna B); (iii) redução das disponibilidades da União em razão do pagamento da equalização ao BB (coluna C); e (iv) saldo do passivo da União junto ao BB (coluna D).

232. A coluna A apresenta valores que representam variações primárias deficitárias, geradas quando do registro de novas equalizações. As colunas B e C representam, respectivamente, variações primárias superavitárias e deficitárias, geradas quando a União efetua o pagamento da equalização ao BB.

Tabela 2 – Variações primárias – Equalização da Safra Agrícola

	Novas Equalizações (A)	Pagamentos (B)	(↓) Conta Única (C)	Saldo junto ao BB (D)
Dez/11	-	-	-	3.519.363.710,28
Jan/12	262.229.923,51	2.120.760.525,34	2.120.760.525,34	1.667.072.495,94
Fev/12	229.431.877,72	0,00	0,00	1.904.214.387,40
Mar/12	258.564.085,98	150.166.271,00	150.166.271,00	2.024.375.641,69
Abr/12	246.607.085,02	965.968.322,48	965.968.322,48	1.314.222.353,62
Mai/12	262.757.756,45	188.047.880,64	188.047.880,64	1.401.319.388,26
Jun/12	265.014.233,54	0,00	0,00	1.669.781.345,80



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



TC 021.643/2014-8

Jul/12	260.072.457,85	213.256.866,44	213.256.866,44	1.744.945.228,20
Ago/12	254.470.979,48	0,00	0,00	1.995.792.676,23
Set/12	257.243.789,64	0,00	0,00	2.261.103.931,72
Out/12	255.837.182,80	31.478.491,39	31.478.491,39	2.487.820.996,61
Nov/12	261.880.061,62	0,00	0,00	2.765.055.784,37
Dez/12	411.929.045,94	0,00	0,00	3.228.136.250,18
Total do Ano	3.226.038.479,55	3.669.678.357,29	3.669.678.357,29	-
Jan/13	254.328.619,72	0,00	0,00	3.498.222.237,58
Fev/13	276.685.070,22	0,00	0,00	3.792.364.846,29
Mar/13	291.965.660,59	321.609.742,09	321.609.742,09	3.779.818.652,80
Abr/13	306.074.462,02	562.874.171,01	562.874.171,01	3.533.708.782,43
Mai/13	308.102.103,59	0,00	0,00	3.856.492.392,04
Jun/13	286.075.370,76	0,00	0,00	4.158.015.062,32
Jul/13	320.216.831,00	0,00	0,00	4.483.097.455,86
Ago/13	268.671.331,56	0,00	0,00	4.801.832.403,81
Set/13	358.275.921,66	0,00	0,00	5.188.310.407,15
Out/13	343.142.374,41	0,00	0,00	5.563.046.753,09
Nov/13	356.861.591,74	0,00	0,00	5.949.139.488,89
Dez/13	352.313.550,72	0,00	0,00	6.333.283.886,44
Total do Ano	3.722.712.887,99	884.483.913,10	884.483.913,10	-
Jan/14	369.883.946,03	0,00	0,00	6.750.225.202,13
Fev/14	325.606.694,89	0,00	0,00	7.121.917.725,72
Mar/14	369.532.144,18			7.535.805.783,44
Abr/14	352.543.649,42	872.815.010,58	872.815.010,58	7.060.748.609,34
Mai/14	402.963.694,64	0,00	0,00	7.506.726.138,37
Jun/14	394.560.873,50	0,00	0,00	7.943.735.406,23
Total do Ano	2.215.091.002,66	872.815.010,58	872.815.010,58	-
Total Geral	9.163.842.370,20	5.426.977.280,97	5.426.977.280,97	-

Fonte: Banco do Brasil.

233. Como o Bacen não capta o saldo da dívida (coluna D) nas estatísticas fiscais, então apenas as variações ocorridas no saldo da Conta Única (coluna C) é que são captadas no momento da apuração do resultado primário. Significa dizer que, entre 2012 e 2014, o total de déficit primário captado pelo Bacen para tal operação foi de apenas R\$ 5.426.977.280,97.

234. Caso estivesse captando o saldo da dívida (coluna D) nas estatísticas fiscais, os valores relativos à geração das equalizações (coluna A) e à redução do saldo das obrigações (coluna B) também estariam sendo considerados na apuração do resultado primário 'abaixo da linha'. Desse modo, o déficit primário do período 2012 a 2014 teria sido de R\$ 9.163.842.370,20. Significa dizer que, em referido período, o resultado primário deficitário apurado a menor foi de R\$ 3.736.865.089,23.

235. Ainda seria possível calcular, para cada um dos exercícios de 2013 e 2014 (até junho), o valor do déficit primário apurado a menor em referida operação, a saber: R\$ 4.180.504.966,97.

(i) 2013 = (R\$ 3.722.712.887,99 – R\$ 884.483.913,10) = R\$ 2.838.228.974,89

(ii) 2014 = (R\$ 2.215.091.002,66 – R\$ 872.815.010,58) = R\$ 1.342.275.992,08

(iii) 2013 e 2014 = (R\$ 2.838.228.974,89 + R\$ 1.342.275.992,08) = R\$ 4.180.504.966,97

236. Desse modo, ante todo o exposto acima, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente dos dispêndios ocorridos no âmbito da equalização de taxa de juros a que se refere a Lei 8.427, de 1992, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido, ou seja, os saldos que consideram, como uma obrigação integrante da DLSP, as obrigações geradas em razão do reconhecimento das equalizações de taxas de juros, calculadas com base na Portaria MFAZ 315, de 2014.

3.2.3. Banco do Brasil – Título e Créditos a Receber do Tesouro Nacional

237. Conforme ficou evidenciado acima pelo item '121' deste relatório, as estatísticas fiscais não estão registrando passivo da União que, nas demonstrações contábeis publicadas pelo BB, estão registradas no ativo de referida instituição financeira sob a seguinte denominação: 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional'.

238. Planilha (peça 69, fls 109/114) encaminhada a esta equipe de auditoria mostra que, ao final de junho de 2014, a dívida da União junto ao BB apresentava saldo de R\$ 1.796.223.859,66. Referido passivo é formado por um conjunto de dívidas relativas a valores de subvenção devidos ao BB, valores esses oriundos de inúmeras legislações, tais como a Lei 10.696, de 2010, a Lei 11.110, de 2005, a Lei 11.322, de 2006, a Lei 11.775, de 2008, Resoluções do Conselho Monetário Nacional etc. A planilha também mostra a evolução, desde o mês de dezembro de 2011, do saldo consolidado de referido passivo.

239. A partir de referida planilha, é possível construir tabela semelhante à que está sendo apresentada acima por intermédio do item 232.

Tabela 3 – Variações primárias – Subvenções Diversas

	Novas Subvenções (A)	Pagamentos (B)	(↓) Conta Única (C)	Saldo junto ao BB (D)
Dez/11	-	-	-	1.053.829.937,25
Jan/12	12.413.073,69	7.936.963,46	7.936.963,46	1.058.474.946,10
Fev/12	6.963.079,14	1.050.765,67	1.050.765,67	1.064.598.842,53
Mar/12	6.875.977,77	591.423,06	591.423,06	1.071.147.451,48
Abr/12	5.895.516,56	1.901.301,00	1.901.301,00	1.075.381.160,16
Mai/12	5.346.230,01	1.094.881,16	1.094.881,16	1.079.920.922,76
Jun/12	9.055.459,20	2.018.228,21	2.018.228,21	1.087.222.764,57
Jul/12	17.278.658,40	625.147,01	625.147,01	1.104.253.780,98
Ago/12	37.498.408,13	474.513,00	474.513,00	1.141.754.225,82
Set/12	8.350.860,49	1.063.167,00	1.063.167,00	1.149.463.007,76
Out/12	35.188.562,43	139.483.307,18	139.483.307,18	1.108.209.906,08
Nov/12	41.284.643,48	16.937.042,00	16.937.042,00	1.133.052.310,00
Dez/12	19.588.604,59	0,00	0,00	1.153.201.304,81

<i>Total do Ano</i>	205.739.073,89	173.176.738,75	173.176.738,75	1.141.842.015,38
<i>Jan/13</i>	17.142.269,11	28.939.331,00	28.939.331,00	1.153.644.002,48
<i>Fev/13</i>	11.250.233,46	0,00	0,00	1.009.528.536,47
<i>Mar/13</i>	13.323.089,09	227.171.236,88	227.171.236,88	1.019.603.405,51
<i>Abr/13</i>	10.157.390,84	1.590.340,00	1.590.340,00	1.039.445.209,80
<i>Mai/13</i>	13.301.600,14	0,00	0,00	1.043.628.103,62
<i>Jun/13</i>	20.902.701,58	18.443.832,88	18.443.832,88	1.082.836.061,37
<i>Jul/13</i>	43.195.689,42	4.929.364,30	4.929.364,30	1.090.219.996,87
<i>Ago/13</i>	45.027.384,96	38.837.507,13	38.837.507,13	1.126.182.820,47
<i>Set/13</i>	34.935.439,86	0,00	0,00	1.163.780.521,38
<i>Out/13</i>	49.894.009,68	13.459.625,00	13.459.625,00	1.255.088.067,71
<i>Nov/13</i>	99.476.573,44	9.631.439,94	9.631.439,94	1.373.702.415,99
<i>Dez/13</i>	129.510.386,58	13.156.617,41	13.156.617,41	1.396.199.790,13
<i>Total do Ano</i>	488.116.768,16	356.159.294,54	356.159.294,54	1.425.147.440,26
<i>Jan/14</i>	78.103.151,82	59.119.857,20	59.119.857,20	1.676.258.068,20
<i>Fev/14</i>	38.171.798,73	12.326.115,00	12.326.115,00	1.709.811.630,93
<i>Mar/14</i>	248.208.098,64	834.372,55	834.372,55	1.760.589.388,79
<i>Abr/14</i>	27.696.731,49	0,00	0,00	1.796.223.859,66
<i>Mai/14</i>	44.450.256,88	0,00	0,00	1.053.829.937,25
<i>Jun/14</i>	40.787.825,30	10.965.088,00	10.965.088,00	1.058.474.946,10
<i>Total do Ano</i>	477.417.862,86	83.245.432,75	83.245.432,75	-
<i>Total Geral</i>	1.171.273.704,91	612.581.466,04	612.581.466,04	-

Fonte: Banco do Brasil.

240. Como o Bacen não capta o saldo da dívida (coluna D) nas estatísticas fiscais, então apenas as variações ocorridas no saldo da Conta Única (coluna C) é que são captadas no momento da apuração do resultado primário. Significa dizer que, entre 2012 e 2014, o total de déficit primário captado pelo Bacen para tais operações foi de apenas R\$ 612.581.466,04.

241. Caso estivesse captando o saldo da dívida (coluna D) nas estatísticas fiscais, os valores relativos à geração das subvenções (coluna A) e à redução do saldo das obrigações (coluna B) também estariam sendo considerados na apuração do resultado primário 'abaixo da linha'. Desse modo, o déficit primário do período 2012 a 2014 teria sido de R\$ 1.171.273.704,91. Significa dizer que, em referido período, o resultado primário deficitário apurado a menor foi de R\$ 558.692.238,87.

242. Ainda seria possível calcular, para cada um dos exercícios de 2013 e 2014 (até junho), o valor do déficit primário apurado a menor em referidas operações, a saber: R\$ 526.129.903,73.

(i) 2013 = (R\$ 488.116.768,16 – R\$ 356.159.294,54) = R\$ 131.957.473,60

(ii) 2014 = (R\$ 477.417.862,86 – R\$ 83.245.432,75) = R\$ 394.172.430,11

(iii) 2013 e 2014 = (R\$ 131.957.473,60 + R\$ 394.172.430,11) = R\$ 526.129.903,73

243. Desse modo, ante todo o exposto acima, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente dos dispêndios ocorridos no âmbito da legislação abrangida pelo ativo

'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido.

3.2.4. BNDES - Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

244. A análise das demonstrações financeiras publicadas (peça 85, fls. 4 e 53) pelo BNDES permitiu identificar a existência de um haver à União que está relacionado às dívidas referentes às subvenções (equalização de taxa de juros) não pagas à referida instituição financeira. No entanto, as estatísticas fiscais apuradas pelo Bacen, embora considerem referido ativo no rol de obrigações da União no cômputo da DLSP, não estão registrando o valor integral do mesmo.

245. De acordo com dados encaminhados pelo Bacen (peça 100, fl. 4), o saldo registrado na DLSP, em junho de 2014, é de R\$ 7.485.881.416. Mas, de acordo com a STN (peça 99), o saldo de referido passivo seria de R\$ 19.643.867.337,18.

246. Conforme já demonstrado acima neste relatório, a ausência de registro ou o registro incorreto do saldo de determinada obrigação faz com que não sejam captadas todas as variações primárias apresentadas pelo respectivo passivo ao longo de determinado período. A tabela abaixo mostra, para cada um dos respectivos semestres, as seguintes informações (peça 101): (i) variações primárias deficitárias apuradas pelo Bacen para respectiva dívida; (ii) as variações primárias efetivamente ocorridas em referida obrigação; e (iii) o déficit primário que deixou de ser apurado pelo Bacen.

Tabela 4 – Variações primárias – Equalização de Taxa de Juros – PSI

	Δ Primárias Deficitárias apuradas pelo Bacen	Δ Primárias Deficitárias efetivamente ocorridas	Déficit Primário não apurado pelo Bacen
2º sem/2009	174.374.466,40	210.118.207,28	35.743.740,88
Total do Ano	174.374.466,40	210.118.207,28	35.743.740,88
1º sem/2010	480.546.565,77	759.171.056,94	
2º sem/2010	798.785.619,25	1.586.373.293,07	
Total do Ano	1.279.332.185,03	2.345.544.351,01	1.066.212.165,98
1º sem/2011	590.270.187,49	2.001.066.216,01	
2º sem/2011	945.516.298,45	2.103.175.046,09	
Total do Ano	1.535.786.485,93	4.104.241.262,02	2.568.454.776,09
1º sem/2012	810.702.138,56	1.949.155.013,58	
2º sem/2012	833.203.360,71	1.776.800.076,67	
Total do Ano	1.643.905.499,27	3.725.955.091,25	2.082.049.591,98
1º sem/2013	(236.497.233,25)	2.192.872.349,23	
1º sem/2013	631.395.090,66	2.919.494.919,52	
Total do Ano	394.897.857,41	5.112.367.268,75	4.717.469.411,34
1º sem/2014	673.041.475,09	3.454.421.434,65	
Total do Ano	673.041.475,09	3.454.421.434,65	2.781.379.959,56
Total Geral	5.701.337.969,13	18.952.647.613,05	13.251.309.643,92

Fonte: Bacen – Departamento Econômico.

247. Os dados da tabela mostram que, desde o ano de 2009, ano de implementação do PSI, cerca de R\$ 13,2 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no âmbito de referido programa. Em 2013 foram R\$ 4,7 bilhões e, até o 1º semestre de 2014, foram R\$ 2,8 bilhões.

248. Ante o exposto acima, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais

publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do PSI, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido.

3.2.5. FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

249. Os itens 143 a 149 deste relatório deixaram evidenciado que as estatísticas fiscais não estão registrando passivo da União junto ao FGTS referente a adiantamentos concedidos por referido Fundo no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de que trata a Lei 11.977, de 2009.

250. Conforme já indicado no item 162 acima, o art. 2º de referida Lei autoriza a União a conceder subvenção ao beneficiário pessoa física no ato da contratação do financiamento habitacional. Ocorre que a CAIXA, agente operador do FGTS, pode utilizar as disponibilidades do Fundo para efetuar referido pagamento, passando o mesmo a ter direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, corrigidas pela taxa Selic.

251. Significa dizer que, ao utilizar os recursos do FGTS para o pagamento de referidos dispêndios, a União deixa de apresentar, no período, variações primárias deficitárias no saldo da Conta Única, ou seja, como o recurso não sai dos cofres da União, mas, sim, dos cofres do FGTS, não há qualquer variação nos estoques da Conta Única relacionada a referida subvenção/dispêndio.

252. No entanto, quando o FGTS efetua os pagamentos em nome da União, surge para tal ente federado a obrigação de ressarcir o Fundo. Assim, na realidade, as variações primárias deficitárias associadas à concessão das subvenções no âmbito do PMCMV são captadas pelo aumento de obrigações junto ao FGTS. Porém, como visto, as estatísticas fiscais não estão captando essa obrigação no rol da DLSP. E, também como já mencionado acima, se o passivo não está sendo captado pelas estatísticas fiscais, então também não são captadas as variações ocorridas em seu montante.

253. Isso posto, é possível calcular o quanto deixou de ser apurado de déficits primários no âmbito do PMCMV desde sua implementação. Para tanto, basta comparar o total dos adiantamentos concedidos pelo FGTS com o total dos pagamentos efetuados pela União ao FGTS. O primeiro montante mostra o valor das variações primárias deficitárias que deveriam estar sendo captadas pelo Departamento Econômico do Bacen e o segundo mostra o quanto foi captado pelas estatísticas fiscais produzidas por referida unidade orçamentária.

254. A tabela abaixo mostra referidos montantes. Os dados foram obtidos junto ao Ministério das Cidades (peça 94, fl. 2/5).

Tabela 5 – Variações primárias – FGTS x União (PMCMV)

	Δ Primárias Deficitárias apuradas pelo Bacen	Δ Primárias Deficitárias efetivamente ocorridas	Déficit Primário não apurado pelo Bacen
2009	450.000.000,00	431.006.606,00	(18.999.394,00)
2010	350.000.000,00	1.287.459.546,00	937.459.546,00
2011	0,00	2.449.825.236,00	2.449.825.236,00
2012	0,00	1.196.400.713,00	1.196.400.713,00
2013	800.000.000,00	1.463.835.754,00	663.835.754,00
2014	0,00	1.048.436.656,00	1.048.436.656,00
Total	1.600.000.000,00	7.876.958.511,00	6.276.958.511,00

Fonte: Ministério das Cidades

255. Os dados da tabela mostram que, desde o ano de 2009, ano de implementação do PMCMV, cerca de R\$ 6,3 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no âmbito de referido programa. Em 2013 foram R\$ 0,7 bilhão e, até o mês de setembro de 2014, foram R\$ 1 bilhão.

256. Ante o exposto acima, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento.

3.2.6. FGTS - Lei Complementar 110, de 2001

257. Os itens 143 a 149 deste relatório deixaram evidenciado que as estatísticas fiscais não estão registrando passivo da União junto ao FGTS, surgido em razão do disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar 110, de 2001.

258. Referido dispositivo determina que montante correspondente ao arrecadado com as contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º de referida lei complementar seja lançado como uma receita do FGTS, ou seja, como um direito do Fundo junto à União, devidamente registrado em seu ativo.

259. Em apertada síntese, o processo pode ser assim explicitado: (i) as contribuições são arrecadadas e registradas como receitas orçamentárias de titularidade da União; (ii) montante equivalente é registrado pelo FGTS com crédito/valor a receber da União; (iii) a União registra uma obrigação junto ao FGTS; (iv) a União transfere valor equivalente ao FGTS, quitando a dívida junto ao FGTS.

260. Até o mês de março de 2012, as quatro etapas listadas pelo item acima eram realizadas contemporaneamente. Desse modo, não havia, ao longo do exercício, qualquer saldo a receber registrado para o FGTS e nem qualquer saldo a pagar registrado para a União, tampouco havia qualquer trânsito de recursos pela Conta Única, posto que os recursos eram repassados diretamente pela CAIXA ao FGTS.

261. No entanto, com a edição da Portaria STN 278, de 2012, o repasse do recurso ao FGTS deixou de ser feito de maneira automática, uma vez que referida portaria determinou que os as contribuições arrecadadas pela CAIXA fossem recolhidas à Conta Única do Tesouro e que o repasse ao FGTS seria efetuado de acordo com a programação financeira da União. Referida sistemática fez com que o saldo da dívida da União junto ao FGTS alcançasse o montante de cerca de R\$ 10 bilhões.

262. Do ponto de vista da apuração do resultado fiscal, a arrecadação de referidas contribuições sociais deveria ser um resultado primário neutro. Isso porque, enquanto a arrecadação de referidas receitas provocaria uma variação primária superavitária para a União, mediante aumento do saldo da Conta Única, o registro da dívida junto ao FGTS, equivalente ao montante arrecadado com as contribuições, provocaria uma variação primária deficitária.

263. No entanto, como o Bacen não registra a dívida junto ao FGTS como um item das obrigações da União na DLSP, apenas as variações primárias superavitárias oriundas do aumento do saldo da Conta Única - pela arrecadação das contribuições - e as variações primárias deficitárias - decorrentes do repasse de parcela da arrecadação ao FGTS - é que têm sido apuradas pelas estatísticas fiscais. E como apenas uma parte dos recursos foi repassada ao FGTS, então, de 2012 até o ano de 2014, foram registrados superávits primários indevidos para referido relacionamento 'União x FGTS'.

264. A tabela abaixo contém dados extraídos de documento (peça 102) encaminhado pela STN e mostra as seguintes informações: (i) variações primárias superavitárias decorrentes da arrecadação das contribuições sociais; variações primárias deficitárias decorrentes do repasse de recursos ao FGTS; e (iii) variação primária deficitária que deixou de ser registrada pelo Departamento Econômico do Bacen nas estatísticas fiscais.

Tabela 6 – Variações primárias – FGTS x União - Lei Complementar 110, de 2001

Δ Primárias Superavitárias	Δ Primárias Deficitárias	Déficit Primário não
-----------------------------------	---------------------------------	----------------------

	<i>apuradas pelo Bacen</i>	<i>efetivamente ocorridas</i>	<i>apurado pelo Bacen</i>
<i>Dez/11</i>	-	-	-
<i>Jan/12</i>	0,00	0,00	0,00
<i>Fev/12</i>	0,00	0,00	0,00
<i>Mar/12</i>	0,00	0,00	0,00
<i>Abr/12</i>	301.626.341,36	0,00	301.626.341,36
<i>Mai/12</i>	286.876.591,86	0,00	286.876.591,86
<i>Jun/12</i>	260.538.372,38	0,00	260.538.372,38
<i>Jul/12</i>	272.867.748,64	0,00	272.867.748,64
<i>Ago/12</i>	264.588.409,10	0,00	264.588.409,10
<i>Set/12</i>	263.815.036,54	0,00	263.815.036,54
<i>Out/12</i>	287.211.150,35	0,00	287.211.150,35
<i>Nov/12</i>	232.761.123,12	0,00	232.761.123,12
<i>Dez/12</i>	258.376.636,51	0,00	258.376.636,51
<i>Total do Ano</i>	2.428.661.409,86	0,00	2.428.661.409,86
<i>Jan/13</i>	250.825.430,38	0,00	250.825.430,38
<i>Fev/13</i>	299.898.340,10	0,00	299.898.340,10
<i>Mar/13</i>	277.792.523,52	0,00	277.792.523,52
<i>Abr/13</i>	271.840.081,79	0,00	271.840.081,79
<i>Mai/13</i>	320.101.887,19	0,00	320.101.887,19
<i>Jun/13</i>	320.690.107,27	0,00	320.690.107,27
<i>Jul/13</i>	321.367.349,32	0,00	321.367.349,32
<i>Ago/13</i>	301.407.109,92	0,00	301.407.109,92
<i>Set/13</i>	321.880.590,45	0,00	321.880.590,45
<i>Out/13</i>	325.362.320,30	0,00	325.362.320,30
<i>Nov/13</i>	305.915.631,96	0,00	305.915.631,96
<i>Dez/13</i>	312.342.703,50	0,00	312.342.703,50
<i>Total do Ano</i>	2.800.907.781,70	0,00	2.800.907.781,70
<i>Jan/14</i>	297.474.650,77	0,00	297.474.650,77
<i>Fev/14</i>	356.484.512,57	0,00	356.484.512,57
<i>Mar/14</i>	308.337.646,26	0,00	308.337.646,26
<i>Abr/14</i>	355.524.067,06	0,00	355.524.067,06
<i>Mai/14</i>	317.893.953,19	100.000.000,00	217.893.953,19
<i>Jun/14</i>	344.690.212,73	100.000.000,00	244.690.212,73
<i>Jul/14</i>	348.537.473,35	100.000.000,00	248.537.473,35
<i>Ago/14</i>	333.356.277,31	100.000.000,00	233.356.277,31
<i>Set/14</i>	347.527.799,37	100.000.000,00	247.527.799,37

Total do Ano	2.047.529.783,01	500.000.000,00	1.547.529.783,01
Total Geral	7.277.098.974,57	500.000.000,00	6.777.098.974,57

Fonte: STN/COPEC

265. Os dados da tabela mostram que, de abril de 2012 a setembro de 2014, R\$ 6,8 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no relacionamento 'União x FGTS' no âmbito da Lei Complementar 110, de 2001.

266. Ante o exposto acima, em nome do princípio da transparência na gestão fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinação ao Bacen para que, em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos recursos não repassados e registrados como direitos de referido Fundo junto à União, em consonância com o disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar 110, de 2001.

3.3. Realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei

267. Os itens 55 a 75 deste relatório mostraram as condições e as vedações que devem ser obedecidas para a contratação de operações de crédito pelos entes da federação. A realização de operações de crédito com inobservância de referidas condições e/ou vedações pode sujeitar o responsável pela execução do ato à pena estabelecida pelo art. 359-A do Código Penal.

268. Diversas foram as situações analisadas por intermédio da presente inspeção que, no entendimento da equipe, deixaram de observar condições ou até mesmo infringiram vedações estabelecidas em lei para a realização de operações de crédito. Essas situações são apresentadas a seguir.

3.3.1. Adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Programa Bolsa Família

269. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Assim está disposto pelo art. 1º da Lei 10.836, de 2004, *in verbis*:

'Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.'

270. De acordo com o art. 2º do Decreto 5.209, de 2004, *in verbis*:

'Art. 2º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome coordenar, gerir e operacionalizar o Programa Bolsa Família e, em especial, executar as seguintes atividades:' (Grifou-se)

271. A CAIXA, por sua vez, é o agente operador do programa, como segue, *in verbis*:

'Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.' (Grifou-se)

272. A liberação de recursos financeiros ao MDS, para que este promova o repasse dos mesmos à CAIXA, é responsabilidade da STN, por intermédio da Subsecretaria de Política Fiscal e da Coordenação-Geral de Programação Financeira, conforme estabelece o Decreto 7.482, de 2011, e a Portaria do Ministério da Fazenda 244, de 2012, a qual aprova o Regimento Interno da STN *in verbis*:

'Art. 21. À Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

1 - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;

(...)

VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;

Art. 24. À Subsecretaria de Política Fiscal compete:

I - orientar e supervisionar o processo de programação financeira, de gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional e de formulação da política de financiamento da despesa pública;

II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;' (Grifou-se)

273. Contrato (peça 67, fl. 10) assinado entre o MDS e a CAIXA prevê que os recursos necessários aos pagamentos dos benefícios devem ser repassados ao agente financeiro que os depositará em conta de suprimento de fundos, *in verbis*:

'Subcláusula Segunda – Os recursos de que trata o caput serão creditados à CONTRATADA em Conta Suprimento específica para cada programa objeto desse contrato, com movimentação e reserva pela CONTRATADA, cujos respectivos saldos serão remunerados financeiramente em base diária pela CONTRATADA pela variação da taxa extramercado do Banco Central – DEDIP, sendo uma conta para cada exercício financeiro.'

274. A Subcláusula Oitava da Cláusula Décima de referido contrato prevê a possibilidade de a CAIXA suspender a prestação do serviço de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família, *in verbis*:

'Subcláusula Oitava – Na eventual insuficiência de recursos na Conta Suprimento para o pagamento de benefícios constantes das filhas de pagamento das Ações de Transferência de Renda, fica assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão deste serviço até que seja normalizado o fluxo financeiro, conforme Inciso XV do art. 78, da Lei 8.666, de 1993.'

275. Por sua vez, a Subcláusula Nona assegura remuneração à CAIXA, caso a mesma utilize recursos próprios para o pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, *in verbis*:

'Subcláusula Nona – Na eventual insuficiência de recursos na Conta Suprimento para o pagamento de benefícios constantes das filhas de pagamento das Ações de Transferência de Renda, se a CONTRATADA assegurar por seus meios o pagamento dos benefícios, fica assegurada à CONTRATADA remuneração diária sobre o saldo negativo registrado nessa conta com base na taxa extramercado do Banco Central – DEDIP.'

276. Dados encaminhados (peça 89) pelo MDS mostram que, em 2013 e, principalmente, em 2014, várias foram as ocasiões em que a União, por intermédio do MDS, não repassou os recursos financeiros ao agente financeiro CAIXA de maneira tempestiva e suficiente. Os dados também mostram que a CAIXA utilizou recursos próprios para, em nome da União, realizar os pagamentos dos benefícios aos seus respectivos beneficiários.

277. Diante disso, a conta de suprimento de fundos, que registra os montantes repassados pela União à CAIXA e o pagamento dos benefícios do programa pela CAIXA, ficou com saldo negativo em diversos momentos/períodos. A presença de saldo negativo na conta de suprimento de fundos significa que a CAIXA utilizou recursos próprios para o pagamento de benefícios do Bolsa Família, posto que o montante de recursos repassados pela União à CAIXA não foi suficiente para o pagamento dos respectivos benefícios. A tabela abaixo mostra os dias em que a conta de suprimento de fundos ficou negativo em 2013 e em 2014, bem como o respectivo montante devedor.

Tabela 7 – Conta de Suprimento – Saldo devedor – em R\$ milhões

Data	Saldo Negativo	Data	Saldo Negativo	Data	Saldo Negativo	Data	Saldo Negativo
31/mar/13	-18,10	25/fev/14	-174,66	1/jul/14	-82,11	21/ago/14	-185,87
31/out/13	-1,20	26/fev/14	-359,90	2/jul/14	-107,05	22/ago/14	-405,10
28/nov/13	-22,55	27/fev/14	-555,39	3/jul/14	-126,32	25/ago/14	-674,08



29/nov/13	-226,52	28/fev/14	-797,11	4/jul/14	-135,48	26/ago/14	-880,26
20/dez/13	-82,79	31/mar/14	-219,72	7/jul/14	-151,36	27/ago/14	-1.086,44
23/dez/13	-326,18	2/abr/14	-3,35	8/jul/14	-156,34	28/ago/14	-493,56
24/dez/13	-365,28	29/abr/14	-14,26	9/jul/14	-161,80	29/ago/14	-711,02
26/dez/13	-399,73	30/abr/14	-227,53	10/jul/14	-166,81	17/set/14	-39,55
27/dez/13	-431,79	23/mai/14	-47,00	11/jul/14	-170,89	29/set/14	-54,24
30/dez/13	-480,68	26/mai/14	-264,93	14/jul/14	-175,41	30/set/14	-286,93
31/dez/13	-480,68	27/mai/14	-445,20	15/jul/14	-177,91		
		28/mai/14	-627,87	18/jul/14	-157,35		
		29/mai/14	-810,27	21/jul/14	-371,71		
		30/mai/14	-1.000,98	22/jul/14	-577,29		
		18/jun/14	-206,59	23/jul/14	-788,97		
		18/jun/14	-206,59	24/jul/14	-1.000,28		
		20/jun/14	-432,65	25/jul/14	-1.219,78		
		23/jun/14	-658,50	28/jul/14	-1.360,93		
		24/jun/14	-830,70	29/jul/14	-1.576,99		
		25/jun/14	-1.063,26	30/jul/14	-1.797,62		
		26/jun/14	-1.275,25	31/jul/14	-2.018,33		
		27/jun/14	-1.505,89				
		30/jun/14	-1.782,20				

Fonte: MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

278. Nos dias indicados pela tabela acima, a CAIXA utilizou recursos próprios para, em nome da União, efetuar o pagamento dos benefícios do Bolsa Família. Referidos adiantamentos de recursos efetuados pela CAIXA à União ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e de 2014 enquadram-se no conceito de operação de crédito estabelecido pelo art. 29, inciso III, da LRF, *in verbis*:

'Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

(...)

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros; (Grifou-se)

279. A partir de informações obtidas junto ao MDS (peça 90) e à CAIXA (peça 89) foi possível elaborar a tabela abaixo, a qual contempla as seguintes informações: (i) montante de recursos financeiros solicitados pelo MDS à STN; (ii) montante de recursos repassados pela STN ao MDS; (iii) montante de benefícios pagos pela CAIXA; (iv) montante de recursos devolvidos pela CAIXA ao MDS; (v) diferença entre o montante repassado pela STN e o montante solicitado pelo MDS; e (vi) diferença entre o montante repassado pela STN ao MDS e o montante pago de benefícios pela CAIXA.

Tabela 8 – Fluxo de Recursos – Bolsa Família – 2013 e 2014 – Em R\$ mil

	Pedido	Repassado	Pago	Devolvido	Repassado (-) Pedido	Repassado (-) Pago	Saldo
Jan/13	1.932.000	2.046.695	1.898.093	53.874	114.695	148.602	94.728



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



TC 021.643/2014-8

Fev/13	1.897.366	1.842.000	1.851.185	16.252	(55.366)	(9.185)	69.291
Mar/13	2.006.180	1.945.776	1.913.318	36.491	(60.404)	32.458	65.257
Abr/13	1.981.991	2.260.171	2.026.009	36.118	278.180	234.162	263.301
Mai/13	2.010.200	1.707.140	2.003.601	0	(303.060)	(296.461)	(33.160)
Jun/13	2.008.920	2.094.140	1.944.078	51.302	85.219	150.062	65.599
Jul/13	2.060.000	2.019.546	2.092.561	0	(40.454)	(73.016)	(7.416)
Ago/13	2.002.007	2.050.640	2.003.084	29.193	48.633	47.556	10.947
Set/13	2.023.476	2.055.444	2.011.988	42.123	31.968	43.456	12.280
Out/13	2.037.055	2.066.872	2.095.785	176	29.816	(28.913)	(16.809)
Nov/13	1.996.215	1.790.627	1.970.832	45.055	(205.589)	(180.205)	(242.070)
Dez/13	2.100.986	1.911.780	2.166.003	0	(189.206)	(254.223)	(496.292)
Jan/14	2.068.406	2.578.473	1.976.549	11.699	510.067	601.924	93.933
Fev/14	2.100.000	1.140.973	2.010.057	14.172	(959.027)	(869.084)	(789.323)
Mar/14	1.956.000	2.606.000	2.030.601	5.597	650.000	575.399	(219.521)
Abr/14	2.100.000	1.978.907	1.986.720	15.808	(121.093)	(7.812)	(243.142)
Mai/14	2.050.000	1.171.093	1.944.546	0	(878.907)	(773.454)	(1.016.595)
Jun/14	2.290.000	1.450.000	2.231.243	0	(840.000)	(781.243)	(1.797.838)
Jul/14	2.290.000	2.060.000	2.296.131	6	(230.000)	(236.131)	(2.033.975)
Ago/14	2.380.000	3.540.000	2.232.674	0	1.160.000	1.307.326	(726.650)

Fonte: MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

280. Ao que parece, portanto, a existência de saldos negativos na conta de suprimento de fundos está relacionada a atrasos no repasse de recursos pela STN ao MDS, e não ao atraso, por parte do MDS, na remessa, à CAIXA, dos recursos liberados pela STN.

281. No que tange ao enquadramento de referida operação de crédito em de natureza orçamentária ou de natureza extra orçamentária, a equipe entende que se trata de uma operação de crédito extra orçamentária de que trata o art. 38 da LRF. Isso porque a obtenção dos recursos junto à CAIXA foi efetuada não com o objetivo de autorizar novos gastos orçamentários, mas para cobrir insuficiência de caixa ao longo dos exercícios de 2013 e 2014.

282. Ocorre que a realização de referida operação de crédito infringiu diversas vedações e deixou de obedecer a condições estabelecidas pela LRF para a contratação de operações de crédito. A primeira das vedações que não foi obedecida é a estabelecida pelo art. 36 da LRF, que proíbe a realização de operação de crédito entre instituição financeira pública e o ente federal que a controle, in verbis:

'Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.' (Grifou-se)

283. Além disso, por se enquadrar no tipo extra orçamentário de operação de crédito, a vedação estabelecida pelo art. 38, inciso IV, b, também deixou de ser obedecida, uma vez que houve a contratação de referida operação de crédito no último ano de mandato da Presidente da República, in verbis:

'Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

(...)

IV - estará proibida:

(...)

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal. '(Grifou-se)

284. Por último, frise-se que uma das condições impostas pelo art. 32 da LRF não foi atendida, qual seja: a necessidade de prévia e expressa autorização legislativa para a contratação da operação de crédito, *in verbis*:

'Art. 32. Omissis...

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

285. Desse modo, em razão do exposto acima, deve-se aplicar o disposto pelo art. 33 da LRF, que assim determina, *in verbis*:

'Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros. '(Grifou-se)

286. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da LRF, determinar à CAIXA que efetue a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros em razão da realização da operação de crédito de que trata esta seção;

(ii) determinar ao MDS que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Programa Bolsa Família;

(iii) encaminhar os autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à execução de atos vedados por lei e da realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei;

(iv) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação à execução seguinte ato: realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei 10.836, de 2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, b, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

a) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional

b) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional

c) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

d) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da Caixa Econômica Federal

e) Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello – CPF 491.467.346-00 – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

3.3.2. Adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial

287. O Seguro-Desemprego e o Abono Salarial são direitos dos trabalhadores previstos, respectivamente, pelo art. 7º, inciso II, e art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988, *in verbis*:

'Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

Art. 239. Omissis...

§ 3º - Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.' (Grifou-se)

288. O Seguro-Desemprego e o Abono Salarial são regulados pela Lei 7.998, de 1990, *in verbis*:

'Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que: ' (Grifou-se)

289. Tais dispêndios têm como fonte de financiamento, entre outros, os recursos de que trata o art.

239, *caput*, da Constituição de 1988, *in verbis*:

'Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Regulamento)'

290. O custeio do Seguro-Desemprego e o pagamento do Abono Salarial são efetuados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como determina a Lei 7.998, de 1990, *in verbis*:

'Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico. ' (Grifou-se)

291. Constituem recursos do FAT, entre outros, *in verbis*:

'Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I - o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

(...)

III - a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV - o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.' (Grifou-se)

292. O pagamento das despesas referentes ao Abono Salarial e ao Seguro-Desemprego compete aos bancos oficiais, *in verbis*:

'Art. 15. Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT.'

293. Nessa esteira, vale fazer referência a trabalho desta Corte de Contas no âmbito do TC 007.349/2014-9, realizado pela Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (Secex-Previdência), que resultou no Acórdão 3130/2014-TCU-Plenário. Na oportunidade, o Exmo. Sr. Ministro-Relator Augusto Sherman Cavalcanti, no corpo do relatório que

orientou seu respectivo voto, teceu minudentes considerações em relação à situação financeira do FAT.

294. De acordo com o Relator de referidos autos, *in verbis*:

'42. A análise geral das contas do FAT, no período de 2009-2013, permite dizer que as receitas não estão aumentando no mesmo ritmo das despesas, ocorrendo, em 2013, de haver até mesmo uma queda na arrecadação. Por seu turno, as despesas vêm subindo de forma contínua e acentuada, sem indícios de que esse ritmo de crescimento venha a atenuar-se.' (Grifou-se)

295. A tabela abaixo, também extraída de referidos autos, mostra a evolução das receitas do FAT no período 2009 a 2013. Como se pode verificar, o total das receitas de 2013 é inferior àquele percebido em 2011.

Tabela 9 - Receitas e despesas do FAT (2009-2013)

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011	2012	2013
Arrecadação do PIS/Pasep	39.890,95	49.311,58	47.770,78	52.014,09	50.946,25
DRU	(7.978,19)	(9.862,32)	(9.554,16)	(10.402,82)	(10.189,25)
1 - Receita líquida do PIS/Pasep	31.912,761	35.229,8	42.057,4	41.257,3	40.757,0
2 - Receitas financeiras	13.121,8	12.681,7	13.282,5	15.956,6	8.592,7
3 - Aportes do Tesouro Nacional	31,9	1.342,4	101,6	5.745,8	4.956,8
4 - Outras receitas	716,7	1.052,6	976,4	918,7	766,3
Total de receitas	45.202,2	50.306,5	56.418,3	63.878,3	55.072,8

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

296. Os dados apresentados acima mostram que houve uma redução nos recursos arrecadados com as receitas do PIS/Pasep. Uma das causas de referida redução está nas desonerações realizadas pelo Governo Federal, as quais vem crescendo de forma acentuada nos últimos anos. Dados da Receita Federal mostram o valor da renúncia de receita gerada pelas desonerações da contribuição do PIS/Pasep (valores corrigidos com base em dez/2013, pelo IPCA).

Tabela 10 - Estimativas de desonerações relativas à Contribuição para o PIS/Pasep – 2009 a 2013

Exercício	Estimativa/ bases efetivas	Variação (%)
2009	5.121,8	-
2010	6.067,3	18,46
2011	6.817,2	12,36
2012	8.345,8	22,42
2013*	10.636,5	27,45
2014*	11.638,9	9,42

Fonte: Receita Federal.

(*) Estimado.

297. No que tange às despesas, a tabela abaixo mostra que as mesmas têm aumentado, como afirmou o Relator de referidos autos em seu relatório.

Tabela 11 – Despesas com Seguro-Desemprego e Abono Salarial

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
1. Seguro-Desemprego	25.182,0	25.045,2	27.339,9	30.105,1	32.709,7	35.965,4
2. Abono Salarial	9.674,0	10.684,8	11.846,3	13.362,8	14.956,2	15.877,4

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
1. Seguro-Desemprego	25.182,0	25.045,2	27.339,9	30.105,1	32.709,7	35.965,4
2. Abono Salarial	9.674,0	10.684,8	11.846,3	13.362,8	14.956,2	15.877,4
Total	34.856,0	35.730,0	39.186,2	43.467,9	47.665,9	51.842,8

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

(*) Posição em 04/dez/2014.

298. Apresentados os dados acima, vale informar que, conforme já manifestado pelo item 272, a liberação de recursos financeiros ao FAT para a realização de pagamentos do Seguro-Desemprego e Abono Salarial é responsabilidade da STN, por intermédio da Subsecretaria de Política Fiscal e da Coordenação-Geral de Programação Financeira, conforme estabelece o Decreto 7.482, de 2011, e a Portaria do Ministério da Fazenda 244, de 2012, a qual aprova o Regimento Interno da STN.

299. Contrato (peça 79, fl. 10) assinado entre o MTE e a CAIXA prevê que os recursos necessários aos pagamentos do Abono Salarial devem ser repassados ao agente financeiro que os depositará em conta de suprimento de fundos, *in verbis*:

‘Cláusula Décima – Os valores necessários ao pagamento dos beneficiários serão repassados à CONTRATADA, conforme disposto em pactuação realizada previamente entre as partes e publicada em Resolução do CODEFAT.’

300. No que tange ao pagamento do Seguro-Desemprego, o Contrato (peça 79, fls. 59) assinado entre o MTE e a CAIXA assim estabelece, *in verbis*:

‘Cláusula Décima Segunda – Os valores necessários ao pagamento dos beneficiários serão repassados à CONTRATADA, conforme disposto em pactuação realizada previamente entre as partes e publicada em Resolução do CODEFAT 12, de 28/02/1991.’

301. Os contratos assinados com a CAIXA no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial preveem, respectivamente, na Cláusula 12ª, §§ 2º e 3º, e na Cláusula 10ª, §§ 1º e 2º, o que segue:

‘Na insuficiência de recursos para pagamento dos benefícios objeto deste Contrato, fica assegurada à CONTRATADA a faculdade de suspender a prestação dos serviços, até que seja normalizado o fluxo financeiro, conforme inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, devendo o CONTRATANTE providenciar a divulgação dessa suspensão aos trabalhadores.

Caso a CONTRATADA disponha de recursos próprios e decida pela continuidade da prestação dos serviços, poderá realizar os devidos pagamentos aos beneficiários, compensando o custo financeiro incorrido nesta operação, com a percepção da Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil - DEDIP sobre os saldos diários efetivamente a descoberto.’

302. Dados encaminhados (peças 91, 103 e 84, fls. 1 e 4) pelo MTE e pela CAIXA mostram os saldos de final de mês da conta de suprimentos referentes ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial. Como pode ser visto na tabela abaixo, de agosto de 2013 até novembro de 2014, o saldo da conta de suprimento do Seguro-Desemprego ficou negativo em quinze dos dezesseis meses, enquanto o saldo da conta de suprimento referente ao Abono Salarial ficou negativo em onze dos dezesseis meses.

Tabela 11 – Saldo da Conta de Suprimento – Seguro-Desemprego e Abono Salarial

Data	Seguro-Desemprego	Abono Salarial
Jan/13	303.247	142.125
Fev/13	238.756	93.092
Mar/13	46.047	96.607
Abr/13	348.934	75.139
Mai/13	3.174	25.962
Jun/13	115.299	13.611



Jul/13	193.915	(203.652)
Ago/13	(574.795)	(1.495.559)
Set/13	(1.518.140)	(89.461)
Out/13	(1.288.327)	(1.583.511)
Nov/13	(652.434)	(351.689)
Dez/13	(1.872.168)	(620.043)
Jan/14	(36.209)	34.035
Fev/14	(1.373.469)	(19.542)
Mar/14	(1.465.286)	(13.310)
Abr/14	(1.681.987)	298.231
Mai/14	(2.647.018)	220.617
Jun/14	(1.886.402)	(97.336)
Jul/14	(2.742.942)	(903.672)
Ago/14	46.099	(936.188)
Set/2014	(773.758)	(443.321)
Out/2014	(355.497)	31.747
Nov/2014	(138.956)	20.685

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego e CAIXA.

303. Ainda com base nos dados encaminhados pelo MTE, podem ser feitas as seguintes observações: (i) em 2014, até o dia 28 de novembro, a conta de suprimentos referente ao Seguro-Desemprego ficou com saldo positivo em apenas quinze dias: três em janeiro, quatro em setembro e oito em novembro; (ii) os demais dias do ano apresentaram saldo negativo; (iii) de 14 de janeiro a 29 de agosto de 2014, o saldo permaneceu negativo todos os dias; (iv) o valor médio dos dias com saldo negativo foi de R\$ 1.102,2 milhão; (v) o maior saldo negativo foi de R\$ 3.353,9 milhões, em 12 de agosto de 2014.

304. Com relação ao Abono Salarial, os dados encaminhados pelo MTE mostram que: (i) em 2014, até o dia 28 de novembro, em 79 (setenta e nove) dias o saldo da conta de suprimento ficou negativo; (ii) o maior valor para o saldo negativo foi de R\$ 1.508,9 milhão; (iii) o valor médio dos dias com saldo negativo foi de R\$ 314,1 milhões.

305. Portanto, não há dúvida de que, ao longo de 2013 e 2014, a CAIXA utilizou recursos próprios para, em nome da União, efetuar o pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Referidos adiantamentos enquadram-se no conceito de operação de crédito estabelecido pelo art. 29, inciso III, da LRF, *in verbis*:

'Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:
(...)

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros; (Grifou-se)

306. Ao que parece, inclusive como mencionado acima por intermédio dos itens 294 a 298, a existência de saldos negativos na conta de suprimento de fundos está relacionada a dois aspectos: (i) queda na arrecadação do PIS-Pasep, em razão da concessão de renúncia de receitas nos últimos anos pelo Governo Federal; e (ii) aumento das despesas com o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial.



307. No que tange ao enquadramento de referida operação de crédito em de natureza orçamentária ou de natureza extra orçamentária, a equipe entende que se trata de uma operação de crédito extra orçamentária de que trata o art. 38 da LRF. Isso porque a obtenção dos recursos junto à CAIXA foi efetuada não com o objetivo de autorizar novos gastos orçamentários, mas para cobrir insuficiência de caixa ao longo dos exercícios de 2013 e 2014.

308. Ocorre que a realização de referida operação de crédito infringiu diversas vedações e deixou de obedecer a condições estabelecidas pela LRF para a contratação de operações de crédito. A primeira das vedações que não foi obedecida é a estabelecida pelo art. 36 da LRF, que proíbe a realização de operação de crédito entre instituição financeira pública e o ente federal que a controle, *in verbis*:

'Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.' (Grifou-se)

309. Além disso, por se enquadrar no tipo extra orçamentário de operação de crédito, a vedação estabelecida pelo art. 38, inciso IV, b, também deixou de ser obedecida, uma vez que houve a contratação de referida operação de crédito no último ano de mandato da Presidente da República, *in verbis*:

'Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

(...)

IV - estará proibida:

(...)

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.' (Grifou-se)

310. Por último, frise-se que uma das condições impostas pelo art. 32 da LRF não foi atendida, qual seja: a necessidade de prévia e expressa autorização legislativa para a contratação da operação de crédito, *in verbis*:

'Art. 32. Omissis...

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;' (Grifou-se)

311. Desse modo, em razão do exposto acima, deve-se aplicar o disposto pelo art. 33 da LRF, que assim determina, *in verbis*:

'Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.' (Grifou-se)

312. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da LRF, determinar à CAIXA que efetue a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros em razão da realização da operação de crédito de que trata esta seção;

(ii) determinar ao MTE que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Seguro-Desemprego e do Abono-Salarial;

(iii) encaminhar os autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à execução de atos vedados por lei e da realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei;

(iv) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação à execução seguinte ato: realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei 10.836, de 2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, b, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

a) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

b) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

c) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;

d) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da CAIXA; e

e) Manoel Dias – CPF 007.829.719-20 – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

3.3.3. Adiantamentos concedidos pelo FGTS/CAIXA no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida

313. Conforme evidenciado pelo item 90 deste Relatório, a concessão de subvenções está disciplinada pelo art. 26 da LRF, que estabelece, entre outras, as seguintes condições: (i) lei específica deve autorizar a concessão; e (ii) o orçamento, de forma original ou adicional, deve conter crédito orçamentário que contemple dotação suficiente para a transferência do recurso.

314. A Lei 11.977, de 2009, dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

'Art. 2º Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira:

1 - concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional;' (Grifou-se)

315. A concessão de referida subvenção econômica integra, desde 2012, o 'Programa 2049 – Moradia Digna', e é executado por intermédio da 'Ação 0E64 - Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)' sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, unidade orçamentária 56.101.

316. Em 2009, 2010 e 2011, referida subvenção econômica integrava o 'Programa 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais', e era executado sob a 'Ação 00CW – Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (MP 459, de 2009)', sob a responsabilidade do Ministério das Cidades. Os orçamentos anuais da União referentes aos exercícios financeiros de 2009 a 2015 apresentam os seguintes créditos orçamentários destinados à referida subvenção.

Tabela 12 – Créditos Orçamentários – Subvenção Econômica - PMCMV

Órgão: 56.000 – Ministério das Cidades

Unidade Orçamentária: 56.101 – Ministério das Cidades

Programática: 0909.00CW.0001 – Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (MP 459, de 2009)

Programática: 2049.0E64.0001 – Ação 0E64 - Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)

Função: 28.846 – Encargos Especiais – Outros Encargos Especiais

Exercício	Orçamento	Natureza Da Despesa	Fonte de Recursos	Resultado Primário	Valor em R\$
2009	Fiscal	3 – ODC	300	3	800.000.000
2010	Fiscal	3 – ODC	100	3	1.200.000.000

2011	Fiscal	3 – ODC	100	3	2.000.000.000
2012	Fiscal	3 – ODC	100	3	2.066.715.232
2013	Fiscal	3 – ODC	100	3	1.900.000.000
2014	Fiscal	3 – ODC	100	3	612.000.000
PLOA2015	Fiscal	3 – ODC	100	3	2.000.000.000

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>.

317. Vale frisar, sem ter a preocupação de verificar a conformidade dos respectivos montantes, que a participação da União na concessão de subsídios no âmbito do PMCMV é definida por intermédio de ato conjunto exarado pelo Ministério das Cidades, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme estabelece o § 1º do art. 6º da Lei 11.977, de 2009, *in verbis*:

'Art. 6º A subvenção econômica de que trata o inciso I do art. 2º será concedida no ato da contratação da operação de financiamento, com o objetivo de:

(...)

§ 1º A subvenção econômica de que trata o caput será concedida exclusivamente a mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), uma única vez por imóvel e por beneficiário e será cumulativa, até o limite máximo a ser fixado em ato do Poder Executivo federal, com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento realizadas na forma do art. 9º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.' (Grifou-se)

318. A tabela abaixo, elaborada com base em informações (peça 94, fl. 3) encaminhadas pelo Ministério das Cidades, mostra, desde 2009: (i) a participação percentual da União nos subsídios concedidos no âmbito do PMCMV; (ii) o total de descontos concedidos aos mutuários; e (iii) os montantes de responsabilidade da União.

Tabela 13 – Subsídios do PMCMV – Participação da União em R\$ 1,00

Período	Ano	% OGU	Desconto	Subsídio OGU
De 13/04/2009 a 05/09/2011	2009	25%	1.724.002.424	431.000.606
	2010		5.149.838.184	1.287.459.546
	2011		4.357.525.415	1.089.381.354
De 06/09/2011 a 31/10/2011	2011	17,5%	916.822.180	160.443.882
De 01/11/2011 a 31/12/2011	2011	*	1.205.256.112	1.200.000.000
	2012	17,5%	6.836.575.503	1.196.400.713
A partir de 01/01/2012	2013	17,5%	8.364.775.737	1.463.835.754
	2014	17,5%	5.991.066.606	1.048.436.656
			34.545.862.161	7.876.958.510

Fonte: Ministério das Cidades

(*) Até o limite de R\$ 1,2 bilhão

319. Os créditos orçamentários apresentados pela Tabela 12 acima mostram que em todos os orçamentos aprovados desde o ano de 2010, bem como no projeto previsto para o ano de 2015, o planejado era financiar as despesas com subvenções com a chamada 'fonte 100', a qual representa recursos livres/ordinários arrecadados pelo Tesouro ao longo do respectivo exercício financeiro.

320. No entanto, a realidade dos fatos mostra que o financiamento de referidos dispêndios foi efetuado com a realização de operação de crédito junto ao FGTS. Referida concessão de crédito está autorizada pelo art. 82-A da Lei 11.977, de 2009, *in verbis*:

'Art. 82-A. Enquanto não efetivado o aporte de recursos necessários às subvenções econômicas de que tratam os incisos I e II do art. 2º e o art. 11 desta Lei, observado o disposto na lei orçamentária anual, o agente operador do FGTS, do FAR e do FDS, que tenha utilizado as disponibilidades dos referidos fundos em contratações no âmbito do PMCMV, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.' (Grifou-se)

321. Do montante de R\$ 7,8 bilhões apresentado pela última coluna da Tabela 13, acima, apenas R\$ 1,6 bilhão foi repassado pela União ao FGTS, conforme atestam dados (peça 71, fls. 181-182) encaminhados pela CAIXA, cujo teor é resumido na tabela abaixo. Ou seja, dos R\$ 7,8 bilhões que deveriam ter sido pagos pela União aos mutuários, apenas R\$ 1,6 foi desembolsado. O restante, R\$ 6,2 bilhões, foi pago com recursos do FGTS, a título de adiantamento.

Tabela 14 – Subsídios do PMCMV – Recursos repassados pela União ao FGTS

Ano	Subsídio OGU	Data Pagamento	Valor Pago	Saldo Financiado
2009	431.000.606	17/12/2009	409.000.000	22.000.606
		29/12/2009	41.000.000	-18.999.394
2010	1.287.459.546	20/10/2010	350.000.000	918.460.152
2011	2.449.825.236	-	-	3.368.285.388
2012	1.196.400.713	-	-	4.564.686.101
2013	1.463.835.754	18/03/2013	200.000.000	5.828.521.855
		18/04/2013	100.000.000	5.728.521.855
		30/04/2013	200.000.000	5.528.521.855
		18/06/2013	300.000.000	5.228.521.855
2014	1.048.436.656	-	-	6.276.958.511
	7.876.958.510		1.600.000.000	6.276.959.511

Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

322. Isso posto, fica evidenciado que, na realidade, o financiamento dos subsídios no âmbito do PMCMV está sendo feito por intermédio de operações de crédito interno junto ao FGTS, cuja fonte de recursos é a de '46 – Operação de Crédito Interno', com o objetivo de obter recursos para a autorização de despesas orçamentárias. Desse modo, a equipe entende que referida operação de crédito tem natureza orçamentária e, desse modo, deveria tender ao que determina o art. 32, § 1º, inciso II, da LRF, bem como o art. 3º da Lei 4.320, de 1964, *in verbis*:

'Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

(...)

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.' (Grifou-se)

323. No entanto, referida determinação não foi obedecida, assim como aquela estabelecida pelo art. 32, § 1º, V, da LRF, visto que a não inserção de referidas receitas no orçamento impede que se verifique o atendimento do disposto no art. 167, inciso III, da Constituição da República, *in verbis*:



'Art. 32. *Omissis...*

(...)

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

Art. 167. São vedados:

(...)

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;' (Grifou-se)

324. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) em razão do disposto pelo art. 3º da Lei 4.320, de 1964, e do art. 32, § 1º, incisos I a V, da LRF, determinar ao Ministério das Cidades que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos, montante correspondente aos adiantamentos concedidos pelo FGTS de acordo com o art. 82-A da Lei 11.977, de 2009;

(ii) encaminhar os autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; e

(iii) chamar em audiência os gestores identificados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação à execução seguinte ato: realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida pelo art. 32, § 1º, inciso I, da LRF, e pelo art. 3º da Lei 4.320, de 1964:

a) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades

b) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e

c) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

3.3.4. Tesouro Nacional e BNDES – Operação de Crédito no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

325. A Lei 12.096, de 2009, autoriza a União a conceder subvenção econômica ao BNDES, *in verbis*:

'Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2014:

I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas:' (Grifou-se)

326. O valor da subvenção, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, é apurado em razão do que estabelece o art. 2º, § 1º, de referida norma, *in verbis*:

'§ 2º A equalização de juros de que trata o caput corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da Finep.' (Grifou-se)

327. A definição de como a equalização deve ser apurada e de quando os valores se tornam devidos é objeto de Portarias editadas pelo Ministério da Fazenda, em razão do que dispõe o art. 1º, § 6º, da Lei 12.096, de 2009, *in verbis*:

'§ 6º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá a distribuição entre o BNDES e a FINEP do limite de financiamentos subvencionados de que trata o § 1º e definirá os grupos de beneficiários e as condições necessárias à contratação dos financiamentos, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo, entre elas, a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros.'

328. O pagamento da equalização, ou seja, o desembolso dos recursos financeiros necessários ao pagamento da despesa corrente com subvenção econômica de equalização de taxa de juros, fica condicionado ao que estabelece o art. 1º, § 3º, da Lei 12.096, de 2009, *in verbis*:

‘§ 3º O pagamento da equalização de que trata o *caput* fica condicionado à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e à apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES ou pela Finep, para fins de liquidação da despesa.’ (Grifou-se)

329. Em janeiro de 2010, foi editada a Portaria do Ministério da Fazenda 37, de 2010, a qual trazia em seu art. 1º a seguinte autorização, *in verbis*:

‘Art. 1º Observados os limites e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios diários de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos próprios.’ (Grifou-se)

330. Dispositivo semelhante esteve presente nas Portarias que foram editadas posteriormente para tratar de referido assunto, tais como: Portaria nº. 336, de 27 de maio de 2010; Portaria nº. 575, de 21 de dezembro de 2010; Portaria 87, de 31 de março de 2011; Portaria 357, de 15 de outubro de 2012; Portaria 71, de 05 de março de 2013; Portaria 29, de 23 de janeiro de 2014; e Portaria 193, de 14 de abril de 2014.

331. De acordo com a Portaria 87, de 2011, os pagamentos das equalizações pelo Tesouro ao BNDES eram regidos pelo seguinte dispositivo, *in verbis*:

‘Art. 5º Para efeito dos pagamentos da equalização pelo Tesouro Nacional, o BNDES e a FINEP deverão apresentar:

(...)

IV - semestralmente, a cada pedido de equalização à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e os saldos médios diários das aplicações (SMDA's) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro, de cada ano, acompanhados das correspondentes planilhas com a memória de cálculo do valor de equalização apurado, da média geométrica das TJLP's, da atualização, bem como da declaração de responsabilidade do próprio BNDES ou da FINEP, conforme o caso, pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam;

§2º Os valores das equalizações devidos no último dia do período ao qual se refere o pagamento, nos termos desta Portaria, serão atualizados até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.

§3º Os pagamentos das equalizações relativas aos saldos médios diários das aplicações em operações de financiamento de que trata esta Portaria podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional.’ (Grifou-se)

332. Com a edição da Portaria 122, de 10 de abril de 2012, os pagamentos das equalizações pelo Tesouro ao BNDES passaram a ser regidos da seguinte forma, *in verbis*:

‘Art. 5º Para efeito dos pagamentos da equalização pelo Tesouro Nacional, o BNDES e a FINEP deverão apresentar:

(...)

IV - semestralmente, a cada pedido de equalização à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e os saldos médios diários das aplicações (SMDA's) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro, de cada ano, acompanhados das correspondentes planilhas com a memória de cálculo do valor de equalização apurado, da média geométrica das TJLP's, da atualização, bem como da declaração de responsabilidade do próprio BNDES ou da FINEP, conforme o caso, pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam, em planilhas segregadas, considerando: (i) as operações

contratadas até 15 de abril de 2012 e; (ii) as operações contratadas a partir de 16 de abril de 2012;

(...)

§2º Os valores das equalizações devidos no último dia do período ao qual se refere o pagamento, nos termos desta Portaria, serão atualizados até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.

§3º Os pagamentos das equalizações relativas aos saldos médios diários das aplicações em operações de financiamento de que trata esta Portaria podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional.

§4º Os pagamentos das equalizações relativas aos saldos médios diários das aplicações em operações de financiamento de que trata esta Portaria, contratadas a partir de 16 de abril de 2012 serão devidos após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração, e atualizados, desde o último dia do semestre de apuração até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional. (Grifou-se)

333. Portanto, com a edição da Portaria 122, de 2012, e o estabelecimento de prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a o pagamento de referida dívida, restou evidenciada a realização de operação de financiamento entre o BNDES e o Tesouro Nacional. Ou seja, por intermédio da edição de referido ato normativo e da lavra do art. 5º, § 4º, o Tesouro Nacional assumiu compromisso financeiro junto à referida instituição financeira, uma vez que prometeu pagar ao BNDES, com a devida atualização, valores correspondentes a despesa de natureza orçamentária, qual seja: despesa corrente com subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros. Para a equipe de auditoria, portanto, configurada está a realização de operação de crédito, nos moldes do disposto pelo art. 29, inciso III, da LRF, *in verbis*:

'Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

(...)

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros; (Grifou-se)

334. Vale dizer, a realização de operação de crédito entre a União e o BNDES também esteve presente quando da edição de outras Portarias que regularam o pagamento das equalizações de taxas de juros relativas a novos períodos de equalização. É o caso do art. 7º da Portaria 357, de 15 de outubro de 2012, e do art. 7º da Portaria 29, de 23 de janeiro de 2014, os quais estão assim positivados, *in verbis*:

'Art. 7º Os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano, observado que:

I - os pagamentos das equalizações de que trata o caput podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional;

II - os valores das equalizações a que se refere o caput serão atualizados desde a data da apuração até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional; e

III - os valores apurados das equalizações a partir de 16 de abril de 2012, relativos às operações contratadas pelo BNDES, serão devidos após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados pelo Tesouro Nacional desde a data de apuração até a data do efetivo pagamento.

Art. 7º - Os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano, observado que:

I - Os pagamentos das equalizações de que trata o caput podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional.

II - Os valores apurados das equalizações a partir de 16 de abril de 2012, relativos às operações contratadas pelo BNDES, serão devidos nos dias 1º de julho e 1º de janeiro de cada ano, após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados na forma do § 3º deste artigo.

(...)

§ 3º - Os valores das equalizações a que se refere este artigo serão atualizados desde o dia subsequente à data da apuração até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.' (Grifou-se)

335. A tabela abaixo mostra, para cada semestre, desde 2009: (i) o montante apurado de equalização de taxa de juros em cada semestre; (ii) o montante da atualização (juros) do saldo de equalização; (iii) o valor pago pelo Tesouro ao BNDES em relação a cada período de equalização; (iv) o saldo de equalização a pagar referente a cada período; e (v) a data de 'vencimento' da dívida junto ao BNDES.

Tabela 15 – Equalização de Taxa de Juros – Tesouro x BNDES (PSI) – em R\$ mil

<i>Período</i>	<i>Equalização</i>	<i>Atualização</i>	<i>Valor Pago</i>	<i>Saldo a Pagar</i>	<i>Data* Vencimento</i>
2º/sem/2009	210.118,2	18.857,7	228.975,9	0,00	4/1/2010
1º/sem/2010	759.171,0	75.980,5	835.151,6	0,00	3/1/2011
2º/sem/2010	1.586.373,2	367.500,7	102.235,3	1.851.638,6	3/1/2011
1º/sem/2011	2.001.066,2	410.091,0	0,00	2.411.157,2	1/7/2011
2º/sem/2011	2.103.175,0	352.105,5	0,00	2.455.280,5	2/1/2012
1º/sem/2012	1.949.155,0	249.803,1	0,00	2.198.958,1	1/7/2014*
2º/sem/2012	1.776.800,0	163.857,1	0,00	1.940.657,2	2/1/2015
1º/sem/2013	2.192.872,3	133.077,7	0,00	2.325.950,0	1/7/2015
2º/sem/2013	2.919.494,9	86.309,0	0,00	3.005.803,9	4/1/2016
1º/sem/2014	3.454.421,4	0,00	0,00	3.454.421,4	1/7/2016
Total	18.952.647,6	1.857.582,6	1.166.362,8	19.643.867,3	

Fonte: Caixa Econômica Federal

(*) A partir de 2012, as Portarias do Ministério da Fazenda passaram a postergar o pagamento em 24 meses.

336. Desse modo, a equipe de auditoria entende que vedação estabelecida pelo art. 36 da LRF não foi atendida, *in verbis*:

'Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.' (Grifou-se)

337. Frise-se que, ainda que vedada, referida operação de crédito ocorreu. Desse modo, deixaram de ser observadas as condições do art. 32 da LRF, *in verbis*:

'Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;



IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.' (Grifou-se)

338. *Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:*

(i) em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da LRF, determinar ao BNDES que efetue a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros em razão da realização da operação de crédito de que trata esta seção;

(ii) determinar ao Ministério da Fazenda que efetue, de imediato, o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096, de 2009;

(iii) encaminhar os autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à execução de atos vedados por lei e da realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei;

(iv) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação à execução seguinte ato: realização de operação de crédito junto ao BNDES, consubstanciada pela edição de Portarias que representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da LRF, operação vedada pelo art. 36, da LRF, e realizada com inobservância das condições impostas pelo art. 32, § 1º, também da LRF.

a) Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da edição da Portaria 122, de 10 de abril de 2012;

b) Nelson Henrique Barbosa Filho – CPF 009.073.727-08 – Ministro de Estado da Fazenda interino, em razão da edição da Portaria 357, de 15 de outubro de 2012;

c) Dyogo Henrique de Oliveira – CPF 768.643.671-34, Ministro de Estado da Fazenda interino, pela edição da Portaria 29, de 23 de janeiro de 2014;

d) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

e) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

f) Adriano Pereira de Paula – CPF 743.481.327-04 – Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional; e

g) Luciano Coutinho – CPF 095.048.855-00 – Presidente do BNDES.

3.4. Execução de despesa sem dotação orçamentária

3.4.1. Pagamento de dívidas junto ao FGTS no âmbito do PMCMV sem autorização orçamentária

339. *O presente achado está associado à Questão de Auditoria de nº 1.*

340. *Como visto acima por intermédio dos itens 314 a 320 deste relatório, a Lei 11.977, de 2009, autoriza, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a concessão de subsídios a pessoas físicas, in verbis:*

'Art. 2º Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira:

I - concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional;'(Grifou-se)

341. *Desse modo, a cada financiamento concedido no âmbito do PMCMV, surge, para a União, a obrigação de entregar recursos financeiros ao respectivo mutuário pessoa física. Conforme claramente estabelecido pelo art. 2º, inciso I, transcrito acima, a concessão da subvenção deve ocorrer no ato da contratação do financiamento habitacional.*

342. *Sendo assim, para atendimento de referidos dispêndios, conforme já evidenciado pela Tabela 12 trazida pelo item 316 deste relatório, o Ministério das Cidades fez consignar crédito orçamentário específico nas leis orçamentárias da União relativas aos exercícios financeiros de 2010 a 2014, todos eles contendo autorização para a realização de despesas correntes com subvenção e todos eles*

informando como fonte de financiamento a 'fonte de recursos 100 – recursos ordinários do Tesouro Nacional'.

Tabela 16 – Ministério das Cidades – Subvenções PMCMV – Lei 11.977/2009

Exercício	Orçamento	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
2009	Fiscal	3 – ODC	300	800.000.000
2010	Fiscal	3 – ODC	100	1.200.000.000
2011	Fiscal	3 – ODC	100	2.000.000.000
2012	Fiscal	3 – ODC	100	2.066.715.232
2013	Fiscal	3 – ODC	100	1.900.000.000
2014	Fiscal	3 – ODC	100	612.000.000
PLOA2015	Fiscal	3 – ODC	100	2.000.000.000

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>.

343. Dados levantados junto ao Sistema de Administração Financeira (SLAFI) permitiram elaborar tabela na qual são apresentados os montantes das dotações, dos empenhos emitidos, das liquidações efetuadas e dos pagamentos realizados desde o ano de 2009 em relação às dotações orçamentárias de que trata a tabela acima.

344. Como se pode ver, as dotações autorizadas foram totalmente empenhadas e os respectivos empenhos foram totalmente liquidados. No entanto, o mesmo não se observa em relação aos pagamentos, que totalizaram apenas R\$ 1,6 bilhão desde o ano de 2009, muito embora, nesse período, o montante de subsídios de responsabilidade da União tenha sido de R\$ 7.876.958.510, conforme evidenciado pela Tabela 14 deste relatório.

Tabela 17 – Execução Orçamentária - Subvenções PMCMV – Lei 11.977/2009

Ano	Empenho Liquidação	Data	Pagamentos					
			2009	2010	2011	2012	2013	2014
2009	409.000.000	6/Nov	409.000.000	-	-	-	-	-
2009	391.000.000	14/Dez	41.000.000	350.000.000	-	-	-	-
2010	1.200.000.000	19/Out	-	-	-	-	800.000.000	-
2011	500.000.000	3/Ago	-	-	-	-	-	-
2011	800.000.000	11/Nov	-	-	-	-	-	-
2011	700.000.000	9/Dez	-	-	-	-	-	-
2012	130.000.000	30/Mai	-	-	-	-	-	-
2012	520.000.000	31/Mai	-	-	-	-	-	-
2012	650.000.000	11/Nov	-	-	-	-	-	-
2012	300.000.000	27/Nov	-	-	-	-	-	-
2012	100.000.000	21/Dez	-	-	-	-	-	-
2013	336.207.264	18/Jul	-	-	-	-	-	-
2013	1.563.792.736	26/Dez	-	-	-	-	-	-
2014	612.000.000	10/Jul	-	-	-	-	-	-

Fonte: SLAFI 2009 a 2014.

345. Como mostra a tabela acima, todos os empenhos referentes às dotações de 2009 foram pagos, ainda que parcela (R\$ 350.000.000) tenha sido paga apenas em 2010, a título de pagamento de restos



a pagar inscritos em 2009. Apenas uma parte dos empenhos emitidos e liquidados em 2010 foi paga (R\$ 800.000.000), sendo que referido pagamento, efetuado em quatro datas distintas, como mostra a 'Tabela 14', foi realizado no ano de 2013, também a título de pagamento de restos a pagar inscritos ao final de 2010. Todos os demais empenhos, inclusive parcela referente ao exercício de 2010, estão inscritos em restos a pagar processados.

346. Teria a União, então, deixado de efetuar o pagamento dos subsídios aos respectivos mutuários? A resposta é: não. O pagamento foi efetuado, mas com recursos do FGTS, como autoriza o art. 82-A da Lei 11.977, de 2009.

347. Nesse caso, por que referidos pagamentos não foram registrados orçamentariamente pelo Ministério das Cidades, nos respectivos créditos orçamentários? Em outras palavras, por que as dotações destinadas ao pagamento de subsídios no âmbito do PMCMV ainda estão inscritas em restos a pagar se, com o pagamento de tais dispêndios pelo FGTS, as relações obrigacionais entre a União e os mutuários já foram totalmente extintas?

348. Tais pagamentos não estão sendo registrados para que respectivas tais dotações, representadas por montantes inscritos em restos a pagar, sejam utilizadas para quitar os valores referentes à nova relação obrigacional surgida entre a União e o FGTS quando este, por intermédio dos adiantamentos, efetuou o pagamento das subvenções de responsabilidade da União no âmbito do PMCMV.

349. Ora, se o Ministério das Cidades é sabedor que os dispêndios serão pagos mediante adiantamento concedido pelo FGTS – como restou evidenciado pelo histórico da execução de referida despesa desde o ano de 2009 – então, a uma, como já se demonstrou por intermédio dos itens 287 a 297, os créditos orçamentários já deveriam ter sido autorizados com a fonte de recursos 'operação de crédito interna' devidamente consignada.

350. A duas, todo e qualquer pagamento de subsídio de responsabilidade da União efetuado com recursos do FGTS deveria ser registrado como um pagamento de despesas no âmbito de cada um dos respectivos créditos orçamentários.

351. A três, para o ressarcimento dos recursos ao FGTS, deveria ter sido providenciada nova dotação orçamentária, ou seja, crédito orçamentário distinto daquele referente ao pagamento dos subsídios, informando a respectiva fonte de recursos/financiamento.

352. A adoção de tais procedimentos seria compatível com o que determinam os seguintes dispositivos legais: art. 1º, § 1º, da LRF, art. 3º da Lei 4.320, de 1964, art. 32, § 1º, inciso I, da LRF, art. 6º da Lei 4.320, de 1964, art. 5º, § 1º, da LRF, e art. 167, inciso II, da Constituição da República, *in verbis*:

'Art. 1º Omissis...

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Art. 32. Omissis...

§ 1º (...) demonstrando (...) o atendimento das seguintes condições:
(...)

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.



Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

(...)

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. (Grifou-se)

Art. 167. São vedados:

(...)

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; (Grifou-se)

353. Nessa esteira, ressalte-se o teor do art. 59, § 1º, V, da LRF, o qual determina o que segue, *in verbis*:

'Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

(...)

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.' (Grifou-se)

354. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, inciso I, da LRF, alertar o Poder Executivo a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao FGTS sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;

(ii) chamar em audiência os gestores identificados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação à execução do seguinte ato: pagamento de dívidas no âmbito da Lei 11.977, de 2009, junto ao FGTS, sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelece o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF:

a) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades

b) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e

c) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

3.5. Atrasos no repasse de recursos a Estados e Municípios e ao INSS

355. O presente achado está associado à Questão de Auditoria de nº 3.

3.5.1. Atraso no repasse de recursos referentes aos royalties do petróleo e à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos

356. O presente achado está associado à Questão de Auditoria de nº 3, e responde a questionamentos efetuados por intermédio do TC 015.891/2014-3, apensado aos presentes autos.

357. Com relação à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e pela exploração do petróleo, assim determina a Constituição da República de 1988, *in verbis*:

'Art. 20. Omissis

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.' (Grifou-se)

358. A Lei 7.990, de 1989, a qual, entre outras providências, institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás

natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, estabelece o seguinte:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. (Grifou-se)

359. Dados (peça 10, fl. 4) encaminhados pela STN no âmbito do TC 015.891/2014-3 mostram os repasses efetuados desde janeiro de 2013 para atendimento do que estabelece o art. 8º acima, os quais estão resumidos na tabela abaixo, como segue: (i) data da emissão da ordem bancária; (ii) hora de emissão da ordem bancária; (iii) data em que o recurso saiu da Conta Única no Bacen; e (iv) valor transferido.

Tabela 20 – Royalties do Petróleo – Repasses a Entes Federados – em R\$ mil

Data OB	Hora	Saque Bacen	Valor	Data OB	Hora	Saque Bacen	Valor
11/01/2013	14:02	11/01/2013	369.370,2	24/10/2013	15:32	24/10/2013	520.248,3
16/01/2013	15:58	16/01/2013	478.330,9	11/11/2013	16:45	11/11/2013	446.339,9
18/01/2013	15:26	18/01/2013	1.764,3	22/11/2013	16:03	22/11/2013	514.215,1
15/02/2013	15:11	15/02/2013	393.325,8	17/12/2013	09:44	17/12/2013	429.566,5
20/02/2013	16:07	20/02/2013	508.312,1	24/12/2013	11:50	24/12/2013	489.265,8
15/03/2013	16:43	15/03/2013	387.492,4	27/12/2013	15:02	27/12/2013	4.872,9
20/03/2013	16:40	20/03/2013	503.817,4	15/01/2014	16:07	15/01/2014	432.919,8
02/04/2013	15:39	02/04/2013	3.259,9	24/01/2014	16:53	24/01/2014	498.248,2
11/04/2013	13:19	11/04/2013	342.283,3	14/02/2014	15:12	14/02/2014	477.300,3
18/04/2013	12:57	18/04/2013	446.117,6	28/02/2014	18:46	05/03/2014	548.894,0
15/05/2013	16:01	15/05/2013	345.757,9	17/03/2014	15:52	17/03/2014	468.728,0
22/05/2013	15:24	22/05/2013	440.934,3	31/03/2014	17:33	1/04/2014	534.070,9
13/06/2013	15:34	13/06/2013	322.674,9	14/04/2014	16:29	14/04/2014	437.624,3
25/06/2013	16:54	25/06/2013	410.588,1	30/04/2014	17:13	02/05/2014	503.891,6
10/07/2013	12:40	10/07/2013	346.938,1	30/05/2014	17:24	02/06/2014	464.976,2
23/07/2013	16:21	23/07/2013	450.652,6	30/05/2014	17:24	02/06/2014	535.909,2
15/08/2013	15:12	15/08/2013	373.504,4	30/06/2014	17:20	01/07/2014	431.799,9
19/08/2013	16:24	19/08/2013	484.441,6	30/06/2014	17:20	01/07/2014	496.043,2
11/09/2013	15:50	11/09/2013	397.034,3	29/07/2014	12:00	29/07/2014	39,9
24/09/2013	16:16	24/09/2013	511.062,1	31/07/2014	17:18	01/08/2014	458.094,3
26/09/2013	12:32	26/09/2013	1.455,7	31/07/2014	17:57	01/08/2014	534.348,0



363. Embora o Tesouro Nacional, dadas as características e critérios adotados pela metodologia oficial de apuração de resultado fiscal, tenha obtido êxito na postergação das variações primárias para os meses subsequentes ao que deveriam ter ocorrido, há que se frisar que a adoção de tal procedimento acabou por fazer com que, no entendimento da equipe de auditoria, a determinação contida no art. 8º da Lei 7.990, de 1989, não fosse observada.

364. Ora, como determina referido dispositivo, o pagamento dos recursos deve ser efetuado até o último dia do mês. No entanto, o que se observa é que o que estava ocorrendo até o último dia do mês era a 'emissão da ordem bancária' e não o pagamento/transferência dos recursos.

365. A equipe considera, portanto, que a União, por intermédio da STN, descumpriu a legislação pertinente às transferências de que trata a Lei 7.990, de 1989.

366. Vale dizer, a conduta de atrasar a realização de referidas transferências provoca efeitos perversos sobre as finanças dos entes federados que devem receber os recursos e benefícios para a própria União. Explica-se.

367. A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos parâmetros mais importantes das finanças públicas de cada ente federado. De acordo com o art. 2º, inciso IV, da LRF, a RCL deve ser assim calculada, *in verbis*:

'Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

(...)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

(...)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. (Grifou-se)

368. Como se vê, ao final de cada quadrimestre, apura-se a RCL, somando-se as receitas correntes efetivamente realizadas – que tenham entrado nos cofres do ente federado – nos últimos doze meses. Significa dizer que, se o recurso não sai dos cofres da União para o dos entes federados, então não há que se falar em arrecadação de recursos para os entes beneficiários das respectivas transferências. Ou seja, se a União posterga a transferência dos recursos para o mês subsequente, então o impacto sobre o montante da RCL também só ocorrerá no mês subsequente.

369. De outro lado, haja vista o teor da alínea 'a' do art. 2º, inciso IV, da LRF, transcrito acima, ao não transferir os recursos dentro do próprio mês, abre-se espaço para que a União não deduza respectivo montante no cálculo de sua própria RCL.

370. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) determinar a STN que adote providências para que os recursos a que se refere a Lei 7.990, de 1989, sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 8º de referida Lei; e

(ii) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei 7.990, de 1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

b) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e

c) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.5.2. Atraso no repasse de recursos referentes à cota-parte do salário educação

371. O presente achado está associado à Questão de Auditoria de nº 3, e responde a questionamentos efetuados por intermédio do TC 015.891/2014-3, apensado aos presentes autos.

372. Assim estabelece o art. 212, §§ 5º e 6º, da Carta Magna de 1988, n:

'Art. 212. *Omissis*

(...)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Grifou-se)

373. Por sua vez, o Decreto 6.003, de 2006, que regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário educação, determina o que segue, *in verbis*:

'Art. 8º *Omissis...*

§ 1º A apuração de todos os valores arrecadados a título de salário-educação, inclusive os provenientes de créditos constituídos, incluídos ou não em parcelamentos, será feita a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, devendo o montante apurado ser disponibilizado ao FNDE até o dia 10 do mesmo mês.

Art. 9º O montante recebido na forma do art. 8º será distribuído pelo FNDE, observada, em noventa por cento de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

(...)

II - quota estadual e municipal, correspondente a dois terços do montante dos recursos, será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e em favor dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica.

(...)

§ 2º O repasse da quota a que se refere o inciso II, decorrente da arrecadação recebida pelo FNDE até o dia 10 de cada mês, será efetuado até o vigésimo dia do mês do recebimento. (Grifou-se)

374. No âmbito do TC 015.891/2014-3, esta equipe de auditoria solicitou informações ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por intermédio de expediente (peça 6) encaminhado ao Secretário Executivo do Ministério da Educação, a respeito das transferências de que trata o art. 9º transcrito acima. Solicitou (peça 7) também, à STN, informações a respeito da disponibilização de recursos de que trata o art. 8º do Decreto 6.003, de 2006.

375. Documentos (peça 10, fl. 7) encaminhados pela STN mostram, conforme tabela abaixo, as liberações de recursos da STN ao Ministério da Educação referente ao salário-educação em 2013 e em 2014.

Tabela 22 – Salário-Educação – Liberações da STN ao Ministério da Educação – em R\$

Data OB	Valor	Data OB	Valor
18/01/2013	739.851.257,27	17/10/2013	797.992.743,09
23/01/2013	0,9	19/11/2013	811.036.724,66
18/02/2013	1.288.192.160,58	30/12/2013	819.014.963,16
28/02/2013	0,69	22/01/2014	812.674.232,44
18/03/2013	780.512.677,56	28/02/2014	1.466.201.397,33
18/04/2013	753.159.545,98	31/03/2014	824.009.433,08
17/05/2013	752.212.656,12	30/04/2014	857.657.693,57
18/06/2013	763.150.398,26	30/05/2014	829.188.534,78



16/07/2013	783.636.766,29	30/06/2014	841.067.993,30
15/08/2013	777.676.381,42	03/07/2014	530.902,40
18/09/2013	796.773.343,07	31/07/2014	856.560.364,76

Fonte: STN

376. Os dados da tabela mostram que o mês de novembro a liberação de recursos da STN ao Ministério da Educação ocorria antes da data limite estabelecida pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006, para o FNDE efetuar a transferência dos recursos aos Estados e Municípios. No entanto, a partir de dezembro de 2013, as liberações de recursos ao Ministério da Educação sempre ocorreram após a data limite para o FNDE efetuar as respectivas transferências.

377. Documentos (peça 12, fl. 7/14) encaminhados pelo Ministério da Educação mostram, conforme tabela abaixo, as transferências efetuadas pelo FNDE ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e 2014 aos cinco Estados e aos cinco Municípios que receberam o maior volume de recursos no período.

378. A tabela abaixo mostra as transferências efetuadas em 2013 e em 2014 à Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, como segue: (i) data em que o recurso foi solicitado à STN; (ii) data em que o recurso foi recebido da STN; (iii) data da emissão da ordem bancária pelo FNDE; (iv) data do saque do recurso na Conta Única do Tesouro; e (v) valor transferido.

Tabela 23 – Salário-Educação – Liberações da STN ao Ministério da Educação – em R\$

Data Solicitação	Data Repasse	Data OB	Data do Saque	Valor
15/02/2013	18/02/2013	19/02/2013	20/02/2013	275.469.402,71
15/03/2013	18/03/2013	18/03/2013	19/03/2013	163.853.282,83
18/04/2013	18/04/2013	18/04/2013	19/04/2013	159.185.424,62
17/05/2013	17/05/2013	17/05/2013	20/05/2013	159.262.476,89
18/06/2013	18/06/2013	18/06/2013	19/06/2013	162.477.078,66
15/07/2013	16/07/2013	16/07/2013	17/07/2013	164.200.100,31
15/08/2013	16/08/2013	16/08/2013	19/08/2013	163.313.973,28
17/09/2013	18/09/2013	18/09/2013	19/09/2013	165.844.256,45
16/10/2013	17/10/2013	17/10/2013	18/10/2013	165.875.862,76
14/11/2013	19/11/2013	19/11/2013	20/11/2013	170.342.072,32
24/12/2013	30/12/2013	30/12/2013	02/01/2014	171.656.919,03
16/01/2014	23/01/2014	23/01/2014	24/01/2014	71.058.740,89
16/01/2014	23/01/2014	23/01/2014	24/01/2014	98.377.888,61
19/02/2014	28/02/2014	28/02/2014	05/03/2014	304.712.125,48
19/03/2014	31/03/2014	31/03/2014	01/04/2014	170.747.978,41
14/04/2014	30/04/2014	30/04/2014	02/05/2014	186.112.197,43
16/05/2014	30/05/2014	30/05/2014	02/06/2014	172.926.492,21
16/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	01/07/2014	174.305.324,98
17/07/2014	31/07/2014	31/07/2014	04/08/2014	176.634.266,70
14/08/2014	29/08/2014	29/08/2014	01/09/2014	176.867.471,93

Fonte: Ministério da Educação



379. A tabela acima mostra que os pedidos de liberação de recursos efetuados pelo FNDE à STN sempre ocorreram antes da data limite (dia 20) estabelecida pelo Decreto 6.003, de 2006, para a transferência dos recursos aos Estados e Municípios.

380. Mostra também que, até novembro de 2013, as transferências ocorriam dentro do prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, de referido Decreto. No entanto, a partir de dezembro de 2014, em razão do que já foi comentado por intermédio do item 376, acima, as transferências passaram a ocorrer após o dia vinte de cada mês. Ou seja, o atraso na remessa dos recursos aos demais entes federados ocorreu porque os mesmos não haviam sido liberados pela STN, como mostra a tabela acima.

381. Além do atraso nas transferências dos recursos aos Estados e Municípios, as quais deveriam ocorrer até o dia 20 de cada mês, importa ressaltar que as mesmas passaram a ocorrer apenas no início do mês subsequente.

382. Referida sistemática de transferência realizou-se, ao que parece, com o objetivo de postergar variações primárias deficitárias para o mês subsequente, isso porque, de acordo com os critérios adotados pelo Departamento Econômico do Bacen para o cálculo do endividamento líquido, como referidos atrasos não são registrados como passivos integrantes da DLSP, as variações primárias deficitárias relacionadas às transferências de que trata o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006, somente são captadas quando o recurso é sacado da Conta Única do Tesouro no Bacen.

383. Embora o Tesouro Nacional, dadas as características e critérios adotados pela metodologia oficial de apuração de resultado fiscal, tenha obtido êxito na postergação das variações primárias para os meses subsequentes ao que deveriam ter ocorrido, há que se frisar que a adoção de tal procedimento acabou por fazer que, no entendimento da equipe de auditoria, a determinação contida no art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006, não fosse observada.

384. A equipe considera, portanto, que a União, por intermédio da STN, descumpriu a legislação pertinente às transferências referentes ao Salário-Educação.

385. Vale dizer, a conduta de atrasar a realização de referidas transferências provoca efeitos perversos sobre as finanças dos entes federados que devem receber os recursos e benefícios para a própria União. Explica-se.

386. A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos parâmetros mais importantes das finanças públicas de cada ente federado. De acordo com o art. 2º, inciso IV, da LRF, a RCL deve ser assim calculada, *in verbis*:

'Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

(...)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

(...)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. (Grifou-se)

387. Como se vê, ao final de cada quadrimestre, apura-se a RCL, somando-se as receitas correntes efetivamente realizadas – que tenham entrado nos cofres do ente federado – nos últimos doze meses. Significa dizer que, se o recurso não sai dos cofres da União para o dos entes federados, então não há que se falar em arrecadação de recursos para os entes beneficiários das respectivas transferências. Ou seja, se a União posterga a transferência dos recursos para o mês subsequente, então o impacto sobre o montante da RCL também só ocorrerá no mês subsequente.

388. De outro lado, haja vista o teor da alínea 'a' do art. 2º, inciso IV, da LRF, transcrito acima, ao não transferir os recursos dentro do próprio mês, abre-se espaço para que a União não deduza respectivo montante no cálculo de sua própria RCL.

389. Ressalte-se a importância que a transferência de receitas de natureza tributária a entes federados recebeu extrema relevância da Constituição da República, uma vez que o atraso na remessa de referidos recursos pode dar azo a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, como mostra o teor do art. 34, V, 'b', *in verbis*:

'Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

(...)

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

(...)

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; (Grifou-se)

390. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

(i) determinar a STN que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006; e

(ii) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, em 15 (quinze) dias apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o Decreto 6.003, de 2006:

a) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

b) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e

c) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.5.3. Atraso no repasse de recursos ao INSS para pagamento de benefícios previdenciários

391. Documentos (peça 83, fl. 2) encaminhados pelo INSS à equipe de auditoria mostram que, de fevereiro de 2014 a maio de 2014, a STN, notadamente no último dia de cada um dos referidos meses, deixou de repassar os recursos financeiros solicitados pelo INSS para o pagamento de benefícios previdenciários. Por esse motivo, em determinadas instituições financeiras, as contas de suprimento que controlam os repasses e pagamentos de referidos dispêndios apresentou saldo negativo nas respectivas datas.

392. De acordo com dados encaminhados pelo Bacen (peça 104), tais valores são registrados na conta 'Cosif 1.8.8.65.40-2 – Adiantamentos por Conta da Previdência Social', a qual, para os meses e instituições financeiras listadas abaixo, apresentava os seguintes saldos.

393. Vale ressaltar, o Departamento Econômico do Bacen requereu fosse conferida às informações encaminhadas à equipe de auditoria o tratamento sigiloso disciplinado nos arts. 9º e 10 da Resolução TCU 191, de 21 de junho de 2006.

Tabela 18 – Conta Cosif 1.8.8.65.40-2 – Saldos – em R\$ – último dia do mês

Instituição	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014
A	180.159.715,69	202.749.374,61	223.995.149,77	160.430.089,92
B	212.293.173,04	217.263.006,78	246.773.634,81	203.197.954,22
C	671.016.437,34	668.592.130,85	741.966.836,72	623.298.682,73
D	306.488.962,61	297.894.159,95	324.150.873,69	288.917.968,62
Total	1.369.958.288,68	1.386.498.672,19	1.536.886.494,99	1.275.844.695,49

Fonte: Banco Central – Departamento Econômico.

394. A partir dos dados encaminhados pelo INSS, foi possível elaborar a tabela abaixo, a qual contempla as seguintes informações: (i) data em que o INSS solicitou o repasse dos recursos financeiros à STN; (ii) data em que a STN repassou os recursos ao INSS; e (iii) valor dos repasses efetuados pela STN e, por conseguinte, dos pagamentos efetuados pelo INSS às instituições financeiras.

Tabela 19 – Pagamento de Benefícios da Previdência – Pedido e Repasse de Recursos – Em R\$

<i>Data do pedido</i>	<i>Data do Repasse</i>	<i>Valor</i>
28/1/2014	3/2/2014	1.634.516.986,63
24/2/2014	5/3/2014	1.624.060.048,63
27/2/2014	5/3/2014	1.674.135.922,65
26/3/2014	1/4/2014	1.691.698.411,82
27/3/2014	1/4/2014	1.620.649.742,20
29/4/2014	2/5/2014	3.515.316.028,53
27/5/2014	2/6/2014	1.664.798.674,23
28/5/2014	2/6/2014	1.726.146.704,66

Fonte: INSS

395. Todos os pedidos de recurso listados acima foram efetuados para o pagamento de benefícios ainda no próprio mês do pedido. No entanto, como se vê, os repasses de recursos financeiros somente foram efetuados no início do mês subsequente.

396. O atraso no repasse dos recursos não produziu qualquer impacto sobre o resultado fiscal, uma vez que os passivos gerados em razão de referidos atrasos são registrados nas estatísticas fiscais pelo Departamento Econômico do Bacen, o que significa dizer que as respectivas variações primárias deficitárias são adequadamente captadas quando da apuração do resultado fiscal. Tampouco foi suficiente para, no entendimento da equipe de auditoria, caracterizar a realização de operação de crédito entre a União e as instituições financeiras.

397. Ante todo o exposto, propõe-se à Corte de Contas recomendar a STN que adote providências para que os recursos necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários sejam repassados tempestivamente ao INSS, para que este possa transferi-los às instituições financeiras responsáveis pelo pagamento de respectivos valores aos seus respectivos beneficiários

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

4.1. Registro de ativo no valor de R\$ 4 bilhões nas estatísticas fiscais apuradas pelo Banco Central do Brasil

398. Os esclarecimentos apresentados nesta seção estão associados às Questões de Auditoria de nº 2 e de nº 4.

399. Em julho de 2014, o Bacen publicou 'Nota de Esclarecimento' em seu sítio na rede mundial de computadores, em razão de, *in verbis*:

'(...) incorreções de conteúdo em reportagens e em editorial publicados recentemente pelo jornal O Estado de S.Paulo, acerca dos resultados fiscais divulgados pelo Banco Central do Brasil relativos ao mês de maio de 2014.'

400. Esta equipe de auditoria encaminhou expediente (peça 21) à Diretoria de Fiscalização do Bacen, por intermédio do qual solicitou ao Departamento de Supervisão Bancária o fornecimento de cópia de documentos produzidos em relação ao tema de que trata referida Nota e de qualquer esclarecimento exarado pelo Departamento em relação ao tema.

401. Em resposta, o referido Departamento informou, por intermédio de documento encaminhado (peça 106, fl. 108) à equipe de auditoria, o que segue, *in verbis*:

'8. Sem embargo, o DESUP, em sua rotina de acompanhamento contínuo das entidades supervisionadas, já vinha coletando subsídios sobre o assunto de que trata o item b.1, tendo, inclusive, prestado informações ao DEPEC, em 26 de junho de 2014 (conforme resposta ao item b.2, abaixo). Em atenção à presente requisição de informações do Tribunal de Contas da União, o DESUP finalizou nota técnica que se encontrava em elaboração sobre o tema em apreço (Nota Técnica Desup/GBSIM/GTSP1-2014/02, de 29 de setembro de 2014 – Anexo 6).'

402. *Ressalte-se que o Departamento de Supervisão Bancária requer seja conferida às informações encaminhadas à equipe de auditoria o tratamento sigiloso disciplinado nos arts. 9º e 10 da Resolução TCU 191, de 21 de junho de 2006.*

403. *Referida Nota Técnica (peça 106, fls. 90/95) trata da análise de alteração no registro contábil do pagamento de benefícios da Previdência Social, ao amparo de convênio celebrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no período de fevereiro a maio de 2014.*

404. *De acordo com o item 3 da Nota Técnica, o INSS encaminha aos agentes pagadores relação contemplando o cronograma dos desembolsos a serem realizados pelos próximos trinta dias e realiza os repasses de recursos por meio de depósito na conta 'reservas bancárias' das instituições financeiras, de acordo com a previsão do fluxo diário de pagamentos dos benefícios. Por sua vez, as instituições financeiras efetuam os pagamentos aos beneficiários nas datas estabelecidas pelo INSS.*

405. *Até o mês de janeiro de 2014, a instituição financeira, quando recebia o repasse de recursos do INSS, fazia um débito da conta 'Caixa' e um crédito na conta '4.9.9.25.00-5 – Obrigações por Convênios Oficiais'. E quando efetuava o pagamento dos benefícios aos segurados, ocorria o débito na conta '4.9.9.25.00-5 – Obrigações por Convênios Oficiais' e crédito na conta 'Caixa' ou na conta '4.1.1.00.00-0 – Depósitos à Vista'. Caso o pagamento ao beneficiário ocorresse antes de o recurso ter sido repassado pelo INSS, ocorria o débito na conta '1.8.8.65.40-2 – Adiantamento por Conta da Previdência Social' e o crédito na conta 'Caixa' ou na conta '4.1.1.00.00-0 – Depósitos à Vista'.*

406. *Desse modo, a existência de saldos na conta '4.9.9.25.00-5 – Obrigações por Convênios Oficiais' significa que o repasse de recursos pelo INSS é maior que o montante de benefícios pagos, e a existência de saldos na conta '1.8.8.65.40-2 – Adiantamento por Conta da Previdência Social' significa que o montante pago pelas instituições foi maior que o montante repassado pelo INSS.*

407. *A partir de fevereiro de 2014, no entanto, em face do entendimento de que as condições do contrato assinado com o INSS implicariam obrigação de pagamento por parte das instituições financeiras, independentemente da ocorrência do repasse de recursos pelo INSS, ocorreu mudança no registro de referidas movimentações.*

408. *Desse modo, o registro contábil da obrigação (no patrimônio da instituição financeira) ocorreria no momento em que esta recebesse, do INSS, a relação de pagamentos de benefícios a serem efetuados, debitando a conta '1.8.8.65.40-2 – Adiantamento por Conta da Previdência Social' e creditando a conta 4.9.9.25.00-5 – Obrigações por Convênios Oficiais'. Percebe-se, então, que, a partir de fevereiro de 2014, os registros, antes efetuados com base em valores líquidos – diferença entre repasses e pagamentos –, passaram a ser efetuados em valores brutos. Tal rotina contábil permaneceu a mesma ao longo dos meses de fevereiro, março e abril. Em maio de 2014, no entanto, a conta creditada passou a ser a '4.9.9.92.00-7 – Credores Diversos – País'.*

409. *Em junho de 2014 o procedimento para o registro de tais operações voltou a ser aquele utilizado até o mês de janeiro, nos moldes do que foi apresentado pelos itens '381 e 382', acima, sendo promovidas, inclusive, a revisão dos lançamentos para o período de fevereiro a meio de 2014, bem como o reenvio de documentação contábil ao Bacen.*

410. *A Nota Técnica conclui, entendendo ser pertinente a realização de estudo no âmbito da autoridade monetária com vistas ao aprimoramento contábil relativo aos registros contemplados no fluxo financeiro de pagamento de benefícios do INSS.*

411. *Isso posto, propõe-se a esta Corte de Contas determinar ao Banco Central do Brasil adotar, de imediato, providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições*

financeiras para o registro das movimentações (pagamentos de benefícios e repasse de recursos) no âmbito de pagamento de benefícios do INSS.

4. CONCLUSÃO

412. O objetivo do presente trabalho era analisar repasses do Governo Federal às instituições financeiras, com vistas a identificar eventuais irregularidades. As análises realizadas pela equipe de auditoria não são exaustivas.

413. Metas de resultado fiscal são estabelecidas com o propósito de se controlar a variação do endividamento do respectivo ente federado. Resultados superavitários contribuem para a redução do endividamento e resultados deficitários caminham em sentido oposto, contribuindo para o aumento do endividamento.

414. Para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal estabelecida pelo Anexo de Metas Fiscais, o Bacen utiliza o método conhecido como 'abaixo da linha', que calcula o resultado fiscal – ou as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) – a partir da variação da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

415. Como ainda não foi aprovada Resolução do Senado Federal que estabelecerá a metodologia de cálculo do resultado primário e nominal da União, os parâmetros, conceitos e práticas que norteiam a apuração do resultado fiscal 'abaixo da linha' levado a cabo pelo Departamento Econômico do Bacen somente podem ser encontrados no Manual de Estatísticas Fiscais e em documentos encaminhados por referida autarquia a esta Corte de Contas no âmbito de diversos TCs.

416. O principal objetivo da mensuração do resultado fiscal é medir, pela ótica do financiamento e de forma tempestiva, o impacto das operações do setor público sobre a demanda agregada. Apura-se o resultado fiscal a partir da variação do endividamento líquido no período considerado. O endividamento líquido é a diferença entre o total dos deveres e o total dos créditos do setor público.

417. Se, ao final de um período, o saldo do endividamento líquido diminui em relação ao saldo do final do período anterior, considera-se que o resultado fiscal foi superavitário; mas se o saldo do endividamento líquido aumenta, então é porque o resultado fiscal do período foi deficitário. Se não há variação do endividamento líquido, o resultado fiscal é neutro.

418. O resultado fiscal 'primário' é a soma de todas as variações primárias ocorridas em cada uma das obrigações e em cada um dos ativos financeiros. Calcular o resultado primário pelo método 'abaixo da linha' significa, portanto, somar todas as variações primárias ocorridas em cada um dos haveres e em cada uma das obrigações que compõem a DLSP.

419. Permutativas são aquelas operações cujas variações primárias se anulam. Modificativas superavitárias são aquelas operações em que o montante das variações primárias superavitárias supera o das variações primárias deficitárias e modificativas deficitárias são aquelas em que o valor das variações primárias deficitárias supera o das variações primárias deficitárias.

420. O conceito de operação de crédito está positivado pelo art. 29, inciso III, da LRF. Existem as operações de crédito de natureza orçamentária e as de natureza extra orçamentária. As operações de natureza orçamentária são aquelas cuja realização tem por objetivo obter ou gerar fonte de recursos para a realização de despesas orçamentárias. As de natureza extra orçamentária são aquelas realizadas quando se fizer presente uma situação de insuficiência de caixa.

421. A contratação de operações de crédito deve obedecer a uma série de condições, tais como: autorização legislativa para contratação, consignar os recursos no orçamento, verificar o cumprimento da 'regra de ouro'. E também a uma série de vedações, como a que proíbe instituição financeira pública de financiar seu ente controlador. Existem vedações específicas para as de natureza extra orçamentária, como aquela que proíbe a contratação de tais operações no último ano de mandato.

422. O processo legislativo é dividido em ordinário e orçamentário. As normas do processo ordinário possuem caráter genérico e validade indefinida, enquanto as normas do processo orçamentário são de natureza concreta e de caráter periódico. Além disso, o processo ordinário é

bicameral, permanente e conta com procedimentos distintos em ambas as casas. O processo orçamentário é unicameral e é expedito, célere.

423. O orçamento público, há muito, deixou o mesmo de ser apenas documento financeiro e contábil. O orçamento passou a agregar novas funções, para exercer finalidades de política fiscal de relevo nos momentos de depressão ou de prosperidade econômica.

424. Deixar de inserir no orçamento as autorizações de gasto de natureza orçamentária e as respectivas fontes de financiamento é, no mínimo, omitir parcela importante da política econômico-financeira do estado, e é atitude que se mostra incompatível com o ordenamento jurídico vigente.

425. Diversos dispositivos legais (Constituição Federal, LRF, Lei 4.320 etc) determinam que todas as receitas e despesas do ente federado estejam devidamente consignadas no orçamento e que dispêndios e assunção de obrigações não podem ser executados sem prévia dotação orçamentária.

426. A concessão de subvenções também precisa atender determinadas condições, tais como: autorização em lei específica, dotação orçamentária suficiente e compatibilidade com PPA e LDO. A lei que autoriza a concessão da subvenção não se confunde com a lei que contempla a dotação para a execução da despesa.

427. As subvenções podem ser concedidas em caráter continuado ou em parcela única. As subvenções de parcela única são aquelas em que o valor da subvenção é transferido em uma única oportunidade, não havendo obrigação de serem transferidos outros valores em exercícios subsequentes. Subvenções de caráter continuado são aquelas em que os valores precisarão ser transferidos ao respectivo beneficiário em diversos exercícios financeiros.

428. Foram listados achados em relação aos seguintes aspectos: (i) dívidas não registradas nas estatísticas fiscais; (ii) despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais; (iii) realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; (iv) execução de despesa sem dotação orçamentária; e (v) atrasos no repasse de recursos a Estados e Municípios e ao INSS.

429. Com relação às dívidas não registradas nas estatísticas fiscais, tem-se: (i) passivos junto à CAIXA – Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego; (ii) passivos junto ao BB – Equalização da Safra Agrícola e Títulos e Créditos a Receber junto ao Tesouro Nacional; (iii) passivos junto ao BNDES – Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e (iv) passivos junto ao FGTS no âmbito do PMCMV.

430. Com relação às despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais, tem-se aquelas relacionadas ao: (i) Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego; (ii) Equalização da Safra Agrícola; (iii) Título e Créditos a Receber do Tesouro Nacional; (iv) Programa de Sustentação do Investimento (PSI); (v) FGTS – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); e (vi) FGTS - Lei Complementar 110, de 2001.

431. Quanto à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei, tem-se: (i) adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Programa Bolsa Família; (ii) adiantamentos concedidos pela CAIXA no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial; (iii) adiantamentos concedidos pelo FGTS/CAIXA no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida; e (iv) Tesouro Nacional e BNDES – no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

432. No que tange à execução de despesa sem dotação orçamentária, tem-se o pagamento de dívidas junto ao FGTS no âmbito do PMCMV.

433. Por fim, quanto aos achados associados a atrasos no repasse de recursos a Estados e Municípios e ao INSS, tem-se: (i) atraso no repasse de recursos referentes aos royalties do petróleo e à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos; (ii) atraso no repasse de recursos referentes à cota-parte do salário educação; e (iii) atraso no repasse de recursos ao INSS para pagamento de benefícios previdenciários.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

434. Em face do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

a) em razão de o Exmo. Procurador Júlio Marcelo de Oliveira ter requerido a oportunidade de oficiar nos autos após a instrução promovida por esta Secretaria de Controle Externo da Fazenda



Nacional, determinar que os presentes autos lhes sejam encaminhados com a maior brevidade possível;

b) em razão do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da Lei Complementar 101, de 2000, e em nome dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais publicado pelo Banco Central do Brasil em seu sítio na rede mundial de computadores:

b.1) determinar ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil que:

b.1.1) publique quadro específico na Nota de Imprensa de Política Fiscal em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados para o exercício financeiro de 2014 caso os passivos referentes aos adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal à União no âmbito do Programa Bolsa Família, do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais; (itens 98 a 105)

b.1.2) registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):

b.1.2.1) os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item 'Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola'; (itens 106 a 120)

b.1.2.2) os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos ao item 'Título e créditos a receber – Tesouro Nacional'; (itens 121 a 123)

b.1.2.3) os valores referentes ao montante da equalização de taxa de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e (itens 124 a 143)

b.1.2.4) os valores referentes ao passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110, de 2001. (itens 144 a 180)

b.1.3) em relação ao exercício financeiro de 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente:

b.1.3.1) dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 187 a 207)

b.1.3.2) dos dispêndios ocorridos no âmbito da equalização de taxa de juros a que se refere a Lei 8.427, de 1992, e a Portaria do Ministério da Fazenda 315, de 2014, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 208 a 236)

b.1.3.3) dos dispêndios ocorridos no âmbito da legislação abrangida pelo ativo 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 237 a 243)

b.1.3.4) da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do PSI de que trata a Lei 12.096, de 2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido; (itens 244 a 248)

b.1.3.5) da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei 11.977, de 2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento. (itens 249 a 256)

b.1.3.6) da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos recursos não repassados pela União e, em razão do disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar 110, de 2001, estão registrados como direitos de referido Fundo junto à União. (itens 257 a 266)

c) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família:

c.1) determinar:

c.1.1) à Caixa Econômica Federal, em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar 101, de 2000, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, de referida Lei Complementar, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 269 a 286)

c.1.2) ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Programa Bolsa Família mantida junto à Caixa Econômica Federal; (itens 269 a 286)

c.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 269 a 286)

c.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei 10.836, de 2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, b, todos da Lei Complementar 101, de 2000. (itens 269 a 286)

c.3.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

c.3.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

c.3.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;

c.3.4) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da Caixa Econômica Federal;
e

c.3.5) Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello – CPF 491.467.346-00 – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

d) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e Abono Salarial:

d.1) determinar:

d.1.1) à Caixa Econômica Federal (CAIXA), em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar 101, de 2000, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, de referida Lei Complementar, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 287 a 312)

d.1.2) ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que efetue, de imediato, a cobertura de saldo negativo porventura existente nas contas de suprimento de fundos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial mantidas junto à Caixa Econômica Federal; (itens 287 a 312)

d.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 287 a 312)

d.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono-Salarial, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, b, todos da Lei Complementar 101, de 2000. (itens 287 a 312)

d.3.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

d.3.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

d.3.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;

d.3.4) Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da CAIXA; e

d.3.5) Manoel Dias – CPF 007.829.719-20 – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego



e) em relação aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977, de 2009:

e.1) determinar ao Ministério das Cidades que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos referente à contratação de operações de crédito interna, montante correspondente aos adiantamentos a que se refere o presente item, em virtude do que determinam o art. 3º da Lei 4.320, de 1964, e o art. 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101, de 2000; (itens 313 a 324)

e.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 313 a 324)

e.3) chamar em audiência o gestor identificado a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida pelo art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101, de 2000, e pelo art. 3º da Lei 4.320, de 1964. (itens 313 a 324)

e.3.1) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;

e.3.2) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e

e.3.3) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

f) em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas pela edição das Portarias 122, de 10 de abril de 2012, 357, de 15 de outubro de 2012, e 29, de 23 de janeiro de 2014, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101, de 2000:

f.1) determinar:

f.1.1) ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da Lei Complementar 101, de 2001, que efetue, no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º, da Lei Complementar 101, de 2000, a devolução, à União, de todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e com a cobrança de demais encargos financeiros relacionados à realização da operação de crédito de que trata o presente item; (itens 325 a 338)

f.1.2) ao Ministério da Fazenda que efetue, de imediato, o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096, de 2009; (itens 325 a 338)

f.2) encaminhar os presentes autos ao Ministério Público, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e (itens 325 a 338)

f.3) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal [o correto é BNDES] para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono-Salarial, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, b, todos da Lei Complementar 101, de 2000: (itens 325 a 338)

f.3.1) Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da edição da Portaria 122, de 10 de abril de 2012;

f.3.2) Nelson Henrique Barbosa Filho – CPF 009.073.727-08 – Ministro de Estado da Fazenda interino, em razão da edição da Portaria 357, de 15 de outubro de 2012;

f.3.3) Dyogo Henrique de Oliveira – CPF 768.643.671-34, Ministro de Estado da Fazenda interino, pela edição da Portaria 29, de 23 de janeiro de 2014;

f.3.4) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

f.3.5) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;



f.3.6) Adriano Pereira de Paula – CPF 743.481.327-04 – Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional; e

f.3.7) Luciãno Coutinho – CPF 095.048.855-00 – Presidente do BNDES.

g) em relação ao pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977, de 2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelece o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101, de 2000:

g.1) em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101, de 2000, alertar o Poder Executivo a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais; (itens 339 a 354)

g.2) chamar em audiência o gestor identificado a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de justificativa em relação à realização de pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977, de 2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelecem o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101, de 2000: (itens 339 a 354)

g.2.1) Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;

g.2.2) Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e

g.2.3) Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

h) em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei 7.990, de 1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

h.1) determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere a Lei 7.990, de 1989, sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 8º de referida Lei; e (itens 356 a 370)

h.2) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei 7.990, de 1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios: (itens 356 a 370)

h.2.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

h.2.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e

h.2.3) Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

i) em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o Decreto 6.003, de 2006:

i.1) determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006; e (itens 371 a 390)

i.2) chamar em audiência os gestores listados a seguir, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o Decreto 6.003, de 2006: (itens 371 a 390)

i.2.1) Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;

i.2.2) Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e



i.2.3) *Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.*

j) *em relação aos atrasos no repasse de recursos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):*

j.1) *recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários sejam repassados tempestivamente ao INSS, para que este possa transferi-los às instituições financeiras responsáveis pelo pagamento de respectivos valores aos seus respectivos beneficiários (itens 391 a 397)*

k) *em relação às movimentações de recursos (pagamentos de benefícios e repasses) no âmbito de pagamento de benefícios do INSS:*

k.1) *recomendar ao Banco Central do Brasil que adote providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições financeiras para o registro de referidas movimentações. (itens 398 a 411)”*

8. O Ministério Público junto ao TCU concorda com o encaminhamento acima, ao qual sugere algumas poucas modificações, conforme manifestação à peça 123, transcrita a seguir, no essencial:

“(…)

II

O Ministério Público de Contas, pelos sólidos fundamentos expressos no relatório de fiscalização, aquiesce à proposta de encaminhamento ofertada pela SecexFazenda, com pequenos ajustes.

Os achados identificados pela equipe de auditoria confirmaram os indícios de irregularidades relatados na representação, ou seja, o Tesouro Nacional atrasou de forma sistemática o repasse às instituições financeiras de recursos destinados ao pagamento de benefícios sociais (bolsa família, abono salarial e seguro-desemprego), previdenciários (INSS) e econômicos (subvenções em financiamentos bancários).

Referidos atrasos, à exceção dos relativos aos repasses ao INSS, apresentam nítidas características de operação de crédito (de natureza orçamentária ou extraorçamentária, conforme o caso) entre a União e a instituição financeira, uma vez que esta, ao efetuar, no prazo devido, o pagamento dos benefícios aos destinatários finais, torna-se credora da União pelo montante dos valores pagos.

Com efeito, nos termos do art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101/2000, operação de crédito é definida como o ‘compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros’.

Não há dúvida de que, nos casos em que a instituição financeira efetua, com recursos próprios, pagamento de despesas de responsabilidade da União, esta assume o compromisso financeiro de repassar àquela os recursos federais correspondentes, acrescidos dos encargos financeiros eventualmente acordados entre as partes.

Não é à toa, pois, que as instituições financeiras públicas inspecionadas na fiscalização empreendida pela SecexFazenda registraram, em seus ativos, os valores a receber do Tesouro Nacional referentes aos pagamentos de despesas de responsabilidade do Governo Federal.

O contrário, porém, não vinha sendo feito, ou seja, os passivos da União oriundos dos referidos atrasos não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a qual é calculada mensalmente pelo Banco Central e serve de base à apuração dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 4º, § 1º, da LC 101/2000).

O impacto dessas operações na dívida líquida e, conseqüentemente, nos resultados fiscais, só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras.

No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, a equipe de auditoria verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014 (jan. a jul./2014), a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União, uma vez que esta, em regra, só repassava os respectivos recursos financeiros àquela no início do mês subsequente ao do pagamento.

Como tais despesas, em razão da metodologia equivocada adotada pelo BACEN, só estavam produzindo impacto sobre a dívida líquida (= obrigações – haveres) no momento do desembolso dos recursos pela União (redução dos haveres), o resultado fiscal (variação da dívida líquida, segundo o método 'abaixo da linha') calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido.

Registre-se que o Departamento Econômico do Banco Central - Depec, em documento encaminhado a esta Corte, datado de 28.8.2014 (peça 92, pp. 20/2), reconheceu que os valores a receber pela Caixa relativos aos pagamentos dos benefícios sociais citados (registrados na subconta Cosif de uso interno da CEF 1.8.8.65.99.48 – Outros Créditos/Diversos/Pagamentos a Ressarcir/Outros Pagamentos/Valores a Receber – Programas Sociais) não estavam abrangidos 'na coleta automatizada de dados da apuração fiscal' e sugeriu que, a partir de agosto de 2014, tais valores fossem incorporados aos passivos financeiros do Governo Federal, 'com o conseqüente impacto no resultado fiscal primário do período'. Foi informado, também, que o saldo dos valores a receber pela Caixa ao final de agosto de 2014, relativos ao bolsa família, ao abono salarial e ao seguro-desemprego, era de R\$ 1.740,5 milhões (peça 92, p. 21). Ademais, ficou consignado em tal documento o seguinte entendimento (peça 92, pp. 20/1, grifou-se):

8. Entre os serviços prestados ao governo pelas instituições financeiras, destaca-se o pagamento de despesas primárias mediante transferência de recursos públicos. Tradicionalmente, o montante dessas transferências cobre as despesas a serem pagas, podendo ocorrer eventuais diferenças oriundas do floating entre a transferência dos recursos e o pagamento, que, no caso de ser negativo (transferências menores que pagamentos), é coberto momentaneamente pela instituição financeira. Ressalte-se que, regra geral, o impacto do pagamento de despesas, mediante transferências de recursos para as instituições financeiras, é captado nas estatísticas fiscais por meio da redução de disponibilidade do governo (exemplo, Conta Única do Governo Federal).

9. Por outro lado, o crescimento da diferença negativa entre os recursos repassados pelo governo e o pagamento de despesas pelas instituições financeiras realça a significância econômica do passivo para o setor público junto ao sistema financeiro, devendo, portanto, ser captada na apuração do endividamento líquido, com impacto no resultado fiscal do período, na forma da metodologia utilizada. Destaque-se, inclusive, que outras operações de natureza similar já recebem esse tratamento na metodologia de apuração fiscal, a exemplo de adiantamentos para pagamentos do INSS.

10. A metodologia de apuração das estatísticas fiscais estabelece, como regra geral, que as obrigações do governo registradas na contabilidade do sistema bancário devem ser incluídas na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Nesse sentido, as obrigações acima mencionadas, decorrentes da insuficiência de transferências do Governo Federal para o pagamento de suas despesas, enquadram-se nos critérios estabelecidos na metodologia de apuração fiscal. Do ponto de vista econômico, que baliza a apuração da estatística, trata-se de recursos efetivamente desembolsados pelas instituições financeiras em favor do setor público para pagamento de despesas não financeiras (primárias), embora existam aspectos de ordem

jurídica ainda não pacificados, notadamente quanto à caracterização como concessão de crédito e/ou enquadramento nos ditames da LRF.

11. A metodologia adotada alinha-se com o padrão internacional sobre o assunto. O FMI, em seu *Government Finance Statistics Manual 2001 (GFSM)*, estabelece que 'most contracts, also referred to as instruments or financial instruments, that underlie a financial claim are created when one unit agrees to repay the funds in the future. In many cases, financial claims are explicitly identified by formal documents expressing the debtor-creditor relationship. In some cases, however, a financial claim is created by an implicit provision of funds by the creditor to the debtor'. Entendimento semelhante também é indicado pelo mesmo Manual, em sua versão de 2014: 'a liability is established when one unit (the debtor) is obliged, under specific circumstances, to provide funds or other resources to another unit (the creditor). Normally, a liability is established through a legally binding contract that specifies the terms and conditions of the payment(s) to be made, and payment according to the contract is unconditional. Whenever a liability exists, the creditor has a corresponding financial claim on the debtor. A financial claim is an asset that typically entitles the owner of the asset (the creditor) to receive funds or other resources from another unit, under terms of a liability'.

Verifica-se, portanto, que o próprio Banco Central reconheceu que as obrigações da União junto à Caixa Econômica Federal oriundas da diferença negativa entre os recursos repassados pela primeira e os recursos despendidos pela segunda para o pagamento das despesas dos programas sociais do governo devem ser incluídas na Dívida Líquida do Setor Público - DLSP e impactar, portanto, o resultado fiscal do respectivo período de apuração (peça 108, p. 40).

Além desses passivos junto à Caixa, a equipe de inspeção identificou passivos da União junto ao Banco do Brasil, ao BNDES e ao FGTS, os quais, igualmente, não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público.

Em relação ao Banco do Brasil, foram verificados passivos não captados nas estatísticas fiscais alusivos à equalização de taxas de juros de crédito rural (Lei 8.427/1992 e Portaria MF 315/2014) e a outras subvenções (Leis 10.696/2010, 11.110/2005, 11.322/2006 e 11.775/2008, Resoluções do Conselho Monetário Nacional, etc.).

Ao final de junho de 2014, os saldos a pagar referentes às subvenções agrícolas e às demais subvenções alcançavam, respectivamente, as expressivas montas de R\$ 7.943.736 mil (peça 109, p. 33) e R\$ 1.796.223.859,66 (peça 109, p. 35). Com base nas tabelas contidas à peça 109, pp. 34/7, a equipe de inspeção apurou que, no período de 2012 a 2014, o Bacen deixou de computar no cálculo do resultado primário dispêndios nos valores totais de R\$ 3.736.865.089,23 e de R\$ 558.692.238,87, relativos, respectivamente, às subvenções agrícolas e a outras subvenções devidas e não pagas ao Banco do Brasil.

No tocante ao BNDES, foi identificado um passivo da União, relacionado a equalizações de taxa de juros (Lei 12.096/2009 e Portarias do Ministério da Fazenda) não pagas ao referido banco, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que, embora integre o rol de obrigações que compõe a DLSP, não estava sendo registrado pelo seu valor correto nas estatísticas fiscais.

De fato, a equipe de fiscalização identificou uma discrepância enorme entre o saldo registrado na DLSP e o apontado pela STN. Consta do relatório de fiscalização que, 'de acordo com dados encaminhados pelo Bacen (peça 100, fl. 4), o saldo registrado na DLSP, em junho de 2014, é de R\$ 7.485.881.416. Mas, de acordo com a STN (peça 99), o saldo de referido passivo seria de R\$ 19.643.867.337,18' (peça 109, p. 37).

A tabela constante à peça 109, p. 38, demonstra que, 'desde o ano de 2009, ano de implementação do PSI, cerca de R\$ 13,2 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no âmbito de referido programa. Em 2013 foram R\$ 4,7 bilhões e, até o 1º semestre de 2014, foram R\$ 2,8 bilhões' (grifou-se)



Quanto ao FGTS, que tem como agente operador a Caixa Econômica Federal (art. 4º da Lei 8.036/1990), foram identificados três tipos de crédito junto à União.

O primeiro, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 638,4 milhões (peça 71, p. 4), representa valores relacionados à Resolução do Conselho Curador do FGTS 574/2004 (Lei 6.024/1974, Medida Provisória 2.196/2001 e Acórdãos 2.661/2005 e 2.425/2008, da 1ª Câmara do TCU).

O segundo, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 7.666,3 milhões (peça 94, p. 4), refere-se a adiantamentos efetuados pelo FGTS à União no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV – Lei 11.977/2009).

Por fim, o terceiro, cujo saldo ao final de setembro de 2014 era de R\$ 10.049,1 bilhões (peça 95), é decorrente da arrecadação da contribuição social de que trata a Lei Complementar 110/2001 (Portaria STN 278/2012).

Tais ativos do FGTS, todavia, não estavam inseridos em nenhum item da DLSP (peça 109, p. 23), muito embora atendessem aos critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha' (adotada pelo Banco Central, a teor do seu Manual de Estatísticas Fiscais) para integrarem a dívida do setor público, assim descritos no relatório de fiscalização (peça 109, p. 24):

'(i) as obrigações devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras; e

(ii) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro.'

Segundo a unidade técnica, os três citados passivos da União junto ao FGTS originaram-se 'de operações que, de uma forma ou outra, foram intermediadas, sancionadas ou transitadas por instituições do sistema financeiro' (peça 109, p. 24), de modo que deveriam estar sendo captados nas estatísticas fiscais produzidas pelo Bacen.

Especificamente em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, o Bacen só capta as variações primárias deficitárias que ocorrem no saldo da Conta Única. Porém, como grande parte das subvenções concedidas no ato da contratação do financiamento habitacional tem sido paga com recursos próprios do FGTS, ao amparo do art. 82-A da Lei 11.977/2009, para posterior ressarcimento pela União, vultosos dispêndios primários do governo federal deixaram de ser registrados nas estatísticas fiscais desde o ano de implementação do programa (2009). O montante de variações primárias deficitárias que se deixou de registrar entre 2009 e setembro de 2014 foi de quase R\$ 6,3 bilhões, a teor da tabela à peça 109, p. 39.

Também deixaram de ser adequadamente registradas as dívidas da União referentes às contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar 110/2001, as quais, embora consubstanciem receitas da União, devem ser integralmente repassadas à Caixa Econômica Federal, para serem incorporadas ao FGTS (art. 3º, § 1º, da LC 110/2001).

De acordo com a unidade técnica, o montante arrecadado com tais contribuições, desde 2001 até março de 2012, era automaticamente repassado ao FGTS, sem trânsito pela Conta Única. Porém, com a edição da Portaria STN 278/2012, as contribuições arrecadadas passaram a ser recolhidas à Conta Única do Tesouro, sendo que o repasse ao FGTS passou a depender da programação financeira junto ao Tesouro Nacional.

Na prática, a partir de abril de 2012, apenas parte dos recursos foi repassada ao FGTS, o que, de acordo com a SecexFazenda, 'fez com que o saldo da dívida da União junto ao FGTS alcançasse o montante de cerca de R\$ 10 bilhões' (peça 109, p. 40, grifou-se)

Tendo em vista que o Bacen não considera tal dívida como um passivo para fins de apuração do resultado fiscal, desde abril de 2012 a setembro de 2014, cerca de R\$ 6,8 bilhões deixaram de ser registrados como despesas primárias no relacionamento 'União x FGTS' no âmbito da Lei Complementar 110, de 2001 (vide tabela à peça 109, pp. 40/1, grifou-se).

No que tange aos recursos referentes aos royalties do petróleo, à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, à cota-parte do salário educação e aos benefícios do INSS, também foram identificados atrasos sistemáticos nos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional aos estados e municípios ou às instituições bancárias, conforme o caso.

De acordo com o art. 8º da Lei 7.990/1989, as compensações financeiras a estados, Distrito Federal e municípios pelo aproveitamento de recursos hídricos e pela exploração do petróleo devem ser pagas pela União até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador.

Todavia, dados compilados pela equipe de auditoria demonstram que, a partir de fevereiro de 2014, referidos pagamentos passaram a ocorrer além do referido prazo legal (peça 109, pp. 63/4). Transcreve-se, a seguir, por elucidativo, parte do relatório de fiscalização que tratou da questão (peça 109, pp. 65/6):

(...) A partir de fevereiro de 2014, entretanto, os pagamentos passaram a ocorrer além do prazo previsto pelo art. 8º da Lei 7.990, de 1989. Como se pode verificar, os recursos somente saíam da Conta Única do Tesouro no Bacen para os demais entes federados no primeiro dia útil do mês subsequente ao da emissão da ordem bancária. E essa situação somente ocorria porque, embora as ordens bancárias tenham sido emitidas até o último dia do mês, o horário de suas emissões – sempre após as 17:10 – fazia com que os recursos somente fossem sacados da Conta Única no dia útil subsequente. Perceba-se que tal sistemática só não era adotada quando o valor a transferir era, em relação aos transferidos normalmente, irrisório, como é o caso da transferência do dia 29/07/2014 (tabela 20) e do dia 05/03/2014 (tabela 21).

362. Referida sistemática de transferência realizou-se, ao que parece, com o objetivo de postergar variações primárias deficitárias para o mês subsequente, isso porque, de acordo com os critérios adotados pelo Departamento Econômico do Bacen para o cálculo do endividamento líquido, como referidos atrasos não são registrados como passivos integrantes da DLSP, as variações primárias deficitárias relacionadas às transferências de que trata a Lei 7.990, de 1989, somente são captadas quando o recurso é sacado da Conta Única do Tesouro no Bacen.

363. Embora o Tesouro Nacional, dadas as características e critérios adotados pela metodologia oficial de apuração de resultado fiscal, tenha obtido êxito na postergação das variações primárias para os meses subsequentes ao que deveriam ter ocorrido, há que se frisar que a adoção de tal procedimento acabou por fazer que, no entendimento da equipe de auditoria, a determinação contida no art. 8º da Lei 7.990, de 1989, não fosse observada.

364. Ora, como determina referido dispositivo, o pagamento dos recursos deve ser efetuado até o último dia do mês. No entanto, o que se observa é que o que estava ocorrendo até o último dia do mês era a 'emissão da ordem bancária' e não o pagamento/transferência dos recursos.

365. A equipe considera, portanto, que a União, por intermédio da STN, descumpriu a legislação pertinente às transferências de que trata a Lei 7.990, de 1989.

366. Vale dizer, a conduta de atrasar a realização de referidas transferências provoca efeitos perversos sobre as finanças dos entes federados que devem receber os recursos e benefícios para a própria União. Explica-se.

367. A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos parâmetros mais importantes das finanças públicas de cada ente federado. De acordo com o art. 2º, inciso IV, da LRF, a RCL deve ser assim calculada, in verbis:

'Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

(...)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

(...)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.' (Grifou-se)

368. Como se vê, ao final de cada quadrimestre, apura-se a RCL, somando-se as receitas correntes efetivamente realizadas – que tenham entrado nos cofres do ente federado – nos últimos doze meses. Significa dizer que, se o recurso não sai dos cofres da União para o dos entes federados, então não há que se falar em arrecadação de recursos para os entes beneficiários das respectivas transferências. Ou seja, se a União posterga a transferência dos recursos para o mês subsequente, então o impacto sobre o montante da RCL também só ocorrerá no mês subsequente.

369. De outro lado, haja vista o teor da alínea 'a' do art. 2º, inciso IV, da LRF, transcrito acima, ao não transferir os recursos dentro do próprio mês, abre-se espaço para que a União não deduza respectivo montante no cálculo de sua própria RCL.'

Situação semelhante de atraso de repasses a estados e municípios ocorreu em relação à cota-parte da contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 6º, da Constituição Federal. Segundo o art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006, os valores arrecadados pela União a título de salário-educação devem ser disponibilizados ao FNDE até o dia 10 do mês subsequente. Já o FNDE deve repassar as cotas estaduais e municipais até o vigésimo dia do mês do recebimento (art. 9º, inciso II e § 2º, do Decreto 6.003/2006).

Contudo, dados coletados pela equipe de inspeção demonstram que, a partir de dezembro de 2013, as liberações de recursos pela STN ao Ministério da Educação ocorreram sempre após a data limite (dia 20) para o FNDE efetuar os repasses aos estados e municípios (cf. tabela à peça 109, p. 67). Diante desses atrasos, os repasses ao estado de São Paulo, por exemplo (cf. tabela à peça 109, p. 68), passaram a ocorrer apenas no mês subsequente ao que seria devido (com exceção do mês de janeiro de 2014, em que o repasse ocorreu dia 24.1.2014).

Importante salientar que, além de os citados atrasos nos repasses de recursos federais estarem contribuindo para 'maquiar' as contas públicas, no mecanismo conhecido como 'pedaladas fiscais', em muitos dos casos analisados também está ocorrendo patente violação a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC 101/2000), conforme bem registrado pela equipe de auditoria. Foram apontadas, por exemplo, violações aos arts. 32, § 1º, incisos I e II, 33, caput, 36, caput, e 38, inciso IV, 'b', da referida lei, que dispõem:

'Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

(...)

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

(...)

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

(...)

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

(...)

IV - estará proibida:

(...)

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.' (grifou-se)

Desse modo, mostram-se acertadas e necessárias as propostas de determinação feitas pela unidade técnica (com alguns ajustes), com vistas a corrigir as irregularidades apuradas, bem como de realização de audiências dos responsáveis por tais irregularidades graves, para que tragam aos autos suas razões de justificativa, a fim de que esta Corte de Contas possa aquilatar a culpabilidade de cada agente público envolvido com vistas à aplicação das sanções legalmente previstas.

Em relação aos benefícios previdenciários, a STN também vem atrasando, desde pelo menos fevereiro de 2014, as transferências devidas ao INSS, para que esta autarquia faça os repasses às instituições financeiras públicas e privadas que efetuam o pagamento aos segurados. A tabela à peça 109, pp. 70/1, informa que as liberações de recursos pela STN têm ocorrido no mês seguinte ao do respectivo pedido feito pelo INSS.

Diferentemente dos demais atrasos, contudo, o atraso no repasse dos recursos ao INSS 'não produziu qualquer impacto sobre o resultado fiscal, uma vez que os passivos gerados em razão de referidos atrasos são registrados nas estatísticas fiscais pelo Departamento Econômico do Bacen' (peça 109, p. 71). Segundo a unidade técnica, tal atraso não teria sido suficiente para caracterizar operação de crédito entre a União e as instituições financeiras (peça 109, p. 71), motivo pelo qual apenas propôs recomendação à STN para que repassasse ao INSS, de forma tempestiva, os recursos necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários. Todavia, adverte que nada impede que tal caracterização possa ocorrer futuramente se ficarem evidenciadas a recorrência dos atrasos, em descumprimento aos cronogramas de desembolsos estabelecidos e a elevada magnitude dos valores envolvidos, como se verificou nas demais despesas objeto da presente auditoria.

Ainda em relação aos benefícios do INSS, a equipe de inspeção coletou informações acerca da Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15.7.2014, que tratou de uma variação relevante em grupamento contábil referente a ativo financeiro do Governo Federal, relacionado a convênio celebrado entre o INSS e uma determinada instituição financeira.

De acordo com informações prestadas pelo Bacen, a instituição financeira havia alterado, a partir de fevereiro de 2014, os critérios contábeis adotados para o registro dos direitos e obrigações perante o INSS, tendo retornado, em junho de 2014, para os critérios anteriormente adotados. O Bacen informou que, 'segundo a instituição financeira, a mudança de critério teve como objetivo espelhar adequadamente passivos que, seja pelo texto contratual do convênio, seja por outros riscos tais como o de reputação, são considerados indeclináveis', e que, apesar da 'existência de motivação justificável para alterar o momento do reconhecimento contábil, a conta escolhida para refletir a operação não foi a mais apropriada' (peça 106, pp. 94/5).

Por esses motivos, afigura-se muito importante a proposta de recomendação ao Bacen para que adote providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições financeiras para o registro das movimentações de recursos relacionadas ao pagamento de benefícios do INSS.

Cumpre salientar que as dívidas da União que deixaram de ser devidamente captadas pelo Bacen, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R\$ 40 bilhões, a teor do resumo constante do quadro abaixo, elaborado a partir das informações contidas nos itens 108, 109, 124, 141, 160, 164 e 179 do relatório de fiscalização (peça 109, pp. 19/27):

<i>Dívidas da União não captadas pelo Bacen</i>	<i>Valor aproximado (R\$)</i>	<i>Mês de apuração do saldo da dívida</i>
<i>Subvenções Agrícolas BB</i>	7.943.736.000,00	<i>Junho/2014</i>
<i>Outras Subvenções BB</i>	1.796.224.000,00	<i>Junho/2014</i>
<i>PSI - BNDES</i>	12.157.979.000,00	<i>Junho/2014</i>
<i>Passivos relativos à Resolução CCFGTS 574/2008</i>	638.400.000,00	<i>Setembro/2014</i>
<i>PMCMV - FGTS</i>	7.666.300.000,00	<i>Setembro/2014</i>
<i>Passivos junto ao FGTS ref. à Lei Complementar 110/2001</i>	10.049.100.000,00	<i>Setembro/2014</i>
TOTAL	40.251.739.000,00	-

Considerando-se a magnitude dessas dívidas, é de fundamental importância que o Bacen, caso ainda não o tenha feito, passe a registrá-las no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público e refaça os cálculos mensais do resultado primário referentes ao exercício de 2014, a fim de que se possa verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO (art. 59, inciso I, da Lei Complementar 101/2000).

Por fim, o Ministério Público de Contas entende necessário fazer alguns ajustes e acréscimos à proposta de encaminhamento elaborada pela unidade técnica, para sua melhor adequação ao próprio conteúdo do relatório de fiscalização e para incluir determinações consideradas pertinentes.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento elaborada pela Secex/Fazenda, com os seguintes ajustes/acréscimos:

a) no item 'b.1.2' da proposta, incluir os valores referentes aos passivos da União junto ao FGTS referentes à Resolução CCFGTS 547/2008 e ao Programa Minha Casa Minha Vida;

b) nos itens 'c.1.1', 'd.1.1' e 'f.1.1' da proposta, substituir a expressão 'no prazo estabelecido pelo art. 33, § 2º,' da Lei Complementar 101/2000 pela expressão 'nos moldes previstos no art. 33, § 2º,' da referida lei;

c) no item 'c.1' da proposta, incluir determinação à Secretaria do Tesouro Nacional, para que repasse tempestivamente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) os recursos mensais necessários ao pagamento do bolsa família, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

d) no item 'd.1' da proposta, incluir determinação à Secretaria do Tesouro Nacional, para que repasse tempestivamente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os recursos mensais necessários ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

e) no item 'f.3' da proposta, substituir a Caixa Econômica Federal pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, bem como substituir a menção ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial pela menção ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI;

f) no item 'g.1' da proposta, substituir a menção ao art. 59, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000 pela menção ao art. 59, § 1º, V, da referida lei;

g) no item 'i.1' da proposta, substituir a expressão 'sejam sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003, de 2006' pela expressão 'sejam transferidos ao FNDE até o prazo estabelecido pelo art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006'; e

h) no item 'i' da proposta, incluir determinação ao FNDE, para que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição sejam sacados da Conta Única em favor dos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003/2006."



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 021.643/2014-8

É o relatório.





VOTO

Trata este processo de representação apresentada pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao TCU – MP/TCU, com informações de atrasos nos repasses, a instituições financeiras pertencentes ou controladas pelo Poder Público Federal, de valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, e outros benefícios e subsídios, que implicariam violação a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) alusivos à contratação de operações de crédito por parte dos entes públicos.

2. Na representação, o Ministério Público requereu a realização de inspeção no Banco Central do Brasil (Bacen) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e, se fosse o caso, em outros órgãos e entidades, com o objetivo de:

“(i) identificar a natureza, os montantes, as datas e demais dados relativos a cada uma das antecipações e repasses realizados desde o ano de 2012 entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras correlacionadas;

(ii) acaso confirmadas as operações de crédito, seja promovida a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;

(iii) verificar se o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil capta, apura e registra, quando do cálculo do resultado fiscal e do endividamento do setor público, os passivos gerados para o Tesouro Nacional em razão da antecipação de valores realizada pelas instituições financeiras. Em caso contrário, seja promovida a identificação e a audiência dos responsáveis para sua adequada responsabilização;

(iv) verificar como o Banco Central do Brasil, especificamente por intermédio de seus departamentos de supervisão bancária, acompanha, orienta e normatiza o registro de tais operações no balanço das instituições financeiras; e determinar as medidas corretivas necessárias.”

3. Autuado o processo, dois outros temas foram incorporados ao escopo da inspeção autorizada, relacionados ao assunto da representação, em razão de notícias de que a União estaria adiando a transferência de recursos devidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para, com isso, obter maiores resultados primários em sua própria contabilidade, e de Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014, no seu sítio na rede mundial de computadores, acerca de incorreções no montante de R\$ 4 bilhões nos resultados fiscais divulgados por aquela autarquia relativos ao mês de maio de 2014.

4. Diante desses novos elementos, a inspeção teve por objetivo final a identificação de eventuais irregularidades em repasses do Governo Federal às instituições financeiras, ao FGTS e aos demais entes federados, além da obtenção de esclarecimentos acerca da Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen, tendo a equipe de auditores da Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional deste Tribunal – SecexFazenda formulado as seguintes questões, a serem respondidas na ação de controle:

Questão 1 – os eventuais atrasos na cobertura, pela União, dos montantes devidos às instituições financeiras em decorrência das operações relacionadas à equalização de taxas de juros e ao pagamento de dispêndios de responsabilidade da União representam uma operação de crédito?

Questão 2 – qual a natureza e demais características dos R\$ 4 bilhões de que trata a Nota de Esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014?

Questão 3 – os repasses, aos demais entes federados, dos recursos referentes aos royalties do petróleo, da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e da cota-parte do salário educação estão sendo efetuados nos prazos devidos?

Questão 4 – qual o impacto fiscal (resultado e endividamento) decorrente de atrasos na cobertura de valores devidos às instituições financeiras, na transferência de recursos aos demais entes federados, bem como dos R\$ 4 bilhões de que trata a nota de esclarecimento publicada pelo Bacen em 15/07/2014?



5. A inspeção deu-se no período de 22/9/2014 a 21/11/2014 e abrangeu os seguintes órgãos e entidades: Banco Central do Brasil (Bacen), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades (CIDADES) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
6. A unidade técnica informa que o volume de recursos fiscalizados foi da ordem de R\$ 1,17 trilhão, correspondente ao montante da dívida interna líquida do Governo Federal no final de outubro de 2014, destacando, todavia, que as análises não compreenderam todas as situações existentes de repasses de recursos da União às instituições e aos entes federados, o que significa que os achados não são exaustivos.
7. No relatório que precede este voto, encontra-se o resultado dos trabalhos de inspeção, nos termos consignados no relatório de fiscalização produzido pela SecexFazenda, que traz, nos seus itens 428 a 433, um resumo das irregularidades identificadas.
8. Em face dos referidos achados, a unidade técnica apresentou o encaminhamento constante do item 434 do relatório, em que propõe, entre outras providências, a expedição de determinações corretivas aos órgãos e entidades fiscalizados, bem como a audiência de gestores acerca das irregularidades apuradas, para que se possa aquilatar a culpabilidade de cada agente público envolvido, com vistas à aplicação das sanções legalmente previstas.
9. O Ministério Público junto ao TCU concorda com a proposta da SecexFazenda, sugerindo alguns pequenos ajustes, conforme pronunciamento também constante, no essencial, do relatório que precede este voto.
10. Este Relator acompanha igualmente o encaminhamento da SecexFazenda, com as sugestões do MP/TCU, acolhendo os sólidos fundamentos contidos nos seus respectivos pareceres. Divirjo apenas em alguns poucos pontos, sobre os quais falarei ao longo deste voto. Com relação aos fatos apurados, tenho alguns comentários a fazer.
11. Restou esclarecido que o erro de R\$ 4 bilhões encontrado pelo Bacen nas estatísticas fiscais decorreu de alteração na forma de contabilização do pagamento de benefícios da Previdência Social por parte de uma instituição financeira prestadora de tais serviços, no período de fevereiro a maio de 2014. A falha no registro do ativo foi oportunamente identificada pelo Departamento de Supervisão Bancária da autarquia, que determinou a adoção das medidas corretivas, sem prejuízo de consignar em nota técnica a pertinência de realização de estudo, no âmbito daquela autoridade monetária, com vistas ao aprimoramento da rotina contábil utilizada pelas instituições financeiras no registro das movimentações relacionadas ao pagamento de benefícios do INSS.
12. Diante do apurado, há de se acolher a proposta da SecexFazenda de recomendar ao Bacen a adoção da providência sugerida pelo seu Departamento de Supervisão Bancária, podendo-se concluir também que o erro no registro objeto da nota de esclarecimento publicada pela autarquia em 15/07/2014 não teve consequências do ponto de vista fiscal.
13. Quanto às transferências de recursos a estados e municípios, confirmou-se que a União atrasou repasses referentes aos royalties do petróleo, à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e à cota-parte do salário educação, com o evidente fim de aumentar os resultados primários em sua contabilidade, em detrimento, por consequência, do controle fiscal dos demais entes federados.
14. No caso dos royalties do petróleo e da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, repasses que, nos termos do art. 8º da Lei 7.990/1989, deveriam ser feitos até o último dia do mês, passaram, a partir de fevereiro de 2014, a ocorrer no primeiro dia útil do mês subsequente. Verificou-se que as ordens bancárias eram emitidas no último dia do mês, mas sempre após o horário limite para que os recursos fossem sacados da Conta Única do Tesouro no mesmo dia. Tal sistemática, conforme anotado pela equipe de fiscalização, só não era adotada quando o valor a transferir era irrisório em relação aos movimentados normalmente.



15. Como tal despesa somente é captada no cálculo da Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Bacen – DLSP quando o recurso é sacado da Conta Única, posterga-se para o mês seguinte a sua contabilização, caracterizando a chamada “pedalada fiscal”.
16. Perversamente, a conduta de atrasar para o próximo mês a realização de referidas transferências, ao tempo em que aumenta a Receita Corrente Líquida (RCL) da União, parâmetro dos mais importantes das finanças públicas, porquanto relacionado ao cumprimento de metas fiscais impostas pela LRF (LC 101/2000), acaba por diminuir as disponibilidades dos entes federados que teriam o direito de receber os recursos até o último dia do mês. A não ser que estes tomem a iniciativa de registrar a receita em seus resultados, no mês a que teria direito, em contrapartida a crédito junto à União, providência correta do ponto de vista contábil, mas que, de qualquer maneira, diante da situação proporcionada pela estratégia adotada pelo Tesouro Nacional na realização dos repasses, traria inconsistências ao resultado primário agregado do setor público.
17. Situação semelhante ocorreu em relação à cota-parte da contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 6º, da Constituição Federal. Segundo o art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006, os valores arrecadados pela União a título de salário-educação devem ser disponibilizados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE até o dia 10 do mês subsequente. Já o FNDE deve repassar as cotas estaduais e municipais até o vigésimo dia do mês do recebimento (art. 9º, inciso II e § 2º, do Decreto 6.003/2006).
18. Nesse caso, constatou-se que, a partir de dezembro de 2013, as liberações de recursos pela STN ao FNDE ocorreram sempre após a data limite (dia 20) para o Fundo efetuar os repasses aos estados e municípios, atrasos que faziam com que as transferências aos demais entes acabassem por ser feitas apenas no mês subsequente ao que seria devido.
19. Do ponto de vista fiscal, as consequências são as mesmas que as concernentes aos repasses já mencionados, referentes à Lei 7.990/1989, tanto para a União quanto para os entes beneficiários.
20. Diante disso, acolho o encaminhamento da SecexFazenda de determinar à STN que adote providências para que os recursos referentes aos royalties do petróleo e à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, a que se refere a Lei 7.990/1989, possam ser sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 8º de referida Lei; e que os atinentes à cota-parte da contribuição social do salário-educação, previstos no art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, sejam transferidos ao FNDE até o prazo estabelecido pelo art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006.
21. Além disso, deve-se chamar em audiência os gestores da STN mencionados no relatório, para que se manifestem acerca dos atrasos identificados na fiscalização, que violam, respectivamente, a Lei 7.990/1989 e o Decreto 6.003/2006.
22. Passando agora ao objeto inicial desta representação, qual seja, o suposto atraso, por parte da União, nos repasses de valores destinados ao pagamento de benefícios de programas sociais, subsídios e subvenções de sua responsabilidade, restou confirmado nos autos que: i) despesas concernentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono foram pagas pela Caixa; ii) subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vêm sendo financiados pelo FGTS; e iii) subvenções econômicas, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, vêm sendo bancadas pelo BNDES ou pelo Banco do Brasil.
23. No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, verificou-se que, ao longo de 2013 e dos sete primeiros meses de 2014 (jan. a jul./2014), abrangidos na fiscalização, a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União. Na verdade, conforme demonstram as tabelas constantes do relatório de fiscalização, as contas de suprimento desses programas na Caixa passaram a disponibilizar um crédito assemelhado ao cheque especial, porquanto seus saldos, ao longo do período fiscalizado, foram quase sempre negativos.
24. De acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária do Bacen, o saldo total desses passivos ao final do mês de agosto de 2014 era de R\$ 1,74 bilhão, assim composto:



(i) Bolsa Família: R\$ 717,3 milhões; (ii) Abono Salarial: R\$ 936,2 milhões; e (iii) Seguro Desemprego: R\$ 87 milhões.

25. Com relação ao PMCMV, os orçamentos aprovados desde o ano de 2010, bem como o projeto para o ano de 2015, previam que as despesas com as subvenções econômicas desse programa seriam financiadas com recursos da chamada “fonte 100”, que representa recursos livres e ordinários arrecadados pelo Tesouro ao longo do respectivo exercício financeiro.

26. Entretanto, o pagamento dessas subvenções de responsabilidade da União vem ocorrendo por intermédio de adiantamentos concedidos pelo FGTS, na forma autorizada pelo art. 82-A da Lei 11.977/2009, utilizando-se a fonte de recursos “operação de crédito interna”.

27. Desse modo, do montante de R\$ 7,8 bilhões despendidos com subsídios concedidos no programa entre 2009 e 2014, apenas R\$ 1,6 bilhão foi repassado pela União ao FGTS, conforme atestam dados encaminhados pela CAIXA. Ou seja, dos R\$ 7,8 bilhões que deveriam ter sido pagos aos mutuários, apenas R\$ 1,6 foi desembolsado pela União, sendo que o restante, no montante de R\$ 6,2 bilhões, foi pago com recursos do FGTS, a título de adiantamento.

28. Note-se que, nesse caso específico, o pagamento de dívidas pelo FGTS deu-se sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, requerida no art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.

29. Quanto ao pagamento das despesas correspondentes à subvenção econômica de equalização de taxa de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que era feito semestralmente, os atrasos começaram no 2º semestre de 2010, sendo que, a partir de então, até o 1º semestre de 2014, não houve mais nenhum repasse da União ao BNDES atinente a tal dispêndio.

30. Em 10 de abril de 2012, quando o saldo a pagar devido pela União montava a R\$ 6,7 bilhões, foi editada a Portaria 122/2012, prorrogando por 24 meses o prazo para pagamento das dívidas. A tabela 15 do relatório precedente mostra que, sem a postergação estabelecida na mencionada portaria, em junho de 2014, o saldo a pagar com a equalização da taxa de juros montaria a R\$ 19,6 bilhões.

31. Todas essas movimentações financeiras e orçamentárias acarretaram, evidentemente, o surgimento de passivos do Governo Federal junto à Caixa, ao FGTS e ao BNDES, em cujos balanços constam devidamente registrados tais haveres, a débito do Tesouro Nacional. Ou seja, no bojo dessas operações, créditos foram efetivamente auferidos pela União, à margem da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

32. Uma vez caracterizados como operações de crédito, tais procedimentos violam restrições e limitações impostas pela LRF.

33. Primeiro, porque, no que se refere aos recursos disponibilizados pela Caixa e pelo BNDES, envolvem instituições financeiras públicas controladas pelo ente beneficiário dos valores, contrariando o art. 36 da LRF, segundo o qual é “proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo”. Depois, porque não atendem às formalidades requeridas no art. 32 da referida lei, em especial a necessidade de prévia e expressa autorização no texto da lei orçamentária para sua contratação, estabelecida no inciso I do § 1º do referido artigo. E, ainda, porque, circunstancialmente, infringem a vedação do art. 38, inciso IV, alínea “b”, da Lei, que proíbe a contratação de crédito por antecipação de receita no último mandato do Presidente da República.

34. Assim, com relação a esse ponto, devem ser acolhidos os encaminhamentos da SecexFazenda, apresentados resumidamente a seguir:

- ouvir em audiência os gestores envolvidos nessas operações, nos termos propostos pela unidade técnica nos subitens “c.3”, “d.3”, “e.3”, “f.3” do item 434 do relatório de fiscalização, para que se manifestem acerca da realização de operação de crédito sem a observância de ditames da LRF;

- determinar ao MDS que efetue a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Programa Bolsa Família, e ao MTE, para que efetue a cobertura de saldo



negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial;

- na mesma linha, determinar ao Ministério da Fazenda que efetue o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009;

- com relação à utilização de fonte diferente da constante da proposta orçamentária no pagamento dos benefícios do PMCMV: determinar ao Ministério das Cidades, em razão do disposto no art. 3º da Lei 4.320/1964 e do art. 32, § 1º, incisos I a V, da LRF, que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos, montante correspondente aos adiantamentos concedidos pelo FGTS de acordo com o art. 82-A da Lei 11.977/2009; e alertar o Poder Executivo, em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, inciso I, da LRF, a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao FGTS sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;

- ainda relativamente ao pagamento de dívidas pelo FGTS, sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, caracterizando execução de despesa sem dotação orçamentária, em desacordo com o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF, ouvir em audiência os gestores envolvidos nessas operações, nos termos propostos pela unidade técnica no subitem "g.2" do item 434 do relatório de fiscalização.

35. Quanto à determinação, em razão do disposto pelo art. 33, § 1º, da LRF, para que a CAIXA devolva à União todas as receitas obtidas com a apropriação de juros e cobrança de demais encargos financeiros relativos aos créditos empregados no pagamento de despesas do Programa Bolsa Família, do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, penso que, por prudência, deve ser feita, se for o caso, quando do proferimento de mérito desta representação, entendimento que se aplica à proposta de determinar ao BNDES a devolução de tais receitas relativamente aos dispêndios efetuados a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009.

36. Outra questão relevante atinente à formação desses passivos é que eles não estão registrados pelo Bacen no rol de obrigações da Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, o que faz com que despesas da ordem de bilhões de reais, vinculadas a programas e ações importantes do Governo Federal, sejam captadas somente no mês dos repasses efetuados pela União, e não naquele em que foram efetivamente realizadas, acarretando distorções significativas no resultado fiscal primário e no montante da dívida pública.

37. Tomemos por exemplo os programas do Governo operados pela Caixa. O Tesouro deixa de repassar os valores a serem pagos, mas a instituição financeira efetua os pagamentos aos beneficiários, passando a ser credora da União pelo valor correspondente. Como esse passivo do Tesouro junto à Caixa não está abrangido nas estatísticas de endividamento utilizadas pelo Bacen, os adiantamentos feitos pelo banco também não são captados no resultado primário apurado pela autarquia. Ou seja, muito embora os benefícios estejam sendo pagos, por intermédio da Caixa, não são contabilizados como despesas no resultado primário da União, por meio da elevação da dívida do Tesouro junto à instituição financeira. Assim, somente no mês em que a União paga à Caixa pelos adiantamentos feitos é que os dispêndios são computados nas estatísticas oficiais, quando o correto é a contabilização da despesa e do consequente endividamento da União no mês do pagamento efetuado pela Caixa.

38. Note-se, no entanto, que particularmente com relação aos recursos utilizados pela CAIXA para o pagamento de dispêndios referentes ao Programa Bolsa Família, ao Seguro Desemprego e ao Abono Salarial, ficou evidenciado que, ao final do mês de agosto de 2014, uma semana após a apresentação da representação que deu origem aos presentes autos, o Departamento Econômico do Bacen passou a registrar tais passivos nas estatísticas fiscais de endividamento.

39. Consequentemente, a partir da mesma data as despesas primárias incorridas passaram a ser captadas pelas estatísticas fiscais no exato momento em que a CAIXA efetua o adiantamento à União, ou seja, quando paga os dispêndios relativos aos citados programas sociais.

40. De qualquer maneira, ainda assim, em nome do princípio da transparência fiscal positivado pelo art. 1º da LRF e dos objetivos e critérios explicitados pelo Manual de Estatísticas Fiscais



publicado pelo Bacen em seu sítio na rede mundial de computadores, propõe-se determinar ao Departamento Econômico do Bacen que publique na Nota de Imprensa de Política Fiscal, imediatamente, quadro específico em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados caso os passivos referentes aos adiantamento concedidos pela CAIXA estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais.

41. Cabe também determinar ao Bacen que refaça o cálculo do resultado primário decorrente dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido, ou seja, os saldos que consideram, como uma obrigação integrante da DLSP, os adiantamentos concedidos pela CAIXA à União no bojo de referidos programas governamentais.

42. Não obstante, quanto aos valores referentes ao montante da equalização de taxa de juros devido ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e os devidos ao FGTS, referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, acerca dos quais não há notícia de que estejam sendo registrados nas estatísticas fiscais de endividamento, cabe determinar ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil que registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP).

43. Da mesma forma, caber determinar que refaça o cálculo do resultado primário decorrente da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do PSI de que trata a Lei 12.096/2009 e junto ao FGTS relativa aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei 11.977/2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento.

44. Registre-se que, além dos passivos mencionados, referentes a pagamentos de benefícios e subvenções de responsabilidade da União, a equipe da inspeção identificou outras dívidas da União, junto ao Banco do Brasil e ao FGTS, as quais, igualmente, não estavam sendo computadas na Dívida Líquida do Setor Público pelo Bacen.

45. Os passivos encontrados em favor do Banco do Brasil correspondem à equalização de taxas de juros de crédito rural (Lei 8.427/1992 e Portaria MF 315/2014) e a outras subvenções (Leis 10.696/2010, 11.110/2005, 11.322/2006 e 11.775/2008, Resoluções do Conselho Monetário Nacional, etc.). Conforme relatado, ao final de junho de 2014, os saldos a pagar referentes às subvenções agrícolas e às demais subvenções alcançavam, respectivamente, as expressivas montas de R\$ 7,95 bilhões e R\$ 1,80 bilhão. Além disso, a equipe de inspeção apurou que, no período de 2012 a 2014, o Bacen deixou de computar no cálculo do resultado primário dispêndios nos valores totais de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 558 milhões, relativos, respectivamente, às subvenções agrícolas e a outras subvenções devidas e não pagas ao Banco do Brasil.

46. Quanto ao FGTS, que tem como agente operador a Caixa Econômica Federal (art. 4º da Lei 8.036/1990), além do saldo relativo a adiantamentos efetuados pelo FGTS à União no âmbito do PMCMV, já abordado, foram identificados dois outros créditos junto à União.

47. Um deles, cujo saldo ao final em setembro de 2014 era de R\$ 638,4 milhões, representa valores relacionados à Resolução do Conselho Curador do FGTS 574/2004 (Lei 6.024/1974, Medida Provisória 2.196/2001 e Acórdãos 2.661/2005 e 2.425/2008, da 1ª Câmara do TCU).

48. O outro, cujo saldo ao final em setembro de 2014 era de R\$ 10,05 bilhões, é decorrente da arrecadação da contribuição social de que trata a Lei Complementar 110/2001 (Portaria STN 278/2012).

49. Conforme anotado pela unidade técnica, tais passivos atendem aos critérios definidos para a sua inscrição nas estatísticas fiscais, uma vez que estão registrados no ativo da entidade credora e têm sua origem em operações sancionadas, intermediadas ou transitadas por instituições do sistema financeiro.

50. Assim, com relação a tais dívidas, são pertinentes também as determinações para que o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil registre os seus valores no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e que refaça o cálculo do resultado primário



decorrente da variação dos saldos dessas dívidas da União, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento.

51. Verifico, no entanto, que, no tocante aos mencionados passivos em favor do Banco do Brasil, atinentes à equalização de taxas de juros de crédito rural e a outras subvenções, constituem eles, em princípio, créditos auferidos pela União em desacordo com a Lei Complementar 101/2000 (LRF), portando as mesmas características de outros já analisados, referentes aos dispêndios com benefícios de programas sociais, em favor da Caixa, e subvenções econômicas para equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), em favor do BNDES.

52. Em consequência disso, devem ser chamados em audiência os gestores envolvidos nas operações que deram ensejo a esses créditos do Banco do Brasil contra a União, bem como determinado ao Tesouro Nacional que efetue o pagamento dessas dívidas, caso ainda existentes.

53. Por fim, considero que o Banco Central do Brasil, na condição de responsável pela apuração dos resultados fiscais para fins de cumprimento das metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao deixar à margem de suas estatísticas passivos da União que, de acordo com os seus próprios critérios, deveriam compor a Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, faltou com a diligência e transparência esperada no desempenho de suas atribuições.

54. Lembro que um dos pedidos formulados na inicial pelo Ministério Público junto ao TCU foi para que se verificasse se o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil "*capta, apura e registra, quando do cálculo do resultado fiscal e do endividamento do setor público, os passivos gerados para o Tesouro Nacional em razão da antecipação de valores realizada pelas instituições financeiras*".

55. Nesse sentido, o que se viu na inspeção realizada é que passivos relevantes, os quais, repita-se, atendem aos critérios adotados pela própria autarquia para compor a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), deixam de ser captados pelos resultados que apura, razão pela qual entendo que devam ser chamados em audiência os dirigentes do Bacen para se manifestarem acerca das falhas identificadas nestes autos.

56. De fato, ainda não compreendo como é que dezenas de bilhões de reais em passivos da União tornaram-se imperceptíveis ou indiferentes aos olhos do Banco Central, não obstante constarem devidamente registrados nos ativos das instituições credoras e terem sido rapidamente flagrados pelos auditores do TCU.

57. Afinal, se as dívidas que escaparam ao controle do Banco Central tivessem sido detectadas desde o seu surgimento, as irregularidades apontadas neste processo provavelmente não ganhariam grandes proporções nem se estenderiam por tanto tempo.

58. Observo que a responsabilidade da Autoridade Monetária de apurar os resultados fiscais da União é derivada das leis de diretrizes orçamentárias e fixada pelo próprio Governo Federal, mediante indicação do Presidente da República, que detém o poder hierárquico.

59. Para finalizar, quero render minhas homenagens à SecexFazenda, nas pessoas dos integrantes da equipe de fiscalização, Antônio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Jr. (coordenador) e Charles Santana de Castro, que com toda a argúcia identificaram, apresentaram e analisaram as situações descritas ao longo do seu relatório.

Assim, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 15 de abril de 2015.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator



ACÓRDÃO Nº 825/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 021.643/2014-8
- 1.1. Apensos: TC 015.891-2014-3 e TC 029.938-2014-7
2. Grupo I - Classe de Assunto VII – Representação
3. Representante/Responsáveis:
 - 3.1. Representante: Ministério Público junto ao TCU
 - 3.2. Responsáveis: Guido Mantega (Ministro de Estado da Fazenda), Nelson Henrique Barbosa Filho (Ministro de Estado da Fazenda interino); Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro de Estado da Fazenda interino), Arno Hugo Augustin Filho (Secretário do Tesouro Nacional), Marcus Pereira Aucélio (Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional), Marcelo Pereira de Amorim (Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional), Adriano Pereira de Paula (Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional), Alexandre Antônio Tombini (Presidente do Banco Central do Brasil), Tulio José Lenti Maciel (Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil), Jorge Fontes Hereda (Presidente da Caixa Econômica Federal), Aldemir Bendine (Presidente do Banco do Brasil), Luciano Galvão Coutinho (Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Manoel Dias (Ministro do Trabalho e Emprego), Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Gilberto Magalhães Occhi (Ministro de Estado das Cidades), Carlos Antonio Vieira Fernandes (Secretário Executivo do Ministério das Cidades), Laércio Roberto Lemos de Souza (Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades), Lindolfo Neto de Oliveira Sales (Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social) e Laércio Roberto Lemos de Souza (Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades)
4. Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco Central do Brasil (Bacen), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: SecexFazenda
8. Advogado constituído nos autos: Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17.406), Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de indícios de irregularidade na constituição de passivos da União junto a bancos oficiais e outros credores.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. determinar ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil que:

9.1.1. publique quadro específico na Nota de Imprensa de Política Fiscal em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados para o exercício financeiro de 2014 caso os passivos referentes aos adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal à União no âmbito do Programa Bolsa Família, do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais;

9.1.2. registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):

9.1.2.1. os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos aos itens “Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional”, inscritos na contabilidade da referida instituição financeira;

9.1.2.2. os valores referentes ao montante da equalização de taxa de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

9.1.2.3. os valores referentes ao passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110/2001, à Resolução CCFGTS 547/2008 e ao Programa Minha Casa Minha Vida;

9.1.3. em relação aos exercícios financeiros de 2013 e 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente:

9.1.3.1. dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.2. dos dispêndios ocorridos no âmbito da equalização de taxa de juros a que se refere a Lei 8.427/1992, e a Portaria do Ministério da Fazenda 315/2014, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.3. dos dispêndios ocorridos no âmbito da legislação abrangida pelo ativo “Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional”, do Banco do Brasil, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.4. da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) de que trata a Lei 12.096/2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.5. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei 11.977/2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento;

9.1.3.6. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativa aos recursos não repassados pelo Tesouro e que, em razão do disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar 110/2001, estão registrados como direitos de referido Fundo junto à União;

9.1.3.7. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativa aos recursos não repassados pelo Tesouro para cobertura dos encargos resultantes da Lei nº 6.024/1974, da Medida Provisória nº 2.196/2001 e da Resolução CCFGTS nº 574/2008;

9.2. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família:

9.2.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que efetue a cobertura de saldo negativo porventura existente na conta de suprimento de fundos do Programa Bolsa Família mantida junto à Caixa Econômica Federal, de acordo com cronograma, de prazo de duração o mais curto possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;

9.2.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que repasse tempestivamente, por conta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os recursos mensais necessários ao pagamento do Programa Bolsa Família, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

9.2.3. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;

9.2.4. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei 10.836/2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, “b”, todos da Lei Complementar 101/2000:



- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da Caixa Econômica Federal; e
- Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello – CPF 491.467.346-00 – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da omissão quanto ao disposto no art. 32, *caput*, da Lei Complementar 101/2000;

9.3. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial:

9.3.1. determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que efetue a cobertura de saldo negativo porventura existente nas contas de suprimento de fundos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial mantidas junto à Caixa Econômica Federal, de acordo com cronograma, de prazo de duração o mais curto possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;

9.3.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que repasse tempestivamente, por conta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os recursos mensais necessários ao pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, de modo a evitar que a Caixa Econômica Federal proceda a esse pagamento com recursos próprios;

9.3.3. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;

9.3.4. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, “b”, todos da Lei Complementar 101/2000:

- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Jorge Fontes Hereda – CPF 095.048.855-00 – Presidente da CAIXA; e
- Manoel Dias – CPF 007.829.719-20 – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da omissão quanto ao disposto no art. 32, *caput*, da Lei Complementar 101/2000;

9.4. em relação aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009,

9.4.1. determinar ao Ministério das Cidades que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos referente à contratação de operações de crédito interna, montante correspondente aos adiantamentos a que se refere o presente item, em virtude do que determinam o art. 3º da Lei 4.320/1964, e o art. 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101/2000;

9.4.2. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei;



9.4.3. determinar a audiência dos gestores identificados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida pelo art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000, e pelo art. 3º da Lei 4.320/1964:

- Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;
- Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e
- Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades;
- Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da omissão quanto ao disposto no art. 32, *caput*, da Lei Complementar 101/2000;

9.5. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas pela edição das Portarias do Ministério da Fazenda 122, de 10 de abril de 2012, 357, de 15 de outubro de 2012, e 29, de 23 de janeiro de 2014, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101/2000:

9.5.1. determinar ao Ministério da Fazenda que efetue o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009, de acordo com cronograma, de prazo de duração o mais curto possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;

9.5.2. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e

9.5.3. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios do BNDES para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, “b”, todos da Lei Complementar 101/2000:

- Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da edição da Portaria 122, de 10 de abril de 2012;
- Nelson Henrique Barbosa Filho – CPF 009.073.727-08 – Ministro de Estado da Fazenda interino, em razão da edição da Portaria 357, de 15 de outubro de 2012;
- Dyogo Henrique de Oliveira – CPF 768.643.671-34, Ministro de Estado da Fazenda interino, pela edição da Portaria 29, de 23 de janeiro de 2014;
- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Adriano Pereira de Paula – CPF 743.481.327-04 – Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional; e
- Luciano Coutinho – CPF 095.048.855-00 – Presidente do BNDES;

9.6. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas nos títulos “Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional”, registradas nas demonstrações financeiras do Banco do Brasil, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101/2000:

9.6.1. determinar ao Tesouro Nacional que efetue o pagamento dos valores devidos ao Banco do Brasil, necessários à cobertura das referidas contas, que estejam vencidos segundo os prazos definidos pela legislação, de acordo com cronograma, de duração a mais curta possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;



9.6.2. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;

9.6.3. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operações de crédito, consubstanciadas na concessão e utilização de recursos próprios do Banco do Brasil para o pagamento de subvenções de responsabilidade da União registradas nas contas “Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional” da instituição financeira, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, “b”, todos da Lei Complementar 101/2000:

- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Adriano Pereira de Paula – CPF 743.481.327-04 – Coordenador-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional; e
- Aldemir Bendine – CPF 043.980.408-62 – Presidente do Banco do Brasil;
- Guido Mantega – CPF 676.840.768-68 – Ministro de Estado da Fazenda, em razão da omissão quanto ao disposto no art. 32, **caput**, da Lei Complementar 101/2000;

9.7. em relação ao pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977/2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelece o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000:

9.7.1. em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, inciso V, da Lei Complementar 101/2000, alertar o Poder Executivo a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;

9.7.2. determinar a audiência dos gestores identificados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977/2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelecem o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000:

- Gilberto Magalhães Occhi – CPF 518.478.847-68 – Ministro de Estado das Cidades;
- Carlos Antonio Vieira Fernandes – CPF 274.608.784-72 – Secretário Executivo do Ministério das Cidades; e
- Laércio Roberto Lemos de Souza – CPF 124.085.224-04 – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades.

9.8. em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei 7.990/1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

9.8.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere a Lei 7.990/1989 possam ser sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 8º de referida Lei; e

9.8.2. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata a Lei 7.990/1989, aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

9.9. em relação aos atrasos no repasse de recursos de que tratam o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o Decreto 6.003/2006:

9.9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, sejam transferidos ao FNDE até o prazo estabelecido pelo art. 8º, § 1º, do Decreto 6.003/2006;

9.9.2. determinar ao FNDE que adote providências a fim de que os recursos a que se refere o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição possam ser sacados da Conta Única pelos respectivos beneficiários até o prazo estabelecido pelo art. 9º, § 2º, do Decreto 6.003/2006;

9.9.3. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação aos atrasos no repasse de recursos de que trata o art. 212, §§ 5º e 6º, da Constituição da República, e o Decreto 6.003/2006:

- Arno Hugo Augustin Filho – CPF 389.327.680-72 – Secretário do Tesouro Nacional;
- Marcus Pereira Aucélio – CPF 393.486.601-87 – Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- Marcelo Pereira de Amorim – CPF 821.337.191-72 – Coordenador-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;

9.10. determinar a audiência do Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini (CPF 308.444.361-00), e do Chefe do Departamento Econômico, Tulio José Lenti Maciel (CPF 527.746.946-04), para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa quanto à falta de contabilização na Dívida Líquida do Setor Público, e consequentemente na apuração do resultado fiscal, dos passivos da União relativos às contas “Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola” e “Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional”, registradas como ativos pelo Banco do Brasil, à equalização do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), junto ao BNDES, às subvenções do Programa Minha Casa Minha Vida, às contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar 110/2001 e ao cancelamento de juros de que tratam a Lei 6.024/1974, a Medida Provisória 2.196/2001 e a Resolução CCFGTS 574/2008, os três últimos perante ao FGTS, bem como quanto à contabilização tardia dos passivos referentes ao Programa Bolsa Família, ao Abono Salarial e ao Seguro Desemprego, para com a Caixa Econômica Federal;

9.11. em relação aos atrasos no repasse de recursos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote providências para que os recursos necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários sejam repassados tempestivamente ao INSS, para que este possa transferi-los às instituições financeiras responsáveis pelo pagamento de respectivos valores aos seus respectivos beneficiários;

9.12. em relação às movimentações de recursos (pagamentos de benefícios e repasses) no âmbito de pagamento de benefícios do INSS, recomendar ao Banco Central do Brasil que adote providências no sentido de aprimorar a rotina contábil a ser utilizada pelas instituições financeiras para o registro de referidas movimentações;

9.13. determinar à SecexFazenda que:

9.13.1. após os recálculos a serem feitos pelo Departamento Econômico do Banco Central, conforme o item 9.1.3, avalie, se preciso com o apoio da Semag, qual seria o efeito no cumprimento das metas fiscais referentes ao período 2013-2014;

9.13.2. avalie se as informações sobre dívida consolidada apontadas no item 9.1 deste acórdão constam ou deveriam constar do relatório de gestão fiscal;

9.13.3. avalie se os mesmos valores se encontram contabilizados, ou se deveriam estar, junto à conta 21311.04.00 – Contas a Pagar/Credores Nacionais do Siafi;

9.13.4. identifique o montante dos passivos da União apurados neste processo que não estão inscritos em restos a pagar na Lei Orçamentária;

9.13.5. avalie se as cláusulas contratuais que contemplam a possibilidade de financiamento implícito à União, ao preverem a manutenção da prestação de serviços sem o respectivo repasse



financeiro, por intermédio da Caixa Econômica Federal, são ou não ilegais perante o comando do art. 36 da Lei Complementar 101/2000;

9.14. encaminhar cópia integral dos autos, com inclusão do presente acórdão, ao Ministério Público Federal.

10. Ata nº 13/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0825-13/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

GRUPO I - CLASSE I - PLENÁRIO

TC-021.643/2014-8

Natureza: Embargos de Declaração

Embargantes: União (representada pela sua Advocacia-Geral) e Banco Central do Brasil (representado pela sua Procuradoria-Geral)

Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco Central do Brasil (Bacen), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. ATRASOS E OUTRAS IRREGULARIDADES NOS REPASSES DO GOVERNO FEDERAL A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AOS DEMAIS ENTES FEDERADOS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DÍVIDAS E DESPESAS PRIMÁRIAS NAS ESTATÍSTICAS FISCAIS. OBTENÇÃO DE CRÉDITO EM DESCONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO.

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração apresentados, separadamente, pela União e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), por intermédio das respectivas Advocacia-Geral (AGU) e Procuradoria-Geral (PGBC), em face do Acórdão nº 825/2015-Plenário, que, em sede de representação do Ministério Público junto a este Tribunal, determinou providências corretivas e a audiência dos responsáveis, bem como cientificou o Ministério Público Federal, relativamente a desconformidades na apuração do resultado primário e ao descumprimento de normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no pagamento de compromissos do Governo Federal por instituições bancárias oficiais e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ainda no repasse de recursos de *royalties* e compensação financeira aos estados e municípios.

2. No conjunto, os dois embargos declaratórios dizem respeito aos seguintes itens da deliberação:

“9.1. determinar ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil que:

9.1.1. publique quadro específico na Nota de Imprensa de Política Fiscal em que fiquem evidenciados os montantes da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e dos resultados nominal e primário que deveriam ter sido apurados para o exercício financeiro de 2014 caso os passivos referentes aos adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal à União no âmbito do Programa Bolsa Família, do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial estivessem sendo captados pelas estatísticas fiscais;



9.1.2. registre no rol de passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):

9.1.2.1. os valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos aos itens 'Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola' e 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', inscritos na contabilidade da referida instituição financeira;

9.1.2.2. os valores referentes ao montante da equalização de taxa de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

9.1.2.3. os valores referentes ao passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110/2001, à Resolução CCFGTS 547/2008 e ao Programa Minha Casa Minha Vida;

9.1.3. em relação aos exercícios financeiros de 2013 e 2014, refaça o cálculo do resultado primário decorrente:

9.1.3.1. dos dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.2. dos dispêndios ocorridos no âmbito da equalização de taxa de juros a que se refere a Lei 8.427/1992, e a Portaria do Ministério da Fazenda 315/2014, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.3. dos dispêndios ocorridos no âmbito da legislação abrangida pelo ativo 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', do Banco do Brasil, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.4. da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) de que trata a Lei 12.096/2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de endividamento líquido;

9.1.3.5. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativas aos adiantamentos concedidos no âmbito do PMCMV de que trata a Lei 11.977/2009, utilizando, para tanto, os saldos corretos de referido endividamento;

9.1.3.6. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativa aos recursos não repassados pelo Tesouro e que, em razão do disposto pelo art. 3º, § 1º, da Lei Complementar 110/2001, estão registrados como direitos de referido Fundo junto à União;

9.1.3.7. da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativa aos recursos não repassados pelo Tesouro para cobertura dos encargos resultantes da Lei nº 6.024/1974, da Medida Provisória nº 2.196/2001 e da Resolução CCFGTS nº 574/2008;

9.2. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família:

(...)

9.2.3. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;

9.2.4. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família de que trata a Lei 10.836/2004, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, 'b', todos da Lei Complementar 101/2000:

(...)

9.3. em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas na utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamento de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial:

(...)



9.3.3. *cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;*

9.3.4. *determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, 'b', todos da Lei Complementar 101/2000:*

(...)

9.4. *em relação aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009,*

9.4.1. *determinar ao Ministério das Cidades que, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, faça consignar no orçamento, como fonte de recursos referente à contratação de operações de crédito interna, montante correspondente aos adiantamentos a que se refere o presente item, em virtude do que determinam o art. 3º da Lei 4.320/1964, e o art. 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101/2000;*

9.4.2. *cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei;*

9.4.3. *determinar a audiência dos gestores identificados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida pelo art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000, e pelo art. 3º da Lei 4.320/1964:*

(...)

9.5. *em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas pela edição das Portarias do Ministério da Fazenda 122, de 10 de abril de 2012, 357, de 15 de outubro de 2012, e 29, de 23 de janeiro de 2014, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101/2000:*

9.5.1. *determinar ao Ministério da Fazenda que efetue o pagamento dos valores devidos ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009, de acordo com cronograma, de prazo de duração o mais curto possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;*

9.5.2. *cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei; e*

9.5.3. *determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operação de crédito, consubstanciada na concessão e utilização de recursos próprios do BNDES para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, 'b', todos da Lei Complementar 101/2000:*

(...)

9.6. *em relação às operações de crédito realizadas junto à União, consubstanciadas nos títulos 'Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola' e 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional', registradas nas demonstrações financeiras do Banco do Brasil, as quais representaram a assunção de compromisso financeiro de que trata o art. 29, inciso III, da Lei Complementar 101/2000:*

9.6.1. *determinar ao Tesouro Nacional que efetue o pagamento dos valores devidos ao Banco do Brasil, necessários à cobertura das referidas contas, que estejam vencidos segundo os prazos*

definidos pela legislação, de acordo com cronograma, de duração a mais curta possível, a ser apresentado ao TCU dentro de 30 (trinta) dias;

9.6.2. cientificar o Ministério Público Federal, para que adote as medidas que julgar oportunas e convenientes em relação à realização de operação de crédito, de que trata o presente item, com inobservância de condição estabelecida em lei;

9.6.3. determinar a audiência dos gestores listados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de operações de crédito, consubstanciadas na concessão e utilização de recursos próprios do Banco do Brasil para o pagamento de subvenções de responsabilidade da União registradas nas contas 'Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola' e 'Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional' da instituição financeira, contrariando o que estabelecem o § 1º, inciso I, do art. 32, o art. 36 e o art. 38, inciso IV, 'b', todos da Lei Complementar 101/2000:

(...)

9.7. em relação ao pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977/2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelece o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000:

9.7.1. em razão do disposto pelo art. 59, § 1º, inciso V, da Lei Complementar 101/2000, alertar o Poder Executivo a respeito da execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;

9.7.2. determinar a audiência dos gestores identificados a seguir, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em relação à realização de pagamento de dívidas da União no âmbito da Lei 11.977/2009, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, contrariando o que estabelecem o art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000:

(...)

9.13. determinar à SecexFazenda que:

(...)

9.13.5. avalie se as cláusulas contratuais que contemplam a possibilidade de financiamento implícito à União, ao preverem a manutenção da prestação de serviços sem o respectivo repasse financeiro, por intermédio da Caixa Econômica Federal, são ou não ilegais perante o comando do art. 36 da Lei Complementar 101/2000;

9.14. encaminhar cópia integral dos autos, com inclusão do presente acórdão, ao Ministério Público Federal.”

3. Confirmado o atendimento dos requisitos de admissibilidade, os embargos foram encaminhados à SecexFazenda para instrução de mérito, que concluiu pela rejeição de ambos os declaratórios, conforme análise reproduzida adiante:

“(…)

I – DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA UNIÃO-AGU

5. Na compreensão da embargante, tal pleito se justificaria pelo fato de que haveria uma contradição entre o teor do voto condutor do acórdão ora recorrido e o próprio Acórdão 825/2015-Plenário, como segue, *in verbis*:

‘O voto condutor do acórdão depura a necessidade de que sejam ouvidas autoridades e ex-autoridades sobre a existência de indícios de atrasos e outras irregularidades nos repasses do governo federal, ausência de registro de dívidas e despesas primárias nas estatísticas fiscais e obtenção de crédito em desconformidade com a lei de responsabilidade fiscal. Entretanto, o acórdão também pressupõe que há a configuração de ‘operação de crédito’, como se o Tribunal já houvesse

decidido que houve atraso, que tal atraso configurou infração legal e que essa infração legal é aquela capitulada na Lei de Responsabilidade Fiscal.'

6. Desse modo, para a embargante, as determinações contidas no Acórdão 825/2015-Plenário somente seriam justificáveis após o recebimento, consideração e avaliação das manifestações dos respectivos gestores. *In verbis:*

'Com efeito, as providências determinadas nos subitens 9.2, 9.2.3, 9.3., 9.3.3, 9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.5, 9.5.1, 9.5.2, 9.6, 9.6.1, 9.6.2, 9.7, 9.7.1 e 9.14, só se afiguram justificáveis após conclusão definitiva — não preliminar — de que se trata, inequivocamente, de operações de crédito, o que apenas ocorrerá em seguida ao recebimento, consideração e avaliação das manifestações dos gestores relacionados no acórdão, em nome do devido processo legal e do respeito ao contraditório e à ampla defesa, que aproveitam tanto às pessoas naturais como à União.'

7. Alega que as autoridades poderiam ilidir as conclusões da equipe técnica e do MPjTCU, o que tornaria as referidas determinações insubsistentes.

8. A embargante também afirma que seria precipitado e temerário cientificar o Ministério Público Federal, como previsto nos itens 9.2.3, 9.3.3, 9.4.2, 9.5.2, 9.6.2 e 9.14 do Acórdão. Alega, a uma, que a determinação contida no item 9.13.5 do Acórdão demonstraria que o Plenário desta Corte de Contas ainda não teria convicção acerca da natureza jurídica dos atos e fatos constatados nos presentes autos. E, a duas, que também o MPjTCU, em razão de referência feita, em seu Parecer (peça 123), a conteúdo de comunicação expedida pelo Banco Central do Brasil (Bacen) no âmbito dos presentes autos, revelaria não possuir referida convicção.

9. Ainda nesse sentido, alega a embargante o que segue, *in verbis:*

'Se o próprio Ministro Relator, na sessão de julgamento, acentuou não existirem suspeitos, neste 'início do trabalho de averiguação', para daí posicionar-se contra o envio de cópia dos autos para o Congresso Nacional, com muito mais razão não se legitima a ciência ao Ministério Público Federal do que são, ainda, entendimentos preliminares da área técnica do Tribunal de Contas da União, antecedentes à oitiva dos potenciais responsáveis.'

10. E a embargante volta a ressaltar, *in verbis:*

'Ademais, a decisão embargada determina a oitiva das pessoas mencionadas, exatamente para que sejam apurados os fatos representados, não podendo ser presumido o descumprimento legal. Destaque-se que não basta que as manifestações dos gestores sejam recebidas, mas devem ser ponderados, fundamentadamente, os argumentos trazidos pela defesa, a fim de que se forme um juízo sobre a ocorrência do ilícito.'

11. Ao final, assim se manifesta, *in verbis:*

'O que se vê nos presentes autos, não obstante a relevância dos fins colimados pelas determinações contidas no r. Acórdão ora impugnado, é o prejulgamento da 'causa', ou a antecipação do julgamento da 'causa', sem que previamente fossem ouvidos os potenciais responsáveis pelos atos tidos por irregulares ou ilegais.'

12. Em 27/04/2015, a União, representada pela AGU, traz novos elementos (peça 145) aos presentes autos e solicita a juntada dos mesmos aos embargos de declaração que ora se examina. Tais elementos trazem, nas palavras da embargante, *in verbis:*

'(...), exemplificativamente, inúmeras datas nas quais houve déficit nas contas do seguro desemprego e do abono salarial, de forma a demonstrar que a tese de que tais situações configurariam operação de crédito não pode ser tida como fato certo e comprovado, ao revés, tais informações demonstram a ocorrência de fluxo de caixa ao longo de mais de uma década.' (Grifou-se)

DO MÉRITO

13. Não assiste razão à embargante. Não há qualquer contradição, obscuridade ou omissão no texto do acórdão recorrido. O Voto (peça 136) condutor do Acórdão 825/2015-Plenário, adotado por unanimidade pelo Plenário deste Tribunal, contempla diversas passagens que mostram as convicções desta Corte de Contas em relação à natureza jurídica dos atos e fatos constatados nos presentes autos. Transcreve-se, apenas a título de exemplo, os seguintes trechos, *in verbis:*

22. Passando agora ao objeto inicial desta representação, qual seja, o suposto atraso, por parte da União, nos repasses de valores destinados ao pagamento de benefícios de programas sociais, subsídios e subvenções de sua responsabilidade, restou confirmado nos autos que: i) despesas concernentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono foram pagas pela Caixa; ii) subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vêm sendo financiados pelo FGTS; e iii) subvenções econômicas, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, vêm sendo bancadas pelo BNDES ou pelo Banco do Brasil.

23. No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, verificou-se que, ao longo de 2013 e dos sete primeiros meses de 2014 (jan. a jul./2014), abrangidos na fiscalização, a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União. Na verdade, conforme demonstram as tabelas constantes do relatório de fiscalização, as contas de suprimento desses programas na Caixa passaram a disponibilizar um crédito assemelhado ao cheque especial, porquanto seus saldos, ao longo do período fiscalizado, foram quase sempre negativos.

(...)

28. Note-se que, nesse caso específico, o pagamento de dívidas pelo FGTS deu-se sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, requerida no art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.

(...)

31. Todas essas movimentações financeiras e orçamentárias acarretaram, evidentemente, o surgimento de passivos do Governo Federal junto à Caixa, ao FGTS e ao BNDES, em cujos balanços constam devidamente registrados tais haveres, a débito do Tesouro Nacional. Ou seja, no bojo dessas operações, créditos foram efetivamente auferidos pela União, à margem da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

32. Uma vez caracterizados como operações de crédito, tais procedimentos violam restrições e limitações impostas pela LRF.

33. Primeiro, porque, no que se refere aos recursos disponibilizados pela Caixa e pelo BNDES, envolvem instituições financeiras públicas controladas pelo ente beneficiário dos valores, contrariando o art. 36 da LRF, segundo o qual é 'proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo'. Depois, porque não atendem às formalidades requeridas no art. 32 da referida lei, em especial a necessidade de prévia e expressa autorização no texto da lei orçamentária para sua contratação, estabelecida no inciso I do § 1º do referido artigo. E, ainda, porque, circunstancialmente, infringem a vedação do art. 38, inciso IV, alínea 'b', da Lei, que proíbe a contratação de crédito por antecipação de receita no último mandato do Presidente da República.'

14. Nesse sentido, ressalte-se que as determinações exaradas no Acórdão 825/2015-Plenário estão amparadas em convicções desta Corte de Contas e atendem plenamente ao devido processo legal, posto que de acordo com as regras previstas no art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250 do RITCU.

15. Quanto à realização de audiência das autoridades e ex-autoridades, frise-se que as mesmas são compatíveis com as determinações exaradas no corpo do Acórdão 825/2015-Plenário e estão em consonância com o disposto pelo art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1993, c/c art. 250, inciso IV, do RITCU.

16. Em relação à alegação de necessidade de ampla defesa e de contraditório para que o Tribunal possa se manifestar em relação às determinações e à realização das audiências, a mesma não merece prosperar. Ressalte-se que o acórdão recorrido não contempla qualquer sanção ou cerceamento de direito dos gestores, ex-gestores ou da União. As respectivas audiências terão assegurados o contraditório e a ampla defesa, oportunidade em que poderão ser plenamente exercidos.

17. No que se refere ao enquadramento de atos e fatos constatados nos presentes autos no conceito de operação de crédito de que trata a Lei Complementar 101/2000, há que se observar que tanto o

Voto do Exmo. Sr. Ministro Relator quanto o Acórdão 825/2015-Plenário não deixam qualquer dúvida nesse sentido. Por unanimidade, o Plenário desta Corte de Contas entendeu que estão configuradas as operações de crédito e que as mesmas contrariam o disposto pelo art. 36 de referida lei complementar, conforme atestam os textos transcritos por intermédio do 'item 13' desta instrução.

18. Nessa esteira, frise-se que não há qualquer contradição no teor do item 9.13.5 do acórdão ora recorrido, tampouco pode o mesmo ser utilizado para alegar qualquer ausência de formação de convicção por parte desta Corte de Contas. Respectivo item restou assim positivado, in verbis:

'9.13. determinar à SecexFazenda que:

(...)

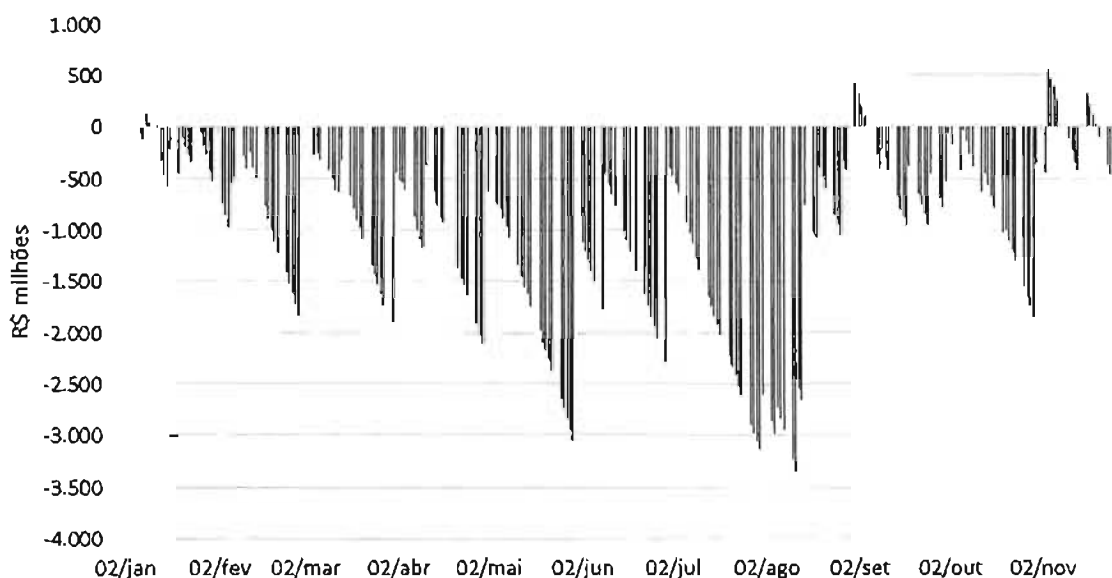
9.13.5. avalie se as cláusulas contratuais que contemplam a possibilidade de financiamento implícito à União, ao preverem a manutenção da prestação de serviços sem o respectivo repasse financeiro, por intermédio da Caixa Econômica Federal, são ou não ilegais perante o comando do art. 36 da Lei Complementar 101/2000;'

19. Como se vê, a determinação contida no transcrito 'item 9.13.5' é para que a citada unidade técnica verifique se respectivas cláusulas contratuais já representariam, por si, uma afronta à vedação contida no art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Frise-se, ainda, que o texto do 'item 9.13.5' reconhece que referidas cláusulas 'contemplam a possibilidade de financiamento implícito à União'.

20. Frise-se que a convicção de que os atos e fatos constatados nos presentes autos atentam contra o art. 36 da LRF não se construiu apenas em razão da existência de referidas cláusulas contratuais, mas, principalmente, em razão da utilização contínua, no âmbito dos respectivos contratos, de mecanismo de financiamento de banco estatal para honrar compromissos de responsabilidade da União, conforme demonstrado exaustivamente nos presentes autos.

21. Nesse sentido, apenas a título exemplificativo, apresenta-se o gráfico abaixo, construído a partir de informações (peça 91) obtidas pela equipe de auditoria quando da realização da respectiva inspeção. Referido gráfico mostra os saldos diários, de janeiro/2014 a novembro/2014, da conta de suprimento de fundos referente ao Seguro Desemprego.

Seguro Desemprego - Total - Saldos Diários - 2014



22. Como pode ser visto, em todos os dias compreendidos entre o dia 14/01/2014 e o dia 29/08/2014 o saldo da conta que registra os repasses de recursos e os pagamentos dos dispêndios relativos ao Seguro Desemprego permaneceu negativo, alcançando, no dia 12/08/2014, o montante de R\$ 3,34 bilhões.



23. Nesse sentido, frisando-se, de pronto, que a espécie 'embargos de declaração' não se presta à rediscussão de mérito, servindo tão-somente para o esclarecimento do decisum, vale observar que os dados trazidos pela embargante (peça 145) não seriam suficientes para alterar a convicção já manifestada por essa Corte de Contas, por intermédio do Acórdão ora recorrido, de que os atos e fatos constatados nos presentes autos se enquadram no conceito de operação de crédito.

24. Quanto ao envio dos presentes autos ao Ministério Público Federal (MPF), ressalte-se que, a teor do que estabelecem o art. 71, XI da Constituição da República, o art. 1º, inciso VIII, da Lei 8.443/1993 e o art. 1º, inciso XVI, do RITCU, compete ao Tribunal de Contas da União representar aos Poderes competentes sobre irregularidades apuradas, para que os mesmos instaurem os procedimentos que julgarem oportunos e convenientes.

25. Ainda nessa esteira, ressalte-se que o envio do inteiro teor dos autos ao MPF não se confunde com eventual remessa do Relatório, do Voto e do Acórdão ao Congresso Nacional, remessa esta que, se efetuada, teria como objetivo subsidiar análises e apreciações de propostas em tramitação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

26. Não há, portanto, qualquer contradição entre a decisão unânime prolatada por esta Corte de Contas de se cientificar o MPF e a manifestação exarada pelo Exmo. Sr. Ministro Relator, quando da sessão de julgamento, no sentido de se aguardar a análise das audiências das autoridades e ex-autoridades para, somente então, efetuar o envio de peças dos presentes autos ao Congresso Nacional.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submetem-se os presentes autos à consideração superior, propondo-se:

a) com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pela União, para, no mérito, negar-lhes provimento;

b) dar ciência da presente decisão à recorrente.”

“(…)”

II – DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELO BACEN

5. Na compreensão do embargante, tal pleito se justificaria pelo fato de 'haver contradição intrínseca sanável por meio dos presentes embargos, conforme o disposto no § 1º do art. 287 do RITCU'.

6. Para tanto, argumenta que, *in verbis*:

‘4. Diante desse quadro, a determinação de certas providências em termos conclusivos, inclusive retrospectivamente, veiculadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão nº 825/2015, contrapõe-se a ou, no mínimo, contradiz a determinação do seu item 9.10 no sentido de que sejam apresentadas eventuais justificativas para a não adoção daquelas mesmas providências.

5. Afinal, ou a egrégia Corte já firmou suas conclusões, antes mesmo de apreciar as justificativas técnicas e jurídicas que possam ser apresentadas, ou ainda as examinará antes de expedir determinações peremptórias quanto ao mérito do processo, com pleno respeito ao princípio do contraditório, como é próprio do TCU.’ (Grifou-se)

7. Continua com suas argumentações, informando que as determinações contidas nos itens 9.1.1 a 9.1.3 do Acórdão 825/2015-Plenário seriam incompatíveis com a audiência determinada por intermédio do item 9.10 de referida decisão, *in verbis*:

‘7. Com efeito, os itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 do acórdão embargado contêm determinações que levam o intérprete a concluir que já se teria chegado à convicção cabal quanto a supostas irregularidades na forma de apuração da DLSP e do resultado primário dos exercícios de 2013 e 2014, o que é incompatível com a oitiva de autoridades chamadas, cuja finalidade é prestar esclarecimentos sobre os atos praticados pelos órgãos ou entidades de que são ou foram titulares.’ (Grifou-se)

8. Isso porque, no seu entendimento, *in verbis*:

‘8. O item 9.10 da decisão tem por premissa a possibilidade de que se justifique a forma que vem sendo adotada para a apuração da DLSP e do resultado primário. Decerto, tal providência não

há de se constituir em mera formalidade, despontando, muito ao contrário, como oportunidade de contribuir efetivamente para com o processo decisório da Corte.' (Grifou-se)

9. Desse modo, conclui que, para que não haja contradição no Acórdão 825/2015, seria necessária, *in verbis*:

'10. (...) a supressão ou, quando menos, a suspensão das determinações estabelecidas nos itens 9.1.1 a 9.1.3 do acórdão embargado. Em último caso, impor-se-ia ao menos alguma modulação quanto às determinações, para que passem a ter eficácia estritamente prospectiva e cautelar, enquanto se consolida o entendimento da Corte sobre o mérito do processo, inclusive à luz das justificativas cujo oferecimento demandou das autoridades indicadas no item 9.10.'

DO MÉRITO

10. Não assiste razão ao embargante. Não há qualquer contradição, obscuridade ou omissão no texto do acórdão recorrido.

11. O Voto (peça 136) condutor do Acórdão 825/2015-Plenário, adotado por unanimidade pelo Pleno deste Tribunal, contempla, de forma clara, nos seus itens '36 a 50', as convicções desta Corte de Contas quanto a irregularidades na apuração da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e, conseqüentemente, do resultado primário dos exercícios de 2013 e 2014.

12. Nesse sentido, vale observar que as determinações exaradas pelos 'itens 9.1.1 a 9.1.3' do Acórdão 825/2015-Plenário, estão de acordo com as regras positivadas pelo art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250 do RITCU.

13. Quanto à determinação contida no 'item 9.10' do Acórdão 825/2015-Plenário para a realização de audiência das autoridades, frise-se que a mesma é compatível com as determinações exaradas por intermédio dos 'itens 9.1.1 a 9.1.3' e está em consonância com o disposto pelo art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1993, c/c art. 250, inciso IV, do RITCU. Transcreve-se, por oportuno, parte do Voto condutor do acórdão 825/2015-Plenário. *Verbis*:

'53. Por fim, considero que o Banco Central do Brasil, na condição de responsável pela apuração dos resultados fiscais para fins de cumprimento das metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao deixar à margem de suas estatísticas passivos da União que, de acordo com os seus próprios critérios, deveriam compor a Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, faltou com a diligência e transparência esperada no desempenho de suas atribuições.

(...)

55. Nesse sentido, o que se viu na inspeção realizada é que passivos relevantes, os quais, repita-se, atendem aos critérios adotados pela própria autarquia para compor a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), deixam de ser captados pelos resultados que apura, razão pela qual entendo que devam ser chamados em audiência os dirigentes do Bacen para se manifestarem acerca das falhas identificadas nestes autos.

56. De fato, ainda não compreendo como é que dezenas de bilhões de reais em passivos da União tornaram-se imperceptíveis ou indiferentes aos olhos do Banco Central, não obstante constarem devidamente registrados nos ativos das instituições credoras e terem sido rapidamente flagrados pelos auditores do TCU.

57. Afinal, se as dívidas que escaparam ao controle do Banco Central tivessem sido detectadas desde o seu surgimento, as irregularidades apontadas neste processo provavelmente não ganhariam grandes proporções nem se estenderiam por tanto tempo.

58. Observo que a responsabilidade da Autoridade Monetária de apurar os resultados fiscais da União é derivada das leis de diretrizes orçamentárias e fixada pelo próprio Governo Federal, mediante indicação do Presidente da República, que detém o poder hierárquico.' (Grifou-se)

14. Quanto à alegação de necessidade de contraditório para que o Tribunal possa se manifestar em relação às determinações e à realização das audiências, a mesma não merece prosperar. Ressalte-se que o acórdão recorrido não contempla qualquer sanção ou cerceamento de direito dos gestores. As respectivas audiências terão assegurados o contraditório e a ampla defesa, oportunidade em que poderão ser plenamente exercidos.

**PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo-se:

- a) com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Banco Central do Brasil, para, no mérito, negar-lhes provimento;*
- b) dar ciência da presente decisão ao recorrente."*

É o relatório.

VOTO

Basicamente, tanto os embargos de declaração da União quanto os do Banco Central do Brasil questionam o fato de já terem sido feitas determinações corretivas no Acórdão nº 825/2015-Plenário antes do exame das justificativas dos gestores chamados em audiência pela mesma deliberação. Além disso, a União também contesta o encaminhamento, que considera antecipado, de informações ao Ministério Público Federal.

2. Observo que as determinações deste Tribunal tiveram dois objetivos principais: a regularização da contabilidade fiscal no que tange especialmente ao cálculo dos resultados primários e a regularização dos saldos devedores do Governo Federal junto aos bancos oficiais.

3. A necessidade de regularização da contabilidade fiscal tem como princípio a constatação de que existem dívidas do Tesouro Nacional devidamente registradas nas demonstrações financeiras dos bancos oficiais e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mas não reconhecidas pelo Banco Central e, portanto, não computadas entre as obrigações do setor público, que impactam o resultado primário.

4. Por outro lado, a exigência de regularização dos saldos devedores decorre da proibição expressa de operações de crédito entre a União e os bancos estatais controlados, conforme o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

5. As determinações do Acórdão nº 825/2015-Plenário com vistas à regularização contábil foram dirigidas ao Banco Central, que tem a incumbência conferida pelo Chefe do Poder Executivo de apurar as dívidas líquidas do setor público e os consequentes resultados primários.

6. A conclusão da equipe de fiscalização do Tribunal, reforçada pelo entendimento deste Relator no voto que fundamenta a referida deliberação, no sentido de que as dívidas do Tesouro Nacional com a Caixa Econômica Federal (Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial), Banco do Brasil (equalização de juros do financiamento agrícola e outros), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento) e FGTS (Programa Minha Casa Minha Vida e outros) devem compor a conta do resultado primário advém da fórmula simples e objetiva indicada pelo próprio Banco Central, que segue duas condições apenas:

a) as dívidas devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras;

b) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro.

7. Em todas as situações em relação às quais o TCU determinou ao Banco Central o reconhecimento das dívidas, os dois critérios acima listados são claramente atendidos, pois tais obrigações do Tesouro, sem exceção, estão lançadas nos ativos dos bancos oficiais e do FGTS e têm instituições do sistema financeiro como credoras ou intermediárias.

8. Não obstante, o Banco Central só passou a admitir como integrantes da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) os passivos do Tesouro perante a Caixa Econômica Federal, que vieram a ser regularizados contabilmente a partir do segundo semestre de 2014. Mesmo após ter sido instado pela

equipe de fiscalização deste Tribunal, a Autoridade Monetária continuou a desconsiderar os passivos junto ao Banco do Brasil, BNDES e FGTS como dívida a ser incluída nos resultados primários.

9. Cumpre sublinhar que o Banco Central manifestou-se por várias vezes sobre as questões colocadas durante a inspeção do TCU, como mostram os Ofícios 971/2014-BCB/Depec, de 17/10/2014, do Departamento Econômico; 379/2014-BCB/Desup, de 2/10/2014, do Departamento de Supervisão Bancária; 15722/2014-BCB/PGBC, de 2/10/2014, da Procuradoria-Geral; e 911/2014-BCB-Depec, de 2/10/2014, do Departamento Econômico.

10. Por meio desses comunicados, o Banco Central teve ampla oportunidade e liberdade para fazer os esclarecimentos que julgasse pertinentes e, realmente, assim o fez, visto que trouxe aos autos os seus posicionamentos, acompanhados de extensa documentação constituída de notas técnicas e pareceres jurídicos, tudo juntado às peças 92, 93, 106, 107 e 108 do processo.

11. O vasto material foi ponderado e examinado pela equipe de fiscalização, como comprovam os seguintes excertos ilustrativos do relatório produzido:

a) passivo do Tesouro junto ao Banco do Brasil:

“110. Foi solicitado (peça 45, fl. 3) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivessem registrados os passivos da União junto ao BB e as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referidos passivos no rol de obrigações da União na DLSP.

111. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou (...).

(...)

113. Quanto ao passivo referente ao item ‘Tesouro Nacional – equalização de taxas – safra agrícola’ o Bacen informou (peça 93, fl. 4) que o mesmo não está inserido no cálculo da DLSP. Informou também que a conta Cosif utilizada pela instituição financeira para o registro de referidos direitos não está nos grupamentos contábeis abrangidos pela apuração fiscal.

114. Para justificar o não registro de referido passivo, o Departamento Econômico do Bacen informa que a apuração fiscal considera o critério de caixa para o resultado fiscal primário e que o impacto das despesas de equalização de taxas sobre a DLSP e o resultado fiscal ocorre, regra geral, por ocasião de seu efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional, ocasionando queda de disponibilidade (Conta Única) ou aumento de endividamento (no caso de pagamento com títulos públicos).

115. O argumento apresentado pelo Bacen, ao que parece, reforça o entendimento de que referido passivo deve ser registrado nas estatísticas da DLSP, pelos motivos expostos a seguir.

(...)

121. Quanto ao passivo referente ao item ‘Título e créditos a receber – Tesouro Nacional’ o Bacen informou (peça 45, fl. 4) que o mesmo também não está inserido no cálculo a DLSP. As razões para a não inclusão seriam as seguintes (...).

122. A equipe de auditoria entende, entretanto, que os montantes registrados em referido item das demonstrações financeiras devem ser registrados como um passivo no rol das obrigações da União na DLSP pelas mesmas razões citadas acima para o registro da equalização da safra agrícola, quais sejam: (i) existe o financiamento concedido pelo BB à União; (ii) os montantes já são devidos pela União ao BB; e (iii) os valores estão registrados no ativo da instituição financeira.”

b) passivo do Tesouro junto ao BNDES:

“129. A análise das demonstrações financeiras publicadas (peça 85, fls. 4 e 53) pelo BNDES também permitiu identificar a existência de haver da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) junto à União registrado no ativo de referida agência. (...)

130. Foi solicitado (peça 45) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivesse registrado referido passivo da União junto ao BNDES, bem como as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referido passivo no rol de obrigações da União na DLSP.

131. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93, fl. 7), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que referido passivo não é computado nos quadros estatísticos relativos à composição da DLSP, divulgados pelo Bacen.

132. Quanto às razões para o não registro, o Bacen informou (peça 93, fl. 7) que a FINAME é empresa pública federal constituída sob a forma de sociedade anônima, não sendo enquadrada como instituição financeira sujeita às disposições regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. Seus balancetes mensais não seguem a abertura das rubricas contábeis previstas no Cosife não são enviados ao Banco Central.

133. No entanto, vale ressaltar o contido nas Demonstrações Financeiras de 2013 publicadas pela FINAME (peça 87, fl. 13), *in verbis*:

'Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976), normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN e, subsidiariamente, as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo de aprovação.' (Grifou-se)

134. A equipe de auditoria entende que as informações prestadas pela própria FINAME, transcritas acima, já seriam suficientes para se desconsiderar as razões apresentadas pelo Departamento Econômico do Bacen para o não registro do passivo da União junto ao FINAME. No entanto, ainda existem outros motivos para que se efetue referido registro. (...)"

c) passivos do Tesouro junto ao FGTS:

"149. Foi solicitado (peça 45) ao Departamento Econômico do Bacen que informasse à equipe de auditoria o item da DLSP no qual porventura estivessem registrados os passivos da União junto ao FGTS e as razões de ordem metodológica para a inserção ou, se for o caso, para a não inserção de referidos passivos no rol de obrigações da União na DLSP.

150. Por intermédio do Ofício 971/2014-BCB/Depec (peça 93), de 17 de outubro de 2014, o Bacen informou que os passivos da União junto ao FGTS não estão inseridos em nenhum item da DLSP.

151. Quanto às razões para o não registro, o Bacen informou que o FGTS é um fundo cujos recursos pertencem aos trabalhadores, que nele mantém contas nominalmente identificadas. Além disso, informou que o Bacen não tem atribuição fiscalizatória sobre o Fundo e sobre seus balanços/balancetes contábeis, os quais estão subordinados às disposições do Cosif.

152. A equipe de auditoria, no entanto, entende que os passivos listados acima devem ser registrados no rol de obrigações da União na DLSP, porquanto atendem perfeitamente os critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha', os quais, por oportuno, vale reprimir, quais sejam:

(i) as obrigações devem, em princípio, estar registradas no ativo das instituições credoras ou registradas no passivo das instituições devedoras; e

(ii) as obrigações e os haveres devem ter se originado de operações que tenham sido intermediadas ou sancionadas por instituições do sistema financeiro ou que tenham transitado ou envolveram instituições do sistema financeiro. (...)"

12. Está demonstrado, portanto, que foi construído um palco de discussões entre o TCU e o Banco Central, com apontamentos de um lado e contraditório do outro, suficiente para que a equipe de fiscalização, este Relator e o Plenário formassem sua convicção acerca de haver erro na falta de contabilização de determinados passivos do Tesouro na composição da Dívida Líquida do Setor Público e, por reflexo, nos resultados primários, bem como da necessidade de imediata regularização, conforme decidido pelo Acórdão nº 825/2015-Plenário.

13. Nesse quadro, esperar o resultado das audiências dos gestores do Banco Central para que as providências já clarificadas fossem enfim tomadas seria ato contraproducente, negligente e contrário à razoável duração do processo.

14. Evidentemente que os gestores não estão prejudgados, pois poderão se isentar de responsabilidade, caso afastem sua participação ou culpa ou mesmo se apresentarem justificativas passíveis de aceitação para os procedimentos tidos como irregulares.

15. Quanto às determinações para regularização dos saldos devedores, que abrangem os passivos do Tesouro na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no BNDES, como dito anteriormente, derivam da vedação de operações de crédito dessas instituições financeiras oficiais com a União, que as controla, nos termos prescritos pela LRF. Anoto que o FGTS está fora do problema por não ser organização estatal.

16. Para essa questão, o Tribunal também pôde alcançar um juízo capaz de demandar o saneamento das dívidas, depois de analisar as informações prestadas pelo Banco Central e pelas instituições financeiras e concluir pela inadequação da prática vigente.

17. Vejo que, nos embargos de declaração, a União revela sua irresignação com o enquadramento das dívidas do Tesouro como operações de crédito, sobretudo previamente à audiência dos responsáveis.

18. É certo que nem toda dívida relaciona-se a uma operação de crédito. Contudo, as dívidas do Tesouro com os bancos oficiais, destacadas na fiscalização do Tribunal, possuem todas as características de empréstimo, como a permanência por longo prazo e a incidência de encargos. Afinal, representam a assunção, pelos bancos, de compromissos de terceiro (a União), quando eles deveriam, em vez de custear a despesa pública, canalizar seus recursos para transações com o setor privado normalmente previstas nas suas carteiras de negócios, que lhes renderiam juros. Ou seja, os bancos estão tendo que cortar parte das suas disponibilidades para empréstimos tradicionais, a fim de poder emprestar para o Tesouro.

19. A situação assemelha-se muito com a figura do “adiantamento a depositantes”, quando o correntista estoura seu saldo de depósitos e o banco acaba arcando com o gasto em excesso, para futura cobrança.

20. Seja por contrato de prestação de serviços, seja por força de normas, os pagamentos de despesas da União por meio de bancos deveriam ocorrer mediante o depósito oportuno dos valores na conta específica, tal como um correntista.

21. Quando o Tesouro atrasa o depósito, os bancos oficiais têm lhe adiantado os pagamentos ou permanecido com as diferenças, nos casos de equalização de juros.

22. É o próprio Banco Central que define o “adiantamento a depositantes” como operação de crédito, como se pode verificar na sua Circular 1273/1987, que instituiu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, cujo Capítulo “Normas Básicas – I”, Seção Operações de Crédito – 6”, assim diz da “1 Classificação das Operações de Crédito”:

“2 – As operações de crédito distribuem-se segundo as seguintes modalidades:

a) *empréstimos* – são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes; (...)”.

23. Não me parece duvidoso, por conseguinte, considerar as dívidas do Tesouro junto aos bancos oficiais como operações de crédito.

24. Devo discordar também da tese de que tais dívidas consistem apenas em fluxos de caixa, como se houvesse inversão contínua de saldos positivos e negativos.

25. Trago como exemplo o que ocorre com o BNDES na equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento. Em um ano, entre junho de 2013 e junho de 2014, a dívida do Tesouro passou de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 14,1 bilhões. O Tesouro reconhece que, em junho de 2014, com o acréscimo de encargos, já devia efetivamente R\$ 19,6 bilhões. É impossível encarar valores dessa magnitude, em ritmo crescente, como resultado de mero fluxo de caixa entre o banco e o Tesouro. A



União não paga por falta de recursos. Verdadeiramente, trata-se de um empréstimo à beira do descontrole.

26. Todavia, é preciso ressaltar, de fato, que não seria razoável classificar como operações de crédito meros atrasos de curtíssimo prazo no repasse de recursos do Tesouro, previstos e com condições estipuladas contratualmente, como no caso dos programas sociais pagos por intermédio da Caixa Econômica Federal.

27. Sendo assim, a existência, perante a Caixa, de saldos negativos em dias isolados, desde cerca de quinze anos atrás, como constam dos quadros juntados pela Advocacia-Geral da União nas peças complementares aos embargos (145 e 155), é pouco reveladora. A constância do endividamento para muito além do tempo certo de pagamento é que se distancia da responsabilidade fiscal.

28. Mas não se tem como afastar que, de acordo com os dados levantados pelo relatório de fiscalização, há hoje boa evidenciação da existência de operações de crédito informais e, para remediar o estado atual de descumprimento da LRF, são inevitáveis as determinações feitas desde logo pelo Acórdão nº 825/2015-Plenário, independentemente das audiências promovidas.

29. Lembro que os gestores deverão responder por outros pontos, explicitados no Acórdão nº 825/2015-Plenário, além da falta de inscrição de valores na Dívida Líquida do Setor Público e da realização de operações de crédito entre o Tesouro e as instituições financeiras oficiais.

30. Por último, sobre o encaminhamento de informações e de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, cumpre dizer que, além das consequências previstas na Lei Orgânica do TCU, a LRF estabelece, no art. 73, que *“As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.”*

31. É preciso destacar que, em nenhuma passagem do relatório, voto e deliberação que compõem o Acórdão nº 825/2015-Plenário houve configuração de “crime” ou “responsabilidade penal”, nem outra imputação de natureza cível ou administrativa, conjecturadas pela LRF, até porque não cabe ao TCU avaliar esses aspectos.

32. No entanto, é dever do Relator e do Tribunal dar conhecimento imediato de eventuais deslizos aos órgãos competentes para investigá-los, como dispõem, por exemplo, o art. 71, inciso XI, da Constituição Federal e o art. 40 do Decreto-lei nº 3.689/1941.

33. Nessa direção já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1360534/RS):

“(…)”

3. *A remessa de peças necessárias à aferição de eventual delito ao Ministério Público (...) é obrigação do magistrado (...), por se tratar de ato de ofício, imposto pela lei. (...)”*

34. O STJ também ressalta que, *“na linha de jurisprudência desta Corte, ‘não tem conteúdo decisório o despacho que remete cópias ao Ministério Público para a apuração (...)’*” (AgRg no AREsp 555142/RJ).

35. Desse modo, não tendo havido declaração do TCU acerca da existência de ilícitos que não lhe compete apurar, mas simples cientificação ao Ministério Público Federal quanto à matéria fiscalizada, para possível adoção de providências de sua alçada, não há motivo para o protesto apresentado pela União. Obviamente que, se não está no poder do TCU resolver sobre determinadas espécies de ilicitudes, não há sentido em se aguardar o desfecho do processo administrativo, que tem outra finalidade, para só então fazer as comunicações aos órgãos interessados.

36. Enfim, ambos os embargos de declaração opostos neste momento ao Acórdão nº 825/2015-Plenário devem ser rejeitados.

Diante do exposto, acolho o parecer da SecexFazenda e voto por que o Tribunal adote o acórdão que submeto ao Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de abril de 2015.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

ACÓRDÃO Nº 992/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-021.643/2014-8
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração
3. Embargantes: União (representada pela sua Advocacia-Geral) e Banco Central do Brasil (representado pela sua Procuradoria-Geral)
4. Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco Central do Brasil (Bacen), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério das Cidades e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
- 5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SecexFazenda
8. Advogados constituídos nos autos: Rafaelo Abritta (Advogado da União – Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais), Issac Sidney Menezes Ferreira (Procurador-Geral do Banco Central do Brasil) e outros

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que nesta fase se examinam embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 825/2015-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei nº 8.443/92, em:

- 9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e
- 9.2. notificar os embargantes.

10. Ata nº 15/2015 – Plenário.
11. Data da Sessão: 29/4/2015 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0992-15/15-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
 - 13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
 - 13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Presidente



TC 021.643/2014-8

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral



Demonstrações Contábeis

1º Trimestre 2015



BANCO DO BRASIL

ÍNDICE

Índice	1
Demonstrações Contábeis	3
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10
Notas Explicativas	11
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	11
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	11
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	19
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	27
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	30
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	31
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	42
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43
11 - OUTROS CRÉDITOS	49
12 - CARTEIRA DE CÂMBIO	50
13 - OUTROS VALORES E BENS	51
14 - INVESTIMENTOS	52
15 - IMOBILIZADO DE USO	55
16 - INTANGÍVEL	55
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	57
18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	61
19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	63
20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	65
21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	70
22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	73
23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	75
24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76
25 - TRIBUTOS	83



26 - PARTES RELACIONADAS.....	86
27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	89
28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	100
29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	105
30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	118
31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	118
<hr/>	
Relatório dos Auditores Independentes	122
Membros da Administração	125

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
ATIVO CIRCULANTE		864.743.111	845.371.438	782.273.470
Disponibilidades	(Nota 6)	16.536.604	13.786.585	10.993.277
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	350.478.621	301.620.235	289.120.466
Aplicações no mercado aberto		310.432.734	264.237.748	248.574.771
Aplicações em depósitos interfinanceiros		40.045.887	37.382.487	40.545.695
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	137.061.529	134.593.926	109.804.085
Carteira Própria		128.757.669	126.674.173	92.852.027
Vinculados a compromissos de recompra		3.321.818	4.998.373	11.686.592
Vinculados ao Banco Central		--	--	15
Vinculados à prestação de garantias		2.674.833	1.627.105	4.386.029
Instrumentos financeiros derivativos		2.307.409	1.302.657	879.422
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	(8.382)	--
Relações Interfinanceiras		64.065.103	66.923.660	97.426.322
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(Nota 9.a)	3.719.278	10.428	6.445.174
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	59.127.484	65.634.181	90.023.440
Depósitos no Banco Central		56.633.525	63.251.839	87.795.506
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		130.130	78.861	54.619
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.363.829	2.303.481	2.173.315
Repasse Interfinanceiros		13.254	10.883	54.120
Correspondentes		1.205.087	1.268.168	903.586
Relações Interdependências		198.501	593.631	236.293
Transferências internas de recursos		198.501	593.631	236.293
Operações de Crédito	(Nota 10)	155.794.604	199.159.425	146.131.122
Setor público		2.480.784	2.260.346	2.119.263
Setor privado		162.978.224	206.057.526	152.900.752
Operações de crédito vinculadas à cessão		--	469	49
(Provisão para operações de crédito)		(9.664.404)	(9.158.916)	(8.888.942)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	440.393	474.943	606.589
Setor público		--	--	232
Setor privado		469.354	507.749	649.648
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(28.961)	(32.806)	(43.291)
Outros Créditos		137.177.733	125.529.228	125.299.226
Créditos por avais e fianças honrados		522.197	539.570	424.507
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	21.189.348	18.362.653	18.091.883
Rendas a receber		2.965.099	3.800.572	2.065.440
Negociação e intermediação de valores		383.048	861.083	275.623
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	4.491.072	4.104.489	3.822.007
Diversos	(Nota 11.b)	109.357.498	99.851.614	102.151.907
(Provisão para outros créditos)		(1.730.529)	(1.990.753)	(1.532.141)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	2.992.023	2.689.805	2.656.090
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		662.827	618.273	657.233
(Provisão para desvalorizações)		(147.038)	(147.365)	(160.920)
Despesas antecipadas		2.476.234	2.218.897	2.159.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ATIVO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE		658.922.593	592.114.074	587.691.831
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		637.067.909	569.846.879	563.496.967
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	1.179.555	2.616.369	3.210.454
Aplicações no mercado aberto		220.041	251.925	280.730
Aplicações em depósitos interfinanceiros		959.514	2.364.444	2.929.724
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	98.937.663	88.049.531	86.646.435
Carteira Própria		69.839.231	58.910.715	47.431.067
Vinculados a compromissos de recompra		13.969.648	15.414.310	34.283.360
Vinculados à prestação de garantias		13.729.856	12.857.630	4.235.223
Instrumentos financeiros derivativos		1.447.081	898.809	731.380
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(48.153)	(31.933)	(34.595)
Relações Interfinanceiras		420.811	325.356	203.662
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	138.521	50.649	3.424
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		138.521	50.649	3.424
Repasse interfinanceiros		282.290	274.707	200.238
Operações de Crédito	(Nota 10)	474.735.414	419.339.736	422.434.095
Setor público		64.511.931	58.015.534	49.978.078
Setor privado		427.977.586	377.949.159	386.442.118
Operações de crédito vinculadas à cessão		308.873	320.782	197.948
(Provisão para operações de crédito)		(18.060.976)	(16.945.739)	(14.184.049)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	571.769	549.153	516.848
Setor privado		584.799	563.081	529.878
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(13.030)	(13.928)	(13.030)
Outros Créditos		60.463.874	57.578.124	49.279.061
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	6.441	5.246	803
Rendas a receber		43.025	64.515	38.115
Negociação e intermediação de valores		1.032.569	431.573	1.009.983
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.591.775	1.550.087	1.432.527
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	898.633	905.696	18.318
Diversos	(Nota 11.b)	57.365.946	54.933.964	47.077.199
(Provisão para outros créditos)		(474.515)	(312.957)	(297.884)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	758.823	1.388.610	1.206.412
Despesas antecipadas		758.823	1.388.610	1.206.412
PERMANENTE		21.854.684	22.267.195	24.194.864
Investimentos		3.584.912	3.419.631	3.382.198
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	1.807.311	1.787.548	1.537.138
No país		1.138.384	1.181.056	1.325.787
No exterior		668.927	586.492	211.351
Outros investimentos	(Nota 14.b)	1.873.349	1.745.575	1.961.984
(Imparidade acumulada)		(95.748)	(93.492)	(116.924)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	7.504.117	7.556.737	7.289.846
Imóveis de uso		6.476.557	6.370.075	6.287.653
Outras imobilizações de uso		9.915.844	9.884.596	8.952.397
(Depreciação acumulada)		(8.888.284)	(8.677.934)	(7.950.204)
Intangível	(Nota 16)	10.728.629	11.249.232	13.471.182
Ativos intangíveis		17.826.391	18.432.244	20.211.748
(Amortização acumulada)		(7.097.762)	(7.183.012)	(6.740.566)
Diferido		37.026	41.595	51.638
Gastos de organização e expansão		1.630.006	1.673.307	1.693.618
(Amortização acumulada)		(1.592.980)	(1.631.712)	(1.641.980)
TOTAL DO ATIVO		1.523.665.704	1.437.485.512	1.369.965.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
PASSIVO CIRCULANTE		985.591.737	931.769.187	862.881.171
Depósitos	(Nota 17.a)	404.794.428	401.177.785	390.176.976
Depósitos à vista		73.712.090	74.210.189	72.053.536
Depósitos de poupança		144.089.086	148.698.890	144.111.158
Depósitos interfinanceiros		30.315.027	25.154.397	24.520.445
Depósitos a prazo		156.678.225	153.114.309	149.491.837
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	323.545.788	292.361.623	269.617.806
Carteira Própria		50.688.796	61.110.895	49.113.913
Carteira de terceiros		272.513.451	231.250.728	220.177.406
Carteira de livre movimentação		343.541	--	326.487
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	59.129.505	51.246.818	29.256.448
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		41.377.302	38.260.204	15.481.720
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.732.102	12.968.090	13.772.316
Certificados de operações estruturadas		20.101	18.524	2.412
Relações Interfinanceiras		2.774.586	31.463	4.791.811
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 9.a)	2.753.768	16	4.766.112
Correspondentes		20.818	31.447	25.699
Relações Interdependências		4.206.078	5.290.841	2.664.445
Recursos em trânsito de terceiros		4.197.215	5.288.673	2.660.733
Transferências internas de recursos		8.863	2.168	3.712
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	20.781.182	17.398.060	15.347.323
Empréstimos no país - outras instituições		1.965	1.909	291.555
Empréstimos no exterior		20.779.217	17.396.151	15.055.768
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	35.913.833	34.415.072	34.796.562
Tesouro Nacional		43.782	50.670	55.082
BNDES		14.701.923	15.065.291	12.748.405
Caixa Econômica Federal		14.232.878	12.359.686	6.028.218
Finame		6.217.881	6.075.536	5.298.259
Outras instituições		717.169	863.889	10.668.598
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	95	95	96
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	3.932.353	2.420.029	2.760.903
Outras Obrigações		130.514.089	127.427.401	113.468.801
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		4.508.918	437.888	6.036.618
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	14.951.169	17.991.924	13.257.743
Sociais e estatutárias		2.159.810	2.356.593	718.028
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	22.183.419	20.370.981	17.472.698
Negociação e intermediação de valores		729.068	756.060	443.888
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	27.100.038	24.494.597	20.714.916
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	7.960.086	6.629.365	5.074.911
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	1.528.623	4.110.613	5.539.654
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	951.323	368.614	540.273
Diversas	(Nota 20.e)	48.441.635	49.910.566	43.670.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		454.475.928	425.103.131	433.567.001
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		454.042.120	424.663.164	433.145.401
Depósitos	(Nota 17.a)	63.211.567	67.183.984	92.059.855
Depósitos interfinanceiros		7.238.978	5.814.349	2.926.489
Depósitos a prazo		55.972.589	61.369.635	89.133.366
Captações no Mercado Aberto		15.360.941	13.683.952	12.935.512
Carteira Própria		3.814.747	3.254.679	3.131.423
Carteira de terceiros		11.546.194	10.423.741	9.804.089
Carteira de livre movimentação		—	5.532	—
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		124.199.078	107.787.719	111.636.814
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		107.153.784	88.902.537	90.632.525
Recursos de debêntures		99	59	782.824
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.041.071	18.885.123	20.221.465
Certificados de operações estruturadas		4.124	—	—
Obrigações por Empréstimos		8.375.751	6.598.377	3.614.641
Empréstimos no país - outras instituições		1.870.492	1.751.978	1.890
Empréstimos no exterior		6.505.259	4.846.399	3.612.751
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		56.701.150	56.634.949	56.535.157
Tesouro Nacional		300.938	289.228	405.701
BNDES		28.545.251	29.216.507	31.064.832
Finame		27.854.961	27.129.214	25.064.624
Obrigações por Repasses do Exterior		382	382	19.439
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.699.784	1.023.130	1.163.223
Outras Obrigações		184.493.467	171.750.671	155.180.760
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	2.834.812	3.715.002	6.319.541
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	2.636.402	2.412.810	6.689.343
Negociação e intermediação de valores		211.472	74.383	884.262
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	81.881.664	77.725.415	60.905.318
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	4.304.693	4.211.033	2.658.100
Operações especiais		2.158	2.153	2.137
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	51.280.777	48.205.228	47.335.899
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	5.317.400	4.496.926	11.827.023
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	25.001.325	21.467.670	8.230.389
Diversas	(Nota 20.e)	11.022.764	9.440.051	10.330.748
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		433.808	439.967	421.600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.598.039	80.613.194	73.517.129
Capital		54.000.000	54.000.000	54.000.000
De domiciliados no país		42.971.511	42.957.421	43.637.060
De domiciliados no exterior		11.028.489	11.042.579	10.362.940
Instrumento Elegível ao Capital Principal		8.100.000	8.100.000	—
Reservas de Capital		13.992	10.773	10.371
Reservas de Reavaliação		2.788	2.805	4.544
Reservas de Lucros		25.393.416	26.625.511	19.647.295
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(10.174.852)	(9.597.840)	(3.087.717)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		4.623.836	—	1.898.435
(Ações em Tesouraria)		(1.629.765)	(1.621.507)	(1.439.065)
Participação dos Não Controladores		3.268.624	3.093.452	2.483.266
TOTAL DO PASSIVO		1.523.665.704	1.437.485.512	1.369.965.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		50.422.332	32.015.996
Operações de crédito	(Nota 10.b)	29.321.943	20.087.077
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	267.455	346.793
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	16.973.308	8.826.752
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	903.370	(93.247)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	423.996	425.580
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.c)	1.190.489	1.419.714
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		129.794	219.917
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.221.977	784.410
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(45.569.488)	(24.112.172)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(23.556.530)	(17.856.248)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(15.076.205)	(944.319)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	(213.723)	(307.826)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(20.943)	(47.345)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	(753.155)	(548.967)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e 10.g)	(5.948.932)	(4.407.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.852.844	7.903.824
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.650.659)	(3.170.546)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	4.654.219	4.189.238
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	1.655.246	1.551.517
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(5.189.429)	(4.675.903)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(4.121.968)	(4.337.796)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.845.558)	(1.009.003)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	1.707.803	(518.220)
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.153.478	1.002.340
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	3.139.826	4.023.724
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(3.804.280)	(3.396.443)
RESULTADO OPERACIONAL		2.202.185	4.733.278
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 23)	5.770.561	97.780
Receitas não operacionais		5.844.393	131.323
Despesas não operacionais		(73.832)	(33.543)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		7.972.746	4.831.058
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 25.a)	(984.183)	(1.437.011)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(765.309)	(394.331)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(404.904)	(322.118)
LUCRO LÍQUIDO		5.818.350	2.677.598
LUCRO POR AÇÃO	(Nota 24.f)		
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.796.086.165	2.804.687.501
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,07	0,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

E V E N T O S		Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participações dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	—	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(168.860)	(1.324.407)	—	2.698.498	72.224.795
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		—	—	—	—	—	—	35.640	8.692	—	—	—	44.332
Transações com pagamento baseado em opções		—	—	4.348	—	—	—	—	—	2.845	—	—	7.193
Programa de recompra de ações		—	—	—	—	—	—	—	—	(117.503)	—	—	(117.603)
Dividendos/JCP prescritos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.889	—	5.889
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas (Nota 24.c)		—	—	—	(20)	—	—	—	—	—	20	—	—
Variação de participação dos não controladores		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(215.232)	(215.232)
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.677.598	—	2.677.598
Resultado não realizado (Nota 24.f)		—	—	—	—	—	(97.260)	—	—	—	97.260	—	—
Destinações: - Dividendos (Nota 24.g)		—	—	—	—	—	(227.611)	—	—	—	—	—	(227.611)
- Juros sobre o capital próprio (Nota 24.g)		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(882.332)	—	(882.332)
Saldos em 31.03.2014		54.000.000	—	10.371	4.544	4.902.575	14.744.720	(2.929.549)	(158.168)	(1.430.065)	1.898.435	2.483.266	73.517.129
Mutações do período		—	—	4.348	(20)	—	(324.871)	35.640	8.692	(114.658)	1.898.435	(215.232)	1.292.334
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.605	5.468.217	21.157.293	(9.437.805)	(160.036)	(1.621.507)	—	3.093.452	80.613.194
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		—	—	—	—	—	—	(585.180)	8.168	—	—	—	(577.012)
Transações com pagamento baseado em ações		—	—	3.219	—	—	—	—	—	4.464	—	—	7.673
Programa de recompra de ações		—	—	—	—	—	—	—	—	(12.712)	—	—	(12.712)
Dividendos/JCP prescritos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.037	—	2.037
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas (Nota 24.c)		—	—	—	(17)	—	—	—	—	—	17	—	—
Variação de participação dos não controladores		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	175.172	175.172
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.618.350	—	5.618.350
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 24.c)		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(113.069)	—	(113.069)
Resultado não realizado (Nota 24.f)		—	—	—	—	—	29.365	—	—	—	(29.365)	—	—
Destinações: - Dividendos (Nota 24.g)		—	—	—	—	—	(1.261.460)	—	—	—	—	—	(1.261.460)
- Juros sobre o capital próprio (Nota 24.g)		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.054.134)	—	(1.054.134)
Saldos em 31.03.2015		54.000.000	8.100.000	13.992	2.788	5.468.217	19.925.199	(10.022.985)	(151.867)	(1.629.765)	4.623.836	3.268.624	83.598.039
Mutações do período		—	—	3.219	(17)	—	(1.232.095)	(585.180)	8.168	(8.268)	4.623.836	175.172	2.984.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		7.972.746	4.831.058
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.368.015	12.166.161
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Notas 10.f e 10.g)	5.948.932	4.407.467
Depreciações e amortizações	(Nota 22.d)	1.046.969	1.329.366
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Nota 15 e 16)	(2.317)	(25)
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	(1.707.803)	518.220
Lucro na alienação de valores e bens	(Nota 23)	(1.621)	(9.484)
Lucro na alienação de investimentos	(Nota 23)	(1.356)	(1.147)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 23)	(5.752.024)	4.984
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 14.a)	1.694.347	(478.290)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 23)	(198)	(3.448)
Amortização de ágio em investimentos	(Notas 14.c e 22.d)	68.131	53.192
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 28.a)	1.264.228	472.621
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	7.724.230	5.063.393
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 27)	(505.742)	(580.398)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(7.896.461)	1.717.025
Resultado dos não controladores		(404.904)	(322.118)
Outros ajustes		(106.396)	4.803
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		9.340.761	16.997.219
Variações Patrimoniais		(417.160)	(18.673.190)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(33.119.081)	(62.702.922)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(2.842.385)	2.005.372
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(1.799.722)	(3.400.270)
Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.618.314	2.950.590
Aumento em operações de crédito		(17.936.801)	(12.696.341)
Redução em operações de arrendamento mercantil		2.911	156.930
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(9.431.263)	2.203.271
Redução em outros valores e bens		329.388	18.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.472.364)	(1.114.462)
Redução em depósitos		(355.774)	(8.776.177)
Aumento em captações no mercado aberto		32.861.154	43.088.740
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		24.294.046	17.840.170
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		6.725.258	5.868.565
Redução em outras obrigações		(1.284.682)	(4.102.719)
Redução em resultados de exercícios futuros		(6.159)	(12.855)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		8.923.601	(1.675.971)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(5.371.064)	3.843.788
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(74.322)	(87.355)
Aquisição de imobilizado de uso		(233.458)	(284.978)
(Aquisição) Alienação de investimentos		(254.373)	57.031
Aquisição de intangíveis/diferidos		(233.402)	(2.453.356)
Recursos onudos de parceria no setor de cartões	(Nota 2.c)	2.314.674	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.851.945)	1.075.130
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Variação da participação dos acionistas não controladores		175.172	(215.232)
Aumento em obrigações por dívida subordinada		875.031	1.856.427
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		4.755.168	(305.827)
Aquisição de ações em tesouraria		(8.258)	(114.658)
Dividendos pagos		(251.260)	(365.181)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.261.460)	(882.332)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.084.393	(26.803)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		9.156.049	(627.644)
Início do período		85.328.572	71.797.486
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		7.896.461	(1.717.025)
Fim do período		82.381.082	69.452.817
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.156.049	(627.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		1º Trimestre/2015		1º Trimestre/2014	
Receitas		56.834.174		34.856.717	
Receitas de intermediação financeira		50.422.332		32.015.996	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		6.309.465		5.740.755	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.948.932)		(4.407.467)	
Ganhos de capital	(Nota 23)	5.791.686		—	
Outras receitas/despesas		259.623		1.507.433	
Despesas da Intermediação Financeira		(39.620.558)		(19.704.705)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.452.747)		(2.471.459)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 22.d)	(155.985)		(128.196)	
Serviços de terceiros	(Nota 22.d)	(411.215)		(488.294)	
Comunicações	(Nota 22.d)	(360.069)		(371.984)	
Processamento de dados	(Nota 22.d)	(213.841)		(218.266)	
Transporte	(Nota 22.d)	(309.296)		(332.766)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 22.d)	(256.717)		(213.333)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 22.d)	(196.358)		(186.634)	
Propaganda e publicidade	(Nota 22.d)	(80.342)		(110.951)	
Outras		(468.924)		(421.035)	
Valor Adicionado Bruto		14.780.871		12.680.553	
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 22.d)	(1.115.099)		(1.382.558)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		13.645.772		11.297.995	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		1.707.803		(518.220)	
Resultado de participações em coligadas/controladas		1.707.803		(518.220)	
Valor Adicionado a Distribuir		15.353.575	100,00%	10.779.775	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		15.353.575	100,00%	10.779.775	100,00%
Pessoal		5.306.743	34,56%	4.427.821	41,08%
Salários e honorários		3.294.702		2.896.889	
Participação de empregados e administradores no lucro		765.309		394.331	
Benefícios e treinamentos		693.884		633.941	
FGTS		181.944		175.487	
Outros encargos		370.904		327.173	
Impostos, Taxas e Contribuições		3.477.735	22,65%	3.044.128	28,24%
Federais		3.134.684		2.757.339	
Estaduais		175		117	
Municipais		342.876		286.672	
Remuneração de Capitais de Terceiros		345.842	2,25%	308.110	2,86%
Aluguéis	(Nota 22.d)	345.842		308.110	
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 24.g)	6.223.255	40,54%	2.999.716	27,83%
Juros sobre capital próprio da União		610.317		514.167	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		443.818		368.165	
Dividendos da União		730.354		132.637	
Dividendos de outros acionistas		531.106		94.974	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		113.069		—	
Lucro retido		3.389.687		1.567.655	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		404.904		322.118	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 mil para a Mapfre Affinity Seguradora S.A.

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria holding.

O Banco realizou a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

c) Parcerias no setor de cartões

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Aielo) iniciou, por meio de sua subsidiária Integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Aielo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da Alelo.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na Sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30,00% para a BB Elo Cartões e 70,00% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13



Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no 1º trimestre de 2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no lucro líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas técnicas de consolidação específicas, além da reclassificação do instrumento elegível a capital principal - IHCD para o patrimônio líquido, aplicável também para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, baseado no entendimento e orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior, as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das empresas sob controle conjunto, das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações e BV Financeira FIDC I) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 – Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Palagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 12.05.2015.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		Atividade	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil - AG	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Brasilean American Merchant Bank	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	58,96%	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	Bancária	50,00%	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2)	Indústria	17,46%	17,46%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (4)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	Energia	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	66,25%	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(5)	Capitalização	--	--	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	Holding	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilidental S.A.	(2)	Prestação de Serviços	49,68%	49,68%	--
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2)	Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	Capitalização	44,16%	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	Holding	33,13%	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Brasileveículos Companhia de Seguros	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	Corretora	50,00%	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3)	Seguradora	12,09%	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2)	Resseguradora	13,53%	13,53%	13,58%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(2) (6)	Prestação de Serviços	50,13%	--	--
Elo Participações S.A.	(2)	Holding	49,99%	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Aleto	(2)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	Prestação de Serviços	28,75%	28,75%	28,76%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%	13,53%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (4)	Turismo	100,00%	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(5)	Prestação de Serviços	--	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	99,97%	99,97%	99,97%

(1) Controladas.

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a fevereiro/2015.

(5) Empresa descontinuada durante o exercício/2014.

(6) O Banco do Brasil detém o controle compartilhado na Cielo, que por sua vez controla a Cateno. O percentual de participação do Banco na Cateno leva em consideração sua participação direta na BB Elo, bem como a participação indireta na Cielo por meio do BS Banco de Investimento, conforme demonstrado na Nota 2.c.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Balanco Patrimonial

Prêmio pago a clientes por fidelidade/performance do grupamento Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas para Intangível – Ativos Intangíveis – R\$ 265.426 mil.

Obrigações por Cotas de Fundos de Investimentos do Banco Votorantim do grupamento Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores para Outras Obrigações – Diversas – R\$ 933.588 mil, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.658 de 13.05.2014.

31.03.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	821.934.029	(265.426)	821.668.603
Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas	2.425.203	(265.426)	2.159.777
ATIVO NÃO CIRCULANTE	548.031.272	265.426	548.296.698
PERMANENTE	23.929.438	265.426	24.194.864
Intangível – Ativos intangíveis	19.946.322	265.426	20.211.748
PASSIVO CIRCULANTE	862.881.171	--	862.881.171
Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores	1.431.476	(993.588)	437.888
Outras Obrigações – Diversas	42.676.484	993.588	43.670.072

Demonstração do Resultado

Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 44.297 mil.

1º Trimestre/2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.170.546)	--	(3.170.546)
Despesas de pessoal	(4.631.606)	(44.297)	(4.675.903)
Outras despesas operacionais	(3.440.740)	44.297	(3.396.443)

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 3.655/2008 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

l) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos Intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos fiscais.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por Segmento

	1º Trimestre/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Interssegmentos	Total
Receitas	57.883.863	346.113	169.657	2.910.565	7.056.784	388.136	(577.641)	68.577.297
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	29.706.903	--	--	--	--	--	2.289	29.709.192
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.809.498	40.346	19.225	3.050	27.326	37.407	(60.174)	17.876.678
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.614.447	--	--	--	--	242	(204)	1.614.485
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.200.878	--	--	21.096	1.221.977
Rendas de prestação de serviços	2.740.474	204.558	260.179	476.888	589.726	338.634	(356.240)	4.654.219
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.558.689	8.684	87.873	--	--	--	--	1.655.246
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.702.777	(1.649)	--	786	241	5.637	11	1.707.803
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.094.030	--	--	59.446	1.153.476
Outras receitas ⁽¹⁾	2.750.875	94.174	2.280	124.953	6.039.491	206.216	(243.870)	8.984.219
Despesas	(57.984.772)	(288.276)	(70.181)	(1.373.326)	(1.300.176)	(345.467)	577.641	(60.604.551)
Despesas de captação no mercado	(23.602.169)	(63.574)	--	--	--	(9.994)	119.227	(23.556.530)
Despesas com operações de empréstimos, concessões, repasses e arrendamento mercantil	(15.295.821)	--	--	--	--	--	5.893	(15.289.928)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(5.945.756)	(4.057)	(15)	--	(120)	1.026	--	(5.948.932)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(753.155)	--	--	--	(753.155)
Despesas de pessoal	(4.879.328)	(15.470)	(19.423)	(130.696)	(68.168)	(78.270)	1.946	(5.109.429)
Outras despesas administrativas	(2.973.176)	(18.012)	(12.903)	(176.604)	(88.300)	(63.092)	325.221	(3.006.866)
Depreciação	(272.054)	(770)	--	(4.756)	(6.532)	(1.969)	--	(286.101)
Amortização do diferido	(9.654)	--	--	(10.263)	(984)	(568)	--	(15.467)
Amortização de intangíveis	(532.911)	(294)	--	--	(9.226)	(137)	--	(542.568)
Amortização de ação	(226.269)	(23.465)	--	(6.539)	(12.691)	--	--	(270.964)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(20.943)	--	--	--	--	--	--	(20.943)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(2.294)	--	--	--	23	--	--	(2.271)
Outras despesas	(4.130.377)	(62.628)	(37.840)	(289.313)	(1.114.148)	(192.445)	125.354	(5.721.397)
Lucro antes da tributação e participações	(1.109)	137.843	299.476	1.537.259	5.756.608	242.669	--	7.972.746
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	1.774.847	(52.626)	(118.756)	(559.717)	(1.952.469)	(75.462)	--	(984.163)
Participações no lucro	(752.041)	--	(389)	(10.698)	(746)	(1.435)	--	(765.309)
Participação dos não Controladores	(84.878)	--	--	(320.221)	--	(5)	--	(404.904)
Lucro Líquido	937.019	85.217	180.331	646.623	3.803.393	165.767	--	5.818.350
Saldo Patrimonial								
Ativos	1.400.482.213	6.248.432	595.824	121.454.955	15.430.752	4.425.962	(24.982.434)	1.523.665.704
Investimento em coligadas e controladas	13.148.863	2.840.481	--	472.518	536.758	--	(15.200.328)	1.798.292
Passivos	1.318.705.460	3.054.396	283.859	114.935.501	9.779.462	2.446.933	(9.137.946)	1.440.067.665

(1) Inclui, no segmento Meios de Pagamento, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

	1º Trimestre/2014							Total
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intergsegmentos	
Receitas	38.917.078	230.757	333.992	2.274.092	855.367	450.157	(665.525)	42.395.918
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	20.858.779	—	—	—	—	—	(205.992)	20.652.787
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.726.786	17.544	11.618	39.117	17.816	39.813	(119.189)	8.733.505
Resultado de operações de câmbio e aplicações computáveis	1.845.700	—	—	—	(15)	4	(395)	1.845.294
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	—	—	—	769.045	—	—	15.365	784.410
Rendas da prestação de serviços	2.672.742	121.451	250.838	415.573	681.390	264.086	(216.842)	4.189.238
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.474.601	7.763	69.153	—	—	—	—	1.551.517
Resultado de participações em coligadas e controladas	(517.850)	(370)	—	—	—	—	—	(518.220)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	—	—	—	1.004.631	—	—	(2.291)	1.002.340
Outras receitas	3.956.320	84.369	2.383	45.726	156.176	146.254	(136.181)	4.155.047
Despesas	(35.899.165)	(173.708)	(54.575)	(1.151.688)	(434.404)	(346.840)	495.520	(37.564.860)
Despesas de captação no mercado	(17.918.859)	(51.292)	—	—	(2.931)	(3.955)	120.789	(17.856.248)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(1.252.145)	—	—	—	—	—	—	(1.252.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.407.985)	2	14	—	220	282	—	(4.407.467)
Atualização e juros de provisões técnicas	—	—	—	(548.967)	—	—	—	(548.967)
Despesas de pessoal	(4.380.813)	(14.250)	(14.597)	(120.120)	(45.859)	(57.577)	1.610	(4.631.606)
Outras despesas administrativas	(2.897.671)	(18.809)	(4.633)	(187.114)	(69.490)	(56.056)	278.535	(2.955.238)
Depreciação	(241.801)	(835)	—	(4.901)	(4.766)	(1.745)	—	(253.648)
Amortização do diferido	(3.968)	—	—	(8.605)	(843)	(357)	—	(13.773)
Amortização de ativos intangíveis	(1.059.404)	(173)	—	—	(2.271)	(97)	—	(1.061.845)
Amortização de ágio	(23.182)	(24.098)	—	(5.912)	—	—	—	(53.192)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.345)	—	—	—	—	—	—	(47.345)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	—	—	—	—	25	—	—	25
Outras despesas	(3.666.192)	(64.453)	(35.359)	(276.069)	(308.489)	(227.335)	94.586	(4.483.311)
Lucro antes da tributação e participações	3.017.913	57.049	279.417	1.122.404	420.963	103.317	(170.005)	4.831.058
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(801.398)	(20.194)	(110.061)	(417.952)	(142.743)	(17.408)	72.745	(1.437.011)
Participações no lucro	(384.237)	—	(496)	(7.796)	(995)	(807)	—	(394.331)
Participação dos não Controladores	(99.738)	—	—	(222.377)	—	(3)	—	(322.118)
Lucro Líquido	1.732.540	36.855	168.860	474.279	277.225	85.099	(97.260)	2.677.598
Saldo Patrimoniais								
Ativos	1.279.629.074	5.625.215	554.125	92.314.181	5.709.177	3.850.314	(17.716.785)	1.369.965.301
Investimento em coligadas e controladas	8.609.267	2.437.387	86	303.057	44.810	—	(9.864.469)	1.530.140
Passivos	1.207.539.526	2.610.429	253.746	85.773.728	4.104.264	1.830.318	(6.663.839)	1.296.448.172

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Disponibilidades	16.536.604	13.786.585	10.993.277
Disponibilidades em moeda nacional	10.086.118	10.144.869	9.106.482
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.426.938	3.621.616	1.887.838
Aplicações em ouro	23.548	20.100	18.957
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	65.844.478	51.541.987	58.459.540
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	27.165.315	15.534.017	19.531.956
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.471.010	35.785.262	38.599.165
Aplicações em moeda estrangeira	208.153	222.708	328.419
Total	82.381.082	65.328.572	69.452.817

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Aplicações no Mercado Aberto	310.652.775	264.489.673	248.855.501
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	28.791.000	15.538.967	17.480.341
Letras Financeiras do Tesouro	341.082	—	425.136
Letras do Tesouro Nacional	4.656.507	15.452.873	2.729.238
Notas do Tesouro Nacional	23.377.414	698	14.071.623
Outros Títulos	415.997	85.396	254.344
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	281.515.888	248.941.840	231.053.784
Letras Financeiras do Tesouro	36.052.865	33.002.160	63.927.265
Letras do Tesouro Nacional	195.828.186	128.174.414	111.777.357
Notas do Tesouro Nacional	49.475.369	87.520.298	55.151.433
Outros Títulos	159.468	244.968	197.729
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	345.887	8.866	321.376
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	345.887	—	321.376
Outros	—	8.866	—
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.005.401	39.746.931	43.475.419
Total	351.658.176	304.236.604	292.330.920
Ativo circulante	350.478.621	301.620.235	289.120.466
Ativo não circulante	1.179.555	2.616.369	3.210.454

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	8.655.444	5.855.882
Posição bancada	747.454	506.121
Posição financiada	7.901.887	5.345.811
Posição vendida	6.103	3.950
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	124.139	119.633
Total	8.779.583	5.975.515

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2015					31.12.2014					31.03.2014				
	Valor de Mercado					Total					Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo
1 - Títulos para Negociação	2.829.526	34.251.394	7.179.493	11.520.322	49.636.586	106.546.705	105.417.321	(1.129.384)	103.037.462	101.938.979	(1.098.483)	83.741.221	82.654.329	(1.086.892)	
Títulos Públicos	8.141	32.867.697	5.263.309	6.983.638	37.205.664	83.280.511	82.328.649	(951.862)	77.261.412	76.325.816	(935.596)	54.245.218	63.257.514	(987.704)	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	1.450.613	6.616	9.432.418	10.889.001	10.889.547	2.540	7.074.241	7.094.808	20.567	6.831.504	6.841.080	9.594	
Letras do Tesouro Nacional	--	32.336.924	926.685	6.576.344	15.617.301	56.174.699	55.467.254	(717.345)	55.914.411	55.128.657	(785.754)	25.621.674	24.868.713	(752.961)	
Notas do Tesouro Nacional	--	58.316	946.199	--	11.090.797	12.431.850	12.095.612	(336.238)	10.709.043	10.489.113	(209.930)	28.187.578	27.848.674	(338.704)	
Títulos da Dívida Agrária	--	188	2.010	1.665	4.584	8.348	8.347	(1)	9.224	9.224	--	110.104	110.103	(1)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	1.308	84.383	86.697	85.691	(2.976)	84.480	81.401	(3.079)	89.101	87.631	(1.470)	
Títulos do governo estrangeiros	7.749	399.165	1.937.602	380.662	885.590	3.516.981	3.619.768	102.787	2.234.141	2.280.893	46.752	479.997	603.191	113.194	
Outros	392	73.104	--	8.343	90.691	173.065	172.430	(635)	1.235.872	1.231.720	(4.152)	2.925.260	2.907.904	(17.356)	
Títulos Privados	2.821.385	1.383.697	1.916.184	4.536.464	12.430.922	23.266.194	23.088.672	(177.522)	25.776.050	25.613.163	(162.887)	19.496.003	19.396.815	(99.188)	
Debêntures	--	17.468	158.703	375.081	4.356.287	5.017.434	4.907.539	(109.895)	7.452.173	7.339.677	(112.496)	5.398.794	5.340.696	(58.098)	
Notas promissórias	--	164.737	4.502	150.771	--	310.010	310.010	--	180.090	180.091	1	144.053	144.984	931	
Cotas de Fundos de Investimento	1.323.626	1.147.811	1.211	134.725	209.810	2.977.186	2.907.183	(70.003)	1.642.874	1.585.514	(57.360)	1.591.962	1.583.318	(8.644)	
Ações	1.222.545	--	--	--	--	1.211.257	1.222.645	11.288	1.337.814	1.352.134	14.620	1.429.836	1.399.079	(30.757)	
Obrigações de produto rural - commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	36.762	83.206	(3.566)	
Certificados de depósito bancário	--	--	309.239	19.444	63.806	392.013	392.489	471	1.287.971	1.288.454	483	1.682.593	1.685.302	2.709	
Eurobonds	--	14.947	--	33.898	101.200	150.302	150.046	(10.256)	245.938	233.737	(12.201)	104.346	103.738	(608)	
Letras Financeiras	--	48.734	1.442.629	3.822.494	7.387.234	12.691.143	12.696.991	4.848	12.407.532	12.410.444	2.912	6.096.074	6.096.180	86	
Outros	275.214	--	--	70	227.585	506.844	502.869	(3.975)	1.241.858	1.243.112	1.254	2.963.583	2.960.362	(3.221)	



Vencimento em Dias	31.03.2015						31.12.2014						31.03.2014	
	Valor de Mercado					Total	Total					Total	Total	
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.113.648	6.477.431	6.876.838	4.032.512	90.658.498	111.524.658	109.167.927	(2.356.731)	105.818.164	104.367.329	(1.450.835)	98.059.590	97.312.418	(747.172)
Títulos Públicos	69.966	2.878.265	2.796.117	1.824.310	49.221.186	57.513.833	56.789.824	(724.009)	52.645.592	52.165.277	(480.416)	48.047.628	47.295.651	(751.877)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.143.211	1.912	31.257.844	32.407.779	32.402.967	(4.812)	27.609.922	27.677.606	67.684	21.529.021	21.537.589	8.568
Letras do Tesouro Nacional	-	2.870.068	868.588	1.148.980	3.159.488	8.192.371	8.047.104	(145.267)	8.580.765	8.429.144	(151.621)	11.988.381	11.711.608	(276.873)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	886.248	-	5.711.317	6.896.851	5.397.565	(489.086)	5.508.297	5.076.564	(431.733)	5.268.171	4.763.952	(504.219)
Títulos da Dívida Agrária	-	8.197	12.969	16.611	51.940	90.122	89.717	(405)	114.608	113.822	(784)	17.368	17.189	(179)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	3.177.357	3.243.950	3.177.357	(66.593)	3.562.696	3.592.472	29.776	3.741.205	3.770.217	29.012
Títulos de governos estrangeiros	-	-	85.101	656.827	5.196.198	6.939.267	5.940.126	859	6.586.352	6.597.690	11.338	4.772.464	4.756.840	(15.624)
Outros	69.966	-	-	-	685.022	753.693	734.988	(18.705)	693.054	687.970	(5.075)	730.918	738.656	7.738
Títulos Privados	1.043.682	3.599.166	4.079.721	2.208.202	41.437.332	54.010.825	52.368.103	(1.642.722)	53.172.472	52.202.052	(970.420)	50.012.062	50.016.787	4.785
Debêntures	-	656.835	1.383.228	1.316.634	34.055.692	38.114.506	37.411.089	(703.517)	38.376.718	38.096.084	(280.634)	35.905.444	35.689.165	(383.721)
Notas promissórias	-	1.012.369	196.423	183.311	-	1.396.771	1.392.123	(4.648)	1.468.386	1.467.392	(994)	1.119.053	1.120.428	1.375
Cédulas de crédito bancário	-	-	-	-	47.003	52.807	47.003	(5.804)	53.168	47.558	(5.611)	54.500	50.077	(4.423)
Cotas de Fundos de Investimento	416.689	3.557	17.364	132.496	3.222.468	4.413.627	3.791.684	(622.243)	4.681.476	4.211.179	(470.297)	3.658.054	3.289.911	(368.143)
Ações	627.060	-	-	-	-	632.061	627.060	(4.991)	606.448	560.396	(46.052)	611.506	593.369	(18.237)
Cédulas de produto rural - commodities	-	117.374	557.495	368.160	73.931	1.131.382	1.117.460	(13.922)	1.564.540	1.560.875	(3.665)	969.139	961.459	(7.679)
Certificados de depósito bancário	-	1.802.538	346.366	-	2.444	2.151.372	2.151.338	(34)	562.700	502.768	60	1.417.947	1.418.551	604
Eurobonds	-	-	-	5.348	303.876	337.456	309.224	(28.232)	264.263	240.205	(24.058)	373.365	371.219	(2.146)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	-	10.953	-	10.926	10.953	127	14.414	14.620	206	25.218	25.821	603
Letras Financeiras	-	-	1.537.802	72.546	176.646	1.790.114	1.785.994	(4.120)	1,925,850	1,918.186	(7.664)	3,446,930	3,488,259	41,329
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	483.505	504.166	483.505	(20.660)	495.439	486.491	(8.948)	-	-	-
Outros	923	8.172	41.053	119.754	3,072,867	3,476,648	3,240,770	(234,878)	3,108,069	3,046,498	(112,571)	3,030,817	3,008,518	(22,298)



Vencimento em Dias	31.03.2015						31.12.2014						31.03.2014		
	Sem vencimento	Valor de Mercado				Valor de custo	Total	Marcação a mercado	Valor de custo	Total		Valor de custo	Total	Marcação a mercado	
		0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360					Valor de mercado	Marcação a mercado				
3 - Mantidos até o Vencimento	1.838	734.706	399.277	1.300.919	15.092.535	17.669.454	18.529.275	859.821	14.135.683	17.847.167	3.711.484	(4.872.971)	15.651.714	778.743	
Títulos Públicos	—	674.356	376.086	1.292.744	13.354.925	14.839.941	15.697.111	1.057.170	13.543.540	17.426.155	3.882.615	(4.239.177)	16.141.053	901.876	
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	—	—	41.405	41.405	41.405	—	—	—	—	—	85.035	85.061	(174)
Letras do Tesouro Nacional	—	674.356	233.812	1.292.744	2.094.760	4.322.355	4.285.672	(26.683)	5.533.872	5.520.252	(13.620)	4.155.016	4.141.731	(13.285)	
Notas do Tesouro Nacional	—	—	141.274	—	11.218.760	10.276.181	11.360.034	1.083.853	8.009.668	11.903.903	3.898.235	8.930.216	10.845.875	915.629	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	65.064	84.770	(294)
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.816	2.816	—
Títulos Privados	1.838	80.350	24.191	8.175	2.737.610	3.029.513	2.832.164	(197.349)	592.143	421.912	(171.131)	633.794	510.661	(123.133)	
Debênturas	—	—	15.320	4.633	2.420.865	2.441.414	2.440.818	(596)	20.232	18.494	(738)	30.904	31.612	708	
Cotas de Fundos de Investimento	1.140	—	—	—	—	1.140	1.140	—	—	—	—	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário	—	80.350	4.942	—	178.310	243.602	243.602	—	160.446	160.446	—	287.925	287.925	—	—
Eurobônus	—	—	—	3.642	3.542	7.084	7.084	—	6.603	6.603	—	6.300	6.300	—	—
Certificados de Recebíveis Imobiliários	—	—	2.194	—	128.366	327.313	130.560	(196.753)	399.167	228.774	(170.383)	—	—	—	—
Outros	698	—	1.735	—	6.527	8.960	8.960	—	5.895	5.695	—	308.665	184.824	(123.841)	—
Total	3.945.012	41.463.531	14.454.698	16.853.753	156.387.619	235.740.817	233.104.523	(2.636.294)	222.991.300	224.153.475	1.162.166	196.673.782	195.618.461	(1.055.321)	—

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2015							31.12.2014				31.03.2014		
	Valor de Mercado						Total	Total			Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.945.012	41.463.531	14.454.608	16.853.753	156.387.619	235.740.817	233.104.523	(2.636.294)	222.991.309	224.153.475	1.162.166	196.673.782	195.618.461	(1.055.321)
Carteira Própria	3.945.012	39.659.734	12.702.007	15.862.888	127.288.090	199.425.918	199.457.731	31.813	188.685.724	189.288.759	600.035	132.833.694	140.732.081	7.898.387
Vinculados a compromissos de recompra	--	1.259	1.261.677	985.410	15.027.542	19.848.097	17.295.788	(2.552.309)	19.787.244	20.422.487	635.243	35.191.915	46.304.556	(8.687.359)
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	28	15	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	1.802.538	471.024	5.455	14.120.140	16.466.802	16.398.157	(67.645)	14.515.341	14.482.644	(32.797)	8.648.145	8.516.404	(31.741)
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	--	--	--	(48.153)	--	(48.153)	(48.153)	--	(40.315)	(40.315)	--	(34.595)	(34.595)



a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.03.2015					Total		31.12.2014		31.03.2014	
	Valor de Mercado							Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.945.012	72.771.892	96.418.966	45.123.340	14.845.313	235.740.817	233.104.523	222.991.309	224.153.475	196.673.782	195.618.461
1 - Títulos para Negociação	2.829.526	52.951.209	35.994.987	11.803.602	1.837.997	106.546.705	105.417.321	103.037.462	101.938.979	83.741.221	82.654.329
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.113.648	17.385.781	55.257.041	32.045.981	3.355.476	111.524.658	109.157.927	105.818.164	104.367.329	98.059.590	97.312.418
3 - Mantidos até o Vencimento	1.838	2.434.902	5.166.938	1.273.757	9.651.840	17.669.454	18.529.275	14.135.683	17.847.167	14.872.971	15.651.714

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	132.349.941	99.894.761	232.244.702	133.291.269	87.150.722	220.441.991	108.924.663	85.915.055	194.839.718
Carteira Própria	126.353.490	72.243.410	198.596.900	126.674.173	58.910.715	185.584.888	92.852.027	47.431.067	140.283.094
Vinculados a compromissos de recompra	3.321.618	13.969.648	17.291.266	4.998.373	15.414.310	20.412.683	11.686.592	34.283.360	45.969.952
Vinculados ao Banco Central	—	—	—	—	—	—	15	—	15
Vinculados à prestação de garantias	2.674.833	13.729.856	16.404.689	1.627.105	12.857.630	14.484.735	4.386.029	4.235.223	8.621.252
Provisão para desvalorização de títulos livres	—	(48.153)	(48.153)	(8.382)	(31.933)	(40.315)	—	(34.595)	(34.595)

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	105.417.321	45%	101.938.979	46%	82.654.329	42%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	109.157.927	47%	104.367.329	47%	97.312.418	50%
3 - Mantidos até o Vencimento	17.669.454	8%	14.135.683	7%	14.872.971	8%
Valor contábil da carteira	232.244.702	100%	220.441.991	100%	194.839.718	100%
Marcação a mercado da categoria 3	859.821	—	3.711.484	—	778.743	—
Valor de mercado da carteira	233.104.523	—	224.153.475	—	195.618.461	—

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	8.779.583	5.975.515
Títulos de renda fixa	4.016.041	2.778.557
Títulos de renda variável	4.177.684	72.680
Total	16.973.308	8.826.752

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos trimestres findos em 31.03.2015 e 31.03.2014. Em 31.12.2014, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 915.960 mil, passando da categoria "Títulos disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 601.721 mil em 31.03.2015 (R\$ 508.717 mil em 31.12.2014 e R\$ 590.897 mil em 31.03.2014).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por Indexador

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	22.213.959	--	--	14.885.592	--	--	18.047.792	--	--
DI	8.042.301	--	--	4.989.390	--	--	4.654.807	--	--
Moedas	4.073.462	--	--	3.470.456	--	--	8.190.321	--	--
Índice Bovespa	51.807	--	--	145.461	--	--	171.297	--	--
Cupom cambial	10.030.590	--	--	6.274.197	--	--	5.017.810	--	--
Commodities	15.799	--	--	6.088	--	--	13.557	--	--
Compromissos de Venda	38.918.019	--	--	35.480.800	--	--	40.821.290	--	--
DI	19.594.831	--	--	22.698.805	--	--	24.872.889	--	--
Moedas	2.245.095	--	--	1.621.697	--	--	2.687.029	--	--
T-Note	865.859	--	--	712.179	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	2.216	--	--	--	--	--	--	--	--
Cupom cambial	16.139.522	--	--	10.350.422	--	--	12.903.238	--	--
Libor	22.610	--	--	53.049	--	--	223.950	--	--
Commodities	47.886	--	--	44.648	--	--	77.626	--	--
SCC ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	56.558	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	10.452.838	1.101.148	1.262.227	10.175.507	464.014	596.864	11.169.168	671.059	556.097
Termo de título	45.440	45.440	45.440	22.497	22.497	22.497	110.047	110.047	110.047
Termo de moeda	10.354.965	1.047.698	1.206.538	10.096.696	436.203	557.870	10.997.096	550.845	410.090
Termo de mercadoria	52.433	8.010	10.249	56.314	5.314	16.497	62.025	10.167	35.960
Posição Passiva	5.784.653	(709.036)	(532.417)	5.353.431	(260.209)	(154.147)	7.415.744	(626.575)	(382.883)
Termo de título	45.440	(45.440)	(45.440)	22.497	(22.497)	(22.497)	110.047	(110.047)	(110.047)
Termo de moeda	5.686.152	(649.955)	(474.535)	5.312.664	(233.757)	(129.528)	7.289.389	(514.716)	(268.669)
Termo de mercadoria	53.061	(13.641)	(12.442)	18.270	(3.955)	(2.122)	16.308	(1.812)	(4.167)

(1) Swap cambial com ajuste periódico.

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	3.696.050	115.015	281.936	2.308.815	68.886	116.342	7.122.189	58.418	36.181
Moeda Estrangeira	2.891.427	100.483	239.944	1.382.525	37.934	41.301	2.248.730	34.171	15.241
Índice DI	--	--	--	--	--	--	4.556.000	1.616	46
Opções flexíveis	725.623	11.054	39.007	800.790	48.194	73.425	211.959	19.322	17.281
Ações	79.000	3.478	2.985	56.500	2.357	1.595	47.500	1.849	1.875
Outros	--	--	--	69.000	401	21	58.000	1.460	1.738
De Venda - Posição Comprada	23.270.344	98.855	22.814	22.274.647	61.354	15.962	2.098.907	16.201	20.239
Moeda Estrangeira	3.715.756	89.669	22.028	1.780.139	12.711	3.887	552.625	5.027	11.094
Índice DI	19.375.800	7.769	--	19.375.800	7.769	--	1.241.250	247	175
Opções flexíveis	165.588	1.261	607	904.368	33.126	1.389	38.225	502	532
Ações	13.200	156	179	203.000	7.585	10.658	166.820	5.911	4.619
Títulos	--	--	--	--	--	--	61.237	1.857	2.018
Outros	--	--	--	11.340	163	28	38.750	2.657	1.801
De Compra - Posição Vendida	7.392.251	(254.676)	(1.027.859)	5.320.625	(195.238)	(654.765)	6.928.502	(252.485)	(321.778)
Moeda Estrangeira	4.911.068	(153.870)	(462.853)	1.946.705	(52.862)	(98.003)	2.480.083	(47.929)	(25.275)
Pré-fixados	1.782.687	(54.022)	(468.184)	1.547.218	(92)	(362.772)	2.252.376	(106.128)	(193.980)
Índice DI	8.371	(1.358)	(2.870)	--	--	--	1.241.250	(201)	(108)
Opções flexíveis	597.894	(44.157)	(73.613)	1.573.202	(138.540)	(193.237)	658.693	(93.141)	(96.698)
Ações	92.231	(1.269)	(539)	253.500	(3.744)	(753)	156.100	(4.333)	(4.860)
Outros	--	--	--	--	--	--	130.000	(753)	(877)
De Venda - Posição Vendida	24.806.225	(1.905.308)	(957.151)	22.805.890	(1.524.902)	(1.055.175)	4.484.486	(2.133.059)	(2.166.898)
Moeda Estrangeira	2.553.061	(22.486)	(9.046)	1.124.846	(10.468)	(1.583)	622.462	(8.395)	(7.709)
Pré-fixados	1.782.687	(1.849.186)	(927.678)	1.547.218	(1.492.456)	(1.042.289)	2.252.376	(2.112.269)	(2.149.126)
Índice DI	19.371.250	(5.747)	--	19.371.250	(5.747)	--	1.240.450	(22)	(37)
Opções flexíveis	882.678	(22.802)	(14.954)	390.612	(8.185)	(4.843)	128.356	(4.522)	(6.097)
Ações	65.913	(1.561)	(1.507)	112.850	(3.314)	(4.167)	157.901	(5.050)	(3.587)
Commodities	150.636	(3.526)	(3.968)	246.694	(4.386)	(2.165)	58.141	(2.196)	(322)
Outros	--	--	--	12.420	(386)	(128)	24.800	(605)	(20)

Por Indexador	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	18.104.439	2.001.392	1.922.518	17.515.377	1.206.385	1.322.672	18.045.933	776.757	875.955
DI	6.690.962	19.550	86.426	6.812.672	26.554	111.906	6.742.981	171.393	209.371
Moeda Estrangeira	7.724.300	1.640.507	1.528.383	7.553.136	935.268	943.065	8.026.860	370.930	459.269
Pré-fixado	1.092.293	65.644	74.888	736.473	52.704	88.329	1.361.647	57.906	46.334
IPCA	2.296.510	170.119	123.523	2.072.506	112.153	89.905	1.529.867	102.063	66.850
IGPM	210.750	39.593	36.267	226.500	39.207	38.866	261.250	51.382	54.453
Libor	84.133	65.874	71.850	91.200	40.354	49.573	98.267	22.859	38.197
Commodities	--	--	--	--	--	--	2.597	170	111
Outros	15.491	105	1.181	22.890	145	1.028	22.464	54	1.370
Posição Passiva	17.139.251	(2.693.897)	(2.760.581)	15.739.272	(1.140.369)	(1.315.869)	13.582.358	(733.093)	(851.871)
DI	752.487	(20.936)	(31.954)	1.072.754	(13.779)	(43.425)	4.502.907	(337.386)	(315.800)
Moeda Estrangeira	13.574.887	(2.204.639)	(2.278.648)	11.899.496	(740.518)	(865.010)	4.306.131	(131.651)	(244.651)
Pré-fixado	755.410	(89.577)	(94.519)	837.901	(90.886)	(106.603)	2.617.771	(127.365)	(133.238)
TMS	--	--	--	--	--	--	959.471	(857)	(6.644)
IGPM	116.000	(37.031)	(37.758)	131.000	(39.953)	(42.452)	389.471	(74.390)	(84.178)
IPCA	1.849.568	(308.559)	(286.664)	1.653.368	(242.787)	(246.043)	758.488	(60.148)	(65.372)
Libor	80.677	(33.053)	(30.904)	125.702	(12.277)	(11.980)	16.283	(1.035)	(1.448)
Commodities	--	--	--	5.037	--	(98)	21.406	--	(130)
Outros	10.222	(102)	(134)	14.014	(169)	(258)	10.430	(261)	(410)
Outros Derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira	2.127.563	302.520	288.558	3.739.804	154.110	161.216	5.016.856	30.020	116.821
Posição Passiva									
Moeda Estrangeira	4.789.799	(340.363)	(338.541)	3.898.176	(245.932)	(257.966)	7.985.913	(67.112)	(198.905)

(1) Referência-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Contratos futuros	6.662.502	15.158.767	12.544.733	26.765.976	61.131.978	50.366.392	58.869.082
Contratos a termo	3.819.445	6.423.876	4.569.505	1.424.665	16.237.491	15.528.938	18.584.912
Contratos de Opções	39.223.975	15.449.643	4.363.599	127.653	59.164.870	52.709.977	20.634.084
Contratos de swaps	1.769.475	8.319.195	8.638.503	16.516.517	35.243.690	33.254.649	31.628.291
Derivativos de crédito	2.674	34.754	45.448	315.454	398.330	332.028	560.096
Outros	1.678.996	4.016.117	982.355	239.894	6.917.362	7.637.980	13.002.769

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&FBovespa	61.109.368	--	91.835	--	--	--
Balcão						
Instituições financeiras	22.610	104.218	56.877.511	24.225.315	398.330	4.589.003
Cliente	--	16.133.273	2.195.524	11.018.375	--	2.328.359

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

	31.03.2015			31.03.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Credit Default Swap - CDS						
Posição Ativa - Risco Recebido	197.830	—	(8.822)	112.891	—	(2.641)
Posição Passiva - Risco Transferido	200.500	—	(3.032)	219.137	—	1.992
Por Indexador						
Posição Ativa - Pré-fixado	45.450	124	67	92.970	2.692	2.715
Posição Passiva - Pré-fixado	352.880	(8.913)	(11.920)	239.058	(2.977)	(3.364)

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Letras Financeiras do Tesouro	1.244.700	1.612.176	1.283.275
Notas do Tesouro Nacional	746.655	314.794	967.250
Letras do Tesouro Nacional	721.278	818.029	743.008
Outros	276.262	196.550	194.581
Total	2.988.895	2.941.549	3.188.114

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	4.713.302	4.305.233	3.819.367
Futuro	4.370.730	3.812.821	3.343.713
Swap	342.572	492.412	475.654
Passivo	17.687.434	14.625.809	17.129.835
Futuro	17.684.829	12.321.527	17.129.835
Swap	2.605	2.304.282	--
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	16.095.284	14.410.885	16.488.422
Operações de crédito	11.549.486	11.901.850	15.067.141
Títulos e valores mobiliários	4.545.798	2.363.815	1.046.634
Operações de Arrendamento Mercantil	--	145.220	374.647
Passivo	4.574.718	4.191.103	3.471.700
Outros Passivos	4.574.718	4.191.103	3.471.700
Hedge de fluxo de caixa			
Instrumentos de Hedge			
Passivo	286.187	359.018	305.856
Empréstimo - Bonds (principal)	286.187	359.018	305.856
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	287.830	238.312	203.024
Investimentos externos	287.830	238.312	203.024

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(897.398)	(186.276)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	850.378	178.607
Efeito líquido	(47.020)	(7.669)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	506.704	525.687
Perda dos instrumentos de <i>hedge</i>	(498.290)	(514.613)
Efeito líquido	8.414	11.074

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	1.095.383	166.844	534.265	62.599	512.326	43.771
Mercado de opções	304.750	—	61.495	70.809	32.942	23.478
Contratos de swaps	658.116	1.240.772	568.597	739.770	238.861	637.094
Derivativos de crédito	53	14	141	2.574	424	5.285
Outros Derivativos	249.107	39.451	138.159	23.057	94.869	21.752
Total	2.307.409	1.447.081	1.302.657	898.809	879.422	731.380
Passivo						
Operações de termo	(479.991)	(52.426)	(138.943)	(15.204)	(367.868)	(15.015)
Mercado de opções	(1.939.792)	(45.218)	(1.552.025)	(157.915)	(1.968.673)	(520.003)
Contratos de swaps	(1.189.122)	(1.575.127)	(477.313)	(840.429)	(229.698)	(622.173)
Derivativos de crédito	(262)	(11.658)	(73)	(3.291)	(1.791)	—
Outros Derivativos	(323.186)	(15.355)	(251.675)	(6.291)	(192.873)	(6.032)
Total	(3.932.353)	(1.699.784)	(2.420.029)	(1.023.130)	(2.760.903)	(1.163.223)

e) Resultado com Instrumentos financeiros derivativos

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Swap	(200.037)	(91.492)
Termo	527.077	218.952
Opções	(268.293)	(44.361)
Futuro	753.923	(106.306)
Derivativos de crédito	(1.903)	(1.533)
Outros Derivativos	92.603	(68.507)
Total	903.370	(93.247)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			
Cheques e outros papéis	1.911.659	10.428	2.841.458
Documentos enviados por outros participantes ⁽¹⁾	1.807.619	—	3.603.716
Total	3.719.278	10.428	6.445.174
Ativo circulante	3.719.278	10.428	6.445.174
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação			
Recebimentos remetidos ⁽¹⁾	1.849.099	—	3.308.939
Cheques e outros papéis	889.914	—	1.446.662
Demais recebimentos	14.755	16	10.511
Total	2.753.768	16	4.766.112
Passivo circulante	2.753.768	16	4.766.112

(1) Em 31.12.2014 não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos vinculados

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	56.633.525	63.251.839	87.795.506
Exigibilidade adicional sobre depósitos	21.455.100	22.768.271	25.876.430
Depósitos de poupança	19.936.060	20.603.108	26.242.988
Depósitos à vista	10.153.201	14.113.482	13.884.998
Depósitos a prazo	5.084.926	5.761.416	12.660.597
Outros	4.238	3.635	—
Recursos de microfinanças	—	1.927	84.938
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	—	—	9.045.555
Sistema Financeiro da Habitação	2.363.829	2.303.481	2.173.315
Fundo de compensação de variações salariais	2.527.911	2.489.081	2.359.864
Provisão para perdas em créditos vinculados	(169.793)	(193.120)	(193.356)
Demais	5.711	7.520	6.807
Tesouro Nacional - Crédito Rural	268.651	129.510	58.043
Crédito rural - Proagro	404.995	260.361	172.372
Provisão para perdas em créditos vinculados	(136.344)	(130.851)	(114.329)
Total	59.266.005	65.684.830	90.026.864
Ativo circulante	59.127.484	65.634.181	90.023.440
Ativo não circulante	138.521	50.649	3.424

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

c) Resultado das aplicações compulsórias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.124.910	1.381.501
Exigibilidade adicional sobre depósitos	617.639	626.787
Depósitos de poupança	357.440	425.948
Exigibilidade sobre recursos a prazo	149.831	311.980
Recursos do crédito rural	—	16.786
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	38.051	34.546
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	9.776	7.585
Desvalorização de Créditos Vinculados	17.752	(3.918)
Total	1.190.489	1.419.714

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações de crédito	658.255.398	644.603.816	591.638.208
Empréstimos e títulos descontados	250.432.975	245.748.854	233.637.535
Financiamentos	197.682.455	189.218.205	174.089.708
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.466.325	170.401.721	155.964.544
Financiamentos imobiliários	41.346.071	38.913.292	27.747.841
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	20.699	493	583
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	306.873	321.251	197.997
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	41.515.254	42.236.643	38.799.107
Operações com cartão de crédito ⁽²⁾	19.211.378	20.257.650	17.028.476
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽³⁾	13.016.162	12.906.242	11.469.335
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽⁴⁾	8.427.547	8.212.988	9.614.328
Avais e fianças honrados	522.197	539.570	424.507
Diversos	337.970	320.193	262.461
Operações de Arrendamento Mercantil	1.054.153	1.070.830	1.179.758
Total da Carteira de Crédito	700.824.805	687.911.289	631.617.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.934.693)	(27.311.720)	(24.074.550)
(Provisão para operações de crédito)	(27.725.380)	(26.104.655)	(23.072.991)
(Provisão para outros créditos)	(1.167.322)	(1.160.331)	(945.238)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(41.991)	(46.734)	(56.321)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	671.890.112	660.599.569	607.542.523

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Foram reclassificadas, em 31.03.2014, de "Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito" as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim, no montante de R\$ 270.259 mil, para harmonização de práticas contábeis com o Banco do Brasil.

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(4) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

**b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas de Operações de Crédito	29.321.943	20.087.077
Empréstimos e títulos descontados	12.923.107	11.659.754
Financiamentos	9.132.659	3.038.521
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.693.554	2.380.932
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.800.522	1.202.522
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	922.842	988.875
Financiamentos imobiliários	897.346	575.960
Financiamentos de moedas estrangeiras	507.746	141.121
Financiamentos à exportação	409.489	78.628
Avais e fianças honrados	16.916	11.915
Demais	17.762	8.849
Receitas de arrendamento mercantil (Nota 10.i)	257.455	345.793
Total	29.579.398	20.432.870

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 47.817 mil no primeiro trimestre de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 27.358 mil) e R\$ 20.371 mil no primeiro trimestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 11.654 mil). O valor contábil dessas operações era de R\$ 84.656 mil e R\$ 7.544 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	31.03.2015	%	31.12.2014	%	31.03.2014	%
Setor Público ⁽¹⁾	66.992.715	9,6	60.275.880	8,8	52.097.341	8,2
Administração pública	33.599.177	4,8	29.203.007	4,2	21.150.837	3,3
Petroleiro	20.695.451	3,0	19.480.155	2,8	19.265.321	3,1
Energia elétrica	11.272.492	1,5	10.231.265	1,5	10.134.498	1,5
Serviços	350.981	0,1	416.533	0,1	320.701	0,1
Demais atividades	1.074.614	0,2	944.920	0,2	1.225.984	0,2
Setor Privado ⁽²⁾	633.832.090	90,4	627.635.409	91,2	579.519.732	91,8
Pessoa Física	307.835.330	43,9	303.959.602	44,2	275.437.126	43,6
Pessoa Jurídica	325.996.760	46,5	323.675.807	47,0	304.082.606	48,2
Mineração e metalurgia	38.371.821	5,5	36.853.990	5,4	36.801.645	5,8
Agronegócio de origem vegetal	34.102.316	4,9	34.506.174	5,0	33.608.383	5,3
Automotivo	22.754.139	3,2	22.529.029	3,3	22.462.139	3,6
Serviços	22.630.314	3,2	23.120.702	3,4	22.427.659	3,6
Combustíveis	21.709.452	3,1	19.820.970	2,9	19.342.331	3,1
Transportes	21.541.875	3,1	20.076.409	2,9	17.630.145	2,8
Imobiliário	18.573.778	2,7	18.426.753	2,7	14.693.175	2,3
Comércio varejista	18.053.889	2,6	17.115.910	2,5	16.408.890	2,6
Energia elétrica	17.015.201	2,4	15.232.338	2,2	8.723.186	1,4
Agronegócio de origem animal	12.848.254	1,8	14.034.401	2,0	13.468.867	2,1
Atividades específicas da construção	12.536.270	1,7	12.693.680	1,8	12.532.626	2,0
Têxtil e confecções	10.745.627	1,5	11.413.662	1,7	11.336.247	1,8
Insumos agrícolas	9.736.917	1,4	9.697.249	1,4	8.975.558	1,4
Papel e celulose	9.565.832	1,3	9.568.838	1,4	9.279.349	1,5
Eletroeletrônico	8.635.741	1,2	10.529.628	1,5	9.976.103	1,6
Químico	7.768.763	1,1	7.986.785	1,2	7.962.832	1,3
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.975.481	1,0	7.449.699	1,1	6.856.663	1,1
Madeiro e moveleiro	6.646.201	0,9	6.754.916	1,0	6.635.156	1,1
Construção pesada	5.794.541	0,8	5.947.526	0,8	5.419.803	0,9
Instituições e serviços financeiros	5.765.381	1,3	5.803.057	0,8	4.094.737	0,5
Telecomunicações	5.537.004	0,7	5.574.951	0,8	6.238.224	1,0
Demais atividades	8.687.963	1,1	8.539.140	1,2	9.208.888	1,4
Total	700.824.805	100,0	687.911.289	100,0	631.617.073	100,0

(1) O valor de R\$ 27.269.080 mil divulgado nas demonstrações contábeis de 31.03.2014 referia-se apenas a operações contratadas com a administração pública direta. Os valores constantes destas demonstrações contábeis referem-se a operações contratadas com a administração pública direta e órgãos da administração pública indireta, assim como com as empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e instituições financeiras de propriedade ou controladas pelos governos, bem como com suas respectivas coligadas e controladas.

(2) Os valores evidenciados no item "Pessoa Física" incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	19.339.749	9.708.307	16.123.347	2.950.784	344.437	277.271	76.645	31.599	140.764	48.992.903	48.189.949	47.181.907
31 a 60	17.098.133	6.204.281	5.569.185	1.163.857	123.623	201.949	68.303	25.538	104.659	30.559.528	30.653.165	28.288.647
61 a 90	18.965.009	4.414.162	4.603.330	1.440.865	163.547	222.453	74.929	74.573	166.688	30.125.256	25.020.397	26.897.560
91 a 180	40.667.661	12.029.295	12.626.541	3.288.455	532.684	810.652	209.652	100.383	339.489	70.603.812	67.928.134	67.841.349
181 a 360	52.224.621	15.974.927	17.747.970	4.237.239	439.571	930.581	305.291	143.802	607.471	92.611.473	104.586.058	93.746.324
Acima de 360	248.910.579	57.221.366	63.946.781	13.585.049	2.048.101	5.890.965	1.621.606	686.064	4.261.696	398.172.207	386.829.922	345.368.484
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	240.200	450.572	356.336	91.935	33.818	43.626	19.962	8.430	45.487	1.290.366	2.513.738	766.928
Demais ⁽¹⁾	355.526	--	--	--	--	--	--	--	--	355.526	355.522	474.941
Subtotal	397.801.478	106.002.910	120.973.490	26.757.884	3.685.781	8.377.497	2.375.388	1.070.389	5.666.254	672.711.071	666.116.885	610.686.140
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30	--	--	233.551	226.860	106.962	146.208	87.702	93.112	482.594	1.376.989	1.135.519	1.124.143
31 a 60	--	--	120.184	134.871	67.056	80.739	55.487	67.170	227.014	752.521	613.972	652.279
61 a 90	--	--	79.259	110.348	58.779	79.906	45.215	48.000	207.255	626.762	556.232	607.296
91 a 180	--	--	195.011	280.969	156.191	208.335	156.196	133.117	577.399	1.707.218	1.511.784	1.661.667
181 a 360	--	--	322.021	458.590	245.245	373.539	223.654	224.986	1.007.762	2.855.797	2.526.542	2.748.631
Acima de 360	--	--	651.993	995.745	685.755	1.558.228	830.275	714.663	2.905.012	8.341.671	7.188.846	8.819.509
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	29.168	62.576	37.293	40.104	22.351	21.487	115.980	328.959	263.231	259.780
15 a 30	--	--	269.048	993.012	94.258	81.302	40.888	40.708	349.360	1.868.574	1.049.525	868.335
31 a 60	--	--	12.303	3.062.728	142.832	170.552	85.261	94.481	341.842	3.909.999	1.020.440	1.082.411
61 a 90	--	--	2	7.521	262.699	198.395	144.411	77.041	339.144	1.027.213	917.719	853.061
91 a 180	--	--	11	3.144	6.686	253.637	321.203	399.346	727.891	1.711.918	1.455.788	1.572.051
181 a 360	--	--	--	5	1.027	9.893	11.052	490.591	1.519.615	2.032.183	2.179.912	1.481.570
Acima de 360	--	--	--	--	1	2	7.328	11.454	1.555.145	1.573.930	1.377.084	1.202.190
Subtotal	--	--	1.912.549	6.336.369	1.864.784	3.198.840	2.031.023	2.414.156	10.356.013	26.113.734	21.794.404	20.930.933
Total	397.801.478	106.002.910	122.886.039	33.094.253	5.550.565	11.576.337	4.406.411	3.484.545	16.022.267	700.824.805	687.911.289	631.617.073

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Proceara, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 29.543 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2015				31.12.2014				31.03.2014			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	397.801.478	--	--	--	395.934.651	--	--	--	351.411.880	--	--	--
A	0,5	106.002.910	530.015	64.688	594.703	104.322.639	521.613	92.644	614.257	103.198.750	515.994	230.985	746.979
B	1	122.826.039	1.228.260	33.182	1.261.442	125.116.722	1.251.187	22.833	1.274.000	118.954.242	1.189.542	6.879	1.196.421
C	3	33.094.253	992.828	77.889	1.070.717	26.148.841	784.465	77.889	862.354	26.928.167	777.845	65.287	843.112
D	10	5.550.565	555.057	60.261	615.318	3.860.416	386.042	60.261	446.903	4.390.654	439.065	67.911	506.976
E	30	11.576.337	3.472.901	689.577	4.162.478	9.728.937	2.918.681	689.577	3.608.258	8.020.614	2.408.184	692.721	3.008.905
F	50	4.406.411	2.203.206	319.311	2.522.517	3.715.550	1.857.780	319.311	2.177.091	3.350.866	1.675.433	326.300	2.001.733
G	70	3.484.545	2.439.182	244.868	3.684.051	3.331.788	2.332.252	244.868	2.577.121	2.553.596	1.787.517	174.603	1.962.120
H	100	16.022.267	16.022.267	--	16.022.267	15.751.736	15.751.736	--	15.751.736	13.808.304	13.808.304	--	13.808.304
Total		700.824.805	27.444.316	1.490.377	28.934.693	687.911.289	25.803.736	1.507.984	27.311.720	631.617.073	22.598.884	1.474.665	24.074.550

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	27.311.720	23.661.823
Reforço/(reversão)	5.998.895	4.366.707
Provisão mínima requerida	6.016.502	4.358.060
Provisão adicional	(17.607)	8.647
Variação cambial - provisões no exterior	75.180	(76.284)
Baixas para prejuízo	(4.451.102)	(3.877.696)
Saldo Final	28.934.693	24.074.550

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	1.143.379	855.361
Reforço/(reversão)	(49.963)	40.760
Variação cambial - provisões no exterior	4.005	(4.064)
Baixas para prejuízo /outros ajustes	(59.699)	(7.270)
Saldo Final	1.037.722	884.787

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Até 1 ano ⁽¹⁾	469.354	507.749	649.880
De 1 a 5 anos	579.758	559.274	528.450
Acima de 5 anos	5.041	3.807	1.428
Total a Valor Presente	1.054.153	1.070.830	1.179.758

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	257.455	345.793
Arrendamento financeiro	257.455	345.793
Despesas de Arrendamento Mercantil	(213.723)	(307.826)
Arrendamento financeiro	(213.678)	(307.685)
Arrendamento operacional	-	(29)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(45)	(112)
Total	43.732	37.967

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.03.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira	31.03.2014	% da Carteira
Maior Devedor	21.321.617	3,0	20.038.724	2,9	20.485.178	3,2
10 Maiores devedores	79.946.320	11,4	70.014.552	10,2	66.667.446	10,6
20 Maiores devedores	110.496.254	15,8	99.797.944	14,5	92.869.041	14,7
50 Maiores devedores	151.941.814	21,7	139.116.007	20,2	126.721.222	20,1
100 Maiores devedores	180.352.335	25,7	166.787.185	24,2	150.537.954	23,8

k) Créditos Renegociados

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	10.875.033	9.574.762
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.947.487	923.159
Renovados ⁽³⁾	8.927.546	8.651.603
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	10.088.673	8.192.010
Contratações ⁽²⁾	1.947.487	923.159
(Recebimento) e apropriação de juros	(134.765)	(186.965)
Baixas para prejuízo	(595.014)	(373.143)
Saldo Final ⁽⁴⁾	11.306.381	8.555.061
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	6.302.234	5.362.069
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	55,7%	62,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	1.602.151	1.698.297
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	14,2%	19,9%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso, utilizando Internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 151.341 mil (R\$ 189.342 mil em 31.03.2014) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.276.075 mil (R\$ 5.360.875 mil em 31.03.2014) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Créditos contratados a liberar	154.109.971	147.956.001	148.600.392
Garantias prestadas ⁽¹⁾	12.990.344	12.981.696	14.942.564
Créditos de exportação confirmados	2.797.373	2.449.198	2.044.958
Créditos abertos para importação contratados	958.074	874.343	582.485
Recursos vinculados	1.426.589	1.264.972	1.124.687
Valores garantidos por depósitos vinculados	1.410.020	145.084	857.951

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 301.401 mil (R\$ 193.877 mil em 31.12.2014 e R\$ 143.047 mil em 31.03.2014), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

	TADE ⁽¹⁾	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Empréstimos e títulos descontados		3.104.243	3.369.930	3.359.699
Proger Urbano Investimento	18/2005	3.104.221	3.369.908	3.359.648
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	7	9	19
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	15	13	32
Financiamentos		631.802	690.573	693.305
Proger Exportação	27/2005	9.256	12.052	3.938
FAT Giro Setorial Micro e Peq. Empresas	08/2006	–	–	107
FAT Taxista	02/2009	257.109	258.634	203.922
FAT Turismo - Investimento	01/2012	159.817	163.091	109.554
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	205.620	256.796	375.784
Financiamentos rurais e agroindustriais		247.644	291.653	603.538
Proger Rural Custeio	02/2006	1.717	1.835	2.479
Proger Rural Investimento	13/2005	22.200	23.807	43.285
Pronaf Custeio	04/2005	3.488	3.626	4.996
Pronaf Investimento	05/2005	212.403	254.633	532.589
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	7.836	7.747	20.185
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	–	5	4
Total		3.983.689	4.352.156	4.656.542

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.590.988	1.549.300	1.431.997
Outros	787	787	530
Total	1.591.775	1.550.087	1.432.527

b) Diversos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	35.122.038	29.500.564	27.581.445
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	25.129.772	23.256.148	19.634.635
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	19.211.378	20.257.650	17.028.476
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	15.637.858	15.418.982	14.794.403
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	12.715.116	10.914.595	7.535.805
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.229.241	10.435.285	8.851.878
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.599.030	8.274.132	8.102.281
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	8.427.547	8.212.988	9.614.328
Ativos atuariais (Nota 27.e)	6.499.810	6.233.307	16.120.522
Devedores diversos - país	3.665.459	2.054.404	1.913.367
Título e créditos a receber - empresas não financeiras	3.619.278	3.940.801	3.705.708
Aquisição de recebíveis	3.529.818	3.991.029	4.409.301
Títulos e créditos a receber - outros	2.706.715	2.581.984	2.236.824
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.486.765	1.758.968	1.790.326
Título e créditos a receber - Tesouro Nacional	2.175.362	2.265.746	1.676.258
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽²⁾	1.360.737	1.985.128	-
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.112.160	1.143.583	1.644.340
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.085.005	1.226.441	1.146.813
Adiantamentos e antecipações salariais	270.554	305.609	255.694
Devedores diversos - exterior	249.454	245.015	244.592
Devedores por depósitos em garantia - outros	187.972	178.967	214.975
Devedores por compra de valores e bens	50.390	51.896	54.912
Outros	651.985	552.356	672.223
Total	186.723.444	154.785.578	149.229.106
Ativo circulante	109.357.498	99.851.614	102.151.907
Ativo não circulante	57.365.946	54.933.964	47.077.199

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Recebíveis oriundos da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, pela utilização da rede Banco Postal (Nota 16.a).

12 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	19.758.608	16.424.851	12.961.926
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	39.601	32.788	27.933
Direitos sobre vendas de câmbio	9.480.611	15.318.188	15.543.212
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(8.287.704)	(13.568.454)	(10.587.645)
Valores em moedas estrangeiras a receber	6.997	5.655	5.547
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	197.676	154.871	141.713
Total	21.195.789	18.367.899	18.092.686
Ativo circulante	21.189.348	18.362.653	18.091.883
Ativo não circulante	6.441	5.246	803
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	13.933.164	19.294.332	16.950.175
(Importação Financiada)	(20.964)	(10.177)	(11.295)
Obrigações por compras de câmbio	16.308.503	14.841.470	13.621.151
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(12.509.633)	(12.481.583)	(11.039.199)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	69.898	58.891	52.954
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	5.013	3.993	3.498
Total	17.785.981	21.706.926	19.577.284
Passivo circulante	14.951.169	17.991.924	13.257.743
Passivo não circulante	2.834.812	3.715.002	6.319.541
Carteira de Câmbio Líquida	3.409.808	(3.339.027)	(1.484.598)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	1.115.929	1.162.424	779.675
Créditos de exportação confirmados	2.797.373	2.449.198	2.044.958

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de câmbio	5.605.589	2.930.234
Despesas de câmbio	(5.181.593)	(2.504.654)
Resultado de operações de câmbio	423.996	425.580

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Bens não de Uso Próprio	557.034	528.207	555.014
Imóveis	192.907	194.825	137.107
Bens em regime especial	155.437	152.890	160.217
Veículos e afins	149.973	146.687	234.573
Imóveis habitacionais	9.600	7.907	5.558
Máquinas e equipamentos	4.590	4.270	5.043
Outros	44.527	21.628	12.516
Material em Estoque	105.793	90.066	102.219
Subtotal	662.827	618.273	657.233
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(147.038)	(147.365)	(160.920)
Despesas Antecipadas	3.235.057	3.607.507	3.366.189
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	2.610.128	2.983.184	2.475.636
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	265.795	296.602	318.945
Despesas de pessoal - programa de alimentação	133.505	147.658	105.576
Dependências Externas	73.018	52.390	36.567
Despesas tributárias	34.917	31	28.941
Promoções e relações públicas	32.259	1.598	23.188
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	11.332	27.296	199.081
Aluguéis	5.878	5.901	5.970
Despesas com programa de relacionamento - milhas	—	—	45.848
Outros	68.225	92.847	126.437
Total	3.750.846	4.078.415	3.862.502
Ativo circulante	2.992.023	2.689.805	2.656.090
Ativo não circulante	758.823	1.388.610	1.206.412

(1) O Banco reconheceu, no 1º Trimestre/2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 198 mil (provisão no valor de R\$ 3.448 mil no 1º Trimestre/2014).

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras Instituições financeiras.

14- INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - 1º Trimestre/2015		Saldo contábil		Resultado de equivalência
	31.12.2014	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.03.2015	31.03.2014	1º Trimestre/2014
No país	1.181.056	(42.972)	300	1.138.384	1.325.787	(38.142)
Cadam S.A.	25.201	—	(5.860)	19.341	26.925	996
Cia. Hidromineral Piratuba	2.525	—	99	2.624	2.495	10
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽¹⁾	228	—	—	228	228	—
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.221	—	(1.850)	6.571	8.377	(370)
Outras Participações ⁽²⁾	8.633	7.794	7.711	24.138	25.945	(38.778)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	1.136.248	(50.766)	—	1.085.482	1.261.817	—
No Exterior	586.492	(1.625.068)	1.707.503	668.927	211.351	(480.078)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	586.492	82.435	—	668.927	211.351	—
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	—	(1.092.302)	1.092.302	—	—	(154.968)
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	—	(602.045)	602.045	—	—	(323.322)
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	—	(13.156)	13.156	—	—	(1.788)
Total das Participações em Coligadas e Controladas	1.767.548	(1.668.040)	1.707.803	1.807.311	1.537.138	(518.220)
Imparidade acumulada	(9.018)	—	—	(9.018)	(6.998)	—

(1) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(2) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

Saldos em 31.03.2015	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido 1º Trimestre/2015	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No país						
Cadam S.A.	183.904	89.374	(12.458)	—	4.762	21,64%
Cia. Hidromineral Piratuba	4.098	16.996	643	633	—	15,44%
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	—	260	520	48,13%
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	59.149	(968)	5.076	1.736	11,11%

b) Outros Investimentos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Investimentos por incentivos fiscais	95.179	94.585	88.274
Títulos patrimoniais	146	146	146
Ações e cotas	79.953	76.366	65.446
Outros Investimentos ⁽¹⁾	1.621.602	1.511.165	1.754.179
Outras participações no exterior	76.469	63.313	53.939
Total	1.873.349	1.745.575	1.961.984
(Imparidade acumulada)	(86.730)	(84.474)	(109.926)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.164.893 mil (R\$ 1.067.909 mil em 31.12.2014 e 1.050.744 mil em 31.03.2014), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Saldo Inicial	1.724.301	1.579.416
Amortizações ⁽¹⁾	(68.131)	(53.192)
Variação cambial ⁽²⁾	99.800	(51.495)
Saldo Final	1.755.970	1.474.729

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do BB Americas, Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	74.190	101.167	100.616	40.684	41.488	38.557	396.702
Banco Votorantim	43.483	60.466	61.133	—	—	—	165.082
Banco Patagonia	28.327	35.823	32.616	33.246	33.909	28.739	192.660
Banco do Brasil Americas	2.380	4.878	6.867	7.438	7.579	9.818	38.960
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(29.676)	(40.487)	(40.246)	(16.274)	(16.595)	(15.423)	(158.681)
Total líquido	44.514	60.700	60.370	24.410	24.893	23.134	238.021
BB-BI	70.393	107.670	123.517	141.696	162.550	—	605.826
Cielo	70.393	107.670	123.517	141.696	162.550	—	605.826
Cielo S.A.	37.933	52.768	50.990	44.525	18.126	246.765	451.107
Merchant e-Solutions, Inc.	37.035	51.387	49.390	42.927	16.428	240.141	437.308
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	545	854	1.031	984	1.042	3.734	8.190
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	166	256	283	311	336	1.638	2.990
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Onzon)	187	271	286	303	320	1.252	2.619
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	—	100.467
Vida Seguradora	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	—	100.467
Elo Participações	14.579	22.876	23.591	24.330	—	—	85.376
Alelo	14.579	22.876	23.591	24.330	—	—	85.376
BB Seguros	14.654	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	62.946
Brasilcap	10.904	9.154	8.593	8.780	7.659	—	45.090
IRB-Brasil Resseguros S.A.	3.750	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	12.768	19.429	21.349	—	—	—	53.546
Brasileículos	12.768	19.429	21.349	—	—	—	53.546
BB Consolidado	234.585	333.916	353.060	286.325	257.506	290.578	1.755.970
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(88.434)	(126.062)	(133.488)	(108.294)	(99.794)	(101.110)	(657.182)
Total líquido	146.151	207.854	219.572	178.031	157.712	189.468	1.098.788

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	12,22%
BB Americas	2,00%	9,44%
Vida Seguradora	3,00%	11,22%
Alelo	3,60%	12,21%
Brasilcap	3,60%	12,38%
IRB-Brasil Resseguros	3,60%	10,58%
Brasileículos	3,00%	11,22%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos sete anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável dos ágios na aquisição da Cielo e do Banco Patagonia foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa e na Merval (Mercado de Valores de Buenos Aires), respectivamente.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
Banco Patagonia	R\$ 5,04 ⁽²⁾
Cielo (CIEL3)	R\$ 40,00

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2014.

(2) Valor equivalente a ARS 17,45, conforme cotação ARS/BRL em 30.09.2014.

No 1º trimestre/2015 e no 1º trimestre/2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	1º Trimestre/2015			31.03.2015			31.03.2014	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.760.643	107.438	(85.786)	--	6.282.080	(2.491.094)	(8.691)	3.782.295	3.340.447
Móveis e equipamentos de uso	1.805.425	35.886	(67.638)	23	3.884.960	(2.310.163)	(1.101)	1.573.696	1.412.207
Sistemas de processamento de dados	1.317.072	116.490	(110.982)	--	4.197.581	(2.875.101)	--	1.322.580	1.059.098
Instalações	235.561	2.613	(9.921)	--	1.008.633	(780.380)	--	228.253	240.336
Terrenos	200.143	3.025	--	--	203.168	--	--	203.168	777.203
Sistemas de segurança	169.182	3.459	(6.631)	--	389.863	(223.853)	--	166.010	168.517
Imobilizações em curso	153.572	(41.794)	--	--	111.778	--	--	111.778	185.784
Sistemas de comunicação	100.705	4.785	(4.404)	--	281.652	(180.566)	--	101.086	93.347
Sistemas de transporte	12.663	1.564	(739)	--	40.815	(27.327)	--	13.488	11.121
Móveis e equipamentos em estoque	1.771	(8)	--	--	1.763	--	--	1.763	1.786
Total	7.556.737	233.458	(286.101)	23	16.402.193	(8.888.284)	(9.792)	7.504.117	7.289.848

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	1º Trimestre/2015				31.03.2015			31.03.2014	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	6.510.812	12.809	(697)	(475.338)	--	9.626.360	(3.529.034)	(49.740)	6.047.586	6.505.018
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	2.762.491	--	--	(202.833)	--	5.015.276	(2.455.618)	--	2.559.658	3.247.416
Softwares	1.710.801	210.249	--	(47.639)	2.294	2.963.606	(1.087.717)	(84)	1.875.805	1.491.486
Outros ativos intangíveis ⁽³⁾	265.128	671	(627)	(19.592)	--	282.185	(25.393)	(11.212)	245.580	2.227.262
Total	11.249.232	223.829	(1.324)	(745.402)	2.294	17.887.427	(7.097.762)	(61.036)	10.728.629	13.471.182

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se principalmente ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Em 31.03.2014 incluía o valor de R\$ 1.949.602 mil referente ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal, que foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em 30.06.2014.

b) Estimativa de Amortização

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores a amortizar	2.197.242	2.974.532	2.546.615	1.309.812	656.370	1.044.058	10.728.629

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).



O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5%	12,3%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ^{(1) (2)}	3,0%	13,9%

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º trimestre de 2015 e no 1º trimestre de 2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos à Vista	73.712.090	74.210.189	72.053.536
Pessoas físicas	31.542.078	33.942.740	30.921.626
Pessoas jurídicas	23.649.780	28.437.427	24.220.570
Vinculados	13.346.667	5.970.418	11.195.653
Governos	1.705.357	2.226.009	2.242.352
Empresas ligadas	1.203.500	982.662	678.448
Moedas estrangeiras	899.790	706.951	1.372.490
Instituições do sistema financeiro	653.775	832.896	450.591
Especiais do Tesouro Nacional	413.834	403.878	512.721
Domiciliados no exterior	68.127	202.201	308.424
Outros	229.182	505.007	150.661
Depósitos de Poupança	144.089.086	148.698.890	144.111.158
Pessoas físicas	134.945.842	140.036.529	135.080.689
Pessoas jurídicas	8.840.276	8.407.859	8.685.312
Empresas ligadas	289.235	240.767	330.742
Instituições do sistema financeiro	13.733	13.735	14.415
Depósitos Interfinanceiros	37.554.005	30.968.746	27.446.934
Depósitos a Prazo	212.650.814	214.483.944	238.625.203
Judiciais	118.590.770	115.010.129	104.339.747
Moeda Nacional	63.464.360	70.136.390	106.490.975
Moedas estrangeiras	25.267.197	23.736.951	22.049.647
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.148.296	4.478.914	4.791.808
Funproger (Nota 17.f)	242.016	233.939	207.656
Outros	938.175	887.621	745.370
Total	468.005.995	468.361.769	482.236.831
Passivo circulante	404.794.428	401.177.785	390.176.976
Passivo não circulante	63.211.567	67.183.984	92.059.855

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos a prazo (1)	124.703.352	19.519.436	12.455.437	23.685.342	32.280.754	6.493	212.650.814	214.483.944	238.625.203
Depósitos de poupança	144.089.086	—	—	—	—	—	144.089.086	148.698.890	144.111.158
Depósitos à vista	73.712.090	—	—	—	—	—	73.712.090	74.210.189	72.053.536
Depósitos interfinanceiros	1.855.119	13.409.389	15.050.519	5.524.149	1.242.078	472.751	37.554.005	30.968.746	27.446.934
Total	344.359.647	32.928.825	27.505.956	29.209.491	33.522.832	479.244	468.005.995	468.361.769	482.236.831

(1) Inclui o valor de R\$ 62.242.941 mil (R\$ 70.102.638 mil em 31.12.2014 e R\$ 103.451.352 mil em 31.03.2014), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Carteira Própria	54.503.543	64.365.574	52.245.338
Títulos privados	45.564.851	56.847.255	37.149.439
Letras Financeiras do Tesouro	5.203.538	4.053.439	8.376.523
Notas do Tesouro Nacional	1.403.001	1.405.033	1.210.143
Títulos no exterior	1.369.141	285.865	2.872.468
Letras do Tesouro Nacional	931.301	1.736.675	2.625.541
Outros	31.711	37.307	11.224
Carteira de Terceiros	284.059.645	241.674.469	229.981.495
Letras do Tesouro Nacional	198.771.643	121.222.071	111.449.575
Notas do Tesouro Nacional	49.229.163	86.303.943	55.142.148
Letras Financeiras do Tesouro	36.058.615	32.999.180	61.901.652
Títulos no exterior	224	1.149.275	1.488.120
Carteira de Livre Movimentação	343.541	5.532	326.487
Total	338.906.729	306.045.575	282.553.318
Passivo circulante	323.545.788	292.361.623	269.617.806
Passivo não circulante	15.360.941	13.683.952	12.935.512

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Despesas de Captações com Depósitos	(7.884.404)	(7.728.624)
Depósitos judiciais	(2.681.217)	(2.245.907)
Depósitos de poupança	(2.562.751)	(2.376.938)
Depósitos a prazo	(2.428.367)	(2.890.132)
Depósitos interfinanceiros	(212.069)	(213.647)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(9.464.472)	(6.598.505)
Carteira de terceiros	(7.888.909)	(5.209.103)
Carteira própria	(1.571.321)	(1.381.665)
Carteira de livre movimentação	(4.242)	(7.737)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(5.349.490)	(2.878.584)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.798.656)	(1.797.271)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.112.153)	(295.575)
Letras financeiras	(1.053.504)	(705.673)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(385.177)	(80.065)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(137.066)	(111.120)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida ⁽³⁾	(516.207)	(344.468)
Outras	(204.891)	(196.947)
Total	(23.556.530)	(17.856.248)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 19.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
		Forma ⁽²⁾	Data Inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					67.069	240.864	307.933	120.175	289.782	409.957	158.551	599.986	758.457
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	285	2.208	2.493	481	2.362	2.843	359	2.965	3.324
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	65.219	222.555	287.774	110.778	270.733	381.511	152.784	553.933	706.717
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	--	--	--	4.476	--	4.476	475	10.937	11.412
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	--	--	--	136	7	143
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	230	990	1.220	258	1.152	1.410	213	1.710	1.923
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	1.335	15.111	16.446	4.182	15.535	19.717	4.584	30.354	34.938
Proger Urbano					154.280	2.939.484	3.093.774	52.129	3.190.908	3.243.037	31.243	3.179.501	3.210.744
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	154.278	2.939.490	3.093.768	52.126	3.190.902	3.243.028	31.242	3.179.488	3.210.730
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	4	4	8	3	6	9	1	13	14
Outros					122.841	623.748	746.589	142.537	683.383	825.920	132.937	689.670	822.607
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	2.719	9.068	11.787	408	11.947	12.355	1.383	3.897	5.280
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	--	--	--	452	--	452
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2008	--	--	--	--	--	--	--	1.776	5	1.781
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	49.308	256.094	305.402	65.397	257.715	323.112	38.207	203.235	241.442
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	4.467	158.836	163.303	9.228	162.119	171.347	69.434	109.301	178.735
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	66.347	199.750	266.097	67.504	251.602	319.106	21.685	373.232	394.917
Total					344.190	3.804.106	4.148.296	314.841	4.164.073	4.478.914	322.731	4.469.077	4.791.808

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).





O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.03.2015 é de R\$ 242.016 mil (R\$ 233.939 mil em 31.12.2014 e R\$ 207.656 mil em 31.03.2014).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
No país	1.019	946	1.870.492	--	1.872.457	1.753.887	293.445
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	1.870.492	--	1.870.492	1.751.978	289.535
Demais linhas de crédito	1.019	946	--	--	1.965	1.909	3.910
No Exterior	7.456.447	13.322.770	4.098.967	2.406.292	27.284.476	22.242.550	18.668.519
Tomados junto a banqueiros no exterior	7.095.117	13.112.001	4.098.967	2.406.292	26.712.377	21.799.328	17.866.182
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	198.962	--	--	--	198.962	162.009	421.025
Importação	106.269	157.366	--	--	263.635	126.820	271.356
Exportação	56.099	53.403	--	--	109.502	154.393	109.956
Total	7.457.486	13.323.716	5.969.459	2.406.292	29.156.933	23.996.437	18.961.964
Passivo circulante	--	--	--	--	20.781.182	17.398.060	15.347.323
Passivo não circulante	--	--	--	--	8.375.751	6.598.377	3.614.641

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Tesouro Nacional - Crédito Rural		344.720	339.898	460.783
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	173.166	158.098	268.923
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	88.555	87.435	86.583
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	33.613	37.723	49.418
Outros		49.386	56.642	55.859
BNDES		43.247.174	44.281.798	43.813.237
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 6,89% a.a.	42.263.854	43.250.644	42.624.995
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	983.320	1.031.154	1.188.242
Caixa Econômica Federal	Pré 5,04% a.a. (média)	14.232.878	12.359.686	6.028.218
Fineame		34.072.842	33.204.750	30.362.883
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	33.175.439	32.398.036	29.424.910
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a.	897.403	806.714	937.973
Outras Instituições Oficiais		717.169	863.889	10.668.598
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b)	TR	--	--	9.045.555
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 7,50% a.a. (se aplicado)	717.141	863.861	880.314
Recursos Estaduais a Distribuir - ICMS	--	--	--	733.027
Outros		28	28	9.702
Total		92.614.783	91.050.021	91.331.719
Passivo circulante		35.913.633	34.415.072	34.796.562
Passivo não circulante		56.701.150	56.634.949	56.535.157

Do Exterior

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	—	—	19.058
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	477	477	19.535
Passivo circulante	95	95	96
Passivo não circulante	382	382	19.439

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(5.767.521)	(60.044)
Despesas de Obrigações por Repasses	(5.343.704)	(884.213)
Do exterior	(4.117.589)	—
BNDES	(796.281)	(655.122)
Finame	(172.385)	(148.199)
Caixa Econômica Federal	(205.350)	(22.988)
Tesouro Nacional	(21.616)	(21.741)
Outras	(30.483)	(36.163)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(2.886.626)	(62)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.078.354)	—
Total	(15.076.205)	(944.319)

19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil						168.892.779	146.294.452	128.353.284
Programa "Global Medium - Term Notes"						9.674.240	11.376.533	10.671.922
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	335.677	345.183	334.000
	USD	100.000	Libor 6m + 2,55%	2009	2014	—	—	227.662
	USD	950.000	4,50%	2010	2016	—	2.572.930	2.167.445
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.614.179	1.358.763	1.140.074
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	3.538.943	3.284.535	2.351.941
	JPY	24.700.000	1,80%	2012	2015	660.505	551.404	542.216
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	2.602.480	2.519.088	3.203.001
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	922.456	744.630	705.583
"Senior Notes"						7.832.226	6.452.265	6.522.678
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.611.006	1.246.214	1.134.632
	USD	1.925.000	3,88%	2012	2022	6.221.220	5.106.051	4.388.046
Notas Estruturadas	USD	51.282	6,90% a 3,55%		2021	165.987	143.540	223.214
Certificados de Depósitos ⁽¹⁾						11.260.593	9.291.680	13.780.998
Curto Prazo			0,06% a 4,54%			10.467.690	8.797.314	10.612.308
Longo Prazo			1,61% a 4,54%		2017	792.903	494.366	3.168.690
Certificados de Operações Estruturadas						8.135	2.384	2.412
Curto Prazo					2015	4.011	2.384	2.412
Longo Prazo					2018	4.124	—	—
Letras de Crédito Imobiliário						19.066.736	14.155.946	8.057.407
Letras de Crédito do Agronegócio						118.263.145	102.325.298	87.749.921
Curto Prazo ⁽²⁾						19.709.195	21.576.941	15.462.188
Longo Prazo ⁽³⁾					2020	98.553.950	80.748.357	72.287.733
Letras Financeiras						2.621.717	2.546.806	2.344.732
Curto Prazo ⁽²⁾			104,00% a 105,00%			2.580.022	2.506.321	—
Longo Prazo			106,50% DI		2017	41.695	40.485	2.344.732
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						396.648	395.309	518.578
Curto Prazo	ARS					396.648	308.060	332.799
Longo Prazo	ARS				2016	—	87.249	185.779
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾						1.925.803	968.025	366.532
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior								
	USD	150.000	5,25%	2008	2018	250.725	223.591	—
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2008	2015	63.939	79.402	231.270
Notas Estruturadas								
	USD	250.000	Libor 6m+2,50%	2015	2034	802.328	—	—
	USD	250.000	Libor 6m+2,50%	2014	2034	808.811	665.032	135.262
Banco Votorantim						12.204.747	11.456.946	11.728.286
Programa "Global Medium - Term Notes"						3.590.648	3.290.331	2.960.497
Curto Prazo ⁽²⁾						2.604.377	658.980	424.836
Longo Prazo ⁽⁶⁾					2020	966.271	2.631.951	2.536.661
Credit Linked Notes						19.819	16.672	49.806
Curto Prazo ⁽²⁾						—	—	22.280
Longo Prazo ⁽⁶⁾					2016	19.819	16.672	27.526
Debêntures						99	59	772.978
Pós-fixado	R\$		100,00% DI	2011	2016	99	59	772.978

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Certificados de Operações Estruturadas	R\$		11,25% a.a.	2014	2015	16.090	16.140	—
Letras de Crédito Imobiliário			90,00% a 100,00% DI	2014	2019	216.786	200.433	84.785
Letras de Crédito do Agronegócio						1.427.023	1.426.963	1.283.782
Pós-fixado	R\$		85,00% a 98,50% DI	2007	2022	1.420.239	1.425.087	1.281.430
Pós-fixado			3,65% a 4,82% + IPCA	2014	2017	335	94	—
Pré-fixado	R\$		11,76% a 13,52%	2014	2021	6.449	1.782	2.352
Letras Financeiras						6.934.282	6.505.748	6.576.438
Pré-fixado	R\$		8,95% a 14,48%	2011	2024	399.136	397.352	383.459
Pós-fixado	R\$		3,67% a 5,90% + IGPM	2013	2016	6.631	6.417	204.847
Pós-fixado	R\$		104,50% a 112,02% DI	2011	2019	6.323.947	5.880.820	5.960.167
Pós-fixado	R\$		3,14% a 7,42% + IPCA	2012	2021	184.616	202.004	46.794
Pós-fixado	R\$		109,30% da Selic	2012	2015	19.952	19.355	1.171
Empresas não Financeiras						1.397	1.547	12.012
Cibrasec								
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$		10,30%			1.397	1.547	2.166
Kepler Weber S.A.								
Debêntures	R\$		TJLP + 3,80%	2007	2020	—	—	9.846
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁸⁾						(92.791)	(81.742)	(85.430)
Total						183.328.583	159.034.537	140.893.262
Passivo circulante						59.129.505	51.246.816	29.256.448
Passivo não circulante						124.199.078	107.787.719	111.636.814

(1) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, GBP, RMB, AUD, CHF e SGD

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.983 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 24,75% a.a. e Badlar+297 pto. a Badlar+450 pto.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPE) "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" e "Loans Finance Company Limited" foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. As EPE declaram não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pelas EPE com os recursos acumulados em suas contas.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Obrigações legais (Nota 28.d)	13.351.725	13.142.356	12.662.556
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.150.489	2.261.519	668.411
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	2.057.693	1.997.160	2.084.265
Impostos e contribuições a recolher	1.432.246	1.836.002	1.303.954
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	2.279.156	1.627.873	6.330.165
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.245.933	1.596.292	808.238
Outras	302.579	322.589	304.452
Total	24.819.821	22.783.791	24.162.041
Passivo circulante	22.183.419	20.370.981	17.472.698
Passivo não circulante	2.636.402	2.412.810	6.689.343

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Marinha Mercante	7.161.957	5.813.891	4.278.185
Pasep ⁽¹⁾	2.344.627	2.259.845	2.112.143
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.540.917	1.534.405	—
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	713.193	725.304	710.768
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	257.115	254.640	—
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá	—	—	21.994
Consolidação da Agricultura Familiar - CAF	—	—	15.524
Combate à Pobreza Rural - Nossa Primeira Terra - CPR/NPT	—	—	12.968
Terras e Reforma Agrária - BB Banco da Terra	266	9.494	12.392
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	49.892	51.632	—
Outros	196.812	191.187	567.037
Total	12.264.779	10.840.398	7.731.011
Passivo circulante	7.960.086	6.629.365	5.074.911
Passivo não circulante	4.304.693	4.211.033	2.656.100

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					21.075.691	20.467.309	19.163.867
Recursos aplicados ⁽¹⁾					20.189.622	19.893.074	18.390.724
Recursos disponíveis ⁽²⁾					877.052	563.304	701.896
Encargos e capitalizar					9.017	5.931	11.247
CDBs Subordinados Emitidos no País					1.698.140	4.110.613	5.274.953
	900.000	113,80% do CDI	2009	2014	—	—	1.509.027
	1.000.000	105,00% a 115,00% do CDI	2009	2015	1.698.140	4.110.613	3.765.926
Dívidas Subordinadas no Exterior					9.361.309	7.861.671	7.277.633
USD	300.000	8,50%	2004	2014	—	—	680.467
USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.131.409	1.787.935	1.502.269
USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	4.815.278	4.045.769	3.393.407
USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.414.628	2.027.967	1.701.470
Letras Financeiras Subordinadas					22.828.627	22.101.905	17.502.300
	1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	1.667.934	1.618.598	1.485.773
	2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.043.286	2.951.225	2.703.707
	4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	6.467.899	6.248.995	5.752.090
	215.000	112,00% do CDI	2012	2019	284.655	275.968	252.623
	4.947.300	111,00% do CDI	2013	2019	5.872.203	5.694.568	5.126.728
	150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	201.298	194.793	178.470
	540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	587.838	569.643	—
	3.568.386	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	4.249.563	4.116.860	1.000.909
	400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	453.951	431.255	—
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil					54.363.767	54.541.498	49.158.753
Banco Votorantim							
CDBs Subordinados Emitidos no País					—	—	1.102.549
	645.000	1,84% a 1,57% + CDI	2009	2014	—	—	1.037.723
	34.750	7,86% a 8,00% + IPCA	2009	2014	—	—	64.826
Nota Subordinada	USD	0x6 7,38% a.a. + variação cambial	2010	2020	2.049.922	1.690.932	1.410.482
Letras Financeiras Subordinadas					1.489.770	1.428.838	1.243.148
	124.980	1,28% a 1,57% + CDI	2010	2016	129.925	125.966	129.265
	70.000	7,77% a 7,82% + IPCA	2011	2016	116.613	110.640	100.178
	25.078	7,80% a 7,20% + IPCA	2013	2016 ⁽³⁾	—	—	26.461
	26.723	6,84% a 7,02% + IPCA	2014	2016	28.580	27.154	—
	752.300	115,00% a 119,00% do CDI 7,63% a 7,81% + IPCA 5,60% a 7,57% + IGPM	2011	2017	860.520	833.281	858.843
	5.922	8,02% + IPCA	2011	2019 ⁽⁴⁾	11.514	10.336	9.899
	5.969	7,25% + IPCA	2013	2020 ⁽⁵⁾	—	—	6.290
	100.659	1,72% a 1,75% + CDI 156,00% a 118,00% do CDI 7,09% a 8,02% + IPCA	2014	2020	112.772	108.328	47.835
	150.600	118,00% a 119,00% do CDI 7,03% a 8,13% + IPCA	2014	2021	174.589	169.993	35.188
	5.300	118,00% do CDI 7,96% + IPCA	2015	2022	5.388	—	—
	27.506	7,34% + IPCA	2013	2023	33.917	32.300	29.186
	5.000	7,84% + IPCA	2015	2023 ⁽⁵⁾	5.147	—	—
	9.500	8,14% a 8,63% + IPCA	2014	2024	10.805	10.250	—
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim					3.539.692	3.119.770	3.756.179
Valores eliminados na consolidação					(177.889)	(10.537)	(10.190)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾⁽⁵⁾					58.325.770	57.650.741	52.904.742
Passivo circulante					1.528.623	4.110.613	5.539.654
Passivo não circulante					56.797.147	53.540.128	47.365.088

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente

(4) O montante de R\$ 37.425.368 mil (R\$ 37.065.165 mil em 31.12.2014) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil

(5) Inclui o montante de R\$ 5.516.370 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Bônus Perpétuos							
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	4.979.817	4.037.923	3.510.007
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	5.966.393	4.835.886	4.220.317
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	6.569.507	5.355.519	4.631.213
	R\$	8.100.000 ⁽¹⁾	5,50%	09/2012	110.293	149.587	8.207.644
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	8.147.019	6.627.916	--
Total Banco do Brasil					25.773.029	21.006.831	20.569.181
Valores eliminados na consolidação					(19.351)	(8.321)	(685)
Total Consolidado					25.753.678	20.998.510	20.568.496
Passivo circulante					951.323	368.814	540.273
Passivo não circulante					24.802.355	20.629.696	20.028.223

(1) Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, oriundos de Contrato de Mútuo com a União, até 27.08.2014, eram autorizados pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e estavam sujeitos ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013, portanto eram reconhecidos nesse grupamento. Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar esse instrumento elegível ao capital principal. Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido (Nota 24.c), permanecendo nesse grupamento o saldo de juros a pagar.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 21.558.498 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.502.534 mil em 31.12.2014), sendo o montante de R\$ 19.484.955 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.f).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;



- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.


e) Diversas

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Operações com cartão de crédito/débito	17.729.946	19.548.519	15.886.586
Passivos atuariais (Nota 27.e)	7.854.507	7.769.579	8.255.075
Credores diversos no país	8.235.884	7.740.859	5.617.377
Provisões para pagamentos a efetuar	8.058.079	7.544.606	7.007.600
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	6.521.408	5.772.357	5.269.635
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.621.135	2.735.089	2.983.724
Recursos vinculados a operações de crédito	1.426.589	1.264.972	1.124.687
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.501.427	1.120.747	1.084.879
Credores diversos no exterior	1.410.992	1.092.004	758.066
Credores por recursos a liberar	794.479	1.003.725	1.133.337
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	735.053	973.651	2.602.945
Obrigações por convênios oficiais	992.050	733.450	166.132
Obrigações por cotas de fundos de investimento	15.110	634.174	993.588
Obrigações por aquisição de bens e direitos	420.901	506.966	315.509
Obrigações por operações vinculadas a cessão	342.043	345.409	306.880
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	271.774	246.586	234.413
Provisões para garantias prestadas	301.401	193.877	143.047
Coobrigações em Cessões de Crédito	1.110	1.107	1.485
Outras	230.511	122.940	115.855
Total	59.464.399	59.350.617	54.000.820
Passivo circulante	48.441.635	49.910.566	43.670.072
Passivo não circulante	11.022.764	9.440.051	10.330.748

21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Prêmios diretos de seguros a receber	3.445.263	3.397.512	2.131.267
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.465.955	1.239.800	1.324.725
Crédito de operações de seguros com seguradoras	454.369	365.105	370.612
Crédito de operações com capitalização	24.043	7.692	13.705
Crédito de operações de previdência complementar	75	76	16
Total	5.389.705	5.010.185	3.840.325
Ativo circulante	4.491.072	4.104.489	3.822.007
Ativo não circulante	898.633	905.696	18.318

b) Provisões Técnicas

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Seguros	10.925.476	10.442.325	9.230.733
Provisão de prêmios não ganhos	5.871.762	5.933.486	4.802.974
Provisão de sinistros a liquidar	3.827.713	3.405.527	3.272.271
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	853.727	759.609	762.483
Provisão complementar de cobertura	286.441	269.306	240.282
Outras provisões	85.833	74.397	152.723
Previdência	90.273.948	83.969.011	65.852.966
Provisão matemática de benefícios a conceder	87.857.549	81.648.799	63.369.876
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.250.027	1.207.718	1.069.229
Provisão de excedente financeiro	467.063	453.322	454.280
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	15.496	14.350	15.406
Outras provisões	683.813	644.822	944.175
Capitalização	7.782.278	7.808.676	6.536.535
Provisão matemática para capitalização	7.378.217	7.419.815	6.198.986
Provisão para sorteios e resgates	404.061	388.861	282.920
Outras provisões	—	—	54.629
Total	108.981.702	102.220.012	81.620.234
Passivo circulante	27.100.038	24.494.597	20.714.916
Passivo não circulante	81.881.664	77.725.415	60.905.318

c) Provisões Técnicas por Produto

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Seguros	10.925.476	10.442.325	9.230.733
Vida	5.449.818	5.041.816	3.947.862
Ramos elementares	2.577.223	2.663.406	2.727.604
Auto	2.404.004	2.318.491	2.070.604
Dpvt	494.431	418.612	484.663
Previdência	90.273.948	83.969.011	65.852.966
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	66.010.519	60.362.072	43.999.248
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	17.961.855	17.451.080	15.626.726
Planos tradicionais	6.301.574	6.155.859	6.226.992
Capitalização	7.782.278	7.808.676	6.536.535
Total	108.981.702	102.220.012	81.620.234

d) Garantia das Provisões Técnicas

	31.03.2015				31.12.2014				31.03.2014			
	Seguros	Providência	Capitalização	Total	Seguros	Providência	Capitalização	Total	Seguros	Providência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	83.457.728	--	83.457.728	--	77.362.267	--	77.362.267	--	59.178.902	--	59.178.902
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.673.090	4.803.116	4.280.141	13.867.247	4.501.338	4.831.352	4.201.507	13.534.197	5.016.818	4.760.827	2.909.547	12.687.192
Títulos públicos	3.104.384	2.674.144	2.061.565	7.840.093	2.925.739	2.586.063	2.295.753	7.807.555	1.530.060	2.376.829	2.981.819	6.888.708
Títulos privados	1.782.801	191.469	1.665.066	3.639.336	1.406.515	200.694	1.676.544	3.282.753	1.720.943	196.650	798.859	2.716.452
Direitos creditórios	2.797.638	--	--	2.797.638	2.571.754	--	--	2.571.754	1.635.570	--	--	1.635.570
Imóveis	27.374	--	--	27.374	25.203	--	--	25.203	14.895	--	--	14.895
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	361	--	--	361	327	--	--	327	9.379	--	--	9.379
Total	12.386.648	91.226.455	8.816.772	111.629.775	11.430.876	84.980.376	8.172.804	104.584.056	9.927.665	66.513.208	6.670.225	83.111.098

e) Resultado Financeiro e Operacional

	1º Trimestre/2015				1º Trimestre/2014			
	Seguros	Providência	Capitalização	Total	Seguros	Providência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	264.018	729.849	228.110	1.221.977	94.633	530.938	158.839	784.410
Receitas financeiras	1.287.712	2.325.365	238.037	3.851.114	282.338	1.350.314	166.052	1.778.704
Despesas financeiras	(1.023.694)	(1.595.516)	(9.927)	(2.629.137)	(167.705)	(819.376)	(7.213)	(994.294)
Atualização e juros de provisões técnicas	(19.792)	(607.417)	(125.946)	(753.155)	(5.558)	(444.201)	(99.208)	(548.967)
Resultado das operações	936.704	86.181	130.593	1.153.478	902.561	44.292	55.487	1.002.340
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	2.327.189	6.392.454	873.846	9.593.489	2.103.103	3.833.966	866.605	6.803.674
Variação das provisões técnicas	44.352	(6.302.603)	(712.824)	(6.971.075)	12.218	(3.787.050)	(729.594)	(4.504.426)
Sinistros retidos	(1.211.063)	--	--	(1.211.063)	(982.937)	(412)	--	(983.349)
Despesas de comercialização	(223.774)	(2.393)	(4.522)	(230.689)	(229.823)	(2.078)	(50.544)	(282.445)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(25.907)	(25.907)	--	--	(30.980)	(30.980)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(1.277)	--	(1.277)	--	(134)	--	(134)
Total	1.180.930	208.613	232.757	1.622.300	991.636	131.029	115.118	1.237.783



**f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização**

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Seguros	2.327.189	2.103.103
Prêmios emitidos	2.617.516	2.305.069
Prêmios de cosseguros cedidos	(41.336)	(48.311)
Prêmios restituídos	(10.359)	(4.873)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(238.632)	(148.782)
Previdência	6.392.454	3.833.966
Prêmios emitidos	5.905.638	3.381.019
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	486.816	452.947
Capitalização	873.846	866.605
Comercialização de títulos de capitalização	873.846	866.605
Total	9.593.489	6.803.674

22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Rendas de cartões	1.395.696	1.272.778
Administração de fundos	1.001.553	875.340
Cobrança	418.830	350.604
Arrecadações	259.667	227.476
Seguros, previdência e capitalização	251.617	290.427
Operações de crédito e garantias prestadas	193.914	232.635
Interbancária	185.787	179.271
Rendas do mercado de capitais	173.740	96.596
Serviços fiduciários	100.666	93.099
Taxas de administração de consórcios	95.238	71.347
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	85.878	72.228
Conta corrente	80.171	73.999
De coligadas/controladas não financeiras	55.428	56.821
Prestados a ligadas	19.115	23.985
Outros serviços	336.919	272.732
Total	4.654.219	4.189.238

b) Rendas de tarifas bancárias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Pacote de serviços	809.915	773.082
Operações de crédito e cadastro	336.598	327.035
Rendas de cartões	247.236	229.495
Administração de fundos de investimento	79.624	62.247
Transferência de recursos	74.728	63.216
Contas de depósito	54.301	48.634
Serviços fiduciários	12.676	11.024
Outras	40.168	36.784
Total	1.655.246	1.551.517

c) Despesas de pessoal

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Proventos	(2.305.588)	(2.094.024)
Provisões administrativas de pessoal	(913.365)	(873.318)
Encargos sociais	(843.400)	(776.545)
Benefícios	(658.773)	(603.762)
Demandas trabalhistas	(319.254)	(200.397)
Previdência complementar	(109.075)	(96.645)
Honorários de diretores e conselheiros	(26.105)	(21.571)
Treinamento	(13.869)	(9.641)
Total	(5.189.429)	(4.675.903)


d) Outras despesas administrativas

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Amortização	(828.998)	(1.128.910)
Serviços de terceiros	(411.216)	(488.294)
Comunicações	(360.069)	(371.984)
Aluguéis	(345.842)	(308.110)
Transporte	(309.296)	(332.766)
Depreciação	(286.101)	(253.646)
Serviços de vigilância e segurança	(256.717)	(213.333)
Processamento de dados	(213.841)	(218.266)
Manutenção e conservação de bens	(200.570)	(160.159)
Serviços do sistema financeiro	(196.358)	(186.634)
Serviços técnicos especializados	(185.091)	(173.251)
Água, energia e gás	(121.273)	(95.601)
Propaganda e publicidade	(80.342)	(110.951)
Promoções e relações públicas	(46.450)	(50.687)
Viagem no país	(36.814)	(36.938)
Material	(34.711)	(32.595)
Outras	(208.277)	(175.669)
Total	(4.121.966)	(4.337.796)

e) Outras receitas operacionais

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Atualização de depósitos em garantia	555.373	427.592
Operações com cartões	514.765	313.124
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 27.f)	450.871	265.437
Recuperação de encargos e despesas	260.357	201.841
Rendas de títulos e créditos a receber	188.621	129.983
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	181.224	146.877
Reversão de provisões - demandas trabalhistas	155.441	488.642
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	138.929	445.700
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	117.059	1.038.907
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	71.326	58.622
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	56.101	50.386
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	50.937	33.946
Royalties e participações especiais	47.981	46.835
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	16.023	20.171
Dividendos recebidos	7.324	1.864
Outras	327.494	353.797
Total	3.139.826	4.023.724

f) Outras despesas operacionais

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Demandas cíveis e fiscais	(955.933)	(664.762)
Operações com cartões crédito/débito	(920.280)	(668.737)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(283.653)	-
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	(249.065)	(321.166)
Atualização das obrigações atuariais	(246.830)	(268.392)
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(208.699)	(59.992)
Descontos concedidos em renegociação	(162.757)	(204.565)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(137.786)	(733.287)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(105.236)	(33.187)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	(77.440)	(68.548)
Falhas/fraudes e outras perdas	(55.129)	(56.617)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(45.895)	(33.510)
Autoatendimento	(42.914)	(60.643)
Bônus de relacionamento comercial	(20.789)	(55.050)
Outras despesas de provisões de coligadas/controladas não financeiras	(20.580)	(2.354)
Despesas com Proagro	(6.945)	(5.634)
Convênio INSS	(6.331)	(7.565)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(5.896)	(6.230)
Atualização de JCP/Dividendos	(4.429)	(5.414)
Previ - Ajuste atuarial	(2.534)	(2.434)
Outras	(245.159)	(138.356)
Total	(3.804.280)	(3.396.443)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28. d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Receitas não operacionais	5.844.393	131.323
Ganhos de capital ⁽¹⁾	5.791.688	4.299
Lucro na alienação de valores e bens	7.102	15.635
Rendas de aluguéis	6.228	4.872
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.858	9.089
Lucro na alienação de investimentos / participação societária	1.356	1.147
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.255	1.666
Outras rendas não operacionais	33.908	94.615
Despesas não operacionais	(73.832)	(33.543)
Desvalorização de outros valores e bens	(2.660)	(5.641)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(5.481)	(6.151)
Perdas de capital	(39.662)	(9.283)
Outras despesas não operacionais	(26.029)	(12.468)
Total	5.770.561	97.780

(1) Inclui, no 1º Trimestre/2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	80.700.519	77.920.212	71.464.555
Valor patrimonial por ação (R\$)	28,86	27,86	25,49
Valor de mercado por ação (R\$)	22,91	23,77	22,80
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾	83.598.039	80.613.194	73.517.129

(1) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.h).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2014 e 31.03.2014) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 29.f).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.



O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.788 mil (R\$ 2.805 mil em 31.12.2014 e R\$ 4.544 mil em 31.03.2014), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º trimestre de 2015, foram realizadas reservas no montante de R\$ 17 mil (R\$ 20 mil no 1º trimestre de 2014) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Reservas de Capital	13.992	10.773	10.371
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	25.393.416	26.625.511	19.647.295
Reserva legal	5.468.217	5.468.217	4.902.575
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	19.925.199	21.157.294	14.744.720
Margem operacional	16.976.072	16.946.706	10.705.224
Equalização de dividendos	2.949.127	4.210.588	4.039.496

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.03.2015, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 25.764.519 mil e R\$ 20.296.302 mil, respectivamente, devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 371.104 mil (Nota 24.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

f) Lucro por ação

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	5.788.985	2.774.858
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.796.086.165	2.804.687.501
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,07	0,99

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos a pagar	1.261.460	0,451	21.05.2015	29.05.2015
Total destinado aos acionistas	2.315.594	0,828		
Lucro líquido do período	5.788.985			

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
Total destinado aos acionistas	1.109.943	0,396		
Lucro líquido do período	2.774.858			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º trimestre de 2015, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 421.653 mil (R\$ 352.933 mil no 1º trimestre de 2014).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco do Brasil	5.675.916	2.774.858	72.600.519	69.820.212	71.464.555
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	113.069	—	8.100.000	8.100.000	—
	5.788.985	2.774.858	80.700.519	77.920.212	71.464.555
Resultado não realizado ⁽²⁾	29.365	(97.260)	(371.104)	(400.470)	(430.692)
Participação dos não controladores	—	—	3.268.624	3.093.452	2.483.266
Consolidado	5.818.350	2.677.598	83.598.039	80.613.194	73.517.129

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais o Instrumento Elegível ao Capital Principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas foram reclassificados para o patrimônio líquido, baseado no entendimento e orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas (Notas 3 e 24.c).

(2) No 1º trimestre de 2015 houve realização de resultados não realizados decorrente da cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A., nos demais períodos houve eliminação de resultados não realizados.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Trimestre/2015				1º Trimestre/2014			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Titulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(757.714)	(827.015)	241.835	(1.342.894)	(294.593)	54.734	(19.094)	(258.953)
Subsidiárias no Exterior	30.118	(1.451)	(136)	28.531	24.653	(2.623)	1.368	23.198
Coligadas e Controladas	(191.899)	15.364	(6.160)	(182.695)	(193.076)	16.164	(6.040)	(182.952)
Hedge de fluxo de caixa								
Coligadas e Controladas	1.716	834	(283)	2.267	1.563	34	(11)	1.586
Ganho/(Perdas) atuariais - Planos de Benefícios	(8.680.091)	--	--	(8.680.091)	(2.670.596)	--	--	(2.670.596)
Total	(9.597.840)	(812.268)	235.256	(10.174.852)	(3.132.049)	68.108	(23.777)	(3.087.717)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Banco Patagonia S.A.	1.086.205	855.224	632.159
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	28	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	57	57	45
BB Seguridade S.A.	2.182.335	2.238.143	1.851.035
Participação dos não controladores	3.268.624	3.093.452	2.483.266

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.659.005.282	57,9	1.659.005.282	57,9	1.669.782.362	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	87.368.167	3,0	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	297.328.014	10,4	297.387.714	10,4	296.442.014	10,4
BNDES Participações S.A. - BNDESPar ⁽¹⁾	--	--	--	--	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	69.250.818	2,4	68.881.576	2,4	61.699.534	2,1
Outros acionistas	839.832.906	29,3	840.142.448	29,3	829.970.442	29,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.280.209.256	79,6	2.279.461.556	79,6	2.215.525.438	80,8
Residentes no exterior	585.207.764	20,4	585.955.464	20,4	549.891.582	19,2

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 31.03.2015 inclui 25.968 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (29.138 ações em 31.12.2014 e 12.680 em 31.03.2014).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	10.004	10.007	6.704
Diretoria Executiva	209.800	112.867	182.418
Conselho Fiscal	1.176	1.176	—
Comitê de Auditoria	75	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1	833.621.216	29,1
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	—	—	10.777.100	—	—	—
Aquisição de ações pelo BNDESPar	—	—	5.522.648	—	—	—
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	—	—	896.508	—	896.508	—
Alienação / (Aquisição) de ações pela Previ	59.700	—	1.404.300	—	350.000	—
Aquisição de ações - programa de recompra	(560.000)	—	(12.311.300)	—	(5.121.100)	—
Transferência de ações - pagamento baseado em ações	190.758	—	—	—	123.894	—
Outras movimentações ⁽¹⁾	(96.930)	—	109.093	—	(89.207)	—
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	839.613.093	29,3	840.019.565	29,3	829.781.311	29,0
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 31.03.2015, foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 31.03.2015, o Banco possuía 69.250.818 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.629.765 mil, das quais 68.651.621 ações decorrentes dos programas de recompra, 599.165 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em AçõesPrograma 2011

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As parcelas anuais foram desbloqueadas em 08.03.2013, 10.03.2014 e 09.03.2015, respectivamente.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco adquiriu 212.301 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014 e 53.063 ações em 09.03.2015, as demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, caso sejam atendidos todos os requisitos de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	53.065	08.03.2016
Terceira parcela	53.065	08.03.2017
Total	106.130	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil (BBAS3) ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 13.452 ações foram transferidas aos membros da Diretoria (3.170 ações em 12.03.2015). As demais 6.340 ações constituem as parcelas diferidas que serão transferidas no futuro, de acordo com o seguinte cronograma, caso todas as condições de transferência sejam atendidas.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Terceira parcela	3.170	08.03.2016
Quarta parcela	3.170	08.03.2017
Total	6.340	

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.756 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas em 11.03.2014 e 70.736 ações em 02.03.2015. As demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todos os requisitos de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	70.736	02.03.2016
Terceira parcela	70.736	02.03.2017
Quarta parcela	70.736	02.03.2018
Total	212.208	



A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil existentes em tesouraria, ao custo médio de R\$ 23,83 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 4.918 ações foram transferidas aos membros da Diretoria no exercício de 2014 e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, conforme cronograma a seguir, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	4.907	16.04.2015
Segunda parcela	4.907	18.04.2016
Terceira parcela	4.907	17.04.2017
Quarta parcela	4.907	16.04.2018
Total	19.628	-

Programa 2014

O Banco do Brasil utilizou 318.633 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 24,08 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 63.789 ações foram transferidas em 27.02.2015 e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	63.711	27.02.2016
Segunda parcela	63.711	27.02.2017
Terceira parcela	63.711	27.02.2018
Quarta parcela	63.711	27.02.2019
Total	254.844	

25 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Valores Correntes	(4.885.311)	(1.334.639)
IR e CSLL no país	(4.733.733)	(1.171.720)
Imposto de Renda no exterior	(151.578)	(162.919)
Valores Diferidos	3.901.128	(102.372)
Passivo Fiscal Diferido	(631.664)	(346.302)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	668	20.989
Marcação a mercado	(543.754)	81.626
Ganhos atuariais	(44.388)	(274.014)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(83.479)	(71.852)
Lucros do exterior	(8.289)	(101.007)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	34.549	29.391
Créditos recuperados a prazo	13.029	(31.435)
Ativo fiscal diferido	4.532.792	243.930
Diferenças temporárias	3.961.415	290.715
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(102)	-
Marcação a mercado	571.479	(46.785)
Total	(984.183)	(1.437.011)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Resultado Antes dos Tributos e Participações	7.972.746	4.831.058
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(3.189.098)	(1.932.423)
Encargos sobre JCP	421.654	352.933
Resultado de participações em coligadas/controladas	683.121	(207.288)
Participação de empregados no lucro	303.605	153.472
Outros valores	796.535	196.295
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(984.183)	(1.437.011)

c) Despesas tributárias

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Cofins	(1.266.118)	(617.789)
ISSQN	(221.687)	(192.878)
PIS/Pasep	(236.132)	(104.353)
Outras	(121.619)	(93.983)
Total	(1.845.556)	(1.009.003)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	324.021	273.173	4.704.076
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	463.008	452.830	423.787
Decorrentes da marcação a mercado	989.161	317.567	443.208
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	170.780	183.809	138.188
Decorrentes de lucros do exterior	8.289	—	101.007
Dependências no Exterior	82.707	80.324	5.128
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	113.313	141.805	304.075
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	19.855	58.616	37.676
Outros	108.022	119.749	173.020
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.279.156	1.627.873	6.330.165
Imposto de Renda	1.253.813	902.872	3.552.089
Contribuição Social	766.894	551.960	2.122.867
Cofins	222.322	148.853	563.621
PIS/Pasep	36.127	24.188	91.588

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2014	1º Trimestre/2015		31.03.2015	31.03.2014
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	27.397.051	7.726.136	(2.034.847)	33.088.340	25.506.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.175.330	3.061.797	(1.702.021)	18.535.106	14.906.000
Provisões passivas	7.328.158	904.267	(315.692)	7.916.733	7.646.978
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	165.954	—	—	165.954	450.895
Marcação a mercado	1.037.835	1.002.416	(171)	2.040.080	899.756
Outras provisões	1.689.774	2.757.656	(16.963)	4.430.467	1.603.287
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.276.570	—	(29.066)	1.247.504	1.420.810
Prejuízo fiscal/Base negativa	374.997	2.254	(23.808)	353.443	129.957
Superveniência de depreciação	451.946	—	(19.195)	432.751	523.762
Total dos Créditos Tributários Ativados	29.500.564	7.728.390	(2.106.916)	35.122.038	27.581.445
Imposto de Renda	17.851.667	5.071.033	(1.293.549)	21.629.151	16.575.043
Contribuição Social	11.561.312	2.563.618	(813.348)	13.311.582	10.929.072
Cofins	75.342	80.636	(16)	155.962	66.582
PIS/Pasep	12.243	13.103	(3)	25.343	10.748

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Créditos tributários no exterior	1.055.981	863.209	510.901
Diferenças temporárias	—	81.773	98.463
Total dos Créditos Tributários	1.055.981	944.982	609.364
Imposto de Renda	659.988	590.609	386.266
Contribuição Social	395.993	354.373	223.098

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	7.874.257	7.223.105
Em 2016	6.984.604	6.181.343
Em 2017	6.582.135	5.663.969
Em 2018	6.414.264	5.327.414
Em 2019	905.554	638.158
Em 2020	235.799	126.983
Em 2021	135.317	67.663
Em 2022	68.777	33.356
Em 2023	65.837	28.604
Em 2024	63.285	24.660
Em 2025	170.735	—
Total de Créditos Tributários em 31.12.2014	29.500.564	25.315.255

No 1º trimestre de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 2.031.628 mil, correspondente a 30,12% da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2014, está projetada para 4,5 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2015	39%	26%
Em 2016	29%	24%
Em 2017	23%	24%
Em 2018	1%	24%
Em 2019	2%	2%
A partir de 2020	6%	—

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Benefícios de curto prazo	16.387	14.903
Honorários e encargos sociais	10.553	9.684
Diretoria Executiva	9.778	8.934
Comitê de Auditoria	576	590
Conselho de Administração	100	84
Conselho Fiscal	99	76
Participações no lucro	5.223	4.883
Outros	611	336
Remuneração baseada em ações	5.889	3.369
Total	22.276	18.272

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN n.º 3.750/2009. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º trimestre/2015, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 21.722 mil (R\$ 11.450 mil no 1º trimestre/2014).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irrevogável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2.c).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	1º trimestre/2015	1º trimestre/2014
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.146.769	2.607.649
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	34.695	109.767

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.03.2015						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	75.006.706	1.130.576	--	--	--	76.137.282
Títulos e valores mobiliários	--	46.586.859	95.477	--	--	--	46.682.336
Operações de crédito	--	148.782	16.261.945	68.930	--	27.953.401	44.433.058
Valores a receber de ligadas	--	57.737	108.623	--	--	--	166.360
Outros ativos ⁽⁷⁾	16.481.465	789.078	3.269.405	470	--	--	20.540.418
Passivos							
Depósitos à vista	433.364	50.559	112.362	322	1.052	2.324.323	2.921.982
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.455	256.526	257.981
Depósitos a prazo remunerados	--	9.258.804	550.935	--	1.097	17.600.934	27.411.770
Captações mercado aberto	--	38.543.561	9.505.344	--	--	2.838.245	50.887.150
Obrigações por empréstimos e repasses	296.689	59.589.581	--	--	--	90.392.239	150.278.509
Outros passivos	856.212	48.473.887	270.023	12.428	--	184.523	49.797.073
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.845.699	6.800.000	--	--	--	10.645.699
1º Trimestre/2015							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.800.522	3.038.488	823.854	671	--	662.071	6.325.606
Despesas com captação	(20.794)	(3.201.865)	(11.648)	(12.266)	(86)	(2.114.492)	(5.361.151)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeteira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.03.2014						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	46.312.670	--	--	--	6.883	46.319.553
Títulos e valores mobiliários	--	21.954.449	109.216	--	--	--	22.063.665
Operações de crédito	--	13.768	13.334.449	82.989	--	23.313.285	36.744.491
Valores a receber de ligadas	--	44.815	39.648	--	--	--	84.463
Outros ativos ⁽⁷⁾	10.644.060	76.620	3.255.282	1.053	--	--	13.977.015
Passivos							
Depósitos à vista	517.204	35.574	42.050	82	1.124	772.876	1.368.910
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.847	299.394	301.041
Depósitos a prazo remunerados	--	5.381.911	220.171	--	2.029	16.224.428	21.828.539
Captações mercado aberto	--	5.135.595	4.797.190	--	--	2.154.524	12.087.309
Obrigações por empréstimos e repasses	406.280	33.561.403	--	--	--	88.742.943	122.710.626
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.357.479	22.681.869	1.885.586	11.889	--	204.504	33.141.327
Garantias e Outras Cobranças ⁽⁹⁾	--	2.462.936	6.800.000	--	--	--	9.262.936
1º Trimestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.202.522	1.605.440	458.807	545	--	257.507	3.524.821
Despesas com captação	(21.269)	(1.081.105)	(47.318)	(11.531)	(80)	(1.056.701)	(2.218.004)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeteira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal, reclassificado em 28.08.2014 para o Patrimônio Líquido (Nota 24.c).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus - Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Bades e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep - Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.03.2015			31.12.2014			31.03.2014		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.235	105.415	220.650	115.096	104.823	219.919	115.091	104.577	219.668
Plano de Benefícios 1 - Previ	23.499	88.470	111.969	23.981	88.138	112.119	25.238	87.599	112.797
Plano Previ Futuro	74.985	799	75.784	74.284	777	75.061	72.862	684	73.546
Plano Informal	—	3.709	3.709	—	3.709	3.709	—	3.917	3.917
Outros Planos	16.751	12.437	29.188	16.831	12.199	29.030	16.991	12.417	29.408
Planos de Assistência Médica	116.268	95.767	212.035	116.337	95.533	211.870	116.708	95.427	212.135
Cassi	103.270	88.441	191.711	103.269	88.134	191.403	103.450	87.538	190.988
Outros Planos	12.998	7.326	20.324	13.068	7.399	20.467	13.258	7.889	21.147

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	290.696	282.268
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	125.973	129.434
Plano Previ Futuro	95.458	95.499
Plano Informal	39.476	40.796
Outros Planos	29.789	16.539
Planos de Assistência Médica	247.033	232.677
Cassi	219.124	206.270
Outros Planos	27.909	26.407
Total	537.729	514.945

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização. O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aquelas participantes que fazem parte do Plano Informal.



As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 743.064 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	(31.927)	285.751
Plano de Benefícios 1 - Previ	138.929	445.700
Plano Previ Futuro	(95.458)	(95.499)
Plano Informal	(35.923)	(38.370)
Outros Planos	(39.475)	(26.080)
Planos de Assistência Médica	(325.815)	(358.146)
Cassi	(297.317)	(329.984)
Outros Planos	(28.498)	(28.162)
Total	(357.742)	(72.395)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013. Considerando que, em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, as contribuições do Banco e dos participantes retornaram a partir de janeiro de 2014.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

**Prevma's (Economus)**

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido a priori.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

**Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)**

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusesc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2014 e 31.12.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
Custo de juros	(14.412.148)	(11.946.190)	(121.305)	(99.016)	(755.247)	(718.314)	(750.257)	(634.651)
Custo do serviço corrente	(502.741)	(565.900)	–	–	(116.703)	(136.080)	(38.970)	(41.725)
Custo do serviço passado	–	–	(25.402)	(43.983)	–	–	–	–
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	8.394.631	9.268.627	185.004	192.084	507.409	536.639	424.664	426.885
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(2.841.570)	18.134.054	45.434	37.821	867.788	1.702.032	(92.328)	1.227.193
Saldo Final	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.884.677)	(113.522.849)	–	–	–	–	(5.115.870)	(5.033.968)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	–	–	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	–	–	–	–	5.033.968	4.921.429
Receita de juros	17.611.010	13.708.711	–	–	–	–	621.916	475.875
Contribuições recebidas	581.637	1.137.977	185.004	192.084	507.409	536.639	151.576	149.825
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(8.394.631)	(9.268.627)	(185.004)	(192.084)	(507.409)	(536.639)	(424.664)	(426.885)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(19.073.110)	(13.186.457)	–	–	–	–	(266.926)	(86.276)
Saldo Final	135.145.646	144.420.740	–	–	–	–	5.115.870	5.033.968

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).



d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
1) Valor justo dos ativos do plano	135.145.646	135.145.646	144.420.740	--	--	--	--	--	--	5.115.870	5.115.870	5.033.968
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.884.877)	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(6.428.867)	(5.971.976)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	12.260.969	12.260.969	30.897.891	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(1.312.997)	(938.008)
4) Superávit/(Déficit) - parcela patrocinadora	6.130.485	6.130.485	15.448.946	(920.380)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(5.830.331)	(6.333.578)	(916.046)	(916.046)	(702.015)
5) Valores reconhecidos no resultado ⁽¹⁾	138.929	--	445.700	(35.923)	--	(38.370)	(201.265)	--	(240.529)	(32.577)	--	(20.135)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 27.f) ⁽¹⁾	125.973	--	129.433	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ⁽¹⁾	--	--	--	39.445	--	40.760	124.693	--	116.815	22.300	--	22.531
8) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ⁽²⁾	6.395.387	6.130.485	16.024.079	(916.858)	(920.380)	(1.001.721)	(5.906.903)	(5.830.331)	(6.457.292)	(926.323)	(916.046)	(699.619)

(1) Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de Dezembro.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				Total
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima 5 anos	
Plano 1 (Previ)	9,53	9.580.530	9.585.544	28.697.230	203.223.602	251.086.906
Plano Informal (Previ)	5,16	159.009	145.010	349.747	793.841	1.447.607
Plano de Associados (Cassi)	10,63	564.389	545.141	1.539.332	13.571.513	16.220.375
Regulamento Geral (Economus)	9,07	435.580	430.583	1.280.387	8.385.446	10.532.006
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,44	1.312	1.432	5.111	94.972	102.827
Plus I e II (Economus)	5,38	49.466	45.203	112.862	282.783	490.314
Grupo B' (Economus)	7,72	12.704	12.524	36.333	174.218	235.779
Prevmais (Economus)	13,96	9.960	10.339	33.390	573.358	627.047
Multifuturo I (Fusesc)	11,19	4.973	5.040	15.493	157.083	182.589
Plano I (Fusesc)	11,73	29.708	31.223	103.850	1.274.497	1.439.278
Plano BEP (Prevbep)	10,42	2.427	2.533	8.541	77.201	90.702

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.



d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Custo do serviço corrente	(63.110)	(61.477)	—	—	(23.168)	(34.532)	(4.579)	(5.020)
Custo dos juros	(1.867.158)	(1.815.318)	(27.810)	(31.334)	(178.096)	(205.998)	(105.708)	(95.937)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.059.197	2.322.495	—	—	—	—	77.710	80.823
Custo do serviço passado não reconhecido	—	—	(8.113)	(7.036)	—	—	—	—
Despesa com funcionários da ativa	—	—	—	—	(96.053)	(89.454)	(35.396)	(34.108)
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	138.929	445.700	(35.923)	(38.370)	(297.317)	(329.984)	(67.973)	(54.242)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Renda Fixa	47.463.151	46.440.688	44.914.850	4.507.678	4.490.711	4.263.771
Renda Variável ⁽¹⁾	73.627.348	74.607.857	85.352.657	212.138	227.912	412.785
Investimentos imobiliários	8.162.797	8.177.129	8.376.403	163.537	165.839	151.019
Empréstimos e financiamentos	4.892.272	4.946.825	4.910.305	103.255	104.875	100.679
Outros	1.000.078	973.147	868.525	129.262	126.533	105.714
Total	135.145.646	135.145.646	144.420.740	5.115.870	5.115.870	5.033.968
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.125.608	10.940.267	10.398.293	24.709	25.537	—
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	163.092	163.817	144.421	7.621	7.621	5.034

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 28.835.180 mil (R\$ 40.714.739 mil em 31.03.2014), referente a ativos não cotados em mercado ativo.



d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de inflação (a.a.)	6,07%	6,66%	6,23%	6,66%	6,04%	6,66%	6,07%	6,66%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	6,41%	6,19%	6,15%	6,33%	6,50%	6,31%	6,45%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,76%	13,50%	—	—	—	—	12,76%	13,55%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	0,25%	—	—	—	—	0,73%	0,43%
Tábua de sobrevivência	AT-2000		AT-2000		AT-2000		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.





d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	5,00%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor apurado - Previ	134.450.819	138.817.850	(122.073.122)	(114.220.749)	12.377.697	24.597.102
Incorporação dos valores do contrato 97	13.687.582	13.663.084	(13.687.582)	(13.663.084)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.071.445	1.056.555	(1.071.445)	(1.056.555)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(14.064.200)	(9.116.749)	--	--	(14.064.200)	(9.116.749)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	13.947.472	15.417.538	13.947.472	15.417.538
Valor apurado - Banco	135.145.646	144.420.740	(122.884.677)	(113.522.849)	12.260.969	30.897.891

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		31.12.2014	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de Juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.884.677	120.819.653	124.918.653	123.107.300	122.663.904	120.566.239	125.298.519
	Superávit/(déficit) do plano	12.260.969	14.325.994	10.226.994	12.038.347	12.481.743	14.579.408	9.847.128
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	920.380	885.132	956.509	—	—	909.699	931.342
	Superávit/(déficit) do plano	(920.380)	(885.132)	(956.509)	—	—	(909.699)	(931.342)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.830.331	5.700.483	5.958.207	5.831.606	5.829.089	5.707.305	5.958.359
	Superávit/(déficit) do plano	(5.830.331)	(5.700.483)	(5.958.207)	(5.831.606)	(5.829.089)	(5.707.305)	(5.958.359)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.042.173	4.983.974	5.098.047	—	—	4.944.403	5.144.583
	Superávit/(déficit) do plano	(1.031.152)	(972.947)	(1.087.020)	—	—	(933.376)	(1.133.556)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	31.638	32.879	30.431	—	—	30.629	32.697
	Superávit/(déficit) do plano	(1.956)	(3.196)	(748)	—	—	(947)	(3.014)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	360.249	341.135	379.984	—	—	352.996	367.793
	Superávit/(déficit) do plano	(360.249)	(341.135)	(379.984)	—	—	(352.996)	(367.793)
Grupo B* (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	125.278	122.355	128.125	—	—	122.923	127.716
	Superávit/(déficit) do plano	(125.278)	(122.355)	(128.125)	—	—	(122.923)	(127.716)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	190.028	189.861	190.231	—	—	184.695	195.641
	Superávit/(déficit) do plano	77.022	77.190	76.820	—	—	82.356	71.409
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	73.926	73.029	74.791	—	—	72.246	75.678
	Superávit/(déficit) do plano	57.201	58.098	56.337	—	—	58.882	55.450
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	561.185	559.500	562.867	561.186	561.182	554.996	567.608
	Superávit/(déficit) do plano	30.012	31.695	28.328	30.010	30.013	36.199	23.590
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	44.390	43.728	45.030	44.587	44.186	43.460	45.358
	Superávit/(déficit) do plano	41.403	42.066	40.765	41.208	41.608	42.334	40.438

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Plano 1 (Previ)	6.395.387	6.130.485	16.024.079	—	—	—
Plano Informal (Previ)	—	—	—	(916.858)	(920.380)	(1.001.721)
Plano de Associados (Cassi)	—	—	—	(5.906.903)	(5.830.331)	(6.457.292)
Regulamento Geral (Economus)	—	—	—	(543.438)	(532.645)	(357.865)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	—	—	40	(543)	(694)	—
Plus I e II (Economus)	—	—	—	(380.840)	(360.250)	(329.275)
Grupo B' (Economus)	—	—	—	(125.925)	(125.279)	(108.922)
Prevmais (Economus)	39.110	38.511	31.858	—	—	—
Multifuturo I (Fusesc)	28.662	28.602	22.455	—	—	—
Plano I (Fusesc)	15.465	15.006	20.070	—	—	—
Plano BEP (Prevbep)	21.186	20.703	22.020	—	—	—
Total	6.499.810	6.233.307	16.120.522	(7.854.507)	(7.769.579)	(8.255.075)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	1º Trimestre/2015	Exercício/2014	1º Trimestre/2014
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	118.889	172.124	172.124
Atualização	6.500	15.181	5.615
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	—	(60.552)	(8.212)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	(857)	(7.864)	(1.845)
Saldo Final	124.532	118.889	167.682
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	8.155.243	7.794.154	7.794.154
Contribuição ao Plano 1	(125.116)	(513.220)	(119.377)
Atualização	444.371	874.309	259.822
Saldo Final	8.474.498	8.155.243	7.934.599
Total dos fundos de destinação do superávit	8.599.030	8.274.132	8.102.281

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Destacamos abaixo as principais ações fiscais envolvendo as empresas do conglomerado, cujos montantes são demonstrados de forma proporcional à participação detida pelo Banco:

Cofins: Discussões judiciais das empresas do grupo seguridade quanto à constitucionalidade da Lei n.º 9.718/1998, que passou a tributá-las pela Cofins, considerando todas as receitas (prêmios, financeiras e outras receitas não operacionais) na base de cálculo desse tributo. Entre maio/1999 e maio/2009 as companhias depositaram judicialmente a Cofins mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela Selic. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998 por meio da Lei n.º 11.941/2009, a partir de junho/2009 as empresas passaram a recolher a Cofins considerando apenas as receitas de prêmios na base de cálculo desse tributo, revertendo a provisão de Cofins constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da Cofins para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT n.º 2.773/2007, as empresas passaram a classificar a probabilidade de perda desse mérito como “possível”. Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é “provável” e encontra-se devidamente provisionada, totalizando R\$ 761.452 mil. Atualmente os autos encontram-se pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

A Cielo discute judicialmente o afastamento da exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei n.º 10.833/2003, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, depositando judicialmente os valores apurados mensalmente. Desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa é provisionada, totalizando R\$ 321.099 mil. O processo judicial está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recursos Extraordinário, ainda pendente de julgamento.

CSLL: A Brasilprev discute judicialmente a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Desde janeiro de 2009, a Companhia vem depositando judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota, mantendo provisão equivalente no montante de R\$ 241.606 mil.



Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em reclamações de clientes e usuários sobre indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários no período dos Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, geralmente julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) existentes nas décadas de 80 e 90.

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade por meio da opinião dos assessores jurídicos, complementados pela complexidade e pela experiência de transações semelhantes.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	2.735.089	3.425.747
Constituição	132.868	538.615
Reversão da provisão	(37.584)	(924.895)
Baixa por pagamento	(294.804)	(156.880)
Atualização monetária	85.461	101.137
Valores adicionados/incorporados	105	—
Saldo Final	2.621.135	2.983.724
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	1.997.160	2.016.385
Constituição	62.495	133.090
Reversão da provisão	(26.926)	(88.197)
Baixa por pagamento	(2.184)	(2.876)
Atualização monetária	27.148	25.865
Saldo Final	2.057.693	2.084.265
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	5.772.357	4.811.852
Constituição	1.385.788	1.808.111
Reversão da provisão	(514.180)	(1.235.414)
Baixa por pagamento	(271.715)	(229.248)
Atualização monetária	149.158	114.334
Saldo Final	6.521.408	5.269.635
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	11.200.236	10.337.624

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.567.416	172.360	5.338.207
De 5 a 10 anos	53.640	1.856.344	1.155.708
Acima de 10 anos	79	28.989	27.493
Total	2.621.135	2.057.693	6.521.408

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Demandas Trabalhistas	856.883	901.466	748.362
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	12.397.653	11.955.386	10.063.617
Demandas Cíveis	3.608.459	4.056.447	4.210.721
Total	16.862.995	16.913.299	15.022.700

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2008, no valor de R\$ 2.531.860 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 226.889 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 69.543 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.401.592 mil

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Demandas Trabalhistas	4.269.617	4.103.332	3.524.210
Demandas Fiscais	8.608.490	8.319.104	7.775.328
Demandas Cíveis	12.251.665	10.833.712	8.335.097
Total	25.129.772	23.256.148	19.634.635

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.350.098 mil (R\$ 13.141.399 mil em 31.12.2014 e R\$ 12.662.556 mil em 31.03.2014), relativo às seguintes ações:

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.778.425 mil.



Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.399.045 mil, em 31.03.2015, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Depósitos judiciais	15.637.858	15.418.982	14.794.403
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	7.820.847	7.601.971	6.977.392
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	13.350.098	13.141.399	12.662.556
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.778.425	6.569.726	6.090.883

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e ISS no montante de R\$ 1.627 mil em 31.03.2015 (R\$ 957 mil em 31.12.2014 e R\$ 322 mil em 31.03.2014).



29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido		
							31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativos												
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	351.858.176	351.679.317	304.236.604	304.197.645	292.330.920	292.257.184	21.141	(38.959)	(73.736)	21.141	(38.959)	(73.736)
Títulos e valores mobiliários	232.244.701	233.104.522	220.441.891	224.153.475	194.839.718	195.618.460	(1.506.910)	2.260.649	31.570	859.821	3.711.484	778.742
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(2.366.731)	(1.450.835)	(747.172)	--	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	859.821	3.711.484	778.742	859.821	3.711.484	778.742
Instrumentos financeiros derivativos	3.754.489	3.754.489	2.201.466	2.201.466	1.610.802	1.610.802	--	--	--	--	--	--
Operações de crédito	630.530.018	619.353.846	618.499.161	612.894.768	568.565.217	566.337.421	(11.176.172)	(6.604.393)	(2.227.796)	(11.176.172)	(5.604.393)	(2.227.796)
Passivos												
Depósitos interfinanceiros	37.554.005	37.689.644	30.968.746	30.908.215	27.446.934	27.556.409	(135.639)	60.531	(109.475)	(135.639)	60.531	(109.475)
Depósitos a prazo	212.660.814	212.833.565	214.483.944	214.533.535	238.625.203	238.599.179	(182.751)	(49.591)	26.024	(182.751)	(49.591)	26.024
Obrigações por operações compromissadas	338.906.729	337.664.085	306.045.576	304.818.732	282.553.318	281.860.069	1.242.644	1.226.843	693.249	1.242.644	1.226.843	693.249
Obrigações por empréstimos e repasses	121.772.193	122.303.261	115.046.935	115.033.365	110.313.218	109.753.378	(531.088)	13.570	559.840	(531.088)	13.570	559.840
Instrumentos financeiros derivativos	5.632.138	5.632.138	3.443.159	3.443.159	3.924.126	3.924.126	--	--	--	--	--	--
Outras Obrigações	315.007.556	311.548.026	299.178.072	297.212.179	268.649.661	268.159.552	3.459.530	1.965.893	490.009	3.459.530	1.965.893	490.009
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(8.809.225)	(165.457)	(610.315)	(6.442.494)	1.285.378	136.857

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.



Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares na data do balanço. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.03.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	220.733.916	140.702.596	79.488.861	542.459
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	107.821.500	83.177.014	24.644.486	—
Instrumentos financeiros derivativos	3.754.489	—	3.754.489	—
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	109.157.927	57.525.582	51.089.886	542.459
Passivos	10.206.856	—	10.206.856	—
Captação com <i>hedge</i>	4.574.718	—	4.574.718	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.632.138	—	5.632.138	—

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	208.507.774	129.548.096	78.430.915	528.763
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	101.938.979	76.639.926	25.299.053	—
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	—	2.201.466	—
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	104.367.329	52.908.170	50.930.396	528.763
Passivos	7.634.262	—	7.634.262	—
Captação com <i>hedge</i>	4.191.103	—	4.191.103	—
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	—	3.443.159	—

	Saldo em 31.03.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	181.577.549	90.075.826	90.939.814	561.909
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	82.654.329	42.385.455	40.268.874	—
Instrumentos financeiros derivativos	1.610.802	—	1.610.802	—
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	97.312.418	47.690.371	49.060.138	561.909
Passivos	7.395.826	—	7.395.826	—
Captação com <i>hedge</i>	3.471.700	—	3.471.700	—
Instrumentos financeiros derivativos	3.924.126	—	3.924.126	—

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	1º Trimestre/2015				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	528.763	539.978	(526.282)	—	542.459

	1º Trimestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	580.085	235.984	(261.639)	7.479	561.909

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,06 e aumento da taxa Selic para 13,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(996)	Aumento	4.632	Aumento	(4.165)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(2)	Redução	2	Redução	6
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(4.847)	Aumento	(782)	Aumento	(644)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	50	—	—	Aumento	—
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(14.467)	Redução	(2.910)	Redução	(14.854)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(6.567)	Redução	(15.752)	Aumento	(24.651)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	—	Aumento	(4)	Aumento	(4)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(14.823)	Aumento	(1.141)	Aumento	(1.788)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(72)	—	—	Aumento	—
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(78.398)	Redução	(59.552)	Redução	(51.557)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.393)	Redução	(34.081)	Aumento	(48.917)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	—	Aumento	(8)	Aumento	(9)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(29.304)	Aumento	(2.221)	Aumento	(3.496)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(145)	—	—	Aumento	—
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(156.796)	Redução	(119.103)	Redução	(103.115)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.867.480)	Aumento	(5.007.316)	Aumento	(2.090.832)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	943.070	Aumento	3.354.120	Aumento	1.932.220
Cupom de TBF		Aumento	1.647	Aumento	2.537	Aumento	796
Cupom de TJLP		Redução	563	Aumento	(9.270)	Aumento	(8.265)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(4.046)	Redução	(6.569)	Redução	(21.931)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(30.961)	Aumento	(33.626)	Aumento	(52.828)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(95)	Aumento	(183)	Aumento	(120)
Cupom de INPC		Aumento	(53.757)	Aumento	(107.864)	Aumento	(54.735)
Cupom de IPCA		Aumento	(320.158)	Aumento	(534.840)	Aumento	(314.898)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	850.966	Aumento	786.498	Aumento	422.478
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(113.851)	Redução	(22.884)	Redução	(55.998)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.063.978)	Aumento	(14.071.513)	Aumento	(11.450.821)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(5.828.484)	Redução	(9.794.504)	Redução	(7.685.334)
Cupom de TBF		Redução	(3.733)	Redução	(3.633)	Redução	(1.103)
Cupom de TJLP		Aumento	(42.267)	Aumento	(48.095)	Aumento	(28.261)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(20.826)	Redução	(9.879)	Redução	(12.310)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(89.184)	Aumento	(45.740)	Aumento	(157.829)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(225)	Aumento	(229)	Aumento	(216)
Cupom de INPC		Aumento	(154.313)	Aumento	(152.208)	Aumento	(149.782)
Cupom de IPCA		Aumento	(975.769)	Aumento	(798.715)	Aumento	(955.757)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.007.398)	Redução	(851.179)	Redução	(395.139)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(616.951)	Redução	(468.260)	Redução	(194.362)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.085.653)	Aumento	(26.323.491)	Aumento	(21.496.814)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(11.831.883)	Redução	(20.343.843)	Redução	(15.857.567)
Cupom de TBF		Redução	(7.504)	Redução	(7.300)	Redução	(2.211)
Cupom de TJLP		Aumento	(83.254)	Aumento	(94.286)	Aumento	(56.473)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(41.627)	Redução	(19.744)	Redução	(24.617)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(180.076)	Aumento	(101.133)	Aumento	(305.372)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(449)	Aumento	(457)	Aumento	(431)
Cupom de INPC		Aumento	(302.546)	Aumento	(298.611)	Aumento	(293.966)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.837.493)	Aumento	(1.502.484)	Aumento	(1.797.048)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(2.076.584)	Redução	(1.753.830)	Redução	(803.311)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.233.901)	Redução	(936.521)	Redução	(388.725)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.03.2015, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 31.03.2015, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(48)	Aumento	(32)	Aumento	(229)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(840)	Aumento	(816)	Aumento	(824)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(114)	Aumento	(586)	Aumento	(1.910)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(886)	Aumento	(742)	Aumento	24
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	1	Aumento	(61)	Aumento	(19)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.343)	Aumento	(95)	Aumento	—
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(3.767)	Aumento	(2.604)	Aumento	(2.217)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(59.472)	Aumento	(20.368)	Aumento	(29.291)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(11.810)	Aumento	(8.496)	Redução	(176)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(424)	Redução	(4.452)	Redução	(1.543)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(2.160)	Aumento	—	Aumento	—
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(7.256)	Aumento	(4.974)	Aumento	(4.244)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(136.012)	Aumento	(45.082)	Aumento	(49.478)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(22.839)	Aumento	(16.501)	Redução	(309)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.584)	Redução	(17.854)	Redução	(35.390)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(7.241)	Aumento	(11.266)	Aumento	(11.949)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.030)	Aumento	(4.334)	Aumento	(2.538)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(114)	Aumento	1.172	Aumento	502
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	701	Aumento	959	Aumento	571
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	61	Aumento	64	Aumento	116
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(671)	Aumento	(580)	Aumento	(203)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	1	Aumento	(61)	-	-

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(244.377)	Aumento	(359.616)	Aumento	(312.960)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(20.405)	Aumento	(13.422)	Aumento	(5.726)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(59.472)	Redução	(71.897)	Redução	(58.567)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(11.740)	Redução	(15.907)	Redução	(7.410)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(229)	Redução	(136)	Redução	(249)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.856)	Aumento	(6.569)	Aumento	(2.020)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(424)	Redução	(4.452)	-	-

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.03.2015		31.12.2014		31.03.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(489.009)	Aumento	(708.413)	Aumento	(610.006)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(39.893)	Aumento	(26.349)	Aumento	(11.160)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(135.012)	Redução	(114.607)	Redução	(155.816)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(24.409)	Redução	(33.191)	Redução	(15.346)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(455)	Redução	(270)	Redução	(497)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(17.011)	Aumento	(12.663)	Aumento	(4.013)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.584)	Redução	(17.854)	-	-



f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, de Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.



De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, que compunha o Capital Complementar do Banco, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (Nota 24.c).

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, a Circular Bacen n.º 3.726/2014 determina o reporte do PR e do RWA com base no Conglomerado Financeiro até 31.12.2017.

	31.03.2015		31.12.2014	31.03.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	128.704.988	127.964.155	126.588.485	112.293.282
Nível I	91.297.640	90.556.807	89.538.218	80.571.363
Capital Principal (CP)	69.739.142	68.998.309	71.035.684	63.520.399
Patrimônio Líquido	73.315.647	73.686.752	70.675.464	72.096.740
Instrumento Elegível a Capital Principal (Nota 24.c)	8.100.000	8.100.000	8.100.000	—
Ajustes prudenciais	(11.676.505)	(12.788.443)	(7.739.780)	(8.576.341)
Capital Complementar	21.558.498	21.558.498	18.502.534	17.050.964
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	19.484.955	19.484.955	16.132.770	8.201.200
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.073.543	2.073.543	2.369.764	8.849.764
Nível II	37.407.348	37.407.348	37.050.267	31.721.919
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	37.425.368	37.425.368	37.065.165	31.741.950
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.291.355	5.291.355	3.959.773	—
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	32.134.013	32.134.013	33.105.392	31.741.950
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	21.075.691	21.075.691	20.467.309	19.103.867
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽³⁾	5.726.800	5.726.800	6.544.915	6.544.915
Recursos captados no exterior ⁽³⁾	4.200.719	4.200.719	4.800.822	4.800.822
Recursos captados com CDB ⁽³⁾	1.130.803	1.130.803	1.292.346	1.292.348
Dedução do Nível II	(18.020)	(18.020)	(14.898)	(20.031)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(18.020)	(18.020)	(14.898)	(20.031)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	803.429.615	801.985.204	785.973.522	811.374.223
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	753.727.844	745.988.193	734.716.021	763.068.276
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	19.584.874	19.584.874	11.545.497	11.727.133
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	30.116.897	36.412.137	39.712.004	36.578.814
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	88.377.258	88.218.372	86.457.087	89.251.165
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	40.327.730	39.745.783	40.131.398	23.042.117
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,36%	11,29%	11,39%	9,93%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	8,68%	8,60%	9,04%	7,83%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,02%	15,96%	16,11%	13,84%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 30% em 2015 e 20% em 2014, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.


Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.03.2015		31.12.2014	31.03.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ^{(1) (2)}	(3.804.661)	(3.804.661)	(3.714.071)	(3.547.425)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ^{(3) (4)}	(2.470.316)	(2.470.316)	(1.192.027)	(2.283.281)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(2.048.234)	(2.048.234)	(1.066.295)	(687.425)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(3) (5)}	(1.343.455)	(1.337.936)	(715.281)	(843.911)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(619.575)	(376.279)	—	(81.236)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(499.011)	(499.011)	(255.318)	(284.166)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(434.493)	(434.493)	(171.050)	(126.437)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(358.945)	(1.547.644)	(556.174)	(634.568)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(72.129)	(72.129)	(37.922)	(44.500)
Ativos diferidos ⁽²⁾	(25.686)	(25.686)	(31.642)	(43.392)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽³⁾	—	(172.054)	—	—
Total	(11.676.505)	(12.788.443)	(7.739.780)	(8.576.341)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 27.a – Benefícios a Empregados e 25.d – Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 845.207 mil no investimento e R\$ 2.513.431 mil no intangível (para o Conglomerado Prudencial) e R\$ 831.409 mil no investimento e R\$ 2.513.431 mil no intangível (para o Conglomerado Financeiro), vide notas 14 – Investimentos e 16 – Intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 24,26% em 31.03.2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 2014 o Índice de imobilização foi apurado a partir do Conglomerado Financeiro totalizando 22,18% em 31.12.2014 e 25,60% em 31.03.2014.

30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.818.350	2.677.598
Outros Resultados Abrangentes		
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e IFD (Nota 24.i)	(812.268)	68.109
Banco do Brasil	(827.015)	54.734
Subsidiárias no exterior	(1.451)	(2.823)
Coligadas e controladas	18.198	16.198
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.i)	235.256	(23.777)
Outros Resultados Abrangentes Líquidos de IR e CSLL	(577.012)	44.332
Lucro Abrangente	5.241.338	2.721.930
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	404.904	322.118

31 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16.03.2015, aprovou a fixação, para o exercício de 2015, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

Os estudos relativos à perenização da Parceria Banco Postal continuam em andamento entre os parceiros e, assim que concluídos, deverão ser submetidos para aprovação aos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Patrimônio Administrado	614	600	579	594.841.810	554.723.895	516.914.833
Fundos de investimentos	606	592	571	582.167.916	542.399.347	504.705.696
Carteiras administradas	8	8	8	12.673.894	12.324.548	12.209.137

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Ativo			
Grupo BB	75.069.990	58.695.680	44.965.529
Terceiros	124.533.316	109.798.520	105.372.145
Total do Ativo	199.603.306	168.494.200	150.337.674
Passivo			
Grupo BB	22.944.441	19.296.951	18.783.178
Terceiros	164.913.179	139.149.520	123.423.322
Patrimônio Líquido	11.745.686	10.047.729	8.131.174
Atribuível à controladora	10.659.473	9.192.505	7.499.016
Participação dos não Controladores	1.086.213	855.224	632.158
TOTAL DO PASSIVO	199.603.306	168.494.200	150.337.674

	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014
Lucro	156.176	473.962
Atribuível à controladora	71.498	374.224
Participações dos não controladores	84.678	99.738

e) Recursos de Consórcios

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	197.739	187.700	162.557
Obrigações do grupo por contribuições	8.178.158	7.974.156	7.230.674
Consortiados - bens a contemplar	7.348.793	7.184.003	6.525.390
(Em unidades)			
Quantidade de grupos administrados	554	551	507
Quantidade de consorciados ativos	586.544	565.051	427.732
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	57.027	51.769	41.141
	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2014	
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	20.054	18.141	

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	1º Trimestre/2015		1º Trimestre/2014	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	224	8.812	219	7.950
Outros órgãos/entidades	2	192	2	170
Entidades controladas e coligadas	2	316	2	255
Sem ônus para o Banco				
Governos Federal, Estadual e Municipal	288	—	294	—
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ e Economus)	603	—	605	—
Entidades dos funcionários	88	—	88	—
Entidades controladas e coligadas	551	—	410	—
Total	1.758	9.320	1.620	8.375

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2014
Menor salário	2.227,26	2.227,26	2.043,36
Maior salário	37.265,70	37.265,70	34.346,27
Salário Médio	6.357,71	6.363,72	5.814,33
Dirigentes			
Presidente	62.388,59	62.388,59	58.773,99
Vice-presidente	55.842,38	55.842,38	52.607,05
Diretor	47.327,56	47.327,56	44.585,55
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.395,63	5.395,63	5.083,02
Conselho de Administração	5.395,63	5.395,63	5.083,02
Comitê de Auditoria - Titular	42.594,80	42.594,80	40.127,00

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.03.2015

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.153.808	6.798
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	1.144	127
Total	1.155.838	7.046

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

**I) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP n.º 627/2013)**

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas nº 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco. O Banco do Brasil exerceu a opção pela aplicação dos dispositivos relacionados com a tributação do lucro do exterior, para o exercício de 2014, conforme previsto no art. 96 da Lei 12.973/2014. A adoção dos demais dispositivos foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

j) Lei n.º 13.097 (Conversão da Medida Provisória n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 656/2014, alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.



Banco do Brasil S.A.

Relatório sobre a revisão de
informações
intermediárias
Trimestre findo em 31 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel
Fax
Internet

55 (61) 2104-2406
55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br



Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") consolidado, em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração do Banco do Brasil é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias, consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 13 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTES

Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
César Augusto Rabello Borges
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Maurício Pereira Coelho
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Raul Francisco Moreira
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anísio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Gustavo de Faria Barros
Hamilton Rodrigues da Silva
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
Leonardo Silva de Loyola Reis
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Rogério Magno Panca
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Simão Luiz Kovalski
Tarcísio Hübner

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Alexandre Corrêa Abreu
Beny Parnes
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Manoel Carlos de Castro Pires
Pablo Fonseca Pereira dos Santos
Tarcísio José Massote de Godoy

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Baido
Giorgio Bampi
Marcos Machado Guimarães
Maurício Graccho de Severiano Cardoso
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53





CÂMARA DOS DEPUTADOS

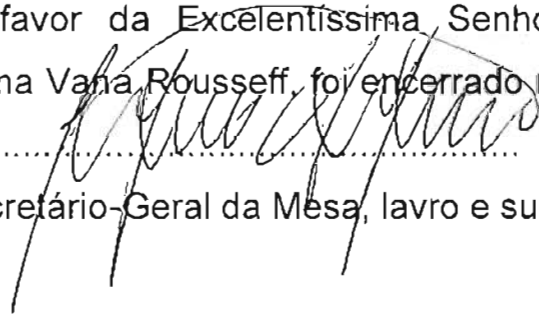
SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 2

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dois dias dois do mês de dezembro, do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 2 (**dois**), com folhas numeradas de 295 a 622-A, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu,

 Sílvio Avelino da Silva,
Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.